

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**O PROCESSO RECENTE DE ATUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA:
LÓGICAS EXÓGENAS E DIALÉTICAS ENDÓGENAS
EM RONDÔNIA E ACRE**

MIRLEI FACHINI VICENTE PEREIRA

Orientadora: Profa. Dra. Samira Peduti Kahil

Agência: CNPq-Brasil

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração Organização do Espaço, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro
2009

910h Pereira, Mirlei Fachini Vicente
P4362p O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre / Mirlei Fachini Vicente Pereira. – Rio Claro : [s.n.], 2009.
329f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Samira Peduti Kahil

1. Geografia Humana. 2. Atualização territorial. 3. Modernização. 4. Dinâmica Regional. 5. Território usado. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus Rio Claro/SP

Comissão Examinadora:

Prof. Dra. Samira Peduti Kahil (orientadora)

Prof. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ)

Prof. Dr. André Roberto Martin (USP)

Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia (Unicamp)

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel (USP)

Rio Claro, 03 de Novembro de 2009

Resultado: Aprovado

Àqueles brasileiros da Amazônia, habitantes de Rondônia e do Acre,
que lutam para a construção de um território mais justo,

Dedico

Apresentação e agradecimentos

Quis fazer uma tese que, com base nos elementos teóricos e de método que compartilho, pudesse de algum modo contribuir para uma interpretação, a partir da ciência geográfica, da situação atual do território na Amazônia brasileira. A idéia surgiu, despreziosamente, em Rio Branco, em setembro de 2005, quando eu visitava pela primeira vez a Amazônia. Eu estava elaborando um projeto bastante diferente para o processo de seleção do doutorado, fui aprovado, mas me via sempre tentado a enfrentar o desafio de estudar a Amazônia, desafio este que a todo tempo parecia quase inalcançável, pois exigiria conhecimentos de uma região por mim desconhecida e muito distante daquela de minha origem, além do empenho de recursos financeiros que eu não dispunha.

Quando iniciei as atividades do doutorado e logo de início soube que havia sido contemplado com uma bolsa de estudos, a oportunidade de enfrentar aquele desafio maior estava dada, e, assim, fui convencer Samira de que poderíamos desenvolver um outro projeto, que de certo modo perseguia já há alguns meses os meus pensamentos. Como sempre, minha orientadora apoiou-me de imediato, muito mais pela minha empolgação do que pelo esboço de projeto que eu lhe apresentei.

A pretensão inicial era a de entender como se dava o processo de modernização do território, pois a idéia que tinha desta região, mesmo como geógrafo, era muito diversa daquela que tive nesta primeira viagem. Rio Branco, em setembro de 2005, era um verdadeiro canteiro de obras, e a impressão que tive é que a cidade se tornava “moderna” do dia para a noite.

O desafio era construir uma situação de análise que oferecesse subsídios à compreensão da dinâmica de transformação do território nesta parte da Amazônia, e logo quando fora realizado um levantamento prévio de alguns dados, preferimos incluir também o estado de Rondônia, já que os processos de modernização territorial pareciam o atingir de modo ainda mais incisivo.

Durante dois anos (2004 e 2005) eu havia ministrado aulas de teoria da região, tema que conheci de modo mais aprofundado, e, a partir de então, pude perceber que as teorias não ajudavam muito quando o trabalho exigia reconhecimento e crítica das situações empíricas no território, sobretudo porque as teorias que pude conhecer explicavam o fenômeno regional com um viés muito ligado à economia, não alcançando uma compreensão de toda a dinâmica do território usado.

De logo os problemas apareceram, visto que alcançar toda a complexidade do território é algo extremamente difícil e aquela compreensão almejada nos impunha desafios metodológicos que tiveram de ser enfrentados – a seleção de algumas variáveis que acreditamos ser mais significativas para a análise da situação estudada, a seleção de procedimentos de análise e de levantamentos de dados em campo, o recolhimento de dados empíricos a partir de estudos já realizados, entre outros. Mais uma vez, a contribuição teórica de Milton Santos nos foi muito valiosa, oferecendo caminhos férteis para a realização da pesquisa. Ao final do trabalho, acho que pude ao menos alcançar um pouco a meta de demonstrar como o território se moderniza, ou então, se “atualiza” (termo que empregamos neste trabalho).

De uma coisa tenho clara consciência – se os recursos analíticos por nós utilizados nesta tese foram capazes de abarcar de alguma forma toda a dimensão e os dilemas do processo de atualização recente do território, as palavras por mim utilizadas não são suficientes para ilustrar toda a riqueza das experiências sociais com que me deparei em Rondônia e no Acre. A experiência de construção desta pesquisa foi algo extremamente recompensador (e mesmo emocionante), pois me fez enxergar de outro modo o território brasileiro e também a ciência geográfica, experiência valiosa que devo a muitas pessoas, que, de um modo ou outro, oportunizaram a realização desta pesquisa.

Devo agradecer aqui, em primeiro lugar, minha orientadora e amiga, professora Samira Peduti Kahil, com quem sempre pude contar com uma orientação séria e muito generosa. Devo à Samira todas as realizações desta difícil vida de pesquisa comprometida com a renovação tão necessária da ciência geográfica, mas também todas as minhas realizações e conquistas no que diz respeito ao meu trabalho na Universidade. Mais uma vez tenho que lhe agradecer, pois devo a você, Samira, muito mais do que a orientação tão rigorosa e ao mesmo tempo prazerosa dessa pesquisa, mas toda a minha formação, durante quase uma década – muito obrigado por tudo!

Devo também muito agradecer as contribuições tão generosas dos professores Maria Adélia de Souza e Márcio Cataia, na ocasião do nosso exame de qualificação, e mais uma vez ao professor Márcio e também à professora Ana Clara Torres Ribeiro, que ofereceram contribuições fundamentais ao meu trabalho durante o colóquio de pesquisa organizado por nosso Grupo em 2007. As indicações da professora Ana Clara me fizeram rever toda a estratégia de pesquisa sobre o circuito inferior, colaborando muito para a realização da tese; muito obrigado a vocês todos.

Sou também muito grato ao CNPq (e, desta forma, ao povo brasileiro que custeia o dinheiro público para a pesquisa) pelo apoio financeiro durante o período da bolsa, sem o qual esta tese não seria realizada.

As novas amizades e os incentivos de todo um grupo de pesquisadores também coordenado por Samira, em Rio Claro, me foram muito valiosos. Tenho saudades de nossas reuniões e quero agradecer aos amigos Carlos, Francisco, Guilherme, Marcio, Marco, Maurício, Jorge, Ricardo e Sérgio pelas boas discussões e pelos trabalhos que fizemos juntos. Quero agradecer também aos tão bons momentos e as boas viagens que pude fazer com os novos grandes amigos que conheci durante o período que estive em Rio Claro, especialmente ao Jorge e Jaqueline e ao Sergio e Inês – espero que possamos continuar próximos por muito tempo.

Devo um agradecimento muitíssimo especial a dois irmãos que muito apoiaram minhas atividades de pesquisa no Acre. Ao Lúcio, que tanto me incentivou a pesquisar a Amazônia e me recebeu tão bem em Rio Branco em todas as ocasiões em que realizei os trabalhos de campo, além de ter me auxiliando nas visitas aos assentamentos rurais. Muito obrigado por tudo Lúcio! Espero que o Acre se torne um lugar ainda melhor e que o Luan e a nova criança que Ana espera cresçam vendo as tantas belezas que esta Amazônia ainda guarda! Ao meu amigo Marcelo, que também me recebeu em Rio Branco (tão logo depois do seu casamento com a Vanessa!), e sempre me incentivou e ajudou com os dados para a pesquisa, meu muito obrigado por tudo. Quero também agradecer ao Emanuel, que tão gentilmente me recebeu em sua casa em Rio Branco e também em Sena Madureira, muito obrigado pelo apoio.

Aos muitos funcionários da Prefeitura de Rio Branco, das várias Secretarias de Estado do Acre e de Rondônia, e também aos gerentes dos bancos e empresas que me auxiliaram nas tarefas de recolhimento dos dados, por todos os lugares que passei. Eu devo agradecer muitíssimo aos tantos colaboradores anônimos com quem pude conviver nas ocasiões dos trabalhos de campo – os trabalhadores do campo que me receberam e muito me ensinaram nos assentamentos rurais no Acre e em Rondônia, e àqueles trabalhadores das cidades que me concederam longas entrevistas sobre as atividades do circuito inferior em Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, muito obrigado!

Tive a felicidade de, neste tempo de pesquisa, ingressar como professor na Universidade Federal de Uberlândia, onde devo agradecer ao Instituto de Geografia, então

dirigido pela professora Marlene, pela boa receptividade, pela compreensão aos pedidos de afastamento para os trabalhos de campo e para o cumprimento das minhas atividades de pesquisa na UNESP. A todos os novos amigos do IG, e também aos meus alunos pelo incentivo para a realização da tese, muito obrigado!

Por fim, quero agradecer a toda a minha família – sobretudo à minha mãe, avó, irmão e tio. Como sempre, preciso muito agradecer a minha mãe, por tudo que fez por mim e por meu irmão, e por tudo o que continua fazendo nestes anos em que já não resido em Araraquara – muito obrigado por tudo isso Mãe, esta conquista também é da senhora! E peço desculpas a vocês por toda esta minha ausência durante estes anos.

Para Amanda quero também agradecer, e muito, por tudo o que me ajudou nestes anos, seja em Rio Claro, Cuiabá ou Uberlândia. Quero agradecer a Deus por te ter agora pra sempre perto e a você agradecer todo o amor, a companhia e a cumplicidade de sempre – muito obrigado por tudo!

“É melhor fazer a nação por intermédio do seu território,
porque nele tudo o que é vida está representado”

Milton Santos (2000, p.87)

RESUMO

O Processo Recente de Atualização do Território no Sudoeste da Amazônia: Lógicas Exógenas e Dialéticas Endógenas em Rondônia e Acre

A idéia central do trabalho foi avaliar os processos recentes de modernização no Sudoeste da Amazônia (estados de Rondônia e Acre) que, em sua face geográfica mais direta, foram reconhecidos como um processo de "atualização do território". O que denominamos atualização do território se dá, de modo geral, com a instalação de novas infra-estruturas com vistas a tornar o território apto e competitivo para um trabalho "moderno", sobretudo aquele trabalho que interessa a lugares e agentes externos. Por ocorrer deste modo, os esforços históricos de modernização do território no sudoeste amazônico ocorrem como processos de modernização em crise, já que os usos territoriais não são orientados para as necessidades próprias do lugar, resultando numa situação antagônica onde, de um lado, ações e agentes impõem um uso corporativo do território endereçado às lógicas externas, e, de outro lado, dialeticamente, agentes hegemônicos realizam atividades simples voltadas para os interesses próprios do lugar. Partindo destes pressupostos, avaliamos as diferentes divisões do trabalho e as diferentes atividades desempenhadas no lugar. Foram avaliadas as políticas que orientam a constituição, no território, de objetos, ações e normas voltados para a atualização das bases produtivas, técnicas e políticas, que aparecem especialmente na agropecuária (a partir de um agronegócio moderno), mas também as atividades urbanas que conhecem atualmente importante readequação (inserção, na região, dos nexos modernos do consumo e das atividades de serviços). De outro lado, e a partir do reconhecimento de que o processo de atualização do território se realiza de forma antagônica e concentrada, avaliamos as atividades e o trabalho considerados não-modernos, com a análise das atividades da agricultura voltada para o consumo local e das atividades nas cidades que constituem o circuito inferior da economia urbana.

Palavras-chave: "Atualização territorial"; Modernização; Dinâmica regional; Território usado.

ABSTRACT

The Recent Process of the Territorial Modernization in the Amazonia Southwest:

Exogenous logics and endogenous dialectics in Rondonia and Acre

The central idea of the work was to evaluate the recent processes of modernization in the southwest of the Brazilian Amazon (states of Rondonia and Acre), which in its more direct geographical face was recognized as a process of "territorial modernization". What we denominate territorial modernization occurs, in general, with the installation of new infrastructures in order to make the territory competitive and fit to "modern" work, especially the work that concerns to external places and agents. Due to this way of occurrence, the historical efforts to modernize the territory in the southwest Amazon occur as processes of modernization in crisis, as territorial uses are not geared to the requirements of the place, resulting in an antagonistic situation where, on one hand, actions and agents require a corporate use of the territory addressed to external logics, and, in addition, dialectically, agents not hegemonic perform simple activities geared to the personal interests of place. Under these assumptions, we evaluate the different divisions of the work and the different activities performed in the place. It was evaluated the policies that guide the establishment of objects, actions and norms to the modernization of the technical, political productive bases in the territory, which appear especially in agriculture (from a modern agribusiness), but also the urban activities that currently faces important readjustment (insertion of the nexus of modern consumption and the activities of services in the region). By the other side, since it's recognized that the territory modernization process is held under antagonistic and concentrated form, we evaluate the activities and the work as non-modern, with an analysis of the agriculture activities focusing for local consumption and activities in cities that constitute the inferior circuit of urban economy.

Keywords: "Territorial modernization"; Modernization; Regional dynamics; Used territory.

Lista de Croquis

	Página
Croqui 1. Área central de Porto Velho – locais de realização das entrevistas.....	250
Croqui 2. Área central de Rio Branco – locais de realização das entrevistas.....	254
Croqui 3. Área central de Cruzeiro do Sul – locais de realização das entrevistas.....	259

Lista de Figuras

	Página
Figura 1. O “sudoeste amazônico” – Rondônia e Acre.....	4
Figura 2. Divisão Departamental do Território Federal do Acre (1904).....	28
Figura 3. Eixos de ocupação e sistemas de engenharia no noroeste do Mato Grosso (1912).....	39
Figura 4. Esquema de colonização agrícola, PIC Ouro Preto, Rondônia, em 1974.....	71
Figura 5. Instituições de apoio à atividade agrícola/pecuária em Rondônia e Acre – EMATER, CEPLAC, EMBRAPA (década de 80).....	81
Figura 6. Rodovias Federais e rede hidrográfica no Estado do Acre (2008).....	120
Figura 7. Rodovias federais no estado de Rondônia.....	122
Figura 8. Fluxos aeroviários da Trip Linhas Aéreas para Vilhena e Ji-paraná (RO).....	128
Figura 9. Centrais termelétricas do Grupo Guascor no Acre (2008).....	129
Figura 10. Centrais termelétricas do Grupo Guascor em Rondônia (2008).....	130
Figura 11. Tecnologias empregadas no cultivo da soja no sul de Rondônia.....	153
Figura 12. Municípios produtores de soja em Rondônia (2007).....	155
Figura 13. Estabelecimentos de beneficiamento do leite no Estado de Rondônia (2004).....	166
Figura 14. Frigoríficos no Estado de Rondônia (2004).....	172
Figura 15. Rondônia e Acre – Malha municipal (2009).....	196
Figura 16. O Programa “Territórios da Cidadania” (INCRA/MDA) no Sudoeste Amazônico.....	233

Lista de Fotos

	Página
Fotos 1. O uso do rio Madeira para o transporte de soja, Porto Velho-RO.....	113
Fotos 2. Transporte de cargas no rio Juruá, Cruzeiro do Sul.....	116
Foto 3. Caminhão com carga de madeira, BR-364, Sena Madureira-AC.....	139
Fotos 4. Unidades de comercialização de soja em Vilhena.....	157
Fotos 5. Unidades de comercialização de soja em Cerejeiras.....	159
Fotos 6. Exposição de animais, Expovil 2007.....	176
Fotos 7. Máquinas agrícolas expostas na Expovil 2007.....	177
Fotos 8. Expojipa 2007 - Ji-paraná.....	178
Foto 9. Porto Velho Shopping, inaugurado em 2008.....	190
Fotos 10. Modernizações recentes na área central de Rio Branco.....	192
Foto 11. Rua comercial no centro de Cerejeiras.....	200
Foto 12. Av. Major Amarante, área central de Vilhena.....	203
Fotos 13. Aspectos das cidades bolivianas de Cobija e Guayaramerím.....	206
Foto 14. Área cultivada no Pólo Agroflorestal Municipal Geraldo Mesquita, Rio Branco.....	221
Foto 15. Comunidade ribeirinha no rio Moa, Cruzeiro do Sul.....	223
Foto 16. Casa de colono e roçado. Projeto de Assentamento Edilza Carneiro, Sena Madureira.....	229
Foto 17. Ramal Uirapuru, Assentamento Edilza Carneiro, Sena Madureira.....	230
Foto 18. Aspecto de casa de colono. Pólo Agroflorestal Dom Moacir, Bujari-AC.....	231
Foto 19. O transporte de colonos em Cruzeiro do Sul.....	237
Fotos 20. Aspecto das feiras no sudoeste da Amazônia.....	238
Foto 21. Camelódromo no centro de Porto Velho.....	249
Foto 22. Agência bancária, na Av. Sete de Setembro, Porto Velho.....	251
Fotos 23. A flexibilidade das atividades pobres no centro de Porto Velho.....	252

Foto 24. Comércio de camelôs e ambulantes, Porto Velho.....	253
Foto 25. Calçada da Travessa Benjamim Constant, centro de Rio Branco.....	255
Foto 26. Comércio de frutas na rua, nas proximidades dos Mercados e Terminal de Transporte Urbano, centro de Rio Branco.....	256
Foto 27. Aspecto dos boxes de prestação de serviços no interior de camelódromo (no terminal de transporte urbano), centro de Rio Branco.....	258
Foto 28. Mercado de farinha e produtos regionais, centro de Cruzeiro do Sul.....	260
Foto 29. Barraca de importados com faixa de propaganda de cartão de crédito, centro de Porto Velho.....	269
Foto 30. “Beco do Mercado”, centro de Cruzeiro do Sul.....	272
Foto 31. Comércio em espaços precários do centro de Cruzeiro do Sul.....	273
Foto 32. Ponto de moto-táxi em esquina do centro de Rio Branco.....	276
Foto 33. Porto Cai N’água, rio Madeira, área central de Porto Velho.....	278
Foto 34. Pequenas embarcações no rio Acre, área central de Rio Branco.....	279
Foto 35. O “porto popular” e o trabalho simples da economia local em Cruzeiro do Sul.....	280

Lista de Gráficos

	Página
Gráfico 1. Exportações de soja (em toneladas) pelo Porto Organizado de Porto Velho (1997-2006).....	114
Gráfico 2. Produtividade da soja em Rondônia (2001-2008).....	151
Gráfico 3. Volume produzido e área plantada com soja em Rondônia (2001-2008).....	152
Gráfico 4: Municípios produtores em Rondônia e quantidade produzida (em toneladas) no ano de 2007.....	156
Gráfico 5. Aumento das áreas de lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1985,1995,2006).....	168
Gráfico 6. Aumento das áreas de lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos no Acre (1985-2006).....	174

Gráfico 7. Número de Assentamentos criados pelo INCRA (RO e AC).....	226
Gráfico 8. Hectares destinados à reforma agrária pelo INCRA (RO e AC).....	226

Lista de Quadros

	Página
Quadro 1. Os principais instrumentos políticos que atuam na modernização e instrumentalização do território na Amazônia durante a ditadura militar.....	63
Quadro 2. Alguns dos maiores empreendimentos agropecuários no Acre em 1980.....	88
Quadro 3. Principais obras na rede rodoviária estadual de Rondônia realizadas entre os anos de 2007 e 2008.....	122
Quadro 4. Caracterização das unidades de comercialização do Grupo André Maggi em Rondônia.....	158
Quadro 5. Frigoríficos exportadores de carne bovina no Estado de Rondônia (2008).....	171

Lista de Tabelas

	Página
Tabela 1. Produção mundial de borracha 1900-1919 (toneladas).....	42
Tabela 2. Principais produtos exportados pelo Porto Organizado de Porto Velho (2001-2006).....	114
Tabela 3. Movimento no aeroporto de Rio Branco (2002-2007).....	125
Tabela 4. Movimento no aeroporto de Cruzeiro do Sul-AC (2002-2007).....	125
Tabela 5. Movimento no aeroporto de Porto Velho (2002-2007).....	126
Tabela 6. Principais operações de crédito agrícola realizadas na agência do Banco Brasil em Vilhena	160
Tabela 7. Evolução da área com lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1970-2006).....	168
Tabela 8. Rondônia – exportações de carne bovina (2004-2007).....	169
Tabela 9. Áreas de lavouras, pastagens e número de bovinos no Acre (1970/2006).....	174
Tabela 10. Distribuição do gado bovino em relação ao efetivo de animais nas propriedades criadoras do Estado do Acre (2005).....	175

Tabela 11. Domicílios permanentes com acesso à telefonia (fixa e celular), computador e internet (2007).....	189
Tabela 12. Municípios com predominância de população rural no Acre (2007).....	198
Tabela 13. Características dos estabelecimentos e da mão-de-obra no campo, Estados de Rondônia e Acre (1996-2006).....	217

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
O processo de modernização e a atualização do território como questões centrais da pesquisa.....	4
Escopo da investigação e definição de um plano de pesquisa.....	10
PRIMEIRA PARTE:	
A formação do espaço prévio no Sudoeste da Amazônia.....	14
CAPÍTULO 1	
A conquista do meio natural e a demanda externa como motor da especialização do trabalho.....	17
CAPÍTULO 2	
Ideologia do “progresso”, modernidade e a constituição do meio técnico.....	25
2.1 As primeiras adaptações do território para a realização do trabalho extrativista no Acre.....	25
2.1.1 A necessidade de regulação do território para o trabalho: a primeira estrutura político-administrativa.....	27
2.1.2 Do desenvolvimento das atividades produtivas ao primeiro conjunto de modernizações no interior da floresta.....	30
2.1.3 Economia florestal e feições geográficas da produção de borracha no Acre.....	31
2.2 O novo eixo de exploração da borracha: A ferrovia anuncia o “progresso” no noroeste do Mato Grosso.....	33
2.2.1 A construção da ferrovia e o surgimento de uma cidade moderna.....	34
2.2.2 A necessidade de comunicação e o adensamento do meio técnico: a “Comissão de Linhas Telegráficas”.....	36
2.2.3 A consolidação do espaço produtivo no eixo da E.F.M.M.....	38
2.3 O “progresso” da Amazônia esbarra na crise: Decadência econômica e estagnação da produção.....	40

2.4 Implicações locais da crise.....	44
2.4.1 Sintomas da crise no território acreano: crescimento dos núcleos urbanos e o início dos cultivos agrícolas.....	44
2.4.2 A rápida obsolescência dos sistemas de engenharia no noroeste do Mato Grosso.....	46
2.5 A recuperação da produção acompanhada de nova estagnação produtiva e a perda da função na divisão territorial do trabalho.....	47

CAPÍTULO 3

Sob a ideologia do “desenvolvimento”:

Reforço do meio técnico e políticas de colonização.....	52
3.1 A idéia da Amazônia como “fronteira” e a sua necessária integração para o desenvolvimento nacional.....	52
3.1.1 Os primeiros esforços político-institucionais para a integração da fronteira.....	56
3.1.2 Um projeto de integração nacional e o primeiro esforço técnico para a integração do sudoeste amazônico – a BR-029.....	57
3.1.3 Os novos movimentos de colonização e exploração do território.....	59
3.2 O projeto de “Integração Nacional” no período da ditadura militar e o reforço da estrutura territorial na Amazônia.....	60
3.2.1. O reforço da infra-estrutura rodoviária.....	64
3.2.2. A expansão dos sistemas técnicos de produção e distribuição de energia.....	66
3.2.3. A extensão dos sistemas de telecomunicações à região.....	66
3.2.4. O movimento migratório e os projetos de colonização.....	67
3.2.5. Uma nova geração de cidades e a refuncionalização urbana nas capitais.....	73
3.3 O legado da “modernização” e do “desenvolvimento” na fronteira: Uma nova caracterização regional no sudoeste amazônico.....	77
3.3.1 A instrumentalização das atividades produtivas no campo – agricultura camponesa e pecuária extensiva.....	77
3.3.2. A “racionalização” da exploração mineral em Rondônia.....	83
3.3.3. O desenvolvimento e a modernização forjam um território de espoliação e conflitos.....	84

CAPÍTULO 4

As novas demandas por modernização na virada do século:

Em direção à atualização recente do território.....	89
4.1 A rarefação do meio técnico e as limitações ao desenvolvimento das atividades produtivas – o contexto de crise.....	92
4.1.1. As dificuldades das atividades produtivas no campo.....	94
4.1.2. Precariedade das atividades industriais e reforço da dependência.....	96
4.2 Uma urbanização acelerada e o agravamento dos problemas sociais.....	97
4.2.1. Concentração da população e empobrecimento urbano.....	98
4.2.2. A criação de novos municípios.....	99
4.3 A questão ambiental como novo dado do período.....	100
4.4 Os sinais de esgotamento da fronteira: demandas por uma nova modernização.....	102
4.5 A necessidade de modernização induz o processo recente de atualização do território.....	104

SEGUNDA PARTE

A atualização seletiva do território:

Lógicas exógenas e espaços da racionalidade.....	105
--	-----

CAPÍTULO 5

A atualização recente das

infra-estruturas e a inserção da fluidez territorial.....	109
5.1 Transporte e logística dos movimentos hidroviários.....	109
5.1.1 A hidrovía Madeira-Amazonas e os terminais privados de escoamento da produção agrícola.....	109
5.1.2. O transporte hidroviário no vale do Juruá.....	115
5.2 Renovação e ampliação da rede rodoviária.....	117
5.3 Equipamento e renovação da infra-estrutura aeroviária.....	124
5.4 Sistemas de geração e distribuição de energia elétrica.....	128

5.4.1. O complexo hidrelétrico do Rio Madeira.....	131
--	-----

CAPÍTULO 6

Os novos sistemas de normas:

Entre a política ambiental e os incentivos territoriais.....	134
--	-----

6.1. Planejamento normativo de “caráter ambiental” e os espaços normatizados de “reserva da natureza”	134
---	-----

6.1.1. Um novo planejamento com bases ambientais: O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).....	135
---	-----

6.1.2. Os espaços normatizados de “reserva da natureza”: As áreas de “interesse” ambiental.....	137
---	-----

6.1.3 Um uso corporativo do território: As concessões para exploração privada dos recursos.....	139
---	-----

6.1.4. Os zoneamentos e os espaços da normatização ambiental: Solução para quais problemas?.....	141
--	-----

6.2 As normas para os incentivos fiscais/territoriais ou – a viabilização do território como recurso?.....	142
--	-----

CAPÍTULO 7

A atualização seletiva do território no campo.....	145
--	-----

7.1 As rugosidades do território no campo: O enfraquecimento dos cultivos tradicionais.....	146
---	-----

7.2 A agricultura científica e a “produção agrícola racional”	149
---	-----

7.2.1. A lógica corporativa do agronegócio da soja em Rondônia.....	154
---	-----

7.2.2. A dependência externa e a instabilidade como novas condições do território.....	161
--	-----

7.3 A modernização recente da atividade pecuária: Crescimento, industrialização e inserção no moderno circuito espacial de produção.....	163
--	-----

7.3.1. Modernização e expansão da pecuária leiteira.....	164
--	-----

7.3.2 A pecuária de corte: modernização, industrialização e exportação.....	166
---	-----

7.4 Difusão da inovação, consumo e cotidiano no campo moderno: Uma nota sobre as exposições agropecuárias.....	175
--	-----

7.5 Os novos indícios da instabilidade do território: A inserção recente da cana-de-açúcar.....	179
CAPÍTULO 8:	
Faces da atualização do território no meio urbano.....	184
8.1 Atualização das atividades e dos equipamentos urbanos.....	185
8.1.1 Aprofundamento e expansão das atividades modernas do consumo consumptivo.....	185
8.1.2. Os esforços de atualização do equipamento urbano.....	191
8.2 As transformações recentes na rede de cidades.....	193
8.2.1. A centralidade das capitais.....	194
8.2.2. Escassez e debilidade dos núcleos intermediários (“centros regionais”).....	195
8.2.3 As cidades locais – diversidade de situações.....	198
8.2.4. A emergência recente da “cidade do campo”: O caso de Vilhena.....	200
8.2.5. As cidades na fronteira: Uma nota.....	204
8.3 As evidências da modernização seletiva na rede de cidades: Alguns indicadores da crise urbana.....	206
TERCEIRA PARTE:	
A outra face do processo de atualização: Dialéticas endógenas e território usado.....	210
CAPÍTULO 9:	
O campo não-moderno e a produção para o consumo local.....	214
9.1 Características das atividades não-modernas no campo.....	215
9.1.1. As populações tradicionais no campo não-moderno: Ribeirinhos, indígenas e seringueiros.....	222
9.2 O aumento dos assentamentos rurais e a persistência da precariedade.....	225
9.3 Movimentos sociais e criminalização das lutas no campo – uma nota sobre a atuação da Liga dos Camponeses Pobres.....	234

9.4 O campo não-moderno e suas interações com a cidade.....	236
9.5 Força e lições do campo não-moderno.....	240
CAPÍTULO 10	
Os limites da racionalidade no meio urbano.....	241
10.1 A natureza diferenciada dos capitais e das divisões do trabalho na cidade: O circuito inferior da economia como um indicador.....	242
10.2 O circuito inferior da economia no sudoeste amazônico: Opções metodológicas, tipologia de situações e caracterização dos espaços.....	243
10.2.1. O meio construído e o abrigo das atividades pobres na cidade.....	247
10.3 O circuito inferior da economia e as dialéticas do território usado.....	261
10.3.1 Organização dos empreendimentos e natureza do capital e do trabalho.....	261
10.3.2. Espessura e abrangência da vida de relações a partir das redes comerciais.....	265
10.3.3. A natureza das interações com os fornecedores e os consumidores.....	267
10.3.4. As relações de solidariedade e o cotidiano compartilhado no espaço do trabalho.....	270
10.3.5. Planejamento urbano e as ações coercitivas do poder público.....	271
10.4 As atividades não-modernas de transporte no meio urbano.....	274
10.5 Cidade, horizontalidades, espaço banal.....	281
REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	283
Referências.....	292
Documentos oficiais.....	303
Reportagens publicadas em jornais locais (Rondônia e Acre).....	304
Reportagens publicadas por agências oficiais dos Estados de Acre e Rondônia.....	307
Páginas de Empresas e Instituições Públicas consultadas na internet.....	308

Páginas de empresas privadas e de instituições não-governamentais consultadas na internet.....	309
ANEXOS.....	312
Roteiro de Entrevista - Circuito inferior da Economia Urbana - Rondônia e Acre.....	313
Quadro síntese 1. Circuito inferior da economia – Estabelecimentos entrevistados em Porto Velho.....	316
Quadro síntese 2. Circuito inferior da economia – Estabelecimentos entrevistados em Rio Branco.....	319
Quadro síntese 3. Circuito inferior da economia – Estabelecimentos entrevistados em Cruzeiro do Sul.....	322
Índice de Assuntos.....	325

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar as dinâmicas do uso do território brasileiro na região amazônica, de forma mais específica no subespaço que estamos aqui chamando “sudoeste amazônico”, porção do território composta pelos estados de Rondônia e Acre. Temos como preocupação central da pesquisa compreender os processos de modernização do território no sudoeste amazônico, processos estes que, em nosso país, significaram na maioria das vezes a produção de fragmentação e de vulnerabilidade de regiões inteiras no conjunto da nação.

A própria história do território brasileiro justifica nosso interesse de pesquisa, pois ela se confunde com um movimento contínuo de adaptação dos conteúdos do território para a realização do trabalho, num processo de formação territorial que, nos mais das vezes, privilegiou e atendeu às demandas e aos chamados externos, caracterizando o que Milton Santos (1978, p.104-105), baseado em Max Sorre, denominou “espaço derivado”, ou seja, o espaço cujo princípio de organização se deve mais a uma vontade longínqua do que a impulsos e organizações próprios dos lugares.

Compondo a periferia do sistema capitalista, o Brasil, país que dispõe de uma extensão territorial de dimensões continentais, uma multiplicidade sócio-cultural ímpar (muito cara ao próprio processo de formação do território) e abundante diversidade de recursos, enfrentou e até hoje enfrenta lógicas opressoras de projetos que nos são alheios. Em toda a América Latina, em que pese um contexto histórico de formação dos territórios muito marcado pela exploração colonial, e mesmo o difícil processo de emancipação para a constituição de estados nacionais, os países continuam a ser explorados mesmo após os processos de independência através de mecanismos econômicos e políticos ainda mais elaborados (GALEANO, 1976, 1996; RIBEIRO, 1978). Depois de cinco séculos de formação territorial e depois de quase dois séculos de “independência”, o Brasil ainda não é uma nação livre e soberana, porque dependente politicamente de países do centro do sistema capitalista mundial. Tão pouco estes mais de quinhentos anos em que se ensaia a constituição de um território e de uma nação livres e “desenvolvidos”, surtiram efeito para que as necessidades mais essenciais da sociedade fossem garantidas, ou seja, os serviços de saúde e educação, o direito à alimentação e habitação dignas para todos.

Uma situação no mínimo antagônica é que, no decorrer do século XX, o país conhece um conjunto de transformações que lhe conferem *status* de uma das maiores economias do mundo – uma modernização (a partir da década de setenta) da atividade agrícola que o coloca entre os principais produtores mundiais de grãos; um processo recente de modernização

industrial que lhe confere importante lugar na produção mundial, inclusive de produtos de alta tecnologia (como é o caso, por exemplo, da indústria aeronáutica) e a existência de atividades modernas de serviços (telecomunicações, financeiros, etc.) que atendem a um dos mercados que mais crescem no mundo. O antagonismo que observamos (que é próprio desta economia de mercado que impera no período atual), é que esta modernização das forças produtivas no território brasileiro não é acompanhada de uma melhoria das condições de vida e de trabalho, não supre as necessidades essenciais à maior parte da sociedade brasileira que, também ao longo do último século, conheceu um processo acelerado de urbanização, uma concentração dos meios de produção, o aumento da escassez e da pobreza no campo e nas cidades e a ampliação sem tamanho da desigualdade no consumo de bens e serviços, sobretudo nos maiores centros urbanos. Estas são as características e também o resultado de um processo de desenvolvimento historicamente excludente e concentrador, constituído e constantemente (re)atualizado no território brasileiro.

Nestas circunstâncias, o território brasileiro deste início de século (ainda que vivamos esta democracia de mercado e uma soberania aparente), é povoado por políticas externas operadas por agentes políticos e econômicos distantes, que acabam por desviar as já escassas ações políticas revolucionárias e os poucos projetos que pretendem a emancipação, esvaziando o sentido e a função da nação¹.

No atual período histórico, marcado por nexos informacionais globais, fluxos financeiros e estratégias político-econômicas desenhadas por agentes hegemônicos que usam de forma privilegiada o território e que operam a extração de uma mais-valia também global (SANTOS, 1997, 2000), o Brasil, ainda que alicerçado em atividades produtivas estranhas às necessidades cotidianas da nação, alcança certa “inserção” no mercado internacional, fruto do formidável esforço de participação na produção agrícola e industrial mundial. Mas juntamente a este feito é necessário por em destaque o fato que, no interior da formação socioespacial, persiste uma fragmentação do território (que pode ser reconhecida nos espaços fracionados e não-integrados) (SANTOS, 1978, p.109), que denota a existência de um território nacional instável (mesmo que por vezes estes espaços apareçam como “espaços modernizados”, porque portadores de objetos e atividades modernas e muito capitalizadas), cujo comando

¹ Contraditoriamente, as lutas históricas pela democratização do poder e por uma efetiva participação social nas tomadas de decisão do Estado (em seus diferentes níveis) se mostram agora enfraquecidas ou mesmo invalidadas, porque cooptadas pelas forças hegemônicas que operam uma economia globalizada e invasora, o globalitarismo de que nos fala M. Santos (2000), que impõe às nações uma “economicização/financeirização” das relações sociais, que apenas oferece uma “gestão” a todas as demandas da vida social e não mais uma Política, já que a Política deve ser pensada e realizada por todos e para todos.

político das atividades produtivas é originário de centros/pólos externos ao país e às regiões nas quais tais atividades ocorrem.

Recentemente, regiões produtivas (no mais das vezes extremamente especializadas) se constituem no interior do país a partir de diferentes processos que se iniciam na maior parte dos casos a partir de uma especulação e sedução ideológico-política a que a sociedade é constantemente exposta. As elites política e econômica, que se confundem com a elite administrativa, responsáveis que são por operar o processo de “entrega” dos recursos da nação, historicamente se mostram inaptas para conduzir o país ao desenvolvimento e atender as aspirações de bem-estar da sociedade como um todo (RIBEIRO, 1978, p.93), atuando, no mais das vezes, em favor de empresas que nos são estranhas, as quais operam a fragmentação do território via “modernização” das atividades produtivas.

Partindo do pressuposto que o espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), e considerando, como propõe Milton Santos, o espaço geográfico como sinônimo de *território usado*, instância social dinâmica, e, portanto, em constante processo de totalização, nos vemos autorizados e estimulados a compreender o território brasileiro em processo, em seu permanente refazer-se. É assim que definimos, como objeto central de preocupação desta tese compreender, à luz de uma teoria crítica do espaço, a dialética do processo de modernização do território brasileiro no “sudoeste amazônico”.

Porção do território brasileiro composta pelos estados de Rondônia e Acre, o sudoeste amazônico (Figura 1) nos parece bastante elucidativo do movimento dinâmico de construção e adaptação do território para projetos alheios aos interesses da maior parte da sociedade regional e nacional. Nesta região do país, a aparente contradição entre a convivência do que se considera “moderno” com aquilo que é considerado “obsoleto”, no que se refere ao conteúdo do território, pode, a partir de um olhar mais apurado e atento, conduzir a uma leitura analítica do processo que permite compreender tal antagonismo como o “avanço do moderno” (expansão e intensificação do capitalismo) (RIBEIRO, 2004) sobre as estruturas pretéritas do território (o espaço herdado), que, quando comparadas ao “novo”, sugerem, no mais das vezes, uma idéia de “atraso”.



Figura 1. O “sudoeste amazônico” – Rondônia e Acre

Esta convivência dialética de usos territoriais modernos e pretéritos, num determinado lugar, é elucidativa do processo de “colonização” e “racionalização” do mundo pelo “moderno”, oportunizando encontrarmos situações de tensão e conflito, mas também de cooperação e solidariedade, entre diferentes agentes no contínuo processo de transformação do território. Este foi o desafio por nós escolhido – a partir de um olhar que privilegie a análise do espaço geográfico como um todo, *território usado, espaço banal* (SANTOS et al, 2000), compreender as lógicas e os fundamentos do processo de “atualização” do território nesta parte do Brasil.

O processo de modernização e a atualização do território como questões centrais da pesquisa

O projeto de modernidade vinculado à idéia do Iluminismo e aos princípios humanistas e de emancipação do homem, aparece, logo no século XVII, rendido a um conjunto de técnicas e a um conjunto de posturas políticas que operam a racionalização da

vida, um conjunto de ações que impõe uma racionalização técnica às relações societárias, que, no dizer de Max Weber (1919, 2002), promovem o *desencantamento do mundo*².

É a partir de então que a técnica, com o passar dos tempos, se alia cada vez mais à ciência (tecno-ciência) (ELLUL, 1968; SANTOS, 1996), tornando-se a um só tempo responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo desenvolvimento da ação econômica capitalista³, ou seja, “(...) aquela [ação] que repousa na expectativa de lucros pela utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro” (WEBER, 1904, 2007, p.26).

Jürgen Habermas (1985, 2000), nas primeiras páginas de seu livro *O discurso filosófico da modernidade*, defende que a obra de Max Weber constituiu um dos esforços teóricos iniciais, dos mais importantes, voltados para a compreensão da modernidade. O mesmo autor reconhece que o trabalho de Weber, ao debruçar-se no estudo do processo de racionalização do mundo ocidental, é feito ao mesmo tempo em que ele descreve o desenvolvimento das sociedades modernas. Assim, J. Habermas (2000, p.5) afirma que os trabalhos sobre o tema “modernização” realizados no século XX, de uma forma ou de outra, retomam a problemática de Max Weber, reelaborando-a com novos instrumentos analíticos⁴. É a ciência sociológica que, também como um desdobramento da proposta weberiana, torna a modernidade um verdadeiro *conceito*, operacional às análises dos processos de racionalização/modernização, e não mais limitado ao contexto específico (a Europa dos *tempos modernos*) que aparece na obra de Max Weber. É assim que a “modernização” pôde ser expressa por Habermas da seguinte maneira,

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades

² O que ocorre é uma racionalização das relações humanas, no sentido crescente de formalização da razão na sociedade, onde “(...) a formalização da razão é homóloga à conversão da *natureza* em algo abstrato, apto a ser captado pelo *número*, isto é, quantificada. A este fenômeno Weber denominou *Entzauberung der Welt* (desencantamento do mundo). À formalização da razão corresponde uma natureza abstrata, pois à identidade de um Sujeito cognoscente é correlata a identidade e a permanência do mundo” (MATOS, 2006b, p.XV) (grifos no original).

³ “À primeira vista, a forma especial do moderno capitalismo ocidental teria sido fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é hoje essencialmente dependente da calculabilidade dos fatores técnicos mais importantes. Mas isso significa, basicamente, que é dependente da ciência moderna, em especial das ciências naturais fundadas na matemática e em experimentações exatas e racionais. Por outro lado, o desenvolvimento de tais ciências e das técnicas que nelas se apóiam recebe agora importante estímulo dos interesses capitalísticos quanto a suas aplicações econômicas práticas” (WEBER, 2007, p.31).

⁴ Habermas (2000, p.4-5) afirma, inclusive, que a palavra “modernização” é introduzida como termo técnico, ou seja, como trabalho técnico passível de realização, somente a partir dos anos 50 do século XX.

nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. (2000, p.5).

Destarte, o processo de modernização do mundo contemporâneo, que, como vimos, já não é recente, também ainda não se esgotou⁵, ao menos quando tomado nos termos de Habermas (2000, p.5) e também de Weber (1919, 2002). A fase que hoje vivemos, última e mais recente da modernidade, que pode ser reconhecida como o período atual de globalização, atesta que os processos de modernização ganham mesmo formas renovadas de ação e uma nova inserção e extensão territoriais, ainda que os princípios de emancipação do homem e de desenvolvimento social pleno não apareçam, a curto prazo, como um horizonte possível à maior parte da humanidade, justamente agora, quando as condições empíricas para tal mutação já se encontram estabelecidas (SANTOS, 2000).

Esta situação nos leva a crer, juntamente com Milton Santos, que o período moderno atual é, a um só tempo, um período e uma crise, guardando características destas duas situações, e que o projeto ocidental (e universal) de modernização, encarnado hoje nas promessas de uma globalização fabulosa (SANTOS, 2000), constitui uma farsa e uma perversidade à maior parte das nações. O atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, 2000), pleno de possibilidades novas para alguns, não se realiza do mesmo modo para todos, e coloca em xeque o conteúdo moderno e os discursos apologeticos da globalização como fábula. Ocorre hoje uma política pretensamente modernizadora, que orienta a técnica e a ciência, voltando-as para o atendimento de demandas corporativas e hierárquicas, ao mesmo tempo em que abandona uma série de necessidades comuns à maioria das sociedades e reforça o problema da escassez e da pobreza justamente entre os mais pobres.

Tendo em vista tal processo, pretendemos avaliar a potência desta modernização perversa e antagônica que se realiza no território, numa perspectiva de análise que pretende ser uma contribuição da geografia ao estudo das lógicas hierárquicas que o território brasileiro, e especialmente a Amazônia, conhecem neste início de século.

O tema da modernização de modo algum escapa às análises geográficas e às preocupações atuais referentes aos processos de transformação territorial. Baseando-se em W.

⁵ Deste modo, aqui, a idéia de existência de uma “pós-modernidade” não tem lugar em nossa análise, ao menos para os processos que desejamos analisar no território brasileiro. Conforme aponta Anthony Giddens – “(...) temos de olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1990, 1991, p.12-13).

Moore, Milton Santos defende que “(...) a modernização de um espaço consiste em unir-se econômica, política e socialmente ao mundo moderno”, o que nos leva também a considerar, necessariamente, que o mundo modernizou-se várias vezes, e que tal modernização se realiza de forma seletiva nos lugares (SANTOS, 1979, 2004a, p.32). Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p.207) entende que o debate da modernização implica, necessariamente, em reconhecer este processo como o avanço do capitalismo em todas as esferas da vida social, e é assim que podemos considerar que o “moderno” e o “novo” se impõem e arrastam tudo o mais, definem mesmo uma nova época e através de sua existência e extensão no espaço (re)definem regiões e lugares.

Com a preocupação de construir uma idéia de modernidade para a análise do território, María Laura Silveira prefere falar em “modernidades no plural”, já que, como recorte metodológico, as modernidades aparecem em cada um dos períodos, definindo respectivas modernizações. Indagando o que é a modernidade no território, a mesma autora afirma – “A modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção. A esse processo estamos chamando modernização” (SILVEIRA, 1999a, p.22).

Conjugando as noções de modernização de tais autores, temos como objetivo geral de pesquisa compreender as tensões e solidariedades existentes no processo perverso de modernização, e, especialmente, naquilo que estamos denominando “atualização do território” no sudoeste amazônico, a partir do levantamento e análise das transformações territoriais (novas possibilidades de uso do território) nos estados de Rondônia e Acre.

A idéia de atualização do território é justamente a de reconhecermos a face mais direta do processo de modernização territorial (seletiva e corporativa), que, a nosso ver, corresponde à instalação de objetos, normas e ações que conferem possibilidade de novos usos do território, muito funcionais às atividades voltadas aos interesses externos ao lugar e aos projetos hegemônicos da economia e da política, que aparecem normalmente como baluartes da modernização e do desenvolvimento.

Ancorados nestes pressupostos, defendemos a tese de que o processo de *atualização do território* no sudoeste amazônico se identifica, sobretudo, com um *processo limitado de modernização*, ou ainda uma modernização perversa, conservadora, parcial e deformada⁶, que

⁶ Estudando a dinâmica dos processos civilizatórios, Darcy Ribeiro (1998, 2005) entende que os processos desencadeados pela Revolução Industrial, ao estender pouco tempo mais tarde a atividade industrial aos países periféricos (ex-colônias) que desempenhavam na divisão internacional do trabalho a função de produtores agrícolas, acaba por desencadear nestes países um processo de “modernização reflexa, parcial e deformada” (2005, p.200), porque fruto de esforços de uma “atualização histórica” que redefine as suas infra-estruturas

se manifesta, portanto, como uma modernização seletiva e corporativa. Tal atualização do território é, assim, uma modernização corporativa que “queima etapas”, seleciona e exclui agentes e espaços. À primeira vista, o que estamos denominando de *atualização do território* se dá, de modo geral, com a instalação de novas infra-estruturas territoriais, com vistas a tornar o território apto e competitivo para um trabalho “moderno”, principalmente aquele trabalho que interessa a lugares e agentes externos. Por ocorrer deste modo, os esforços históricos de modernização do território no sudoeste amazônico ocorrem como processos de *modernização em crise*, já que os usos do território não se revelam orientados para as necessidades próprias do lugar, resultando numa situação de conflito entre, de um lado, ações e agentes que se impõem hegemonicamente e, de outro, agentes e ações hegemonizados. Trata-se de uma modernização seletiva e corporativa, que fragmenta o espaço ao invés de integrá-lo.

(...) as forças de modernização impostas tanto do interior como do exterior são extremamente seletivas em suas formas e seus efeitos. As variáveis modernas não são todas recebidas ao mesmo tempo nem no mesmo lugar, porque a história se tornou espacialmente seletiva. Com cada vaga de modernização, o impacto destas forças produz alterações na importância das diversas variáveis, cujas combinações dão a um ponto no espaço suas características. O resultado é uma grande instabilidade na organização espacial, com desequilíbrios e repetidos reajustes (SANTOS, 1979, 2003b, p.171).

Entretanto, e dialeticamente, ao mesmo tempo em que vetores verticais hegemônicos impõem ao conteúdo do território um sistema de objetos e de ações devida e previamente legitimados por um discurso ideológico muito caro à realização de seus próprios anseios (apregoando desenvolvimento e modernidade), um conjunto de ações e de objetos outros, portadores de racionalidades muito ligadas aos trabalhos cotidianos e à sobrevivência da sociedade local, resistem e ganham força no próprio lugar e fazem do território um verdadeiro abrigo (SANTOS, 1997a, 2000), construindo novas estratégias e criando localmente outras possibilidades de existência. Poderíamos mesmo dizer que, frente a uma atualização do território que é promovida e usufruída por agentes hegemônicos, a partir de uma divisão do trabalho que é imposta de fora, ocorre, concomitantemente, também uma *atualização do território* feita “*de baixo para cima*”, ou seja, por aqueles que necessitam construir outros

produtivas mas que acaba definindo novas formas de dependência, um *neocolonialismo* da periferia que garante nova fase de acumulação aos países cênicos do sistema mundial. Estamos tomando a noção de “atualização histórica” que este autor desenvolve quando se refere ao processo de expansão da atividade industrial, como uma referência para a construção, que aqui ensaiamos, de uma noção de *atualização do território*.

tipos de mecanismos e estratégias para a sobrevivência, ligados a uma divisão do trabalho pensada e praticada a partir do próprio lugar.

Tendo em vista as tensões que ocorrem entre estes diferentes projetos e diferentes racionalidades no processo de modernização, partimos da hipótese de que o processo de atualização do território no sudoeste amazônico, nos parece, é assegurado por projetos e intenções do poder público (que historicamente fornece recursos técnicos, financeiros e normativos para viabilizar o território para ação da empresa hegemônica), e que acabam por reforçar as desigualdades, aprofundando as fraturas territoriais. O território se fragmenta com um uso seletivo e corporativo, exatamente naqueles lugares vantajosamente mais densos tecnicamente e mais funcionais às atividades econômicas hegemônicas. São estes lugares que aparecem também como os mais dinâmicos e modernos (no mais das vezes também os mais obedientes às demandas externas).

Tais processos são componentes históricos da formação do território no sudoeste amazônico, desde os primeiros esforços de sua ocupação para a exploração da borracha até os dias atuais, quando novos arranjos normativos e novas atividades produtivas acabam se estabelecendo no lugar. Derivado de eventos comandados de fora, localmente o espaço se transforma a partir de vetores técnicos, políticos e culturais que aderem ao território para viabilizar novas funções às regiões/lugares. Da instalação de sistemas técnicos e de engenharia ou ainda da adição de novas normas territoriais, que renovam as possibilidades de uso do território, novas funcionalidades e solidariedades regionais vão redefinindo a divisão territorial do trabalho.

No entanto, o território não é inerte. Há que se pensar nas suas forças ativas, nos conteúdos pré-existentes aos processos perversos da modernização transformadora, representados pela presença e também pela força de atores que estão ligados ao lugar e que fazem deste a base material de sua existência, ou seja, e como já havíamos dito, o “território como um abrigo”. Não há como não constatar que a maior parte da população acaba por “observar” de forma “distante” as modernidades que ocorrem a partir dos processos de atualização hegemônica e hierárquica do território. A sociedade, sobretudo a parcela maior e mais pobre, participa juntamente nesse processo, mas não desfruta de suas vantagens, justamente porque estas são restritas a uma minoria de agentes.

A análise proposta nos instiga buscar possíveis contribuições para alguns questionamentos – Qual a lógica de instalação do conteúdo “novo”, “moderno” do território no sudoeste amazônico e quais as suas intenções? Quais são as estratégias de uso do território comandadas pelos novos agentes econômicos nesta porção do território nacional? De que

modo os conteúdos pretéritos do território são transformados e atualizados, e como se estabelecem as estratégias de resistência e de adaptação que coexistem com os esforços corporativos de atualização do território empreendidos por agentes exógenos?

Escopo da investigação e definição de um plano de pesquisa

A razão da existência de certos vetores de modernização e de todo um processo de fragmentação/compartimentação do território nos estados de Rondônia e Acre tornam-se evidentes quando contextualizamos o processo histórico da formação territorial nestas unidades da federação.

Tradicionalmente tidos como porções periféricas e pouco integradas ao conjunto do território nacional, ambos os estados conhecem recentemente o reforço do que estamos aqui denominando como “atualização territorial”, com a presença pontual de um sistema de objetos técnicos modernos e novos usos do território que se dão de forma intimamente ligada à acumulação concentradora do capital por grandes grupos e corporações nacionais e estrangeiros.

Conforme analisa Bertha Becker, a Amazônia conhece atualmente uma tendência de esgotamento da “fronteira móvel”, com estabilização dos processos migratórios, diminuição progressiva do desmatamento (com a desaceleração da incorporação de novas áreas) e a afirmação de uma agricultura moderna, novidade histórica na região que, até há pouco tempo, tinha como base de sua economia o extrativismo mineral, vegetal e pesqueiro (BECKER, 2004, 2006, p.76). É assim que os estados de Rondônia e Acre encontram-se na atualidade tangidos por um conjunto de vetores de modernização que visam tornar o território mais competitivo, ou seja, viável às intenções de agentes corporativos que atuam na região.

No entanto, em que pese a força destes vetores que historicamente refazem a constituição do território com vistas aos interesses externos, localmente são constituídas estratégias que elucidam projetos outros, voltados para a manutenção da vida a partir de uma ordem pautada nos interesses das próprias gentes que habitam o lugar. Todo este processo de “atualização”, esta inserção do “novo” no lugar, não ocorre em um espaço vazio e inerte. Não há como negar a existência de populações tradicionais (ribeirinhos e indígenas) e de famílias de agricultores que ancoram suas práticas produtivas numa agricultura não-moderna de consumo local, ou ainda a população pobre que engrossa o circuito inferior da economia nas cidades.

Na esteira do processo de modernização, estas dinâmicas que mantêm as atividades tradicionais e usos do território com vistas ao próprio lugar se impõem como rugosidades e encontram-se ora ameaçadas pelas novas estratégias de produção que alcançam a região, ora figuram como território usado que resiste e se impõe como alternativa às lógicas hegemônicas.

Assim, observamos que o território no sudoeste amazônico configura-se como um mosaico, um híbrido de atividades e espaços modernos e não-modernos, porque ora acolhe vetores ditos mais “dinâmicos” da economia, com atividades que muitas vezes se voltam para mercados longínquos (pecuária e soja, por exemplo), ora abriga atividades tradicionais e pouco intensas em capital (pesca, extrativismo, agricultura camponesa, denso circuito inferior da economia urbana), que constituem a maior parte do trabalho local e são a base econômica de grande parte da população e de regiões que aparecem, no entanto, como residuais nas políticas operadas pelo poder público.

Partindo destes pressupostos, e fundamentados na proposta de método de uma geografia crítica renovada, pudemos traçar um plano de pesquisa que acreditamos ser um caminho vantajoso para a elucidação das questões. Assim é que elaboramos uma periodização, partindo das situações geográficas encontradas, ou seja, das formas-conteúdo do território, considerando a gênese do processo de formação territorial. Daí toda a consideração do espaço prévio (Primeira Parte) como condição imanente dos processos de atualização recente do território, que hoje (pós década de noventa) são processos que viabilizam projetos políticos corporativos e que dão nova feição aos usos do território no sudoeste amazônico, configurando uma atualização dos nexos contemporâneos da exploração capitalista (ou seja, o que chamamos de lógicas exógenas), tanto no que se refere aos sistemas de atividades agropecuárias, quanto à dinâmica das atividades urbanas (Segunda Parte). Por fim, tratamos de analisar o que aqui chamamos de dialéticas endógenas (Terceira Parte), ou seja, a existência de uma outra lógica, outra racionalidade ritmando o tempo das atividades da maior parte da sociedade no lugar. A co-presença dessas lógicas, seus ritmos e temporalidades distintas, co-existem contraditória e complementarmente criando tensões sociais, fragmentações territoriais, dado exatamente a desigual divisão territorial da riqueza (entenda-se, do trabalho). Tal dialética endógena produz, no lugar, ao lado da atividade agrícola moderna, o campo não moderno, ao mesmo tempo em que, nas áreas urbanas, convivem tensamente um circuito superior (que também é alvo de modernização recente) e o circuito inferior da economia.

Reconhecendo que a tarefa de delimitação e hierarquização das variáveis geográficas é um exercício muito particular à análise de cada subespaço (SANTOS, 1985, p.4), estamos considerando que a análise destas diferentes situações pode ser oportuna para compreendermos as dinâmicas atuais do território usado na região em estudo, cabendo ainda definirmos as variáveis que aparecem como mais significativas à tarefa de explicarmos os processos de modernização do território⁷.

O estudo destas situações envolve a análise de diferentes fatos, porque todas as investigações partem essencialmente de *fatos*⁸ (SARTRE, 1939, 2007, p.14). No entanto, é somente pela análise de um conjunto de fatos e de circunstâncias que acreditamos mais significativos (o trabalho de seleção e hierarquização), que podemos eleger os fenômenos que mais interessam à atividade da pesquisa e utilizá-los como elementos da elaboração de uma idéia válida para a compreensão das dinâmicas do território em sua totalidade e em processo permanente de totalização. “É uma totalização permanente que se totaliza sem cessar; os fatos particulares nada significam, não são nem verdadeiros nem falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em curso” (SARTRE, 1979, p.30). Mas a tarefa da análise exige, ao mesmo tempo, que a façamos a partir de suas partes, pela particularidade de suas situações, pelas suas totalizações parciais. Nas palavras de Milton Santos, “O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento pelo qual o único se torna múltiplo e vice-versa” (SANTOS, 1996, p.97).

⁷ Tendo em vista que o processo como um todo não pode ser abarcado, pois escapa a qualquer exercício analítico, sempre datado e parcial, uma hierarquia e seleção das variáveis de pesquisa se impõe como necessário. Esta questão da delimitação e do exercício de seleção e hierarquização das variáveis nos estudos geográficos aparece com muita frequência entre autores como Milton Santos (1985; 1997), María Laura Silveira (1999a, 1999b) e Denise Elias (1998).

⁸ J-P. Sartre (1939, 2007) nos ensina que toda a investigação deve partir antes de tudo dos *fatos*, mas que a esses devem ser somados esforços de elaboração de uma síntese e de um sentido, para que sejam significativos à atividade de pesquisa – “Se nos perguntamos o que é um fato, vemos que ele se define como algo que se deve *encontrar* no curso de uma pesquisa, e que se apresenta sempre como um enriquecimento inesperado e uma novidade em relação aos fatos anteriores. Portanto, não se deve esperar dos fatos que eles se organizem por si mesmos numa totalidade sintética que forneceria por si mesma sua significação” (p.14). “Esperar o fato é, por definição, esperar o isolado, é preferir, por positivismo, o acidente ao essencial, o contingente ao necessário, a desordem à ordem; é transferir para o futuro, por princípio, o essencial (...)” (p.16) (grifos no original). “Convencido de que os fatos nunca são aparições isoladas, que, se eles se dão em conjunto, é sempre na unidade superior de um todo, que estão ligados entre si por relações internas e que a presença de um modifica o outro na sua natureza profunda” (SARTRE, 1946, 1979, p.26). Milton Santos também oferece a seguinte postura perante os fatos – “O fato é somente um exemplo; o exemplo não é mais do que uma coisa entre outras. Isso exige um trabalho de construção sistemática, o qual só pode aparecer depois de um esforço para elaborar idéias, que é de uma certa maneira independente dos exemplos que lhes serviram de base” (1978, 2004b, p.150).

Assim, ainda que tenhamos selecionado para a análise algumas situações, que, por sua vez, serão analisadas a partir de variáveis e fatos também delimitados e hierarquizados, o exercício que fazemos é o de a todo tempo tomar tais situações em conjunto (sobretudo através dos seus nexos), porque somente quando vistas em conjunto tais situações oferecem um quadro analítico vantajoso para a compreensão de processos mais amplos, que almejam a busca da compreensão do espaço geográfico, servindo assim de modo proveitoso para elucidarmos as razões de ser do processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia.

PRIMEIRA PARTE:
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PRÉVIO
NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA

Como estudar a geografia sem nos demorarmos no próprio conteúdo do espaço? Nossa opção de método parte deste pressuposto, ou seja, é do próprio espaço geográfico – conjunto indissociável de sistemas de objetos (trabalho morto, acumulado, materializado) e de sistemas de ações (trabalho vivo, em processo permanente de realização) (SANTOS, 1996) que podemos surpreender as manifestações do uso e da transformação do território.

A busca por uma análise que reconheça o processo de modernização do território por si só evidencia que o Tempo e a História não nos podem escapar nos estudos geográficos. É o tempo, ou melhor, uma compreensão das dinâmicas sociais no bojo do processo histórico, que nos permite conferir significado aos objetos e ações no período presente, compreendendo suas transformações de ordem material e social, o que implica reconhecermos que cada configuração territorial contemporânea a determinado período resulta, e ao mesmo tempo produz, um novo significado ao território e ao trabalho nele realizado. Daí o necessário esforço de encontramos os eventos motores que a cada período regem as dinâmicas do espaço geográfico. É assim que os acontecimentos (os eventos) definem situações geográficas que se realizam nos lugares (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1999b) dotando-os de novos significados e funcionalidades.

Se os objetivos de nossa pesquisa estão ancorados na idéia de compreender o processo de modernização e atualização dos conteúdos do território, faz-se necessário que nossa preocupação inicial seja a de estabelecer um esquema analítico capaz de demonstrar as forças motoras que inserem novas formas-conteúdos no sudoeste amazônico, esquema este que, ao mesmo tempo, possa reconhecer os vetores que conformam as sucessivas configurações territoriais, procurando demonstrar de que modo e por quais meios os eventos se estabelecem na região, transformando-a sucessivas vezes. Mais ainda, se nossa preocupação é a de compreender a região em suas dinâmicas atuais, é preciso reconhecer o “peso” que a história promoveu e promove, impondo-se de modo a estruturar as práticas sociais, o território usado na atualidade. Trata-se de estabelecermos algumas variáveis que, exploradas neste primeiro momento analítico, sirvam de referência para a compreensão destes contextos e circunstâncias anteriores ao espaço geográfico tal como ele se apresenta hoje, um espaço pretérito que estamos aqui denominando como “espaço prévio”.

Impõe-se, deste modo, um exercício de periodização que nos permita reconhecer e observar a direção conservadora ou transformadora dos processos (RIBEIRO, 2001, p.35). Como adverte Milton Santos (1996), a técnica, ou melhor, o fenômeno técnico, na sua total abrangência, aparece como elemento central do exercício de periodização, pois oportuniza a

produção de uma análise que contempla, de forma indissociável, o tempo e o espaço, os sistemas de objetos e os sistemas de ações, alcançando a noção de espaço geográfico (SANTOS, 1996, p.31).

Nesta primeira parte do trabalho, pretendemos oferecer uma visão dinâmica do conteúdo do território; dinamismo este que implica reconhecer suas transformações ao longo do tempo, numa interpretação que pretende revelar os conteúdos do espaço (e suas razões de ser), de dentro do próprio território, buscando compreender as formas como o território vem sendo transformado com as novas presenças técnicas (SANTOS, 1996, p.30), o que significa novas possibilidades de uso e novas configurações do trabalho e da sociedade nele contidos. Assim, uma compreensão que pretende reproduzir os contextos territoriais a partir das transformações técnicas, mas também recuperando as orientações políticas de cada período (pela força que estas possuem na orientação do uso do território) (SANTOS, 2000), parece ser um caminho fértil para recompor contextos territoriais pretéritos.

O início do século e a inserção do sudoeste amazônico na divisão internacional do trabalho, nos parece, são marcados por uma idéia de “progresso” que, tomando um espaço previamente ocupado por populações indígenas, funda uma primeira idéia de modernização do território que dá início à formação de um meio técnico ainda incipiente, mas que garante a realização do trabalho extrativista no interior da floresta, justamente num momento em que tal atividade rende altos lucros no mercado externo.

Mais tarde, quando a empresa extrativista perde importância econômica e política, a região, que por algum tempo parece estar à deriva das políticas nacionais, torna-se alvo de um “discurso desenvolvimentista” que propõe um projeto de desenvolvimento e modernização, mais uma vez com vistas ao estrangeiro, em grande parte um projeto técnico-econômico voltado para a instrumentalizar o meio geográfico de forma vantajosa para o desenvolvimento de atividades como a pecuária extensiva e a mineração, reforçando a compartimentação territorial.

A história recente da região (final do século XX até o presente) parece denunciar a persistência do contexto de crise, ao mesmo tempo em que revela a existência de um novo projeto que, mais uma vez, é posto em prática por forças externas ao lugar e com vistas a tornar algumas atividades (e os seletos espaços onde estas se desenvolvem) mais competitivas. É esta racionalidade apologética da competitividade (SANTOS, 1994a, 2000) que parece reger o uso do território no sudoeste amazônico no período presente, agora já subsidiada por um sistema de objetos técnicos e de normas que trazem para a região a ideologia da “eficiência”.

CAPÍTULO 1

A CONQUISTA DO MEIO NATURAL E A DEMANDA EXTERNA COMO MOTOR DA ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Tal como na formação do território brasileiro, na histórica formação do sudoeste amazônico também imperaram projetos políticos e econômicos que, estabelecidos de forma conjunta, serão os responsáveis pela ocupação desta porção do território. Com a natureza própria dos espaços derivados (SANTOS, 1978), o uso territorial na região se deu em função, sobretudo e repetidas vezes, de lógicas externas ao lugar e mesmo ao país.

Numa perspectiva histórica que parte muito mais do ponto de vista do colonizador, e em detrimento dos muitos povos que na Amazônia foram sendo colonizados, poderíamos pensar que o povoamento desta região fora um caso histórico inteiramente fortuito, como dissera Euclides da Cunha (1909, 1975, p.55), ao afirmar que a história desta parte da Amazônia se confunde mesmo com a história do extrativismo – caso não existisse a seringueira (*Hevea Brasilienses*), árvore de onde se extrai o látex (ali encontrada naturalmente em grande quantidade), bem como a crescente demanda externa por esta matéria-prima a partir do final do século XIX, esta região não existiria, ao menos do modo como se deu a sua ocupação e conquista.

Registros datados do século XVIII⁹ já apontam largamente o uso da borracha por indígenas amazônicos e pouco tempo mais tarde tal recurso surgiria como novidade na Europa e nos Estados Unidos para ser usado como matéria-prima valiosa para a indústria. “Nos últimos anos do Brasil-Colônia, a borracha na forma de sapatos, garrafas, bolas, seringas, manufaturados no Pará, chegava aos Estados Unidos em grande quantidade. A Europa se dedicava a encontrar meios práticos de utilizar, mais largamente, o leite vegetal da Amazônia” (TOCANTINS, 1998, p.31). E o extrativismo do látex constituiu importante fase na economia da região e do Brasil entre o final do século XIX e início do XX¹⁰.

A exploração desta matéria-prima em curto período de tempo fez surgir importantes cidades comerciais em meio à floresta amazônica, como é o caso de Belém, principal centro comercializador do produto, seguido por Manaus, cidades estas que se tornaram também

⁹ “Desde o século dezoito, um francês, Charles Marie de La Condamine, revelara na Academia de Ciências de Paris a existência de uma resina, branca como o leite, que escorria do caule da árvore ferida por objeto cortante”. “(...) os cientistas previam um grande futuro para a resina amazônica” (TOCANTINS, 1998, p.31).

¹⁰ A borracha foi neste período o segundo maior gênero de exportação do país, perdendo apenas para o café cultivado no Rio de Janeiro e em São Paulo.

entrepostos da distribuição de mercadorias para os seringais (unidades de extração da borracha) no interior da floresta¹¹.

Entre 1880 e 1910 o preço da borracha triplica na Amazônia (BECKER; EGLER, 2003, p.110), fazendo com que a exploração do produto se intensificasse no interior da hiléia e ao mesmo tempo aumentasse o contingente de migrantes nordestinos que constituía a principal força de trabalho na região. Assim, os primeiros esforços de fixação do homem branco para fins de uso econômico do território na porção sudoeste da Amazônia ocorrem a partir das terras que hoje compõem o Estado do Acre, ocupação esta que se inicia no último quartel do século XIX.

O mercado da borracha, que era composto principalmente por Europa e Estados Unidos, ávido que se encontrava pelo produto brasileiro, dinamizava a economia e fomentava o avanço da ainda incipiente ocupação da floresta, fazendo com que a hostilidade do meio aos poucos fosse vencida. O interior da Amazônia constituía praticamente em sua totalidade um meio natural repleto de obstáculos, tal qual a densa cobertura vegetal da floresta, doenças tropicais (sobretudo a malária), os altos índices de pluviosidade e temperatura, ainda que a navegabilidade da extensa rede hidrográfica favorecesse o avanço das embarcações no seu interior. A dispersão dos homens e do trabalho extrativista se dava em função dos cursos dos rios, único meio de transporte utilizado para o avanço do desbravamento e a fixação de novos pontos de colonização na floresta. É assim que “Através da exportação da borracha, a região veio a se integrar ao mercado internacional antes mesmo de se integrar ao resto do Brasil. Não obstante a resistência simbólica do governo central, em 1867 o rio Amazonas foi aberto à livre navegação” (BECKER; EGLER, 2003, p.62).

Mas o território há muito já era habitado por tribos indígenas que, desenvolvendo seus próprios sistemas técnicos de forma isolada, se distribuem em núcleos localizados nos altos vales dos rios Juruá e Purus, e também ao longo dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e seus tributários¹². Estes povos significavam de início uma primeira ameaça aos brancos, que

¹¹ “Devido às condições peculiares do processo de extração e beneficiamento da borracha, bem como de sua orientação para o mercado externo, as capitais amazônicas funcionavam como centros de um grande sistema de drenagem, que através da vasta rede fluvial ligavam os seringais aos mercados externos. Em Belém e Manaus encontravam-se as grandes firmas exportadoras que monopolizavam o mercado da borracha; estas filiais de empresas alemãs, inglesas, norte-americanas e francesas dominavam o mercado exportador e, gradativamente, subordinaram os diversos agentes internos envolvidos na produção” (BECKER, EGLER, 2003, p.110).

¹² Nas terras que hoje compõem o estado do Acre, os povos indígenas eram principalmente os seguintes – Janinawa, Manchineri, Aikana, Shanenawa, Katukina, Marubo, Ashaninka (Kampa), Kaxinawá, Kulina, Kulina Madija, Nukini, Poyanawa, Arara, Apurinã, Kinikinawa, Yawanawá (KAXINAWÁ, 1999; ACRE, 2005). Em Rondônia, o território era ocupado por tribos Cinta-Larga, Suruí, Zoró, Gavião, Arara, Nambiquara, Latundé, Aikaná, Biribiá, Sakirabia, Kuratega, Makurap, Massaká, Canoé, Pakaa-Nova, Uru-eu-wau-wau, Urupá-in, Karitiana, Karipuana, Kaxarari (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

acabaram por dizimar quase que por completo tribos indígenas inteiras. Visto como um elemento a mais da natureza, o índio acabou por constituir mais um obstáculo a ser vencido pela nova civilização que ocupava a floresta.

A ocupação das terras que compõem o atual estado do Acre é exemplo nítido do avanço e ocupação da floresta por esta “nova civilização” forjada nos interesses da empresa extrativista, tratando-se, inclusive, de terras que por direito pertenciam à Bolívia e que foram anexadas ao Brasil apenas em 1903. Em meados do século XIX as terras acreanas já haviam sido exploradas por expedições científicas brasileiras e estrangeiras¹³ que já apresentavam interesse pela borracha.

O Brasil era até então o único fornecedor em larga escala desta matéria-prima, que começa a ser empregada no desenvolvimento de pneumáticos e sobretudo na indústria automobilística a partir de 1895, após a descoberta do processo de vulcanização¹⁴, que foi capaz de tornar a resina mais resistente e propícia para largo emprego nas atividades industriais. Comercializada com altas cotações, a borracha rendia lucros fáceis e garantia o enriquecimento dos seringalistas (donos de seringais) e de uma elite urbana ligada à administração da província e à comercialização do produto, que se localiza principalmente em Belém e Manaus.

Juntamente com o interesse mercantil em explorar ao máximo a borracha existente na Amazônia, outros fatores são normalmente relacionados ao processo de ocupação das terras no sudoeste amazônico. No ano de 1877, uma grande seca ocorrida no sertão do semi-árido brasileiro fez com que expressiva quantidade de pessoas migrasse para terras amazônicas. É assim que os altos cursos dos rios Purus e Juruá e boa parte do alto vale do rio Madeira (alcançando os rios Abunã, Machado, Preto, Jamari, Candeias, Jaci-Paraná e Mutum-Paraná) (PARAGUASSU-CHAVES, 2001, p.108) foram sendo ocupados por migrantes nordestinos.

A ausência de mão-de-obra para o trabalho na floresta não constituía a única limitação à expansão da exploração da borracha no território. Existiam áreas onde o látex também já era explorado por migrantes, mas eram áreas em que os sistemas de comunicação eram precários devido à dificuldade de transporte, o que ocorreu, por exemplo, em grandes extensões de terra que compõem o atual estado de Rondônia, cuja única alternativa de movimento da produção

¹³ Em 1852 as terras acreanas foram exploradas inicialmente por um pernambucano, Serafim da Silva Salgado, a mando do presidente da província do Amazonas. Mais tarde outros exploradores apareceram, como é o caso de Manuel Urbano da Encarnação e João da Cunha Corrêa, bem como o inglês Willian Chandless, da Real Sociedade de Geografia de Londres, em 1864 (TOCANTINS, 1998, p.32).

¹⁴ “As descobertas, quase simultâneas, do processo de vulcanização por Thomas Hancock, na Inglaterra (patente expedida a 30 de maio de 1844), e Charles Goodyear, nos Estados Unidos (patente concedida a 15 de junho de 1844), abriram um vasto horizonte para industrializar a borracha, até então restrita a pequenas aplicações” (TOCANTINS, 1998, p.31).

era dificultada pela presença de cachoeiras e corredeiras nos altos cursos dos rios Madeira e Mamoré (trecho com cerca de 400 km, entre as atuais cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho). Com a presença de vários seringais nestes vales, os interesses de integração dessa grande porção do território¹⁵ se dão em torno da construção de uma ferrovia, que, permitindo uma integração mecânica, facilitaria e tornaria competitiva a exportação da borracha produzida tanto em território brasileiro como no território boliviano.

Já em 1861 o governo da Bolívia propõe ao Brasil a construção de uma ferrovia, em território brasileiro, paralela aos rios Mamoré e Madeira (FERREIRA, 2005, p.62). Anos mais tarde, o Brasil, contando com empenho político e também com recursos bolivianos, efetua uma série de estudos para a construção do novo sistema de engenharia que pretendia ligar o interior do país ao litoral através de uma via férrea. A partir de então, várias foram as tentativas de construção da ferrovia.

No ano de 1872, em frente à primeira queda do Madeira, num lugar denominado Santo Antônio (proximidades da atual cidade de Porto Velho), uma empreiteira britânica inicia a construção da *Madeira and Mamoré Railway*. Mas em 1879, tendo construído apenas seis dos mais de trezentos quilômetros inicialmente previstos, a empresa desiste do projeto.

É desta forma e com claros objetivos de viabilizar a produção da borracha, que o sudoeste amazônico começa a se solidarizar e se organizar em torno da atividade extrativista com vistas ao mercado internacional. Nas terras que viriam a constituir o território do Acre, os seringais vão sendo formados e acabam por extrapolar as terras do Amazonas em direção à Bolívia. Na então província do Mato-Grosso, em suas porções mais isoladas e pouco povoadas, o extrativismo fazia projetar na floresta um novo sistema de engenharia (ferrovia) que por vezes parecia obra impossível de ser realizada naquela região, no final do século XIX. Aos poucos, os condicionantes da natureza foram sendo vencidos, e a nascente sociedade local foi imprimindo na paisagem novos elementos culturais e técnicos, resultado e resultantes da atividade de exportação da borracha.

¹⁵ É preciso lembrar que já no século XVIII os portugueses haviam instalado, no ano de 1756, o Real Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé (cerca de 300 km da atual cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia), na então província do Mato Grosso, visando defender as terras da colônia e demarcar fronteira com a Bolívia, construção essa que seria abandonada em menos de um século. No entanto, desde os séculos XVII e XVIII, os primeiros exploradores portugueses e brasileiros, além de alguns colonizadores jesuítas, já descreviam as adversidades do meio e a dificuldade em vencer as quedas d'água nos rios Mamoré e Madeira. Os exploradores de minérios do Mato Grosso, na metade do século XVIII, parecem ter sido os primeiros a atravessar a região através destes rios, descendo o Guaporé, ganhando o Mamoré e vencendo o trecho encachoeirado do Madeira para depois navegar com facilidade até o Amazonas, encontrando assim uma ligação entre as minas de Mato Grosso até Belém do Pará. Foi Manoel Félix de Lima o primeiro a realizar viagem por este trajeto, no ano de 1742. Em 1750 esta via de ligação pelas águas do Madeira, bem como a dificuldade de transportar os trechos encachoeirados, já eram bem conhecidas e utilizadas pelos exploradores das minas mato-grossenses (FERREIRA, 2005, p.33).

O Acre formou-se justamente neste mesmo processo, configurando uma “região” que ultrapassava limites políticos internacionais. De fato, as fronteiras políticas estavam pouco definidas ou mesmo indefinidas¹⁶ - se as terras pertenciam à Bolívia por direito, elas eram ocupadas de fato apenas por aqueles brasileiros, pioneiros na exploração da borracha. A língua falada era o português, as relações econômicas e políticas se davam a partir de Belém e Manaus, tudo na região que então se formava convergia, política e economicamente, para o território brasileiro, e a conquista do território de fato não pode escapar ao Brasil.

É desta ocupação por migração (em sua maioria nordestinos) e da afirmação da primeira vocação econômica (a exploração da borracha), que as terras do Acre tornaram-se brasileiras. Diga-se de passagem, travaram-se verdadeiras batalhas que perduraram vários anos até que as terras fossem integradas de modo definitivo ao Brasil¹⁷.

Em meio a estas tentativas de independência e anexação do Acre pelo Brasil, a Bolívia resistiu como pode à perda de parte de seu território. Instalou no rio Acre barreiras alfandegárias que cobravam impostos de seringalistas brasileiros (na altura da cidade de Puerto Alonso, mais tarde denominada Porto Acre, por Luis Galvez); instituiu em 1901 uma normatização territorial até então inédita na América, o *Bolivian Syndicate*, que, como numa espécie de arrendamento do território entregou o Acre para ser explorado, por um período de trinta anos, a uma companhia internacional com sede em Nova Iorque, formada por capitais de banqueiros estadunidenses e ingleses. Somente em 1903, através da “Revolução Acreana”, o *Bolivian Syndicate* e os bolivianos, vencidos pela guerra, entregam definitivamente o território que passa a constituir a “Estado Independente do Acre” (com Plácido de Castro como presidente), para, finalmente, integrar o território brasileiro, com a firmação do Tratado de Petrópolis¹⁸ entre Brasil e Bolívia.

¹⁶ Os limites entre Brasil e Bolívia estavam acordados no Tratado de Madri, de 1750, e para esta porção do território, os limites políticos eram fixados pela linha “Madeira – Javari”, no entanto, no terreno, a mesma não estava claramente identificada. Quando os dois países se tornam independentes, as fronteiras estavam totalmente indefinidas. No ano 1867, um novo Tratado, o de Ayacucho, define uma nova paralela como limite territorial – a confluência dos rios Beni e Madeira até encontrar as nascentes do Javari, ainda incógnita (TOCANTINS, 1998, p.34). Assim, a ocupação das terras obedeceu apenas as possibilidades de maior lucro com a exploração da borracha, deixando os limites político-administrativos, pouco definidos que eram, em segundo plano.

¹⁷ Não nos interessa aqui resgatar por completo e minuciosamente a saga que compõe a história da formação do Acre, mas é importante destacar que o conjunto de terras que hoje compõem o estado conheceu uma atribulada vida político-administrativa. Tornou-se República Independente do Acre, organizada pelo espanhol Luis Galvez Rodrigues de Arias, em 14 de julho de 1899, mais tarde, e com o ocaso da “República de Galvez”, torna-se Estado Independente, com a chamada “Revolução Acreana” liderada por José Plácido de Castro, que empreendeu várias batalhas armadas no vale do rio Acre entre 06 de agosto de 1902 e 24 de janeiro de 1903, quando da rendição definitiva dos bolivianos. De certo modo, todos os esforços empreendidos por Luis Galvez e Plácido de Castro tiveram o apoio do governo do Amazonas e do Brasil. Maiores detalhes são encontrados nas obras de Leandro Tocantins (1998) e Manoel Ferreira Lima (1984).

¹⁸ “Através do Tratado de Petrópolis o Brasil incorporou ao seu território 181.000 quilômetros quadrados de terra. A Bolívia, em troca, recebeu terras brasileiras devolutas no Estado do Mato Grosso e espaços em lagoas

Além da anexação definitiva do Acre, outro fator de consolidação da ocupação efetiva do território no sudoeste amazônico deriva diretamente da firmação do Tratado de Petrópolis. Trata-se da obrigatoriedade assumida pelo Brasil em construir a ferrovia que iria transpor o trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré, tornando viável a produção de borracha na porção oriental do território boliviano¹⁹.

O traçado do novo sistema de engenharia deveria ser próximo ao curso dos rios Madeira e Mamoré, para servir de meio de escoamento da produção realizada tanto no território brasileiro quanto boliviano. Aliás, a Bolívia produzia maior quantidade de borracha do que o Brasil naquela região, e era a principal interessada na instalação da ferrovia.

Pela demanda externa crescente do produto, e tendo como motor a revolução industrial e a expansão dos mercados das manufaturas na Europa, a Amazônia brasileira ganhava um novo papel na divisão do trabalho (internacional e nacional) e também uma valorização no que se refere às estruturas regionais produtivas do país. É assim que, no sudoeste amazônico, principal produtor de borracha na Amazônia, se estrutura, na virada do século XIX para o XX, uma região muito particular, totalmente organizada em torno da empresa extrativista. O interior da hiléia será ocupado por homens brancos em busca dos lucros com a exploração da borracha em territórios já ocupados por sociedades indígenas. Aos poucos, o português predomina como idioma e os migrantes nordestinos constituem a base da força de trabalho que se adaptava ao empreendimento extrativista e às condições do meio.

À grande extensão territorial onde as atividades econômicas se desenvolviam de forma solidária ao mercado externo, será agregado um novo sistema de objetos técnicos que, inicialmente, fora representado quase que exclusivamente pela presença das unidades produtivas – os seringais. Estes eram constituídos de enormes extensões de terra, imprecisamente demarcadas, ocupadas sem garantias de posse definitiva, em sua maioria cobertas por florestas entrecortadas pelas “estradas de seringa” (trilhas abertas na floresta para o trabalho de “corte” da seringueira), configurando assim os caminhos onde cada seringueiro

fronteiriças. O Brasil construiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para servir de escoamento à produção do oriente boliviano. Concedeu liberdade de trânsito nos rios amazônicos e facilidades aduaneiras” (TOCANTINS, 1998, p.48).

¹⁹ A implantação da estrada de ferro pelo Brasil foi uma das mais importantes exigências da Bolívia quando da entrega definitiva das terras acreanas ao Estado brasileiro. A cláusula VII do Tratado de Petrópolis deixa clara a obrigatoriedade do Brasil em construir a ferrovia – “Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso) [toda a área que compõe o atual estado de Rondônia pertencia até então ao Mato Grosso], chegue a Vila Bela (Bolívia), na confluência com do rio Beni com o Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas” (FERREIRA, 2005, p.189).

é responsável pela exploração das árvores, que, dispostas de forma dispersa e espaçada, impõe aos trabalhadores a tarefa diária de percorrer horas mata adentro, isolados por vezes a dias de distância da sede do seringal (geralmente localizada nas margens de um rio que se presta como via de transporte e onde se encontra a residência do seringalista e o armazém)²⁰.

De certo modo o extrativismo da borracha constituía uma atividade harmoniosa com a natureza, com pouca transformação técnica da floresta. Difíceis e nada harmoniosas eram as condições de trabalho dos seringueiros, bem como as relações destes com os patrões seringalistas. Darcy Ribeiro descreve a economia da região, a qual ele denomina “Brasil caboclo”, do seguinte modo,

Nessa economia, a terra em si não tem qualquer valor e a mata exuberante que a cobre só representa obstáculo para alcançar aquelas raras espécies realmente úteis. Não se cogita, por isso, de assegurar a posse legal das terras, como é o caso das regiões de economia agrícola ou pastoril. O que importa na Amazônia é o domínio da via de acesso que leva aos seringais e a conscrição da força de trabalho necessária para explorá-la. Esse domínio não assume senão acidentalmente, a forma de propriedade fundiária, sendo obtido por concessão governamental, nos raros casos em que se torna indispensável, e imposto efetivamente por quem dispõe dos meios de transporte. A conscrição da mão-de-obra é alcançada pelas formas mais insidiosas de aliciamento e mantida mediante o uso da força, combinado com um sistema de endividamento do qual nenhum conscrito pode escapar (1995, 2006, p.294).

A demanda externa pela borracha define a primeira funcionalidade da região, tanto no contexto internacional quanto na economia interna. Estavam firmados os indícios de formação de uma região nova, com características socioculturais e produtivas extremamente originais no contexto do território brasileiro.

Fato é que, se as terras que hoje compõem os estados do Acre e de Rondônia estavam solidariamente organizadas em torno da empresa extrativista e estritamente ligadas ao capital financeiro externo, localmente, o território que compreende o sudoeste da Amazônia apresenta pouca ou nenhuma articulação interna. Tudo provinha de fora, do alimento mais necessário à vida simples dos seringueiros até os produtos luxuosos importados da Europa pelos seringalistas. Nada além da borracha era produzido nos seringais desta parte do país.

Assim, a Amazônia de forma geral, e o sudoeste amazônico de modo particular, constituem por excelência o que Milton Santos e María Laura Silveira (2001) denominam *espaço do fazer*. Com formação e função territoriais ligadas diretamente às demandas e

²⁰ Caracterizações ricas em detalhes sobre a organização do seringal, o modo de vida dos seringueiros e o sistema de trabalho nos seringais amazônicos foram muito bem feitas nos romances *Terra caída*, de José Potyguara (1961, 2007), e *Seringal*, de Miguel Jeronymo Ferrante (1972, 2007).

ordens do mercado externo, o sudoeste amazônico já nasce com caráter de espaço internacionalizado.

A monofuncionalidade e a especialização do território para a produção não permitiam o estabelecimento de uma vida de relações para além daquela que se dava entorno do circuito produtivo da borracha. Não existiam complementaridades econômicas entre áreas vizinhas ou mesmo entre seringais próximos, que funcionavam praticamente de forma autônoma. É assim que a Amazônia brasileira da virada do século XIX para o século XX constituía mais uma “ilha” do “Brasil arquipélago” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), uma região muito funcional às demandas do mercado externo e pouco integrada às outras regiões do país.

CAPÍTULO 2

IDEOLOGIA DO “PROGRESSO”, MODERNIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO MEIO TÉCNICO

A Amazônia brasileira enxergou no dinamismo e nos lucros iniciais da atividade extrativa da borracha a possibilidade de constituir-se como uma “região moderna”, desde o início do século XX. Da forma como o meio geográfico era explorado (com grande peso dos condicionantes naturais), com os cursos fluviais servindo de meio de transporte (verdadeira condição de produção para o trabalho), foram sendo definidos diferentes arranjos regionais voltados para a produção da borracha no interior da floresta.

A acumulação capitalista a partir da atividade extrativista na Amazônia era legitimada por um discurso de progresso, onde também houve lugar para a idéia de modernização. Um verdadeiro processo de “ecumenização” terá início em áreas até então “não ocupadas” pela “civilização”, o que significou também violência e aculturação dos povos que preexistiam no lugar. Novos rios foram desbravados, cidades surgem no interior da floresta experimentando as modernidades da época e as tendências européias²¹ e a implantação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré aparece como o signo mais acabado do moderno na Amazônia. Tanto a ocupação de diferentes bacias hidrográficas que estavam sendo exploradas, como a implantação de algumas infra-estruturas que subsidiam o trabalho extrativista, irão promover o surgimento de um espaço funcional à produção da borracha no sudoeste amazônico.

2.1 As primeiras adaptações do território para a realização do trabalho extrativista no Acre

No Acre, o uso técnico das vias fluviais aparece, num primeiro momento, como o principal elemento de organização dos espaços de produção e de circulação. Verdadeiros “eixos” de exploração da borracha e do território, os rios desempenham papel fundamental no funcionamento da atividade produtiva, porque além de colocar em movimento a produção

²¹ “Belém e Manaus, estimuladas pelo dinheiro grosso dos impostos sobre a borracha, cresceram, civilizaram-se sob modelo europeu, a França com a mais forte inspiração: arquitetura das casas erguidas em palacetes, nas artes, nos livros, nas modas. Os belos teatros da Paz, em Belém, e Amazonas, em Manaus, obras de grande suntuosidade, apresentavam espetáculos das melhores companhias líricas italianas” (TOCANTINS, 1998, p.35).

realizada no interior da floresta servem como meio de transporte para o abastecimento dos seringais, que é feito por sistema de aviamento²².

A ocupação do território para a atividade extrativista no Acre mostra claramente o quanto, na virada do século e nas condições em que se organizava o meio geográfico local, os elementos humanos e naturais encontravam-se integrados para a formação das “regiões geográficas”²³. Ao mesmo tempo em que o meio natural impunha seus condicionantes, o sistema de atividades que ocorre em função da exploração seringalista confere caráter de uma incipiente região que então se esboçava – um conjunto de técnicas específico para o trabalho na floresta, um sistema de relações sociais (divisão de classes e tipos sociais específicos) que forjam toda uma identidade e um modo de vida peculiares ao trabalho extrativista.

Os rios e o regime fluvial serviam de guia para a exploração das novas terras e a disponibilidade de quantidade expressiva de boas árvores para a extração da borracha orienta os movimentos de ocupação pelos exploradores e também as possibilidades de um uso mais ou menos intenso do território. A exploração da borracha também se servirá de uma inovação técnica da época, a navegação a vapor (ALMEIDA; RIBEIRO, 1995, p.42), que facilita o transporte das cargas, acelerando o movimento realizado nos rios.

Até o final dos anos trinta do século passado o Acre só era alcançado através dos rios. A ligação com os grandes centros do sul do país (principalmente com a capital, Rio de Janeiro) era demorada, realizada através de embarcações que adentravam pela foz do Amazonas até as desembocaduras do rio Solimões e deste para o Purus ou Juruá para, já no alto curso destes rios, alcançarem as terras acreanas.

²² O sistema de aviamento garantia o abastecimento dos seringais amazônicos, intermediando a compra e venda da borracha entre as grandes “casas aviadoras” em Belém e Manaus, os seringalistas e, por fim, os seringueiros, que realizavam o trabalho direto na floresta. A forma de pagamento ao seringueiro era realizada por meio da troca (borracha produzida por mercadorias) ou através de crédito para a aquisição prévia de produtos (este também sendo pago em borracha).

Para José de Souza Martins, “O aviamento se tornou não só um regime de exploração do trabalho, mas também um sistema de dominação política e de manifestação do poder pessoal. Na verdade, ele passou a regular inteiramente as relações sociais dos trabalhadores dos seringais, do trabalho à festa. Ele se firmou como modelo de relacionamento entre o trabalhador e o patrão derivado da dominação de tipo patrimonial. No aviamento, o núcleo da relação de trabalho parece se constituir em variações de um duplo sistema de crédito sem dinheiro, em que os juros são cobrados extorsivamente ao longo da cadeia de financiamentos que vai da casa exportadora de borracha ao trabalhador do seringal. Aí operam velhos mecanismos de extorsão e usura” (MARTINS, 1997, p.98-99).

Roberto Lobato Corrêa, estudando a rede urbana na Amazônia, descreve o sistema de aviamento da seguinte maneira – “(...) o ‘aviamento’ é, em essência, o financiamento em bens de consumo, instrumentos de trabalho e dinheiro, feito pelas grandes casas atacadistas ‘aviadoras’ de Belém ou de Manaus, com o objetivo de obter, mais tarde, a borracha, produto do extrativismo vegetal. A rede urbana regional não é mais do que a cristalização no espaço do sistema de ‘aviamento’, que tem um padrão de circulação marcado pela rede de drenagem regional (...)” (1988, 2001, p.47-48).

²³ André Cholley parece ter sido o primeiro geógrafo a utilizar-se da noção de “região geográfica” justamente para designar os processos de regionalização que integram tanto os aspectos do meio físico quanto a ação humana (CHOLLEY, 1951; ANDRADE, 1967, 1987, p.43).

Se o território acreano como um todo se torna solidário e funcional à produção para suprir as demandas externas pela borracha, o meio geográfico é funcionalmente fragmentado em diferentes áreas produtivas. Podemos reconhecer uma cisão do espaço que ocorre sobretudo por força do sistema natural, já que o meio técnico se apresenta extremamente rarefeito, conferindo uma divisão muito condicionada pelos cursos dos rios Purus e Juruá²⁴, verdadeiros eixos de penetração e da produção extrativista. Na área drenada pelo alto Purus, especialmente na bacia do rio Acre, a floresta passa a ser explorada, formando seringais muito produtivos pela grande quantidade de seringueiras ali existentes. Dos principais seringais, que também eram os pontos de escoamento da produção foram surgindo povoados que, sempre a partir do traçado dos rios, organizavam o uso do território para o extrativismo. Assim, é sobretudo a partir do fluxo nos rios que se estabeleceram os primeiros povoados e núcleos urbanos no Acre. Na bacia do rio Purus são fundados, na virada do século XIX para o XX, núcleos como Porto Acre, Rio Branco (que surge em 1882, com a fundação do Seringal Empresa), Xapuri, entre outros, às margens do rio Acre. Já na bacia do rio Juruá, o principal e mais antigo núcleo de povoamento é Cruzeiro do Sul, fundado em 1904.

Sem possibilidades de rápida comunicação, as duas bacias hidrográficas estavam separadas não por acidentes de relevo importantes (GUERRA, 1953, p.348), mas sim pela densa floresta, praticamente impenetrável quando não há existência de rios. Destarte, é em função dos rios que são feitas a ocupação e a organização do território (LIMA, 1984, p.19).

2.1.1. A necessidade de regulação do território para o trabalho: a primeira estrutura político-administrativa

Dispor de administração política eficiente constitui um importante elemento técnico de uso do território, e um dos primeiros indícios da racionalização da atividade extrativista acontece com a adição de uma estrutura político-administrativa operacional à vigilância da produção (e à cobrança dos impostos sobre o que era produzido) do modo como ela ocorre no território, ou seja, de forma muito condicionada pelos cursos fluviais.

É assim que no Acre, às dificuldades de comunicação impostas pelo meio geográfico, será somada uma administração também fragmentada, logo quando da criação do Território

²⁴ No Acre, a disposição das bacias hidrográficas do Juruá e Purus não permite facilidades de comunicação no território. As duas grandes bacias do estado estão dispostas de forma paralela (correndo os rios em sentido nordeste), permitindo assim maior facilidade de comunicação com as cidades que se encontram à jusante, em território amazonense.

Federal (1903). Cabe enfatizarmos que, logo após a assinatura do Tratado de Petrópolis, transferindo as terras do Acre ao Brasil, é inaugurada uma nova modalidade de administração do território, até então não prevista na Constituição Brasileira – o “Território Federal”. Utilizando-se deste novo artifício normativo, a anexação das terras do Acre ao território brasileiro não se dá com a criação de mais um Estado, mas como um “Território” que terá sua administração diretamente ligada ao governo central do país.

Assim, à divisão funcional do território, condicionada que era pela disposição dos cursos fluviais, é somado um arranjo normativo que visava “facilitar” a administração do Território Federal. Instalam-se em 1904 três Departamentos no recém criado Território Federal do Acre (Figura 2).



Fonte: Adaptado de ACRE (Estado) Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase I, Governo do Acre, p.19.

Figura 2. *Divisão Departamental do Território Federal do Acre (1904)*

As fronteiras destes Departamentos coincidem com os limites hidrográficos, resultando nos Departamentos do Alto Acre, com sede (“prefeitura”) no povoado denominado Empresa (atual Rio Branco) e do Departamento do Alto Purus, com sede no seringal Santa Fé (atual Sena Madureira), ambos na bacia do rio Purus. No Departamento do Alto Juruá, a sede se instala na localidade que passou a ser denominada Cruzeiro do Sul (LIMA, 1984, p.47). A divisão departamental também definia a divisão municipal que, no início da organização

política acreana, perfazia um total de três municípios, sobrepostos à divisão territorial dos departamentos.

Seja quando levamos em conta a organização das atividades produtivas, seja levando em conta a rede hidrográfica, a divisão do Território Federal do Acre em três Departamentos não se dá de forma arbitrária. A grande extensão das terras e a divisão funcional da produção pelos condicionantes da rede hidrográfica exigiam um controle por parte do governo brasileiro daquilo que era produzido em cada uma das partes do Território Federal. Os prefeitos, responsáveis diretos pela administração dos Departamentos, eram escolhidos diretamente pelo Presidente da República e mantidos por tempo indeterminado. Não havia a figura de um governador ou administrador responsável pelo Território Federal como um todo. De fato, esta era uma organização territorial e política fragmentada que, embora se apresentasse funcional à arrecadação de tributos pelo governo federal, mostrou-se pouco propícia à integração do território e da sociedade acreanos.

Grosso modo, é a partir das duas grandes bacias hidrográficas dos rios Purus e Juruá que espaços funcionais à exploração da borracha são constituídos de forma praticamente autônoma (muito pouco comunicáveis) no início do século²⁵. Estes condicionantes naturais somados a uma organização política fragmentária do Território Federal do Acre constituem grandes problemas para a sociedade acreana, principalmente para os grandes seringalistas e lideranças locais²⁶.

Havia extrema dificuldade de organização de um sistema administrativo e jurídico eficientes no Território, devido aos problemas de comunicação entre as regiões e as sedes das prefeituras departamentais. As deficiências de regulação do território acabam por conferir a necessidade de constantes reformas e ajustes ao sistema administrativo e judiciário, sempre realizadas por meio de decretos e leis federais. A insatisfação com as condições de

²⁵ O exemplo destacado por Leandro Tocantins é elucidativo para se ter idéia da dificuldade de comunicação via rio, que só pode ser realizada por embarcações de médio porte no período das cheias - “Para ir-se, via fluvial, da cidade de Tarauacá, por exemplo, à capital Rio Branco, há que descer o Rio Tarauacá, chegar ao Juruá, sair no Solimões, baixá-lo, entrar no Purus em viagem até à foz do Rio Acre, por onde a viagem prossegue, no rumo de Rio Branco. São 6.908 quilômetros percorridos, durante 30 dias” (1998, p.22). Hoje, com recursos de transporte como o avião ou a ligação realizada pela BR-364, a distância entre Tarauacá e Rio Branco pode ser vencida com apenas 338 km de vôo ou 388 km por rodovia.

²⁶ “O sistema Departamental (...) não satisfazia os anseios das lideranças acreanas. Verifica-se um Acre que havia surgido pela força de vontade de um grupo de revolucionários bravios, unidos no pensamento do desenvolvimento de uma política autônoma e liberal, sentindo naquele momento a desilusão de ser o seu território conquistado, além de dividido geograficamente, ora sendo também dividido politicamente e estabelecendo-se uma orientação política de aspecto ditatorial, contradizendo aquilo que todos desejavam” (LIMA, 1984, p.47).

governabilidade do território via governo federal também tornava cada vez mais descontente a sociedade, com o surgimento de uma série de revoltas²⁷.

2.1.2. *Do desenvolvimento das atividades produtivas ao primeiro conjunto de modernizações no interior da floresta*

Ainda que fossem frequentes os problemas de dificuldade de comunicação e isolamento, bem como o caráter estanque da estrutura político-administrativa no Território Federal do Acre, a produção da borracha continua a desenvolver-se com rapidez. O montante de impostos arrecadado denuncia a importância econômica da produção – após a anexação das terras bolivianas, a quantia arrecadada em impostos sobre a produção da borracha no Acre, somente entre os anos de 1903 e 1911, foi quase três vezes maior do que aquela que o Brasil se comprometera a pagar como indenização à Bolívia e ao *Bolivian Syndicate* (NEVES; SILVA, 2004, p.28).

Como resultado do aumento da produção e também como respaldo à nova regulação do território a partir instalação do sistema departamental, as poucas infra-estruturas territoriais e as pequenas cidades e povoados do Território Federal do Acre conhecem certo incremento das infra-estruturas locais, com a instalação de um novo conjunto de objetos necessários à realização do trabalho e à organização da vida social, o que garantirá uma nova configuração do meio geográfico.

Entre 1906 e 1912, são instaladas e postas em funcionamento estações radiotelegráficas nas localidades de Cruzeiro do Sul, Vila Seabra (atual município de Tarauacá), Sena Madureira, Rio Branco e Xapuri, resolvendo em parte a questão das dificuldades de comunicação. Em 1910 criam-se dois novos municípios – o de Vila Seabra no vale do Tarauacá/Juruá (onde em 1912 seria instalado um quarto Departamento - Alto Tarauacá) e o de Xapuri, desmembrado de Rio Branco, no vale do rio Acre.

O município de Cruzeiro do Sul, por exemplo, com sede fundada em 1904 para acolher a prefeitura do Departamento do Alto Juruá, conhece próspero desenvolvimento em poucos anos de fundação, com sua elevação à categoria de cidade em 1906, atingindo cerca de três mil habitantes em 1909. Em 1910, é inaugurada na cidade uma usina de eletricidade (NEVES; SILVA, 2004, p.48).

²⁷ Vale destacar uma série de idéias de emancipação do Território, elevação do Território à categoria de Estado, ou mesmo de divisão do Território Federal em dois diferentes Estados (LIMA, 1984).

Em 1912, ano do auge da produção gomífera, Cruzeiro do Sul possuía 20 escolas, jornal de circulação semanal, um porto na sede municipal que recebera, no mesmo ano, trinta e dois navios que movimentaram um volume de cargas que ultrapassara 122 toneladas, tendo-se registrado a chegada de 1.235 passageiros e a saída de 205. Os maiores seringais do Departamento chegam a produzir 35 toneladas de borracha por ano, e a população do Alto Juruá alcança, em 1913, mais de 14 mil habitantes (NEVES; SILVA, 2004, p.43). Uma série de vilas e povoados que mais tarde se tornariam novos municípios crescem no vale do Juruá, como é o caso de Marechal Thaumaturgo e Mâncio Lima. Na cidade de Sena Madureira, sede do Departamento do Alto Purus, entra em funcionamento uma linha urbana de bondes no ano de 1914.

Tendo como intenção subsidiar o desenvolvimento do Território, desde 1907 já havia sido criada no Acre uma “Comissão de Obras Federais”, com instalações nas sedes dos três Departamentos, com o intuito de estabelecer a necessária integração territorial. Logo de início foi pensada a construção de uma estrada que cortasse a floresta de forma perpendicular ao traçado dos rios, unindo o território de leste a oeste, nas proximidades com a fronteira do Estado do Amazonas. Os trabalhos de construção da estrada iniciam-se no mesmo ano de 1907 (NEVES; SILVA, 2004, p.23), mas, no entanto, havia certa resistência quanto à construção desse novo sistema de engenharia para a integração do território acreano, visto que o trabalho de integração terrestre parecia inalcançável e os fluxos historicamente organizados pela rede fluvial acabavam por se impor frente a outras possibilidades de comunicação, fatores estes que inviabilizam o projeto²⁸.

2.1.3. Economia florestal e feições geográficas da produção de borracha no Acre

O historiador acreano Leandro Tocantins (1984, 1998, p.26) denominou “economia florestal” este estágio primário de desenvolvimento das terras acreanas. Era verdadeiramente a floresta, a existência de seringueiras, que interessava no processo de ocupação e uso das terras. Com uma ocupação territorial pautada em grandes unidades de exploração (os

²⁸ Euclides da Cunha fora nomeado, em 1904, chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus (visando a demarcação da fronteira Brasil-Peru). Preocupado com a modernização do país e com a integração regional na América do Sul, Euclides da Cunha propõe a construção da ferrovia Transacreana, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (com traçado que corresponde à atual BR-364), que, ganhando extensão também em território peruano, tornaria possível uma via de escoamento pelo Oceano Pacífico (CUNHA, 1909, 1975, p.99).

seringais) (CALAÇA, 1983; TOCANTINS, 1998; NUNES, 1991), a sociedade regional que então se formava promove um povoamento da floresta de forma extremamente dispersa.

A ocupação do território para atividade extrativista da borracha no Acre se configura de forma sutil na paisagem, sendo o trabalho vivo, o trabalho humano (ainda que extremamente desvalorizado), o elemento mais importante na definição da estrutura regional, muito mais do que trabalho materializado, ou seja, os objetos técnicos agregados ao território, muito pouco presentes. Constitui-se um território de densidades técnicas muito rarefeitas, onde a maioria da sociedade vive da atividade extrativista e experimenta uma vida pobre, sendo a natureza apropriada mais de forma simbólica e cultural do que materialmente.

É o esboço, no início do século passado, de um trabalho e uma vida muito particulares às comunidades seringueiras da Amazônia, onde se pratica uma economia a partir de técnicas rudimentares de trabalho e onde os seringueiros estavam submetidos à lógica da acumulação capitalista através de sua total subordinação aos seringalistas. Uma vida de relações e uma sociabilidade territorialmente mais ampliada foram possíveis apenas aos patrões seringalistas, além de um consumo muito mais generoso. Junto à pobreza, e a rarefação técnica e material das instalações dos seringais, havia também lugar para a ostentação e o luxo de que só os seringalistas e suas famílias desfrutavam²⁹.

Localmente, são apenas frações das paisagens que denunciam o uso do território. Acrescida de barracões de madeira que serviam de residência aos coronéis da borracha, das embarcações usadas no transporte da produção e das infra-estruturas rudimentares onde se estocava e pesava a borracha proveniente do centro do seringal, a paisagem da beira dos rios é a única que expressa de forma mais aparente o trabalho realizado na floresta (TOCANTINS, 1998, p.33).

Uma geografia toda particular resultava da monotonia de um uso econômico do território praticamente exclusivo, em que a maior parte da sociedade vivia de certa forma isolada do restante do país, sob os mandos de uma elite política e econômica que representava uma ínfima parte da população. No lugar, é um tempo lento que rege o ritmo das atividades para um trabalho muito dependente dos recursos naturais e de sistemas técnicos simples, mas

²⁹ Miguel Ferrante descreve no romance *Seringal* (1963, 2007) a opulência em que vivem os seringalistas e ao mesmo tempo a precariedade dos que trabalhavam na exploração da borracha – “Os homens viviam como em acampamento provisório, empenhados numa batalha de ambição. Não vinham para ficar, mas para enriquecer. Não plantavam. Não criavam. Tudo vinha de fora. A exportação da borracha havia alcançado cifras astronômicas. Nadava-se em ouro. Navios abarrotados de gêneros de primeira necessidade, de esquisitos objetos de luxo, de bebidas finas, de tudo o que a civilização criava para o conforto e a corrupção do homem, subiam o Purus e o Acre, e retornavam carregados de pélas de borracha. (...) Fazia-se alarde de riqueza fabulosa. Gastavam-se somas incríveis em festas ruidosas, em viagens à Europa” (FERRANTE, 2007, p.87).

que estava muito associado a um tempo rápido proveniente de fora, sobretudo aquele ritmado pelas indústrias europeia e estadunidense, que financiavam a produção.

É assim que se instalam no lugar objetos técnicos incipientes e onde também se decanta todo um sistema de ações baseado também em sistemas técnicos rudimentares, forjando uma região que já nasce especializada e pouco articulada ao restante do país, resultado de uma divisão territorial interna do trabalho que, no Brasil da virada do século XIX para o XX, já nasce como produto de uma divisão internacional do trabalho.

2.2 O novo eixo de exploração da borracha:

A ferrovia anuncia o “progresso” no noroeste do Mato Grosso

Nos vales dos rios Mamoré e Madeira, a história da exploração do látex será acompanhada mais de perto pelos esforços de modernização do território. Isto será possível porque ali a exploração da borracha exige maior adição de técnica, inaugurando um sistema de engenharia até então inexistente na Amazônia, que engendrará a abertura de um novo eixo de exploração da borracha também muito funcional ao mercado externo.

O motor da efetiva ocupação das terras do noroeste do Mato Grosso não deixa de ser a demanda externa pelo produto brasileiro, mas o que atua localmente como vetor estruturador deste novo espaço produtivo é o projeto técnico de construção da ferrovia entre os povoados de Santo Antônio do Madeira (no rio Madeira) e Guajará-Mirim (no rio Mamoré).

Os esforços necessários para a construção da ferrovia vão, aos poucos, tornar o meio geográfico mais denso em técnica e mais povoado de objetos artificiais, ambos indispensáveis à realização do trabalho na região. Observamos aqui, novamente, que a técnica aparece como uma “autorização para o fazer” (SANTOS, 1997a, p.45), visto que a ferrovia viabiliza o trabalho extrativista, permitindo um uso melhor ou “ótimo” do território, ou, ainda, um “uso mais técnico”, como prefere Jacques Ellul (1968).

Projeto técnico de grande proporção para a época, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré mobilizou grande quantidade de funcionários oriundos de várias partes do mundo e um enorme volume de recursos. Destarte, é a ferrovia que insere conteúdos novos e modernos ao território, inaugurando definitivamente o período técnico nesta parte da Amazônia.

2.2.1. A construção da ferrovia e o surgimento de uma cidade moderna

O território, quando alvo de um processo de transformação e adaptação para o trabalho, acolhe um conjunto de objetos que atuam em sistema, de forma solidária e integrada. Tal como ocorre com a implantação de qualquer sistema de engenharia vultoso, a ferrovia não poderia ser construída sem a presença de uma cidade que desse suporte às atividades da obra.

Em 1905, o governo brasileiro abre edital para a escolha da empresa que seria responsável pela construção da ferrovia. O empreendimento ganha notável expressão em veículos de informação nos Estados Unidos e Europa, destacando a construção daquela que seria uma das principais ferrovias da América do Sul, pelo grande potencial de transporte que a produção e exportação da borracha proporcionavam. A proposta ganhadora da licitação instituiu a *Madeira and Mamoré Railway*, corporação criada com capital estadunidense, que inicia as obras no ano de 1907³⁰.

O povoado de Santo Antônio, em frente à cachoeira homônima no rio Madeira, era a maior aglomeração humana nas terras do noroeste do Mato Grosso³¹. O pequeno núcleo ganhava novo dinamismo no início do século, não só por conta do aumento considerável do extrativismo da borracha, mas principalmente pelas obras de construção da ferrovia no território brasileiro.

No entanto, por razões técnicas (maior facilidade para o desembarque de grande volume de material a ser empregado nas obras) o governo brasileiro e a construtora estabelecem que o ponto inicial da nova linha férrea seria localizado a cerca de sete quilômetros a jusante do povoado de Santo Antônio do Madeira, num local denominado Porto Velho, no estado do Amazonas (um distrito do município de Humaitá), que logo conheceria a formação de um novo núcleo urbano.

Em 1909, ano em que as obras de construção da ferrovia já se encontravam adiantadas e demandavam grande quantidade de mão-de-obra, certa extensão da floresta já havia sido derrubada nos arredores de Porto Velho, tanto para a construção das instalações ferroviárias quanto para a construção das infra-estruturas que acomodavam os trabalhadores. O núcleo que havia surgido há pouco tempo já contava com serviços de distribuição de água, coleta de

³⁰ A proposta ganhadora partiu da articulação de um engenheiro brasileiro, Joaquim Catrambi, com um empresário norte-americano, Percival Farquhar, dono de uma empresa que já havia realizado trabalhos para a construção de grandes obras em outros países da América Latina (FERREIRA, 2005).

³¹ Cerca de trezentas pessoas habitavam o lugar que possuía apenas algumas casas, barracões e armazéns dispostos em uma única rua que dava acesso ao porto, sendo a maioria dos habitantes índios bolivianos e trabalhadores que faziam o transporte de borracha através de embarcações (canoas e batelões) até Belém (FERREIRA, 2005, p.200).

esgoto, telefonia e eletricidade por meio de geradores, experimentando franco desenvolvimento. É assim que Porto Velho nasce, no início do século e no interior da Amazônia, como uma cidade tecnicamente moderna e de certo modo também cosmopolita, porque a realização da obra envolveu a mobilização de pessoas de diversas partes do mundo. “Em dois anos, Porto Velho tornou-se uma cidade com todo o conforto que a técnica da época podia proporcionar” (FERREIRA, 2005, p.245).

Testemunhando um intenso movimento de materiais utilizados na construção, bem como de homens para o trabalho, Porto Velho foi constituindo-se num dos portos mais modernos e movimentados de toda a Amazônia. Manuel Rodrigues Ferreira descreve o rápido crescimento e desenvolvimento técnico da cidade da seguinte maneira:

Todos os serviços mecanizados (lavanderia, padaria, oficinas da estrada, fábrica de gelo, etc.) eram movidos a vapor, técnica predominante na época. Em poucos anos a população chegou a mais de mil habitantes, além da flutuante. E a cidade, levantada numa clareira em meio da mata amazônica, apresentava um movimento febril: apitos de locomotivas, de oficinas, de vapores no cais, movimento de gente, tudo como é próprio de circunstâncias desse gênero. Evidentemente, tudo estava sendo feito com o dinheiro do Governo brasileiro, que mensalmente pagava os serviços executados pela companhia concessionária [a Madeira-Mamoré Railway] (FERREIRA, 2005, p.245).

O núcleo urbano recém criado acaba por tornar-se a “capital” de todo um vasto espaço organizado entorno do novo eixo produtivo que se constituía ao longo do sistema de engenharia que estava sendo instalado. Esta condição de “ponto” da linha ferroviária³², bem como de porto natural para o embarque das mercadorias, irá favorecer uma situação de concentração no novo núcleo, tendo em vista que tudo o que era produzido e destinado aos mercados distantes passava, necessariamente, pela nova cidade que então se estruturava.

Mais do que uma cidade em vias de realização, Porto Velho constituía um porto de maior importância para o funcionamento da produção da borracha no Mato-Grosso e para a funcionalização desta nova área produtiva. É justamente desta função portuária, de extrema importância para a realização do trabalho, que mais tarde se somariam outras funções à localidade, que em poucos anos se torna uma das maiores e principais cidades da Amazônia ocidental.

³² Do mesmo modo, o povoado de Guajará-Mirim, a outra “ponta” da ferrovia, conhece certo dinamismo, para onde convergia boa parte do que era produzido nos seringais localizados no Rio Guaporé e também no território boliviano.

2.2.2. *A necessidade de comunicação e o adensamento do meio técnico:
a “Comissão de Linhas Telegráficas”*

Logo que o governo federal lançara o edital para a construção da ferrovia (1905), houve a necessidade de dotar o território de uma rede de comunicações que fizesse a ligação entre a capital do país (Rio de Janeiro) e a obra que estava sendo construída na Amazônia, permitindo assim a vigilância permanente do novo empreendimento pelo governo, razão que indica mais uma vez o funcionamento em conjunto dos sistemas técnicos para a realização eficiente do trabalho no território (SANTOS, 1996). É assim que, a todo aquele dinamismo adicionado ao território pela construção da ferrovia, soma-se um novo projeto técnico (e também político) que visa a expansão da rede telegráfica no território brasileiro.

Com idade técnica contemporânea à da ferrovia, o telégrafo constituía um sistema de comunicação vantajoso na época, e através da “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas”, chefiada pelo Major Candido Mariano Rondon, o governo intenciona integrar esta porção ainda pouco explorada do território brasileiro. Num território com tamanha extensão, os primeiros esforços de integração do oeste e norte ao restante do país se esboçam já no início do século XX.

No ano de 1907 o Rio de Janeiro já estava ligado à Cuiabá por meio de linhas telegráficas instaladas pela comissão de Rondon. Neste mesmo ano, quando começam as obras de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, também são iniciados os trabalhos de expansão da rede telegráfica até Santo Antônio do Madeira. Os trabalhos de expansão da linha telegráfica foram, mais uma vez, encarados com entusiasmo pelo governo brasileiro (presidente Afonso Pena), que reconhecia no esforço técnico empreendido a idéia de levar o “progresso” e a “civilização” a áreas até então desconhecidas do território³³. “Pode-se dizer que os trabalhos do marechal Rondon constituíram uma forma de expansão do meio técnico europeizado nas áreas em que os grupos indígenas ainda agiam entre os misteriosos desígnios da natureza” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.40).

O trabalho de desbravamento da área comumente denominada de “sertão do noroeste” de fato não se tratava apenas de assegurar a comunicação, mas sim de definir pontos estratégicos do país nas áreas de fronteira (LIMA, 1998, p.173). De uma forma ou de outra,

³³ É criada uma verdadeira ideologia do “progresso”, que legitima os esforços de instalação dos novos sistemas técnicos que ganhavam extensão em áreas até então pouco integradas do território nacional. Em fins da década de 30, Claude Levi Strauss ao percorrer a linha telegráfica, já em total abandono, descreve o posto de Vilhena com as seguintes palavras “(...) compunha-se, em 1938, de algumas palhoças, no meio de um baldio com o comprimento e a largura de algumas centenas de metros, *marcando a localização onde (no espírito dos construtores da linha), deveria erguer-se a Chicago de Mato Grosso*” (1955, 1993, p.288-289) (grifo nosso).

os trabalhos da Comissão foram importantes para o desbravamento dos sertões do interior do país³⁴, no reconhecimento de novas áreas no Mato Grosso³⁵ (o que inclui todo o atual território rondoniense), na revisão de documentos cartográficos, na descoberta e contato com tribos indígenas amazônicas e na exploração e cartografia de rios até então desconhecidos na Amazônia (LINS, 1965).

Os caminhos abertos por Rondon na floresta chegaram à Porto Velho em maio de 1909, mas a concretização da rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho/Santo Antônio só se daria em 1914, com a implantação de postes e fios que totalizavam uma rede de mais de mil e setecentos quilômetros de extensão. No entanto, quando terminam os trabalhos de instalação do telégrafo, a Companhia Madeira-Mamoré já instalara um posto teleográfico tecnicamente mais eficiente, funcionando sem o uso de fios, que operava por meio de rádio com alcance de 926 Km, o que permitia comunicação até Manaus. A cidade de Belém também estava ligada à Manaus, desde 1896, por um cabo teleográfico submerso no rio Amazonas (FERREIRA, 2005, p.251).

Destarte, finalizados os trabalhos de instalação da rede telegráfica de Cuiabá até Santo Antônio, os principais núcleos urbanos da região amazônica estavam ligados por meio do telégrafo à capital e ao sul do país. A linha telegráfica de Rondon alcança também o território do Acre (1915), permitindo a comunicação deste com o Rio de Janeiro. Mais um feito do homem que, por conta da exploração da borracha, vencida as dificuldades do meio para dotar o território dos sistemas de engenharia indispensáveis à realização do trabalho no vale amazônico.

As incursões da Comissão de Rondon renderam outros feitos de importância para o noroeste do Mato Grosso. As bacias hidrográficas foram delimitadas e juntamente a este levantamento foram descobertos minérios e demarcadas áreas de ocorrência da *Hévea Brasilienses* (seringueira) (LINS, 1965, p.622). Uma parte dos homens que compunha a Comissão Rondon, somados aos migrantes estimulados pela abertura desta fronteira inexplorada do país, acabaram por ser os responsáveis pela criação de povoados que mais

³⁴ É preciso tornar claro que a idéia de sertão e de ocupação de “vazios” no interior do país é resultado de uma política de Estado que se reconhece revestido de direitos para a ocupação de territórios antes já povoados por indígenas de diferentes etnias. É mais uma vez a ideologia de “levar o progresso” a áreas consideradas “vazias”. Em que pese a idéia de pacificação e de proteção ao indígena, comumente atrelada à obra de Rondon (GUERRA, 1965), as suas próprias palavras parecem ilustrativas deste processo “civilizatório” do sertão – “Nós, os descendentes dos conquistadores destas terras, podemos realmente fazer muito em benefício dos habitantes dos sertões” (*apud* LIMA, 1998, p.174).

³⁵ Segundo o próprio Marechal Rondon (1953, p.82-84), foi feito o levantamento geográfico de áreas até então desconhecidas no Mato Grosso, totalizando mais de 200.000 km quadrados de terras até então virgens e 7.350 Km de linhas telegráficas instaladas.

tarde se transformariam em núcleos urbanos, a partir dos postos telegráficos que haviam sido instalados (como é o caso de Vilhena, Pimenta Bueno, Vila Rondônia - atual Ji-Paraná, Ariquemes, entre outros).

2.2.3. A consolidação do espaço produtivo no eixo da E.F.M.M.

À maior densidade técnica (ferrovia e telégrafo), mas também à uma maior densidade populacional, serão somadas normatizações políticas e administrativas no território. No ano de 1908 o Estado do Mato Grosso estabelece uma nova lei, instalando a comarca e município de Santo Antônio do Rio Madeira, medida esta que também servira para melhor definir os limites do Mato Grosso com o Estado do Amazonas, até então imprecisos. Em 1911 o mesmo povoado é elevado à categoria de vila, enquanto a instalação definitiva do novo município só ocorreria em 1912 (FERREIRA, 2005, p.251).

Por sua vez, Porto Velho ainda pertencia ao Estado do Amazonas, antevendo a possibilidade de o pequeno porto tornar-se futuramente um centro urbano importante, o estado do Amazonas providencia a elevação do distrito a município em 1914 (FERREIRA, 2005, p.332).

Em 1910, três anos após o início dos trabalhos de construção da ferrovia, um trecho de 152 km já estava concluído. Um ano mais tarde a ferrovia já alcançava 220 km, faltando apenas mais 58 km para a conclusão do projeto até o povoado de Guajará-Mirim. Mas em 1911 a Madeira-Mamoré já iniciara suas operações e os trilhos começam a ser utilizados, da foz do rio Abunã até Porto Velho.

A Madeira-Mamoré Railway Co. já possuía 11 locomotivas, 2 carros de passageiros, 76 vagões fechados e 163 gôndolas. Nesse fim de 1911, já as cachoeiras não eram mais navegadas, em quase toda a sua extensão. A borracha, a castanha, os couros e demais produtos dos rios bolivianos e brasileiros já tinham somente que atravessar as primeiras cachoeiras, e serem embarcados na estação de Abunã, onde ganhavam os comboios da ferrovia, que os transportavam até Porto Velho, onde eram novamente colocados nos vapores que iriam descer o rio Madeira (FERREIRA, 2005, p. 286).

A construção termina em 1912, e os 364 km de distância entre Porto Velho e Guajará-Mirim estavam finalmente interligados, à custa de gastos exorbitantes por conta do isolamento da área e de inúmeras dificuldades impostas pelo meio amazônico. O governo brasileiro opta pelo arrendamento do empreendimento e a mesma empresa construtora, a *Madeira-Mamoré*

Railway Corporation, passa, logo após a inauguração da ferrovia, a ser também a sua arrendatária (contrato previsto para sessenta anos) (FERREIRA, 2005, p.295).

A longa e demorada viagem de Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital de Mato Grosso, até Santo Antônio do Madeira, já não precisava ser feita totalmente através do rio, e o término da obra também inaugura uma nova via de comunicação do interior do país à região amazônica. De modo geral, era esta a configuração territorial do noroeste mato-grossense no início do século XX – um espaço definido pela exploração da borracha, de ocupação ainda precária e que se dava de forma linear ao longo dos eixos da estrada de ferro Madeira Mamoré, da linha telegráfica e também dos cursos fluviais (Figura 3).



Figura 3: Eixos de ocupação e sistemas de engenharia no noroeste do Mato Grosso (1912)

Grandes comerciantes³⁶ de borracha exploravam seringais tanto na porção oriental da Bolívia, nos rios Beni e Madre de Díos, como no lado brasileiro, em Santo Antônio e nos afluentes da margem direita do rio Madeira.

³⁶ A própria *Madeira-Mamoré Corporation*, concessionária da ferrovia, investiu em 1911 na exploração da borracha, antes mesmo do encerramento das obras da ferrovia, recebendo do estado Mato Grosso grandes

É assim que a partir da instalação da ferrovia podemos pensar a constituição de um novo espaço solidário à produção da borracha, mais tecnicamente edificado por conta do novo sistema de engenharia, que organiza o seu entorno para a produção gomífera – um espaço muito funcional à produção da borracha no sudoeste amazônico, fenômeno semelhante ao que Pierre Monbeig (1952, 1984) observaria anos depois no interior estado de São Paulo, onde redes férreas e rodoviárias definiam novas regiões. Mas estes esforços técnicos empreendidos para tornar viável a exploração da borracha tornar-se-iam rapidamente subutilizados, visto que a crise do mercado logo atingira o Acre e noroeste do Mato-Grosso.

2.3 O “progresso” da Amazônia esbarra na crise:

Decadência econômica e estagnação da produção

Procurando encontrar os eventos que dinamizam e mantêm situações territoriais particulares, nossa tarefa se multiplica quando tomamos um lugar, uma região, como ponto de referência, pois “Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele” (SANTOS, 1985), ou ainda, “Caso se observe (...) as coisas mais de perto, elas se revelam muito mais complexas” (GOLDMANN, 1993, p.18). Um feixe de vetores externos ao alcançar determinado lugar acaba por deformar-se, tomando assim feições únicas, ainda que suas razões sejam provenientes de espaços ou ordens longínquas (SANTOS, 1996). Deste modo, àquela história que se processa em planos superiores à região (o país, o mundo), devem ser somadas as histórias que se (re)elaboram no lugar.

É isso que ocorre no sudoeste amazônico quando da crise do extrativismo da borracha. As forças motoras do processo de ocupação e uso do território já não atuam do mesmo modo, nem com a mesma intensidade. Este fato não ocorre porque a demanda pela borracha natural diminuíra no mercado internacional, pelo contrário, mas porque o Brasil perde a sua quase exclusividade de produção, com a emergência de novas regiões produtoras de borracha no

concessões de terra ao longo da via férrea, em grande área que se estendia pelos municípios de Santo Antônio, Guajará-Mirim e Vila Bela. Outra grande extensão de terras era explorada pela mesma Companhia no território boliviano (FERREIRA, 2005, p.289).

Oriente, que, desenvolvendo técnicas de “plantio racional” da *Hevea*³⁷, tornam-se muito mais competitivas do que a Amazônia.

O novo evento que atua e ganha existência na região amazônica é, por assim dizer, a própria crise. Milton Santos, baseado em P. Nora, considera que não há diferença entre um acontecimento e uma crise, sendo esta última um complexo de acontecimentos (1996, p.116). É assim que a crise, que se instala de modo repentino e praticamente irreversível na região amazônica, será portadora de uma nova potência redefinidora do uso do território.

O caso do sudoeste amazônico expressa claramente as situações de crise regional a partir da inexistência de mercado (e neste caso, o mercado externo) para uma produção exclusiva e especializada territorialmente. Espaço obediente por excelência (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.265), visto que o uso do território ocorria unicamente em função da produção da borracha, a região torna-se extremamente vulnerável às oscilações do mercado internacional, e, portanto, não escapa à crise. Uma redefinição das funções e da importância econômica regionais na Amazônia será, assim, inevitável. Entre 1900 e 1910, a borracha amazônica alcançava altas cotações, e os mercados consumidores desta matéria-prima nos Estados Unidos e Europa não paravam de crescer, induzindo constantes aumentos da produção (Tabela 1).

A atividade extrativista da borracha era importante economicamente tanto para a Amazônia como também para o Brasil, pois, no ano de 1910, quando o café era o principal produto de exportação, representando 42% do total das exportações nacionais, a borracha já ocupava a segunda posição, compondo 39% do total das exportações brasileiras (FERREIRA, 2005, p.318). No entanto, atividades de produção da borracha aos poucos se expandiam na Ásia. Oferecido a preços mais baixos, o produto asiático (principalmente do Ceilão e Malásia) desencadeia uma crise na Amazônia, o que incorre em constantes quedas no preço do produto brasileiro, que já não garante os custos com produção e exportação.

³⁷ A *Hevea*, nativa da América do Sul, foi alvo talvez das primeiras ações planejadas de biopirataria da história. “Em 1876, o cidadão inglês Henry Wickam coletou, no Amazonas, 70.000 sementes de *Hevea*, que levou para o jardim botânico de Kew, na Inglaterra. Convenientemente plantadas e tratadas, duas semanas após a chegada daquelas sementes a Londres, germinaram cerca de 2.700. Estas plantas foram transportadas para a ilha do Ceilão, de onde se espalharam por todo o Oriente. No Brasil, desconhecia-se esse fato”. (FERREIRA, 2005, p.187).

Tabela 1. *Produção mundial de borracha 1900-1919 (toneladas)*

Ano	Brasil	África e América Central ^a	Ásia ^b	Total
1900	26.700	27.180	3	53.933
1901	30.290	24.549	4	54.843
1902	28.700	23.640	7	52.347
1903	31.095	24.830	19	55.944
1904	30.650	32.080	41	62.771
1905	35.000	27.000	171	62.171
1906	36.000	29.700	615	66.315
1907	38.000	30.170	1.323	69.493
1908	38.860	24.600	2.014	65.474
1909	42.000	24.000	3.685	69.685
1910	40.800	21.900	8.753	71.453
1911	37.730	23.000	15.800	76.530
1912	43.370	28.000	28.194	99.564
1913	39.560	21.450	47.618	108.628
1914	36.700	12.000	71.380	120.080
1915	37.220	13.635	107.867	158.722
1916	37.000	12.450	152.650	202.100
1917	39.370	13.258	204.251	256.879
1918	30.700	9.929	241.579	282.208
1919	34.285	7.350	381.860	423.495

^a Borracha silvestre (não de hévea) de baixa qualidade. ^b Borracha cultivada (“seringal racional”). Fonte: WEINSTEIN, 1993, p.247.

Toda a questão da crescente produção alcançada na Ásia foi comumente compreendida como resultado de um desenvolvimento técnico para a produção da borracha a partir de capitais ingleses, sobretudo no que tange à “racionalização” do plantio. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) reconhece a necessidade de compreendermos o evento também a partir de uma perspectiva política. Empresas de capital britânico, ou seja, de mesma nacionalidade daqueles capitais que anos antes financiavam casas aviadoras e exploravam a construção da EFMM, atentas que estavam no grande negócio que se transformara a produção de látex para fins industriais, empreendem um projeto de modernização da produção na Ásia. Utilizando-se de terras sob o domínio da Inglaterra e de mão-de-obra barata, a produção é realizada a partir do plantio da seringueira. Assim, enquanto na Ásia a exploração se dava em bosques plantados de *Hevea*, no Brasil os seringais nativos apresentavam, por vezes, apenas duas árvores de seringa em extensões que normalmente alcançavam um quilômetro quadrado. Esta condição natural de exploração das seringueiras, somada aos custos de manutenção dos

seringueiros em meio a áreas pouco povoadas e distantes dos centros abastecedores, torna a borracha brasileira um produto muito menos competitivo que o asiático.

É preciso também avaliar as condições políticas que davam suporte ao estabelecimento de tais atividades. Para que a produção “racional” ocorresse da forma como se deu na Ásia foi imprescindível a existência de uma relação de controle colonial exercida pelas potências industriais européias sobre os países asiáticos. “Observemos que o mesmo não acontecia no caso da Amazônia onde, por mais que os grandes importadores europeus condicionassem as Casas Aviadoras de Manaus e Belém, tinham que partilhar com elas parte dos lucros da atividade gomífera” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.91).

Todo o “sucesso” da produção racionalizada que ocorria principalmente na Malásia e Ceilão é, assim, fruto de uma exploração territorial com vistas à acumulação de capital por grandes empresas que empregavam essa matéria-prima na crescente atividade industrial que ocorria nos Estados Unidos e Europa³⁸. “Assim, a superioridade técnica que se apregoa acerca da produção racional da borracha nos seringais de cultivo do sul e sudeste asiático está mais ligada às *técnicas da política* do que simplesmente às técnicas agrônômicas” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.91-92, grifos no original).

A ausência de uma infra-estrutura territorial e de uma ligação mais facilitada com o restante do território nacional acabava por condenar a Amazônia a uma produção extrativista (borracha, castanha, entre outros) agora pouco lucrativa, mantendo-a em uma condição de decadência econômica e de franca perda de importância política no conjunto do país. No ano de 1913 as “*plantations*” de borracha da Ásia ultrapassam a produção brasileira. A economia amazônica estava tão centrada no extrativismo da borracha que, mesmo amargando vários anos de crise, os seringais continuam a ser explorados mas com uma produção que, aos poucos, se torna cada vez menos expressiva.

³⁸ Alguns exemplos nos parecem muito elucidativos tanto ao que tange à racionalização da produção quanto ao exercício do poder político das potências industriais sobre os territórios asiáticos – “Em 1930, por exemplo, para uma produção exportada de 800 mil toneladas, os países asiáticos obtiveram, em moeda internacional, o mesmo valor que a Amazônia obtivera em 1912 com a produção de 40 mil toneladas”; ou ainda – “A destinação de imensas áreas à monoprodução de borracha levou aqueles países a se tornarem importadores de víveres de primeira necessidade, inclusive o arroz que antes produziam e que eram autosuficientes. Esses fatos tornaram a vida das populações desses países extremamente dependentes da dinâmica capitalista da divisão internacional do trabalho” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.91).

2.4 Implicações locais da crise

A crise do principal produto do sudoeste amazônico reverte-se em crise das estruturas produtivas regionais. Ainda que o trabalho extrativista persista na região, a queda do preço da borracha implicará numa substancial diminuição da produção, acarretando, conseqüentemente, diminuição de mercadorias para o abastecimento e consumo nos seringais. No entanto, é desta crise que ocorrerá o surgimento de uma primeira diversificação produtiva e também um fenômeno de expansão das atividades urbanas nos núcleos existentes.

2.4.1. Sintomas da crise no território acreano:

crescimento dos núcleos urbanos e o início dos cultivos agrícolas

Em 1910, o Acre, que tinha alcançado a posição de principal produtor de borracha do vale amazônico, já se encontra imerso na crise produtiva. Já não rendendo mais o que rendia ao governo federal com a cobrança de impostos sobre a produção, a administração do Território Federal do Acre acaba por tornar-se “custosa” ao país, e em 1920 a estrutura administrativa acreana é unificada, com a escolha da cidade de Rio Branco como sede do Território Federal. A administração passa a ser realizada através de um único delegado de confiança designado pelo presidente da república (NEVES; SILVA, 2004).

No entanto, se as questões da administração territorial encontravam-se agora sob um comando unificado, as limitações de comunicação e integração do território continuam as mesmas, prevalecendo uma organização funcional ainda dependente dos grandes rios como único sistema de transporte. A ausência de estradas ligando as cidades fez persistir o isolamento das mesmas, e os poucos recursos destinados ao Território passam agora a concentrar-se em Rio Branco.

Não foram muitas as alternativas ao extrativismo do látex que pudessem configurar novas atividades produtivas. A coleta da castanha foi importante opção de renda para a população - de pouco menos de cem toneladas no ano de 1920, a produção aumenta para mais de seis mil toneladas em 1940. A coleta estava, porém, concentrada nos municípios do vale do Acre (principalmente Rio Branco, Xapuri e Brasiléia), onde a ocorrência natural das castanheiras é maior (CALAÇA, 1983, p.105).

No período entre-guerras mundiais, uma incipiente atividade agrícola começa a ganhar lugar como atividade de subsistência para os seringueiros. Iniciados de forma rudimentar, os

primeiros trabalhos de plantio ocorrem no interior dos seringais, onde o sistema de aviamento estava enfraquecido pela decadência do extrativismo. No início da década de quarenta os governos federal e municipais começam a criação dos chamados “núcleos de colonização” para atender a forte demanda de terra requerida por seringueiros sem trabalho, sendo a produção agrícola excedente das colônias agrícolas a principal fonte de abastecimento dos núcleos urbanos que cresciam (CALAÇA, 1983, p.107-108).

Com os baixos preços e o conseqüente desencadeamento de uma crise na produção da borracha que se arrastará pelas décadas seguintes, as cidades acabam por conhecer não um desenvolvimento material, mas um novo incremento de população. Para muitas famílias já não era vantajoso manter-se no trabalho de extração do látex no interior do seringal. Daí um movimento duplo – ora a procura por novas oportunidades nos núcleos urbanos que então cresciam, ora a procura por terras em áreas de colonização agrícola que estavam sendo aos poucos constituídas no Território do Acre.

É assim que Antônio Teixeira Guerra (1951, 1955) identifica um período de crescimento da área urbana na capital Rio Branco, desde o final dos anos trinta, que, ainda ancorada na economia instável da coleta de produtos da floresta (borracha, castanha, peles, etc.) conhece o surgimento de novos bairros e um aumento significativo das construções em alvenaria na parte central da cidade. No ano de 1939 o município de Rio Branco já possuía aeroporto e inicia-se um transporte aéreo comercial com os centros do sul do país³⁹.

A partir de 1941 ocorrem as primeiras iniciativas de loteamento de áreas para o estabelecimento de colônias agrícolas⁴⁰. O primeiro caso parece ter sido o de 80.000 ha. de terras do Seringal Empresa, em Rio Branco (GUERRA, 1951)⁴¹, no entanto, o plano fora efetivado somente mais tarde, depois de uma nova queda do preço da borracha no mercado, quando finda a Segunda Guerra Mundial. Como fruto destes processos, em 1942 o Território Federal do Acre já estava administrativamente dividido em sete municípios – Rio Branco,

³⁹ Os vôos eram operados pela empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, e a partir de 1950 também passa a operar no Acre a empresa Panair. As principais importações realizadas por transporte aéreo eram de produtos como tecidos, calçados e medicamentos, enquanto que o Correio Aéreo Nacional realiza o transporte de mercadorias do governo do Território Federal (GUERRA, 1951, p.45).

⁴⁰ O início das atividades agrícolas no sudoeste amazônico, especialmente no Acre, ocorre a partir da instalação do que foi localmente denominado como “colônias” – propriedades de pequena/média dimensão para assentamento de agricultores, estabelecidos e doados pelo poder público (o governo do Território Federal) e destinados, num primeiro momento, a solucionar o problema da subsistência entre os ex-trabalhadores dos seringais. Até os dias de hoje agricultores assentados de Rondônia e Acre utilizam o termo “colônia” para designar suas propriedades ou lotes onde trabalham.

⁴¹ “Um marco importante na constituição da pequena produção agrícola no Acre foi a transformação de 80.000 ha. de terras no Seringal Empresa, nos arredores da cidade de Rio Branco, em vários núcleos de colonização. O projeto de transformação deste seringal em áreas de colonização data de 1941, tendo sua implantação retardada pela reativação do extrativismo durante a II Guerra Mundial, sendo efetivamente implantado a partir de 1947” (CALAÇA, 1983, p.121).

Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Xapuri, Tarauacá, Feijó e Brasília (os dois últimos criados em 1938) (GUERRA, 1951, p.46).

2.4.2. *A rápida obsolescência dos sistemas de engenharia no noroeste do Mato Grosso*

Se no Território Federal do Acre os sintomas da crise se estabelecem através da centralização administrativa em Rio Branco, do êxodo da população para os núcleos urbanos e do estabelecimento das primeiras iniciativas de uma agricultura de subsistência; no noroeste do Mato Grosso a crise se manifesta sobretudo pela rápida obsolescência e conseqüente perda de função dos sistemas de engenharia que davam suporte à empresa extrativista, que, diga-se de passagem, haviam recém inaugurado a mecanização do território no sudoeste amazônico.

Tão logo fora inaugurada (1912), a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré já sofrera forte crise com a diminuição das cargas de borracha. O preço dos fretes chegou a ser inviável ao escoamento da produção já no ano de 1913. De 1914 em diante, a ferrovia opera em constantes déficits, com interrupção das atividades no início dos anos trinta, para, em 1937, o seu patrimônio ser transferido integralmente para o governo federal, que, com a quebra do contratado de concessão pela empresa, torna-se proprietário e operador da ferrovia (FERREIRA, 2005). Os centros mais dinâmicos do território – Porto Velho e Guajará-Mirim (pontos de linha da ferrovia) também perdiam a importância econômica e o dinamismo urbano que lhes era peculiar.

A linha telegráfica recentemente inaugurada também já não era mais vista como estratégica para o governo federal, e logo perde importância. No final dos anos 30, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss registra de forma pessimista que os caminhos abertos por Rondon para a instalação da linha telegráfica e dos postos que operavam o sistema de comunicação se encontravam em pleno abandono, constituindo-se como verdadeiros “vestígios arqueológicos de idade científica ultrapassada” (1993, p.246), porque o desenvolvimento recente da radiotelegrafia há pouco os tornara tecnicamente dispensáveis. Daquele impulso de colonização e da corrida de migrantes para o território recentemente aberto à exploração, restava apenas um cenário de desolação⁴².

⁴² Esta situação de abandono é descrita em detalhes por Lévi-Strauss - “Ninguém se atrevia a fechar a linha; mas, também, ninguém já se interessava por ela. Os postes podiam cair, o fio podia enferrujar; quanto aos últimos sobreviventes dos postos, sem coragem para partir e sem meios para o fazerem, extinguíam-se lentamente, minados pela doença, pela fome e pela solidão” (1993 [1955], p.246).

2.5 A recuperação da produção acompanhada de nova estagnação produtiva e a perda da função na divisão territorial do trabalho

Sem uma função produtiva importante no conjunto do território nacional, o sudoeste da Amazônia permanecerá, até o início dos anos sessenta, praticamente isolado do restante do país. Excluindo-se um curto período de reativação dos seringais durante a Segunda Guerra, quando inclusive ocorre um significativo incremento populacional, a atividade produtiva da região acaba de certo modo tornando-se restrita à produção de gêneros para o consumo local, somada a uma exploração da borracha que se mantém por “inércia”, mas pouco lucrativa para os seringalistas e seringueiros.

Este curto período de recuperação dos seringais ocorre durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a produção de borracha na Amazônia conhece uma fase rápida e curta de crescimento. Durante o conflito, os Estados Unidos e a Inglaterra necessitavam de grande quantidade da matéria prima e já não podiam contar com a produção realizada na Malásia e Ceilão, territórios que foram ocupados pelos japoneses. Mais uma vez EUA e Europa voltam a importar a borracha brasileira, através de novos acordos comerciais, resultando em novas políticas de reforço da produção na Amazônia.

Em julho de 1942, é criado o Banco de Crédito da Borracha S.A., destinado a operar a compra e venda da borracha destinada aos mercados nacional e estrangeiro (IANNI, 1979, p.36). Em 1943 (governo de Getúlio Vargas), através de acordo estabelecido com os EUA, são oferecidos pelo governo brasileiro novos subsídios financeiros aos seringalistas, além de estímulos e mesmo recrutamento pelo Estado de uma nova leva de trabalhadores para os seringais amazônicos – pelos menos 55 mil homens, que ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”; através da criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), sendo estes trabalhadores mais uma vez migrantes da região Nordeste do país (FRANCO; TEIXEIRA, p.15, 2006).

Ocorre deste modo, por meio da organização política do Estado brasileiro, um prolongamento das condições que mantinham o sistema de atividades extrativistas na Amazônia, reanimando e prolongando a duração deste tipo de trabalho nos seringais⁴³. Estas ações organizacionais que asseguram a continuidade da atividade extrativista continuam

⁴³ “Podemos admitir que ao lado de uma duração natural, o evento também pode ter uma duração organizacional. A duração natural deriva da natureza original do evento, de suas qualidades individuais, de sua estrutura íntima. Mas, podemos, também, prolongá-lo, fazendo-o durar além de seu ímpeto próprio, mediante um princípio de ordem. Em vez de ser deixado a si mesmo, altera-se o seu processo natural. Como também é possível limitar ou reduzir sua existência, amputando o seu período de ação, mediante um recurso organizacional” (SANTOS, 1996, p.118).

claros interesses geopolíticos, assegurando a hegemonia do Estado brasileiro nesta parte relativamente pouco ocupada do território. Estes fatores também levaram à criação, no ano de 1943, do Território Federal do Guaporé⁴⁴ (através do Decreto-Lei 5.812), constituído por desmembramentos dos estados de Mato Grosso e Amazonas (atual Estado de Rondônia), mostrando mais uma vez a ação centralizadora do poder governamental, fortalecida durante a Segunda Guerra Mundial, que cria um novo Território Federal que, assim como o Acre, passa a ser administrado por um governador indicado pelo presidente (BECKER, 1985, p.95).

A transformação desta grande porção do país, até então pouco ocupada, em um território regido diretamente pelo governo federal, estava ligada aos interesses geopolíticos do Estado Novo de Vargas, visando a integração e defesa do território. Para tanto, já no ano de instituição do Território Federal do Guaporé (1943), foram abertos mais de 100 km de estradas em área do novo Território Federal, com o intuito de ligar a capital Porto Velho à cidade de Cuiabá (para integrá-lo ao centro econômico do país), esforço este que não teve grandes resultados, tendo em vista que com o fim da guerra as obras foram paralisadas (FERREIRA, 2005, p.367).

Estes esforços políticos de recuperação da atividade extrativista repercutem no aumento das exportações. A produção de borracha decaía constantemente desde o ano de 1912, ano de maior produção, quando as vendas alcançam 42.410 toneladas. Em 1920 foram vendidas 23.586 t., e apenas 14.138t. em 1930. Durante o período da Segunda-Guerra ocorre um pequeno crescimento, alcançando 11.832 t. em 1940 e 16.692 t. em 1945, o que não significa nem a metade do que fora produzido e comercializado no auge da produção (1912) (CALAÇA, 1983, p.102).

Apesar do afluxo de população para toda a região amazônica, o Território Federal do Acre parece ter sido um dos principais pontos de acolhida dessa população, já que era o principal produtor de borracha em 1912. Para além das políticas implantadas para a recuperação da produção, o recrutamento de mão-de-obra para o trabalho nos seringais será responsável por um significativo incremento da população. No Acre, por exemplo, a população que no ano de 1920 totalizava pouco mais de 92 mil habitantes, sofre decréscimo

⁴⁴ O novo Território Federal abarcava todo o trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e as cidades de Porto Velho, Santo Antônio do Madeira, Guajará-Mirim e Lábrea, entre outros pequenos povoados. No ano de 1944 ocorre uma nova definição das fronteiras do Território Federal do Guaporé, onde uma parte é devolvida ao estado do Amazonas (município de Lábrea). Assim, definiu-se que o Território Federal do Guaporé estava composto pelos municípios de Porto Velho, onde foi instalada a capital do Território (incluindo o povoado de Santo Antônio do Madeira pela proximidade dos dois núcleos) e o município de Guajará-Mirim, instalado em 1945 (abarcando todo o vale do rio Guaporé) (RONDÔNIA, 2005).

durante as décadas de 20 e 30 (eram quase 80 mil habitantes em 1940), para, no ano de 1950 alcançar mais de 114 mil habitantes (IBGE-Sidra, 2007).

Mas o novo surto de crescimento da atividade de extração do látex não duraria mais de uma década, pois, já em 1950, poucos anos após o término da Guerra, as exportações da borracha tornam-se novamente insignificantes. Nos anos 60, a crise atinge todo o sistema que dava suporte à comercialização da borracha (casas aviadoras), quando volta a faltar o financiamento e é retomada a concorrência com o produto asiático.

Em que pese a força do acontecer hierárquico (estrangeiro e longínquo) (SANTOS, 1996) ocasionando a perda econômica da produção na Amazônia, é preciso ao mesmo tempo reconhecer que uma série de circunstâncias nacionais também deixam de favorecer as atividades extrativistas. Com a crise internacional de 1929, que atacara diretamente a produção de café no Brasil (principal produto de exportação), o país conhecerá os primeiros esforços políticos que, com certo êxito, promovem o fomento de uma primeira fase da industrialização (anos 30 e 40). A sucessão de crises havia demonstrado a importância de reservas de recursos que garantissem ao menos os bens necessariamente básicos de consumo no mercado interno. É assim que parte dos lucros obtidos com a economia agrícola de exportação passam, na década de 30, a compor os capitais que fomentam uma indústria voltada para a substituição das importações, desorganizando a economia primário-exportadora e interiorizando o centro dinâmico da economia (FURTADO, 1959, 1995).

Tal como explica Celso Furtado, algumas facilidades começam a aparecer (desmantelamento de barreiras alfandegárias entre estados e um primeiro sistema viário), tornando o território política e tecnicamente mais integrado, mas centralizando e favorecendo uma industrialização que ocorre de modo concentrado.

Surgiu, assim, uma interdependência estrutural que favoreceu a região mais industrializada, que era São Paulo. Com efeito, os subsídios implícitos na política de câmbio e na de crédito, que constituíram o cerne da política industrial, beneficiariam de preferência a região que com mais dinamismo competia pela substituição das importações de manufaturas (FURTADO, 1999, p.51).

Deste modo, se para a Amazônia era necessário tomar medidas que promovessem a viabilidade e a continuidade da atividade extrativista, à escala do país é o projeto de industrialização que preocupa as políticas governamentais, e, de fato, a nova atividade industrial não contempla o território amazônico. É assim que, a partir de meados do século XX, as diferenças entre as regiões do país vão cada vez menos ser caracterizadas apenas pelos atributos naturais, para cada vez mais terem força as diferenças econômicas e sociais.

Destarte, até os anos 60, segue-se uma fase de perda da função da região amazônica na divisão interna do trabalho, que, somada à situação de escassez de infra-estruturas territoriais, será responsável pelo seu relativo isolamento.

Desde a crise do início do século, passando pela rápida recuperação com a Segunda Guerra, para conhecer novamente a estagnação, o trabalho nos seringais também conhece uma série de transformações – os seringalistas, endividados e sem poder econômico, perdem relativamente a força política que mantinha a ordem social no sistema produtivo regional, e a prática da agricultura pelos seringueiros também passa a ser tolerada pelo seringalista (já que o abastecimento por aviamento estava comprometido), fazendo diminuir a importação de gêneros alimentícios e dotando os espaços produtivos e a própria região amazônica de uma atividade de nova natureza.

É assim que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) reconhece que, com a crise da borracha, o que constitui também uma crise do seringalismo, as populações que tradicionalmente viviam da extração do látex acabam por viver melhor na Amazônia, excluindo-se o breve período da Segunda Guerra que acaba por inserir novas ambições na atividade seringalista.

Claude Levi-Strauss (1993) descreve a “vida farta” dos caboclos ribeirinhos que habitavam a área de floresta no final dos anos trinta, em área que hoje compõe o estado de Rondônia. Esta fartura estava assentada, sobretudo, numa apropriação dos recursos locais e também de uma assimilação das culturas indígenas (hábitos alimentares, técnicas de caça e pesca) pelo homem branco que habita as matas⁴⁵.

Por outro lado, e com certo crescimento das principais cidades (Porto Velho e Rio Branco), ocorre a formação de um mercado de consumo ainda pequeno, mas capaz de produzir certa solidariedade também entre os pequenos núcleos de povoamento, os seringais e as colônias agrícolas, onde é praticada uma produção de gêneros para o consumo local⁴⁶. Frente à inexistência de rodovias, a rede hidrográfica continua como principal responsável pelos fluxos de mercadorias e de pessoas que chegam e partem desta porção do território nacional.

⁴⁵ Levi-Strauss compara a vida abundante em recursos que os pioneiros levavam nas áreas de floresta, frente à relativa escassez encontrada nas aldeias indígenas do cerrado do Mato-Grosso - “Desde Urupá até o rio Madeira [área do atual estado de Rondônia], os postos da linha telegráfica estão agregados a aldeias de exploradores de borracha que dão a razão de ser ao povoamento esporádico das margens. Parecem menos absurdos do que os do planalto e o gênero de vida que aí se leva começa a escapar ao pesadelo. Pelo menos este diversifica-se e toma cambiantes em função dos recursos locais (...) É a abundância: <Aqui, só falta o que não tem>” (1993, p.344).

⁴⁶ No Território Federal do Guaporé, “Parte dos ex-soldados da borracha deixaram os seringais e se fixaram na Colônia Agrícola IATA, em Guajará-Mirim, criada em 1945, e na Colônia Agrícola do Candeias, em Porto Velho, criada em 1948” (FIERO, 2003, p.33).

Todo o esforço em adicionar ao território as infra-estruturas necessárias ao trabalho extrativista (a ferrovia e o telégrafo) perde sua importância e função com a crise do produto brasileiro. A exploração da borracha e também a coleta da castanha continuam após a segunda Guerra Mundial apenas como que por “inércia”, herança do início do século que persiste, praticamente, como únicas possibilidades de renda para a população da região. Como os lucros eram poucos, vários seringalistas endividados abandonaram seus empreendimentos, os seringueiros que puderam voltar para suas terras de origem o fizeram e as infra-estruturas de trabalho restam agora ociosas. Este “vácuo” econômico que caracteriza a região amazônica em meados do século vinte foi suficiente para que, repetidas vezes, o governo brasileiro traçasse diversas estratégias e empreendesse novos esforços para o “desenvolvimento” e a efetiva ocupação do território.

CAPÍTULO 3
**SOB A IDEOLOGIA DO “DESENVOLVIMENTO”:
 REFORÇO DO MEIO TÉCNICO E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO**

Em meados do século XX a Amazônia transforma-se em alvo de um conjunto de políticas que visam à integração territorial e a modernização do país. Estas ações estavam ligadas ao projeto de integração e de desenvolvimento econômico do país como um todo, sobretudo no período das ditaduras militares (pós-1964), quando uma “modernização a qualquer custo” é posta em prática por um novo projeto geopolítico que definitivamente transformará a configuração territorial da Amazônia.

O sudoeste amazônico será uma das porções mais atingidas por este processo, e novamente esta região se mostrará “aberta” às possibilidades novas e sujeita a um “futuro” incerto, um novo momento histórico marcado pelo efetivo equipamento e ocupação territoriais, consolidando na região o meio técnico.

3.1 A idéia da Amazônia como “fronteira” e a sua necessária integração para o desenvolvimento nacional

A compreensão dos processos de modernização territorial na região amazônica na segunda metade do século XX restaria incompleta se não ensaiássemos, em primeiro lugar, uma compreensão das forças que dão novo dinamismo à formação socioespacial brasileira em sua totalidade. Os lugares não podem ser compreendidos em si mesmos, pois tal atitude fatalmente incorre numa interpretação parcial e incapaz de revelar a plenitude do acontecer no espaço geográfico. A Amazônia, que passa definitivamente a ser “enfrentada” pelo Estado como região de “fronteira”, só pôde ser considerada como tal por uma série de circunstâncias políticas e territoriais do país.

Algumas porções do território tecnicamente mais densas encontram-se de certo modo integradas (sobretudo o Sul, onde se incluem São Paulo e Rio de Janeiro), com povoamento e usos econômicos de certo modo consolidados. Por isso, o Brasil central e especialmente a Amazônia, regiões do território nacional marcadas pela rarefação técnica e populacional, fatores estes conjugados a um enorme potencial de exploração dos recursos locais, oportunizam a emergência de uma idéia de “fronteira”, ou seja, a idéia de um “espaço a ser

ocupado” no interior do país. De fato este processo de ocupação da fronteira aparecerá como uma verdadeira meta do Estado brasileiro, em governos civis e sobretudo durante os governos militares⁴⁷.

A idéia da região amazônica como “fronteira”, aparece, assim, por sua condição de periferia frente a um centro (ou “pólo”), que na década de cinquenta já podia ser reconhecido na “Região Concentrada” (composta pelos estados das atuais regiões Sudeste e Sul) (SANTOS, RIBEIRO, 1979; SANTOS; SILVEIRA, 2001). A região concentrada do país se fortalecia como centro dinâmico no conjunto do território nacional, por concentrar a atividade industrial, a agricultura tecnicizada e as infra-estruturas territoriais que garantem maior conexão e fluidez dos movimentos e da informação.

A condição de “vazio” demográfico e econômico que caracteriza a região amazônica como região periférica do país no pós-Segunda Guerra preocupa e impõe o surgimento de uma série de planos governamentais voltados para a consolidação/ocupação desta grande área de fronteira interna, esforços estes que se arrastariam desde os anos cinquenta do século XX até a década de 80. São vários os autores que reconhecem a Amazônia como a principal área de “fronteira” do Brasil, onde há lugar para as idéias de fronteira de recursos e fronteira agrícola (BECKER, 1985b; IANNI, 1986; MARTINS, 1997) e de fronteira como o espaço de expansão da atuação do Estado (MACHADO, 1998, 2008), o que também a caracteriza como a fronteira de expansão do capitalismo (CARDOSO; MÜLLER, 1977).

No Brasil, Lia Osório Machado preocupa-se em avaliar as potencialidades e implicações políticas do conceito de fronteira. Segundo a autora,

A palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível da subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornam-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. (...) Na realidade, o sentido de *fronteira* era não de fim mas de começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir (MACHADO, 1998, 2008, p.1-2) (grifos no original).

⁴⁷ Pelo fato de ser portadora de uma grande variedade de recursos estratégicos, situação esta somada à condição de região ainda pouco povoada e que compreende grande faixa de fronteira internacional, a Amazônia sempre constituiu alvo de interesse dos teóricos geopolíticos brasileiros (civis e militares) que inseriram esta preocupação nos planos de governo. Na década de 40 do século passado a Amazônia brasileira já era tratada pelos teóricos geopolíticos tanto como um grande “trunfo” do Brasil no contexto internacional (pelas possibilidades de exploração dos seus recursos), tanto com a preocupação constante de integração/ocupação da região para a garantia da nacional hegemonia sob os vastos espaços da floresta. Vide, por exemplo, o trabalho do general Mário de Travassos (1947).

É assim que a Amazônia constitui, em meados do século XX, o grande espaço a ser consolidado no território nacional. O sociólogo José de Souza Martins (1997), ao estudar as áreas de “fronteira” no Brasil (Amazônia e Brasil central), indica a existência de diferentes pontos de vista e caminhos analíticos nos trabalhos desenvolvidos por geógrafos e antropólogos, criticando ambas as posturas. Tomando como referência os trabalhos de Pierre Monbeig e Leo Waibel, Martins faz uma leitura que destaca a centralidade da noção de “frente pioneira” nas análises geográficas da situação de fronteira, noção esta que designa, sobretudo, a expansão territorial da economia capitalista, forjando uma nova sociabilidade pautada no mercado e na contratualidade das relações sociais, bem como na transformação do uso da terra (antes feito através da posse) em mercadoria (quando se torna propriedade). “A ênfase original de suas análises [a dos geógrafos] estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão” (MARTINS, 1997, p.153), não alcançando, na visão de Martins, a compreensão das transformações sociais. A posição de antropólogos é, ainda segundo o autor, muito diferente, pois privilegia, sobretudo, a noção de “frente de expansão”, também centrada na idéia de ocupação do espaço, mas com foco nos problemas enfrentados pelas populações indígenas pelo impacto das ações do homem “branco”/“civilizado”, assim como o embate entre camponeses posseiros, praticantes de uma economia de excedentes, quando do avanço da empresa capitalista no campo. Esta visão antropológica da fronteira como “frente de expansão” também recebe críticas de Martins (1997, p.154), em que o autor aponta o uso do termo apenas para designar uma definição pouco precisa do encontro entre índios e brancos. Deste modo,

O desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, mais do que produto da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira. Diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos (MARTINS, 1997, p.156).

Nesse sentido, a maior contribuição de Martins (1997), com a sua preocupação em analisar o fenômeno de forma a compreender a totalidade das transformações sociais na situação de fronteira, é justamente o fato de compreender a fronteira como espaço portador de diferentes temporalidades, que experimenta formas diferentes de realização do capitalismo, de onde é possível extrair uma renda territorial maior, com a superexploração da força de trabalho (MARTINS, 1997, p.31).

Bertha Becker preocupa-se em analisar a dinâmica da fronteira no Brasil, especialmente no que se refere à sua expansão na Amazônia, e defende a idéia, embasada em

outros autores, de que a fronteira, por excelência, “(...) constitui um espaço não integrado à nova ordem espacial, não plenamente estruturado na via capitalista, com formas fluídas e instáveis, e dotado de alto potencial político” (BECKER, 1985a, p.91). Ao mesmo tempo, “A fronteira é definida em relação a um espaço estruturado, e sua potencialidade alternativa é circunscrita a limites impostos pela formação social em que ela se situa” (BECKER, 1985b, p.358). Assim, podemos reconhecer que a idéia de Amazônia como “fronteira” só pode aparecer quando o Brasil conhece a emergência de um espaço dinâmico e integrado no interior do país, que se torna muito mais funcional à empresa capitalista, espaço este que se estrutura desde os anos 30, com pólo na região circunvizinha a São Paulo (SANTOS, 1979a, p. 145).

É deste modo que o projeto nacional de integração da fronteira amazônica aparece como um esforço em dotar os espaços amazônicos de um dinamismo econômico e técnico capaz de fornecer condições de complementaridade ao centro dinâmico do território, em termos de fornecimento de matérias-primas para a indústria (sobretudo recursos minerais e vegetais), e que, ao mesmo tempo, figurasse como mais um mercado consumidor para a produção industrial realizada no centro-sul do país. Ocorre na verdade o reforço de um processo que já há alguns anos vinha compondo uma interdependência estrutural entre regiões e favorecia mais uma vez os espaços mais consolidados da produção industrial, sobretudo o estado de São Paulo, cuja capital afirma a sua função de metrópole industrial do país.

Dentro de poucos anos a estrutura regional da Amazônia, que já fora voltada quase que exclusivamente para o comércio internacional, estaria muito mais ligada por nexos internos ao país, o que, todavia, não deixou de representar a sua dependência política e econômica. Deste modo, o plano de integração da Amazônia ao centro dinâmico do país, tal como também acontece com a região Nordeste (com a criação da SUDENE em 1959)⁴⁸, induz certa modernização do território que, ao mesmo tempo, condena a região a um novo contexto de exploração e a nova condição periférica, que, diga-se de passagem, se mantém até os dias de hoje.

Toda esta política de integração da Amazônia será constituída de uma série de esforços que promoverão, entre os anos 50 e 70, uma redefinição da estrutura regional do

⁴⁸ De certo modo, o problema da Amazônia se assemelha ao que acontece com o Nordeste, onde um quadro de desigualdade regional se instala quando o capital monopolista é orientado para as atividades industriais realizadas no Sudeste do país, fazendo surgir a necessidade de políticas de planejamento e de integração nacional, tal como analisa Francisco de Oliveira (1977, p.24). O mesmo autor afirma que o Estado não é mediador de um planejamento que vise a redução das desigualdades, mas o agente capturado pelas formas de reprodução do capital, visando uma homogeneização do espaço a seu favor (p.30), reconhecendo que “(...) o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (1977, p.24).

país, onde foram empregados recursos (no mais das vezes externos) na abertura de novas rodovias, na criação de pólos produtivos que induzem o crescimento econômico da região e na política de assentamento de milhares de famílias.

3.1.1. *Os primeiros esforços político-institucionais para a integração da fronteira*

É na década de trinta que aparecem esforços políticos de integração do território brasileiro (Brasil central e Amazônia), período que corresponde ao chamado Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas. Ainda que estas primeiras políticas aconteçam muito mais como discurso do que propriamente como ação (BECKER, 2006, p.25), inicia-se o movimento político que visa diretamente a ocupação de novas áreas no interior do país, conhecido como “Marcha para Oeste”.

Nas décadas seguintes, novos esforços políticos são empreendidos para a integração nacional, com políticas específicas de ocupação da Amazônia. O Banco de Crédito da Borracha, criado pelo governo federal em 1942, passa a denominar-se Banco de Crédito da Amazônia S.A. a partir de agosto de 1950, tendo como objetivo a ampliação das linhas de crédito para além das atividades de produção e comercialização da borracha. O governo de Getúlio Vargas, na tentativa de integração da região às áreas mais dinâmicas do território nacional, sanciona em 1953 a Lei nº 1806, que definia, entre outras medidas, estímulos para a produção agropecuária em áreas pouco ocupadas da Amazônia (NUNES, 1991, p.16). Estes primeiros esforços podem ser sintetizados pela criação, em janeiro de 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando diagnosticar, propor soluções e administrar ações para minimizar os problemas econômicos e sociais da região. É também do ano de 1953 a criação da chamada “Amazônia Legal”, que normatiza o território definindo a área de abrangência das políticas de desenvolvimento regional na Amazônia, sobretudo as de incentivo fiscal⁴⁹.

Em que pese os esforços do governo Vargas em integrar e modernizar as atividades produtivas na Amazônia, pouco foi efetivamente realizado para que os objetivos iniciais do plano fossem alcançados. A SPVEA, criada para ser o principal órgão articulador dos projetos

⁴⁹ A Amazônia Legal corresponde às áreas localizadas ao norte do paralelo 16°S (Mato Grosso) e 13°S (Tocantins), além da porção do meridiano 44°W do estado do Maranhão, e abarca 57,4% do território brasileiro (BECKER, 2006, p.73). A partir de 1966, com a criação da SUDAM, a Amazônia Legal serviu de referência para a delimitação territorial dos incentivos fiscais com vistas ao desenvolvimento econômico da região (REIS, 1978, p.8).

na Amazônia, pouco consegue interferir na região e o resultado destes primeiros esforços políticos no sudoeste amazônico representou quase nada.

Uma novidade da época para o sudoeste amazônico fora a mudança de nome do território Federal do Guaporé, que, no ano de 1956, passa a denominar-se Território Federal de Rondônia, homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Apesar da mudança de nome, Rondônia e também o Território do Acre continuam tendo no extrativismo da borracha a sua principal atividade⁵⁰, o que confere à região uma importância econômica e política residual no conjunto do território.

O processo de decadência econômica é muito fortemente o responsável pela persistência do isolamento territorial do sudoeste amazônico. No ano de 1959, por exemplo, a cidade de Porto Velho (que contava com mais de 34 mil habitantes na sede do município), em que pese ser a terceira maior aglomeração urbana da Amazônia (depois de Manaus e Santarém), era descrita pelo historiador Manoel Rodrigues Ferreira da seguinte maneira:

(...) era uma cidade quieta, calma, tranqüila, onde se via raramente um veículo nas ruas, pois não havia ligações rodoviárias com outras cidades. Só existia um trecho de 140 km que, deixando Porto Velho, tomava a direção de Cuiabá. E outro de 7 km que ia a Santo Antônio. Nada mais. Para se sair de Porto Velho e alcançar qualquer outra cidade, somente através do rio Madeira, navegável por vapores que, vindos de Manaus, ali paravam e dali regressavam. Ou então, as rotas aéreas que ligavam a capital do Território de Rondônia a Manaus, Rio Branco (Acre), e a Cuiabá. Ou então finalmente, a E. F. Madeira-Mamoré, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim, esta, por sua vez, outra cidade por terra tão ilhada como a capital (2005, p.347).

Isolados do centro dinâmico do país pela ausência de ligações terrestres, uma série de esforços técnicos e políticos foram implantados na década de sessenta, quando a estratégia geopolítica de integração do território nacional toma mais força.

3.1.2. Um projeto de integração nacional e o primeiro esforço técnico para a integração do sudoeste amazônico – a BR-029

Na década de sessenta novos interesses de integração da Amazônia serão responsáveis pela implantação de um sistema de engenharia que possibilitasse a integração terrestre do sudoeste amazônico com o centro dinâmico do país. É o presidente Juscelino Kubitschek que

⁵⁰ “Em termos de participação no produto da agricultura, nas unidades da Região Norte, a borracha, em 1959, possuía ainda significado em Rondônia (77%) e no Acre (70%)” (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p.41).

se convence da necessidade de implantação da BR-029 (atual BR-364), que faria a ligação entre Cuiabá (que nesta data já estava conectada por rodovias até São Paulo) e a cidade de Porto Velho. Vivendo a euforia de um país que se urbaniza, industrializa e elege a rodovia como modal de transporte privilegiado (sob a égide da modernização e da “queima de etapas”, com o lema dos “cinquenta anos em cinco” do Plano de Metas de JK), as obras da rodovia que logo fora apelidada de “Cuiabá-Porto Velho” foram iniciadas já no ano de 1960.

A preocupação com a ocupação de áreas no interior e com a integração nacional, iniciadas com Getúlio Vargas, aparece como uma marca do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cuja vocação modernizadora foi capaz de mudar por completo a estrutura territorial do país. Ocorre uma verdadeira adequação do território, que é dotado de uma nova fluidez, preparando a participação do país ao novo momento do capitalismo, que se tornava agora mais internacionalizado – “A nova dimensão do capitalismo reclamava, também, um Estado mais moderno, territorialmente mais forte porque capaz de ser onipresente, isto é, de fazer chegar ordens e mensagens, agentes e mensageiros, a todos os confins” (SANTOS, 1987, 2007, p.130). Estratégias políticas e também algumas grandes obras parecem muito significativas deste momento do país – a criação da Sudene, em 1959, demonstra o ideário de retirar o Nordeste do “atraso”; a construção de Brasília (finalizada em 1960) aparece como tarefa essencial para a integração do território, bem como a implantação de novas rodovias que fariam a integração entre diferentes regiões do país. Em fevereiro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek anuncia a construção da BR-029.

Como os objetos técnicos são marcados ora por sua funcionalidade ora por sua idade (atributos que também são técnicos), as mudanças de período são potencialmente portadoras da refuncionalização dos objetos pretéritos (SANTOS, 1996). É assim que o traçado da nova rodovia aproveita-se dos caminhos abertos por Rondon no início do século, tomando o lugar das linhas telegráficas, as quais Levi-Strauss já havia reconhecido como “vestígios arqueológicos” de idade ultrapassada (1955, 1993, p.246). Graças a estas facilidades, a abertura do novo sistema de engenharia rodoviário foi realizada em tempo recorde - obras iniciadas em fevereiro e concluídas (em leito de terra) no mês de setembro do mesmo ano⁵¹. Também no ano de 1960 a BR-029 alcança a cidade de Rio Branco, no Território do Acre.

⁵¹ “No dia 4 de julho de 1960, o Presidente [JK] foi a Vilhena [RO], onde só havia o antigo Posto Telegráfico instalado por Rondon, para a solenidade da derrubada da última árvore do traçado da estrada. Em setembro já havia possibilidade de se fazer o trajeto em veículo, de Cuiabá a Porto Velho. (...) em São Paulo, o Governador (de Rondônia) Paulo Nunes Leal adquiriu sete caminhões, que partiram no dia 28 de outubro de 1960, em direção a Porto Velho, aonde chegaram no dia 28 de dezembro de 1960, às 21 horas. Dois meses gastaram na viagem. (...) Era a obra mais importante construída na região amazônica, depois da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” (FERREIRA, 2005, p.370).

A rodovia surge como nova condição de produção, recurso que possibilita novas atividades produtivas ou ao menos novas formas de sua realização, o que incorrerá no definitivo redesenho das organizações regionais pretéritas. A abertura da rodovia interessa a capitais originários do Centro-Sul do país, especialmente de São Paulo, estreitando as relações capitalistas e ampliando a acumulação de renda por especulação imobiliária (compra de grandes áreas), processo perverso que antecede, por privilégio das informações, as práticas de colonização (tanto privadas como públicas) seguidas da venda de pequenos lotes, mas também da ocupação de grandes áreas para a prática de atividades de exploração madeireira e da pecuária extensiva.

3.1.3. Os novos movimentos de colonização e exploração do território

A abertura da BR-029, que pode ser considerado como um esforço prévio de atualização do território no sudoeste amazônico, foi suficiente para a produção de toda uma renovação do conteúdo territorial na região amazônica. Otávio Ianni destaca que desde meados da década de cinquenta até os anos setenta estava em curso em vários estados da Amazônia, incluindo Acre e Rondônia, uma espécie de “reforma agrária espontânea”, onde o grande afluxo de migrantes de várias partes do país iniciara uma ocupação de terras devolutas que, em grande parte, já eram ocupadas por indígenas (IANNI, 1979, p.12).

Diga-se de passagem, a exploração da terra como alternativa de sobrevivência já era praticada por uma série de ex-seringueiros no Acre e também em Rondônia, inclusive com a criação das primeiras colônias agrícolas já nas décadas de quarenta e cinquenta (GUERRA, 1955; PARAGUASSU-CHAVES, 2001). A injusta e persistente concentração fundiária em regiões tradicionalmente agrícolas do país (atuais regiões Nordeste, Sudeste e Sul) é o verdadeiro motor de movimentos migratórios em busca de terra para o trabalho na Amazônia e nos cerrados do Brasil central. Assim, Rondônia e Acre recebem, logo quando aberta a BR-029, grande número de migrantes, em sua maioria trabalhadores rurais.

Outra importante atividade que renova o uso do território no sudoeste amazônico no pós-segunda guerra será a exploração de minérios no Território Federal de Rondônia. Esta

atividade começa a ganhar força em toda a região amazônica, onde, na virada da década de 50 para 60, foram encontradas uma série de importantes reservas minerais⁵².

A ocupação das áreas de fronteira em Rondônia deu-se num contexto de total ausência do poder público e a atividade da mineração, desde o seu início, ocorre praticamente sem nenhum controle governamental, o que a torna na maioria das vezes uma atividade ligada a crimes como a expropriação e morte de garimpeiros e indígenas, fraudes imobiliárias e prostituição. No entanto, é nos anos sessenta que Rondônia aos poucos deixa de ter o extrativismo do látex como base de sua economia, agora centrada na exploração mineral.

A inauguração da ligação rodoviária e o aumento do movimento migratório serão contemporâneos de outra importante transformação, que é a conversão do Território Federal do Acre em um novo Estado da Federação, a partir do ano de 1962. O movimento inicial de renovação das atividades e também deste novo arranjo político-administrativo do território no sudoeste amazônico será transformado de forma definitiva pouco tempo mais tarde, quando novos planos de modernização do país e de integração da região Amazônica se iniciam.

3.2 O projeto de “Integração Nacional” no período da ditadura militar e o reforço da estrutura territorial na Amazônia

Na década de sessenta, sob os auspícios dos governos ditatoriais militares, os esforços de integração do território e de povoamento da Amazônia aparecem ainda mais como estratégicos para o país, ganhando mais força no plano político nacional. Nunca na história do Brasil o território fora visto com tanta importância para a afirmação de um Estado autoritário que tinha como meta a idéia de um país moderno.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer destes desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.47).

⁵² A expedição de Rondon no início do século também houvera descoberto e registrado (como posse da União) minas de ouro, de sulfato de cobre, de manganês, gipsita, ferro e mica, distribuídas no entorno da linha telegráfica (GUERRA, F., 1965, p.86).

A integração da Amazônia foi sem dúvida um dos principais esforços do governo militar para aquilo que se convencionou chamar de construção de um “Brasil Potência”. Nas palavras de Otávio Ianni, “Essa foi a época do neo-ufanismo, do ‘ninguém segura este País’, do ‘pra frente, Brasil’, do ‘Brasil potência’. Tratava-se de um sucedâneo de cunho geopolítico – para efeito de segurança interna e desenvolvimento capitalista – que visava preencher o vácuo político criado pela ditadura” (1979, p.53). Becker e Egler reconhecem o papel do território neste empenho:

A incorporação de espaços vazios ao domínio da nação foi parte essencial do projeto geopolítico de modernização e de ascensão a potência regional, e revela um novo significado do território na mediação entre Estado e sociedade. Ele é um recurso simbólico de formação do indivíduo coletivo, em detrimento de uma comunidade nacional de cidadãos (BECKER; EGLER, 2003 [1992], p.34).

A integração da região amazônica aparecerá assim como elemento indispensável na conformação de uma psicoesfera criada para legitimar a idéia de “Brasil Potência”. Esta psicoesfera (SANTOS, 1996, p.204), que acompanha e funciona de modo unitário à esfera técnica do território, é a esfera das ações que, amparadas no reino das idéias e das crenças, legitimam e orientam, antecipadamente, projetos e ações.

A integração da Amazônia (fronteira nacional e política) aparecerá como uma referência no que diz respeito à idéia e à ideologia da “segurança interna” (essencial para a resolução de conflitos sociais), muito corrente nos governos militares. A definitiva integração do território brasileiro, que passa pela integração da Amazônia, era, assim, indispensável no plano da “defesa nacional” e para o êxito do projeto geopolítico militar⁵³, ainda que esta “integração nacional” tenha se realizado com um planejamento de Estado com pretensões puramente econômicas, o que acabou por gerar nova fragmentação do território.

Em 1966, dois anos após o golpe militar, é criado o Banco da Amazônia - BASA (com a extinção do Banco de Crédito da Amazônia S.A.) e também a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), novas instituições públicas que passam a responder, financeira e politicamente, pelo planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia. No ano de 1970 o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que, inclusive, já havia distribuído alguma terra para fins de colonização em Rondônia, é

⁵³ “A idéia correlata à de ‘perigo externo’, que parece ter estado sempre presente na problemática da região, diz respeito à ‘riqueza fabulosa’ da Amazônia (...). Cobiça externa, riqueza abundante e, por outro lado, pobreza e excesso de população noutras regiões constituíram a tessitura do discurso ideológico sobre a Amazônia (...)” (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p.194).

substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição que atuaria com mais força na política de ocupação do território. Soma-se ao surgimento destas instituições governamentais a criação, também no ano de 1970, do primeiro Plano de Integração Nacional (PIN), no qual se delineia a construção de novas rodovias na Amazônia (Transamazônica e Cuiabá-Santarém). O PIN de certo modo é importante instrumento normatizador do território nestas áreas recém abertas, porque definiu a ocupação da faixa de terra em dez quilômetros de cada lado das novas rodovias federais que estavam sendo instaladas no país, especialmente os trechos localizados na Amazônia (IANNI, 1979, p.34).

É a criação daquilo que Bertha Becker (2006) denomina como “malha programada” ou “projetada”, constituída de instituições e planos governamentais implementados durante a década de setenta, e que dão suporte à política pautada na ideologia da segurança nacional e na idéia de um “Brasil Potência”. Esta “malha programada” se identifica diretamente com a expansão das redes viária, urbana, de comunicações, e também nos novos recortes político-normativos que vão sendo adicionados ao território.

O reforço do sistema rodoviário nacional de um modo geral, e, especialmente na região amazônica, assim como a expansão do sistema de telecomunicações e todo um esforço de orientação para a colonização da região, foram ações indispensáveis para o projeto de integração territorial. Diga-se de passagem, a legitimação do projeto a partir de uma psicosfera modernizadora também fora indispensável.

Tal como a psicosfera precede a ação técnica (SANTOS, 1997), a abertura das rodovias também precedeu à colonização das novas áreas. O êxito do projeto geopolítico de ocupação da Amazônia estava baseado nestes três esforços mobilizados pela ditadura – um *esforço ideológico*, a partir de uma psicosfera da “integração nacional” para o “Brasil Potência”, que seria efetivado, sobretudo, pela atuação de um conjunto de instituições e planos de desenvolvimento criados pelo governo federal (Quadro 1); um *esforço técnico* com o avanço dos sistemas de engenharia na floresta (especialmente as rodovias e a telecomunicação); e o *esforço de colonização* (que não deixa de ser técnico) para a efetiva ocupação das áreas. Um conjunto de transformações territoriais neste período indica a presença destes três esforços de adequação do território pelo projeto geopolítico militar no sudoeste amazônico. Este conjunto de esforços e de transformações territoriais também promove a racionalização e o controle do trabalho no território, ao mesmo tempo em que remodela a rede urbana na região, que se torna mais densa e assume novas características funcionais.

Quadro 1. *Os principais instrumentos políticos que atuam na modernização e instrumentalização do território na Amazônia durante a ditadura militar*

Instituição ou Projeto	Ano de criação	Ações
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	1966	Substitui a SPVEA, coordenação e articulação dos planos de desenvolvimento da região no âmbito federal (inclusive incentivos fiscais). Ocorre avanço das atividades agrícolas, pecuárias, de mineração e industrialização.
Banco da Amazônia (BASA)	1966	Substitui o Banco de Crédito da Amazônia (de 1950), e passa a ser o agente financeiro viabilizador dos projetos da SUDAM.
Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	1967	Legislação específica para fomentar a industrialização, na região de Manaus a partir de isenções fiscais. A partir de 1968 estas condições de incentivos se expandem para todo o território do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
Plano de Integração Nacional (PIN)	1970	Operacionaliza a política de controle do território com a implantação de eixos de penetração rodoviária, portos, aeroportos, oferta de energia, inserção de sistemas de telecomunicações, etc.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	1970	Órgão federal responsável pela implantação dos projetos de assentamento e colonização.
I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	1971- 1974	Adequação da estrutura territorial do país a uma nova proposta de industrialização
Programa de Pólos Agrop. e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)	1974	Atua na implantação de projetos de infra-estrutura e execução de obras em 15 pólos de desenvolvimento na Amazônia Legal, sendo o de Rondônia o Pólo VII (agromineral) e o do Acre o Pólo VIII (agropecuário).
II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	1975- 1979	Especialmente na Amazônia, definiu estratégias para o desenvolvimento das atividades agropecuárias (com incentivos fiscais e infra-estruturas), visando a consolidação do projeto geopolítico militar.
Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)	1980	Programa de planejamento e desenvolvimento voltado para Mato Grosso e Rondônia, cujo objetivo central era a conclusão e asfaltamento da BR 364 entre Cuiabá e Porto Velho.

Várias fontes. Organizado por Pereira, M. F. V.

3.2.1. *O reforço da infra-estrutura rodoviária*

A incipiente rede rodoviária existente no sudoeste amazônico ganha nova densidade, principalmente durante os anos setenta. Um esforço de consolidação da rodovia aberta por Juscelino Kubitschek ocorrerá até 1968 (com construção de pontes definitivas e alguma pavimentação), justamente quando a mineração começa a tomar maior vulto, com a exploração do minério de estanho (cassiterita) no Território Federal de Rondônia. A partir de 1970, a BR-364, ainda não totalmente pavimentada e com alguns problemas de tráfego durante o período chuvoso, já pode ser considerada como rodovia de tráfego permanente (REIS, 1978, p.20), e empréstimos do Banco Mundial são empenhados durante a ditadura militar para o término da sua construção.

O sistema de engenharia que ligava o sudoeste amazônico ao centro-sul do país induz mais ainda à perda de importância da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que já não representava meio de transporte vantajoso (inclusive pela escassez de carga), fato que culmina na sua desativação em maio de 1966. Mais uma vez as infra-estruturas técnicas pretéritas se atualizam para assumir as novas exigências do período, e a retirada dos trilhos da ferrovia dá lugar a uma nova estrada de rodagem implantada na década de 70 (BR-425, Porto Velho-Guajará-Mirim), sendo preservado apenas um trecho ferroviário de 7 km entre Porto Velho e Santo Antônio do Madeira.

Em 1973 é aberta uma nova rodovia federal na região, a BR-319 (que já estava em péssimas condições de tráfego pouco tempo após a sua abertura), ligando Porto Velho a Manaus, com pequeno trecho em território rondoniense, indicando mais uma vez a necessidade de expansão do movimento rodoviário em substituição àquele realizado por via fluvial. As atividades de exploração de cassiterita, obedientes às lógicas e demandas externas, promovem a abertura de uma nova rodovia, a BR-421 (Rodovia da Cassiterita), que faz a ligação entre as localidades de Ariquemes e Buritis, onde avança a exploração de minério.

No Acre, a rede rodoviária que desde a década de cinquenta começa a se estabelecer no território, encontra-se bastante rarefeita e com as dificuldades de circulação típicas das rodovias abertas em leito de terra. Composta basicamente pelas BR-364 e BR-317 (que liga Boca do Acre-AM à Assis Brasil-AC), é a BR-364 que conhecerá esforços de expansão. Ainda que a BR-364 tenha alcançado a cidade de Rio Branco já no ano de 1960, é na década de 70 que se iniciam os trabalhos de expansão desta rodovia até a cidade de Cruzeiro do Sul, no vale do Juruá, constituindo um prolongamento da rodovia Transamazônica. A idéia era que a Transamazônica pudesse, além de tornar o país integrado de leste a oeste (do Nordeste até o

interior da Amazônia), abrir uma estrada de caráter internacional, que fizesse a ligação do interior do país com o oceano Pacífico, inaugurando uma nova via de exportação para produtos brasileiros.

As obras de expansão da BR-364 de Rio Branco até Cruzeiro do Sul também visavam por fim ao isolamento da região do Juruá. Os trabalhos de abertura da estrada foram retomados pelo 7º Batalhão de Engenharia e Construção (Exército), com sede em Cruzeiro do Sul, cidade que se transforma por completo com o início das obras. Dos mais de seiscentos quilômetros que separam as duas principais cidades acreanas, 180 km já estavam abertos (em leito de terra) no ano de 1970⁵⁴.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001, p.95) reconhece, na virada dos anos sessenta para os setenta, uma mudança do padrão espacial pautado no “rio-várzea-floresta” (típica do auge do extrativismo na Amazônia), para a definitiva substituição por uma organização espacial do tipo “estrada-terra firme-subsolo”. Isto ocorre sobretudo porque os agentes hegemônicos que agora visam a exploração dos recursos amazônicos utilizam o transporte rodoviário, o que ao mesmo tempo nos obriga reconhecer que, grande parte do movimento e dos fluxos locais e das populações indígenas e ribeirinhas ainda é, até os dias de hoje, muito dependente do uso do transporte fluvial de pequeno porte.

A estratégia de circulação, que no dizer de Max. Sorre (1948, 1984, p.94) constitui verdadeira “luta contra o espaço”, estava agora em boa parte redesenhada no sudoeste amazônico. O abastecimento da região, antes exclusivamente realizado via transporte fluvial (e muito condicionado pelos regimes dos rios) e tributário de centros como Belém e Manaus, pode agora ser realizado quase que totalmente pela BR 364, com a maioria dos fluxos oriundos do Sudeste do país. É uma marca do um novo período que se inicia, fruto de um meio geográfico mais denso em técnica.

⁵⁴ Como a rodovia se torna intransitável durante o período das chuvas, o sistema de movimentos que abastece a região do Juruá não se converte totalmente ao modal rodoviário, sendo o transporte fluvial em certos casos também mais econômico, como destaca Moraes (1970, p.45) – “Por ser uma cidade situada muito ao norte do estado, toda a produção de borracha de Cruzeiro do Sul (1.800 toneladas) vai direto para Belém, pelo rio Juruá, pagando três cruzados pelo frete por quilo transportado. Apesar da estrada, o caminho ideal continuará sendo o fluvial, por causa do preço relativamente baixo e da rapidez”.

3.2.2. *A expansão dos sistemas técnicos de produção e distribuição de energia*

Tal como a existência de meios de transporte que viabilizam o movimento no território, a produção e distribuição de energia elétrica aparece como condição de produção básica, essencial ao projeto de modernização e ao desenvolvimento das atividades na região, tal como haviam sido desenhados nos planos dos governos militares.

Destarte, no ano de 1965, é instituída uma empresa pública voltada para os serviços de energia no Estado do Acre, a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), que inicia suas atividades no ano de 1968. Como a produção de energia é feita a partir de geradores movidos a óleo, a oferta de energia elétrica ocorre de modo isolado (um gerador em cada localidade), serviço precário e restrito às áreas de maior demanda⁵⁵.

Em Rondônia, a produção também é feita a partir de geradores isolados, atividade que é realizada pela Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), que a partir de 1969 substitui o Serviço de Abastecimento de Água, Luz e Força do Território Federal. A produção de energia a partir de termelétricas abastece inicialmente apenas as sedes municipais de Porto Velho e Guajará-Mirim, produção e distribuição que serão ampliadas ao longo da década de setenta a mais de vinte localidades, em sua maioria no eixo da BR-364.

Este sistema de produção e fornecimento de energia ainda bastante precário recebe alguma melhoria entre 1974 e 1978, quando recursos do Polamazônia são destinados a projetos de ampliação das centrais térmicas de Porto Velho e Rio Branco, garantindo melhor qualidade ao serviço⁵⁶ (REIS, 1978, p.21).

3.2.3. *A extensão dos sistemas de telecomunicações à região*

Uma melhor organização da infra-estrutura de produção e distribuição de energia elétrica no sudoeste amazônico dará condições à instalação de sistemas técnicos que lhe são diretamente dependentes, como é o caso das telecomunicações.

⁵⁵ A demanda de energia estava mesmo concentrada em Rio Branco, e serve ao consumo residencial – Em 1968, ano que entra em funcionamento a Eletroacre, eram três mil as ligações residenciais, 194 as destinadas ao comércio e outras atividades não-residenciais, além de 87 ligações de uso exclusivo do poder público na capital (ELETROACRE, 2008).

⁵⁶ Estes recursos garantem a implantação do serviço em seis núcleos urbanos no Pólo Rondônia (total de 4.670KW e fixação de 985 postes). No Pólo Acre foi implantado 22 km de rede elétrica de distribuição em Cruzeiro do Sul e adquirido um gerador de energia para a cidade de Sena Madureira (REIS, 1978, p.18).

Os serviços de telefonia no Brasil eram operados por empresas que atuam em sistemas isolados até 1965, ano em que é criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) que promove a integração do serviço em escala nacional (EMBRATEL, 2008). A criação desta empresa estatal viabiliza a instalação de uma série de novas empresas públicas que garantem a extensão do serviço de telefonia a praticamente todo o país, ação estratégica aos esforços de integração e de vigilância do território, essenciais ao projeto de modernização operado pelos militares.

A presença da Embratel no sudoeste amazônico se efetiva entre os anos de 1971 e 1972, ao mesmo tempo em que são organizadas a Empresa de Telecomunicações do Acre (Teleacre S.A.) e a Empresa de Telecomunicações de Rondônia (Teleron S.A.). Estas novas empresas públicas, criadas a partir de recursos federais, iniciam a organização do sistema de telefonia, que, num primeiro momento é oferecido apenas nas capitais.

Com a instalação de tais infra-estruturas técnicas, o Ministério das Comunicações abre concorrência para a concessão dos primeiros canais de rádio e televisão em Rondônia (1972) e no Acre (1973). É a empresa Rádio TV do Amazonas que ganha as licitações e instala no ano de 1974 a TV Rondônia e TV Acre (BAZE, 2008). Este primeiro conjunto de objetos técnicos não garante uma extensão dos serviços a todo o território e nem oferece todas as possibilidades e qualidade de comunicação tal como já ocorria na Região Concentrada do país⁵⁷. Este serviço, que de princípio é oferecido apenas nas capitais, conhece alguma expansão já na década de 70⁵⁸.

3.2.4. *O movimento migratório e os projetos de colonização*

“Uma terra sem homens para homens sem terra”, é assim que o presidente general Médici se referiu ao processo de colonização empreendido ao longo da BR 364 nos anos em

⁵⁷ Tanto em Rondônia como no Acre a transmissão de TV não se inicia com comunicação direta junto às produtoras localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, o que representa certa defasagem no recebimento e transmissão das informações. Abraham Baze (2008) discute o problema a partir de exemplos bastante significativos – Quando da instalação dos primeiros canais de televisão no Acre e em Rondônia, ocorre apenas emissão local do sinal de TV (sem a recepção do sinal). Toda a programação exibida era gravada em fitas, que eram transportadas de São Paulo e Rio de Janeiro para que o conteúdo pudesse ser localmente transmitido, tarefa que confere atrasos de dois dias a uma semana na transmissão das informações, tornando assim o rádio um meio de comunicação mais eficiente. A partir de 1978 antenas rastreadoras passam a transmitir a programação diretamente de todo o país.

⁵⁸ A TV Acre, que é a primeira a expandir a transmissão, instala em 1978 repetidoras em Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Brasília, mesmo ano em que deixa de ser filiada da Rede Bandeirantes e passa a transmitir a programação da Rede Globo (BAZE, 2008).

que governou o país (1969-1974), período que o Território Federal de Rondônia e o recém criado Estado do Acre recebem grande contingente de migrantes (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.10).

Investigando as causas e conseqüências dos movimentos de migração, Jaqueline Beaujeau-Garnier (1978, 1980, p.249) considera como um de seus aspectos mais importantes a existência de forças que repelem e de forças que atraem determinados grupos que, quase sempre, procuram “fugir” de um contexto de pobreza⁵⁹. O processo de migração que ocorre para a nova colonização do sudoeste amazônico pode bem exemplificar a existência destas forças de repulsão e de atração da população no Brasil das décadas de sessenta e setenta.

Uma situação de “pressão social” que resultava de uma estrutura fundiária arcaica (especialmente no Nordeste, onde há intensos conflitos pela terra) e também uma primeira vaga de modernização com a mecanização da agricultura no Sudeste e no Sul do país (com erradicação de cafezais improdutivos e cultivo mecanizado da soja), atuam como forças potenciais da expulsão de milhares de camponeses para as áreas de fronteira recém abertas na Amazônia. Ao mesmo tempo, a psicosfera criada em torno do projeto de modernização e integração da região Norte do país aparece como mais um elemento de atração de milhares de famílias que viam a ocupação da Amazônia como oportunidade única de conquistar a propriedade da terra.

É assim que os governos militares acabam por operacionalizar, de uma só vez, dois grandes projetos orientando movimentos de migração e colonização na Amazônia – Em primeiro lugar, o assentamento de migrantes camponeses permitiria manter a existência de uma estrutura fundiária concentrada, ou seja, através da distribuição de alguma terra na Amazônia a reforma agrária não seria realizada no país, o que, parafraseando Otávio Ianni (1979), tratou-se de uma “contra-reforma agrária” no território brasileiro⁶⁰. Em segundo lugar, os migrantes atuam, como já destacamos, como peça-chave da efetiva colonização do território em áreas pouco povoadas, garantindo a presença da população nestas áreas e, portanto, o êxito do projeto geopolítico pautado numa doutrina de segurança nacional (IANNI, 1979, BECKER; EGLER, 2003) que regia as ações dos governos ditatoriais militares. Na esteira destes processos, a figura do migrante aparece também como aquele que

⁵⁹ A idéia de descontentamento e da busca por novas oportunidades sempre aparece como causa das migrações, embora, como adverte a própria autora, “Muitas são as pessoas que jamais imigrariam se soubessem claramente o que as aguardava ao fim da estrada!” (BEAUJEAU-GARNIER, 1980, p.245).

⁶⁰ Otávio Ianni destaca que esta “contra-reforma agrária” e os esforços de colonização dirigida na Amazônia foram, na verdade, a contrapartida dos governos militares ao apoio dispensado pela burguesia rural ao Golpe de Estado de 1964 (1979, p.137).

seria responsável pelos esforços iniciais de abertura da fronteira, preparando de certo modo o território para a posterior atuação de grandes empresas e latifundiários na região.

Em que pese a existência, desde os anos cinquenta e sessenta, de um fluxo migratório contínuo e “espontâneo” de camponeses⁶¹ em direção às terras devolutas do sudoeste amazônico, é na década de setenta que aumenta consideravelmente o fluxo destes migrantes em direção à região. O Território Federal de Rondônia apresentou neste período o maior incremento populacional da história do país – segundo dados dos censos demográficos do IBGE, a população que não atingia os 70 mil habitantes em 1960, alcança em 1980 um total de mais de 490 mil habitantes (um crescimento de mais de 600% em duas décadas). O Estado do Acre recebe menor número de migrantes quando comparado a Rondônia, mas praticamente dobra sua população – eram pouco menos de 160 mil habitantes em 1960 e mais de 300 mil em 1980 (BARCELLOS; COSTA, 1991, p.172-173).

Tal processo de colonização acontece sem o efetivo apoio do Estado, o que leva Bertha Becker (1985a, p.97) a reconhecer que a política governamental que induz à ocupação não se trata, de modo algum, de um povoamento planejado, visto que os investimentos do estado foram mínimos e iniciais. Tampouco o processo ocorre de forma espontânea, porque resulta de condições estruturais no local de origem destes migrantes (concentração fundiária e conflitos, por exemplo) além da existência de propagandas e estímulos governamentais para o povoamento de novas regiões na Amazônia.

Para Otávio Ianni (1979, p.19) o processo de ocupação de terras em Rondônia se deu, principalmente, sem efetiva participação do poder público, ocorrendo ao mesmo tempo de forma conjugada com ações dirigidas pelo Estado (INCRA) ou mesmo por iniciativas privadas (colonizadoras privadas).

Com frequência a chamada colonização oficial foi apenas uma formalização burocrática de fatos consumados pela migração espontânea. Em certos casos, como ocorreu em vários núcleos mais densos ou combativos de posseiros, a ação do poder público orientou-se no sentido de demarcar e titular as terras de posseiros,

⁶¹ A idéia de agricultura camponesa e de camponês, sobretudo nos dias atuais, pode parecer cheia de contradições, tornando-se um conceito difícil de ser analiticamente precisado e trabalhado. Para esta tese, estamos entendendo a agricultura camponesa como aquela que se refere à lógica de reprodução simples do capital, onde o sobreproduto do trabalho no campo é voltado para a compra dos bens e mercadorias mais necessários à vida cotidiana da família ou do grupo. A lógica do trabalho camponês será aqui vista, portanto, como aquela em que prevalece a sequência mercadoria-dinheiro-mercadoria, contrapondo-se a uma reprodução ampliada (com vistas à acumulação) em que o mecanismo se apresenta como num circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro, quando os nexos capitalistas e o próprio capital iniciam o processo de circulação e comandam por completo a racionalidade da produção (SANTOS, 1979, 2003b, p.192).

transformando-os, por esse modo, em colonos de núcleos de colonização oficial (IANNI, 1979, p.43).

É necessário lembrar que antes mesmo dos projetos de colonização implantados pelo estado, algumas colonizadoras privadas iniciaram projetos de colonização no território rondoniense. É o caso das “pioneiras” Calama S.A. e Itaporanga S.A., que iniciam projetos de colonização em Vila Rondônia (atual Ji-paraná), e também de grupos como a Guaporé Agroindustrial, Ramon Chaves e Santos e Cia. que atuaram em Rondônia desde a década de sessenta (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.76). A maioria dos empreendimentos fomentados por estas empresas não alcança êxito, pois em muitos casos tal colonização ocorre por grilagem em áreas muito maiores do que as adquiridas pelas colonizadoras, gerando conflitos com índios e seringueiros e promovendo o desmatamento indiscriminado.

As intervenções do Estado, realizadas através do INCRA, para a política de colonização na região amazônica ocorrerão através da seguinte tipologia de projetos – os Projetos Integrados de Colonização (PICs), os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) e, já como uma política de desestímulo a novas migrações, os Projetos de Assentamento Rápido (PARs) (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.77).

A primeira experiência de colonização oficial na Amazônia durante a ditadura militar ocorreu em Rondônia, com o PIC Ouro Preto, projeto iniciado em 1970⁶² (Figura 4). Esta modalidade de assentamento (e especificamente o projeto de Ouro Preto) foi a única que ocorreu de forma mais bem planejada pelo INCRA (com a demarcação de terras, abertura de estradas, oferta de crédito, alguma assistência técnica e programas de saúde e educação).

O êxito do Projeto de colonização de Ouro Preto é freqüentemente apontado como responsável pelo afluxo de migrantes para o Território Federal de Rondônia nos anos 70 e 80, já que projetos da mesma natureza haviam fracassado nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-

⁶² “O PIC Ouro Preto se constitui na primeira experiência de Colonização Oficial nas terras da Amazônia Legal. Está situado na faixa de 6 km para cada lado da rodovia BR-364 no trecho entre Ariquemes e Vila de Rondônia, no Territorial Federal de Rondônia (...) O projeto teve sua implantação iniciada em 1970. Possui 1.070 parcelas rurais demarcadas e cerca de 6.371 em demarcação. A população atual (1976) é de aproximadamente 20.700 habitantes, representados por 4.340 famílias, das quais apenas 20% encontravam-se na área anteriormente à implantação. Os agricultores são selecionados na própria sede do Projeto e em Vila de Rondônia; cerca de 850 estão aguardando a liberação das parcelas em fase de demarcação. A localização das parcelas de 100 ou 200 ha guarda estreita relação com a força de trabalho familiar e com a condição econômico-financeira do beneficiário. Para a subsistência dos parceiros e de suas famílias foram concedidos créditos de alimentação no valor de Cr\$ 160.000,00. no que se refere às atividades agrícolas, a área representa um centro responsável por 50% da produção de arroz, feijão e milho do Território de Rondônia” (INCRA, *Sistemas e Programas de Colonização na Amazônia Brasileira*, Brasília, 1976, p.34-35; *apud* IANNI, 1979, p.76). No ano de 1971, outro grande Projeto de Colonização foi implantado em Rondônia, o PIC Sidnei Girão, na região de Guajará-Mirim.

Santarém. Ao todo, foram instalados cinco PICs na região de Ouro Preto/Ji-Paraná, com mais de 17 mil famílias assentadas (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.78).

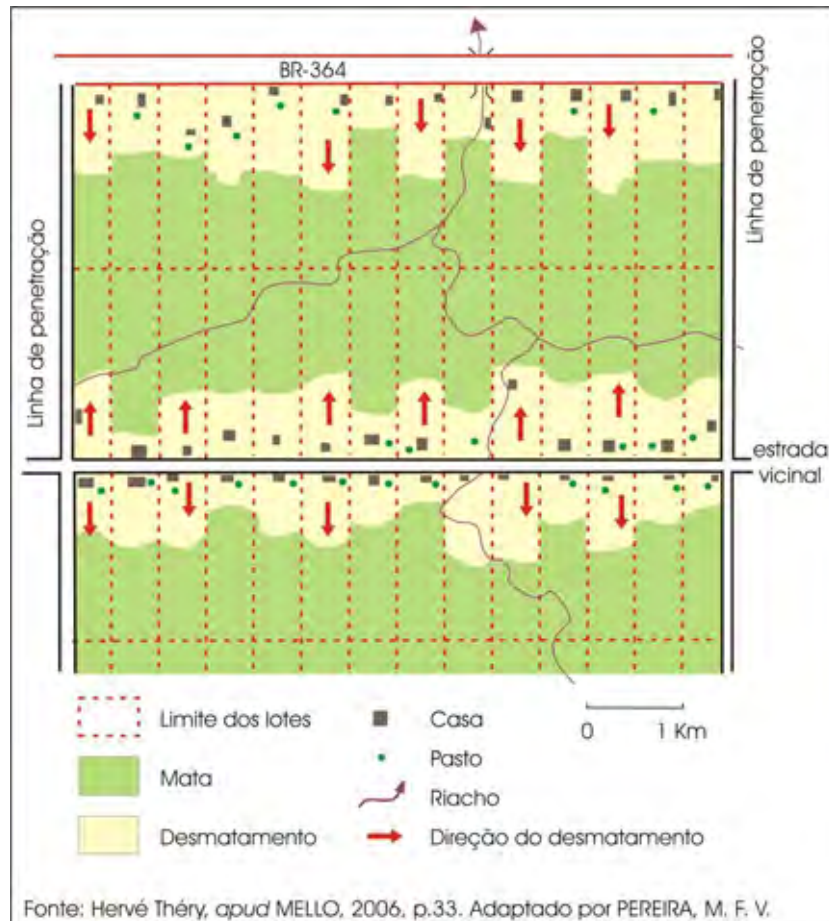


Figura 4: Esquema de colonização agrícola, PIC Ouro Preto, Rondônia, em 1974

No Acre, também no ano de 1970, é criado pelo Incri um Projeto Integrado de Colonização (PIC) no município de Xapuri, com finalidade de assentar população de baixa renda (agricultores sem-terra e ex-seringueiros), onde estava previsto o assentamento de mil famílias em mais de 13 mil hectares. No entanto, os assentamentos no PIC de Xapuri não alcançam o mesmo êxito dos implantados em Rondônia, e no ano de 1974 o Projeto de Xapuri é emancipado, ou seja, torna-se independente do INCRA, com apenas onze famílias assentadas (ACRE, 1999, p.36).

Se existe uma ação governamental que regulariza a colonização na Amazônia ela é muito pautada na ação do INCRA, que, de fato, é o único representante do poder público nas

áreas de fronteira recém abertas⁶³. No entanto, a ação deste Instituto parece sempre vir à reboque, visto que é a partir de uma situação de ocupação “espontânea” de terras que o INCRA trabalha no sentido de organizar e regularizar os lotes, política esta que também reserva parte das terras aos grandes projetos empresariais voltados para a pecuária extensiva.

É o que acontece tanto no Acre como em Rondônia, a partir de 1974, quando as políticas do governo federal fomentadas pelo projeto Polamazônia se voltam para a consolidação dos chamados “Pólos de Desenvolvimento” (Pólo Agropecuário do Acre e Pólo Agromineral de Rondônia), tornando precária a instalação de novos Projetos de Colonização oficiais e estimulando a colonização privada⁶⁴.

O afluxo de migrantes na primeira metade da década de sessenta ocorreu de forma tão rápida que, no ano de 1976 as terras de boa qualidade para a exploração agrícola já estavam todas praticamente ocupadas em Rondônia. Mais de 29 mil famílias já haviam migrado para Rondônia até este ano, das quais mais de 16 mil encontravam-se em situação indefinida, segundo dados do INCRA (IANNI, 1979, p.21). O estado do Acre chega a criar seus próprios projetos de colonização (a partir dos chamados Núcleos de Apoio Rural Integrados – NARIs, entre 1975-1979) e mesmo uma Companhia de Colonização própria, a COLONACRE, que atua nos mesmos moldes do INCRA.

É neste período, e já como resultado de um esforço de desestimular novas migrações, que o INCRA pratica um tipo de assentamento ainda mais precário, o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), visando o assentamento de pequenos produtores em áreas devolutas, com lotes de 50 ha⁶⁵. “Estes projetos diferenciam-se dos PICs por não terem estradas de acesso, mas somente picadas. As estradas e a infra-estrutura estavam condicionadas para o momento em que entrassem em fase de produção” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.79), o que de fato não ocorreu em muitos casos.

O saldo da criação dos projetos de colonização e de assentamento ao longo dos anos setenta e oitenta foi, entre outras transformações, um maior adensamento da população no

⁶³ No final da década de setenta, Otávio Ianni conclui que o Incra era o único representante do governo federal nos projetos de colonização realizados na Amazônia, constituindo uma presença cotidiana do Estado nas novas terras que estavam sendo colonizadas “Era e é através do INCRA que os colonos se definem como colonos; ou transformam-se de posseiros em colonos; recebem ordem para ocupar, permanecer ou sair da terra; recebem algum título, provisório ou definitivo, de propriedade; adquirem o direito, isto é, a documentação sobre a terra, sem a qual não podem pleitear empréstimos no Banco do Brasil” (IANNI, 1979, p.68).

⁶⁴ Como exemplos de ações do Polamazônia na região, temos, em 1975, a instalação de Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) em Assis Brasil e Brasiléia, no Acre. No território de Rondônia, um PAD é instalado no mesmo ano na localidade de Costa Marques. Ainda segundo as ações do Polamazônia, foram instalados projetos agroindustriais em Cruzeiro do Sul e Feijó, no Acre, além de três novas cooperativas de colonização em Rondônia (INCRA, *apud* IANNI, 1979, p.101).

⁶⁵ No ano de 1982, por exemplo, o Incra cria no estado do Acre quatro Projetos de Assentamento na modalidade PAR (Antimary, Campinarama, Aleluia e Mário Lobão) (ACRE, 1999, p.36).

Acre e também em Rondônia, ainda que este adensamento ocorra de forma concentrada, no mais das vezes próximo à rodovias. O estado do Acre praticamente dobra a sua população e o Território Federal de Rondônia conhece um aumento de mais de dez vezes no número de habitantes⁶⁶. A total falta de infra-estrutura do território para o acolhimento destes milhares de migrantes, tanto no que diz respeito ao suporte para as atividades do campo, quanto às necessidades básicas para a vida nos núcleos urbanos, cria um contexto territorial extremamente precário, que se impõe à existência das sociedades acreana e rondoniense durante todo o processo de consolidação da ocupação na fronteira (precariedade esta que, diga-se de passagem, arrasta-se em muitos casos até os dias de hoje), ao mesmo tempo em que se afirma uma nova rede de cidades no sudoeste amazônico.

3.2.5. Uma nova geração de cidades e a refuncionalização urbana nas capitais

As intensas mudanças que atingem a região serão responsáveis por transformações e densificação da rede urbana, atestando que o projeto de colonização foi dependente da existência de uma nova rede de cidades (BECKER, 1985b, 2006). É principalmente o Território Federal de Rondônia que conhece um processo dinâmico de geração de cidades, criadas em sua maioria com uma função pré-determinada – a de fornecer algum suporte (já que os recursos do INCRA eram poucos) aos projetos de assentamento rural e à população que recém chegava à procura de novas terras.

No Território Federal de Rondônia, que era até então composto pelos municípios de Guajará-Mirim e pela capital Porto Velho, serão criados, no ano de 1977, cinco novos municípios, todos com população superior a 30 mil habitantes (BECKER, 1985a, p.97). São eles – Ariquemes (desmembrado do município de Porto Velho), onde havia importante exploração de cassiterita; Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno (desmembrados de Porto Velho) e Vilhena (desmembrado de Guajará-Mirim), todos eles instalados às margens da BR 364 e todos apresentando taxas de crescimento populacional maiores de 1000% entre 1970 e 1980 (BARCELLOS; COSTA, 1991, p.172), crescimento este que colabora para as emancipações. Os novos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal resultam diretamente de Projetos de

⁶⁶ No Acre, o total de habitantes era de 215.299 em 1970, alcançando os 417.718 em 1991. Rondônia, por sua vez, detinha 111.064 em 1970 e alcança um total de 1.132.692 em 1991 (IBGE-Sidra, 2007). Quanto à origem os migrantes que chegavam na década de 70 em Rondônia eram em sua maioria oriundos do Ceará, Paraná e Mato Grosso, enquanto que no Acre a principal fonte de origem dos migrantes era o estado do Ceará, seguido do Rio Grande do Norte (BARCELLOS; COSTA, 1991, p.189).

Colonização, tendo a agricultura e também o extrativismo como as suas principais atividades de trabalho⁶⁷. Vilhena e Pimenta Bueno, por estarem mais próximas da fronteira com o estado de Mato Grosso, constituíam “portal de entrada” obrigatório dos migrantes em Rondônia, desempenhando assim a função de verdadeiros pontos disciplinadores do processo de colonização, onde os migrantes eram cadastrados e encaminhados para os projetos de colonização (IANNI, 1979, p.69-70).

O contínuo fluxo de migrantes durante os anos 70 levou à criação de outros seis municípios que se emancipam em 1981, ano em que o Território Federal de Rondônia é convertido em um novo Estado da Federação (instalado a partir de 1982). São eles Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Espigão do Oeste (todos estes às margens da BR 364), Colorado do Oeste e Costa Marques. Estes municípios se emancipam tendo como base núcleos de colonização agrícola que haviam surgido de forma complementar àqueles mais antigos.

A elevação de Rondônia à categoria de Estado aparece como mais uma condição para novos processos de fragmentação política do território, com a criação, ainda nos anos 80, de mais dez municípios. Em 1983 são criados os municípios de Cerejeiras e Rolim de Moura, em 1986 é a vez da criação dos municípios de Santa Luzia, Alvorada e Alta Floresta do Oeste, em 1987 o município de Nova Brasilândia e no ano seguinte são criados os municípios de Machadinho, São Miguel, Cabixi e Nova Mamoré (PARAGUASSU-CHAVES, 2001, p.134).

No Acre também ocorrem modificações na divisão político-administrativa do estado, com a criação de cinco novos municípios no ano de 1976. São eles – Plácido de Castro, Senador Guiomard, Assis Brasil, Manuel Urbano (no vale do Purus) e Mâncio Lima (no vale do Juruá). Trata-se, na maioria dos casos, de pequenas localidades já bastante antigas (núcleos de exploração extrativista) que alcançam de certo modo um novo dinamismo com as atividades agrícolas que se afirmam no território.

Em todos os casos, tanto no Acre como em Rondônia, as novas sedes municipais constituem pequenas cidades pobres e sem infra-estrutura, com pouca densidade do meio construído. Em Rondônia, em consequência do acelerado fluxo de migrantes, a situação de muitos municípios era de total precariedade:

⁶⁷ Muitos dos municípios recém criados tinham, em 1980, grande parte de sua população economicamente ativa engajada nas atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca – atividades estas que empregavam 20% da população economicamente ativa em Ji-Paraná, 22% em Cacoal, 29% em Pimenta Bueno e 34% em Ariquemes (BARCELLOS; COSTA, 1991, p.178).

Como grande parte dos imigrantes com destino rural passava por um estágio urbano obrigatório, por conta da lentidão do aparato estatal na autorização de assentamentos, ou por dificuldades na aquisição de terras, intensificam-se assim os espaços urbanos periféricos, verdadeiros focos da miséria, dado que as cidades não estavam preparadas para assimilar os intensos fluxos imigratórios que recebiam (PARAGUASSU-CHAVES, 2001, p.114).

É difícil reconhecermos uma rede urbana estruturada na região. No Acre, a ausência de ligações terrestres e uma rede fluvial que não facilita a integração do Estado não proporciona facilidades de relações e de comunicação entre a capital e as demais cidades (apenas o vale do rio Acre era mais bem integrado). Em Rondônia, que conhece a adição de grande número de novos municípios nos anos 70 e 80, a capital Porto Velho desempenha uma função de centro que, de certo modo, é dividida com outros núcleos do Centro-Sul do país, visto que, com a abertura da BR 364, os fluxos que alcançam a região (inclusive o mais importante deles, o migratório) se dão a partir desta rodovia, sistema de engenharia que atua como fator de urbanização e de localização das cidades no território. Deste modo, com exceção das capitais, a maior parte dos novos núcleos instituídos como sedes municipais durante os anos 70 e 80 constituem-se como “cidades locais” (SANTOS, 1972, 2005a), ou ainda lugarejos que mal são capazes de responder às necessidades mais fundamentais da população.

Para além do surgimento dos novos municípios e cidades, o processo de urbanização na fronteira também promove revigoração e redefinição funcionais dos centros mais antigos, como é o caso de Rio Branco e Porto Velho⁶⁸.

O processo de ocupação dos seringais por pecuaristas de outras regiões do país, aliado à definitiva desarticulação da economia extrativista, contribuem para a migração em direção às cidades, ocasionando um processo de pseudo-modernização (NUNES, 1991), com centros mais populosos, mas que não apresentam condições mínimas de habitação para a maioria dos que então se tornavam urbanos.

A maior parte dos deslocamentos da população no interior do Acre, já no ano de 1980, era no sentido rural-urbano, com grande afluxo de população para as cidades do vale do rio Purus, e especialmente para a capital, que conhece um crescimento populacional rápido e uma expansão urbana sem planejamento (BARCELLOS; COSTA, 1991; NUNES, 1991). Eram

⁶⁸ “Focos da vida econômica, política e administrativa, as capitais constituem-se em pontos de atração de empresas privadas, não apenas diretamente vinculadas às atividades regionais, mas, também, aos serviços e ao comércio para a população urbana. Todas estas atividades implicam um ponderável mercado de trabalho” (CORRÊA, 1987, 2006, p.233).

pouco mais de 83 mil pessoas habitando Rio Branco em 1970, número que ultrapassa os 117 mil em 1980 (cerca de 38% da população do Estado).

Rio Branco recebe novos equipamentos urbanos e os serviços públicos necessários à consolidação da cidade como capital de Estado. Em 1974, é instalada na capital a primeira Universidade Federal do sudoeste amazônico, a UFAC (a partir da federalização de uma universidade estadual). No entanto, falta uma efetiva articulação do território, o que ocasiona o isolamento do vale do Juruá, que continua polarizado por Cruzeiro do Sul (segunda maior cidade do estado).

Mas é Porto Velho que conhece maior dinamismo. As facilidades de comunicação, ao menos no eixo constituído pela BR-364, permitem o estabelecimento de uma rede de cidades mais jovem e bem mais articulada do que a acreana. A capital rondoniense cresce mais rapidamente – eram pouco mais de 64 mil habitantes em 1970 e mais de 134 mil em 1980 (o que corresponde a 27% do total de habitantes) (IBGE, Censo Demográfico 1980). No mesmo ano da instalação do Estado (1982), também é criada a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com campus em Porto Velho.

A articulação pela BR-364 possibilita uma maior relação com o Sudeste do país, dando inclusive nova dimensão de uso do transporte hidroviário, pois a produção industrial da Região Concentrada pode ser distribuída em boa parte da Amazônia a partir do porto de Porto Velho, assim como a produção industrial da Zona Franca de Manaus é também transportada, até esta cidade, via rio Madeira, seguindo então até as outras regiões do país por ligação rodoviária.

Estas novas possibilidades com a implantação do sistema de engenharia rodoviário, que deslocam o antigo eixo econômico da EFMM (Porto Velho–Guajará-Mirim) para o interior do Estado (BR-364), transformaram também o sistema de movimentos de toda a Amazônia ocidental, ocasionando a perda de importância da cidade de Belém como centro de distribuição para esta parte da Amazônia, o que mais uma vez evidencia a nova importância estratégica de Porto Velho no que diz respeito à logística de transportes – a capital rondoniense articula as cargas movimentadas no rio Madeira-Amazonas com as rodovias BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco) e BR-425 (Porto Velho-Guajará-Mirim), além do movimento realizado pela BR-319 (Porto Velho-Manaus).

3.3 O legado da “modernização” e do “desenvolvimento” na fronteira:

Uma nova caracterização regional no sudoeste amazônico

O resultado de todo o esforço político e técnico dos governos militares para a integração e modernização hierárquicas da região amazônica foi responsável por uma verdadeira reformulação do significado geopolítico da região, tanto no que se refere aos problemas da “defesa nacional” quanto aos problemas da “segurança interna” (IANNI, 1986, p.62). De fato, são adicionadas e modernizadas infra-estruturas técnicas e sistemas de engenharia que garantem um primeiro estágio de mecanização do território, ainda que esta não alcance todo o vasto espaço que compõe o sudoeste amazônico. Assim, as atividades produtivas se intensificam e ocorre significativo aumento do povoamento, com ampliação da presença do poder público na região, sobretudo a partir dos bancos e da oferta de crédito (BASA e também do BANACRE, criado em 1964) e da proliferação das normas (especialmente através do INCRA e da SUDAM).

Ao mesmo tempo em que a estrutura produtiva regional se desenvolve, a região passa a contribuir como novo mercado para a produção realizada na Região Concentrada do país, onde se localiza a maior parte da indústria nacional. É a afirmação, antes mesmo de uma plena integração do território brasileiro, de uma interdependência econômica da Amazônia ao centro dinâmico da economia nacional. Os recursos minerais já podiam ser transportados para as indústrias, ao mesmo tempo em que as manufaturas industriais ganham novo mercado na região norte. Capitais com origem principalmente no estado de São Paulo e outros estados do sul do Brasil são investidos na atividade pecuária e na exploração madeireira.

Como resultado, “Sitiantes, caboclos, posseiros, colonos e índios, além de latifundiários, fazendeiros e outros, em diferentes gradações, são incorporados ao mercado que o capital industrial faz estender-se e diferenciar-se, continuamente” (IANNI, 1986, p.73), ao mesmo tempo em que os problemas sociais, sobretudo no campo, continuam a caracterizar a região.

3.3.1 A instrumentalização das atividades produtivas no campo – agricultura camponesa e pecuária extensiva

À medida que o extrativismo vegetal deixa de ter importância econômica, é a atividade agrícola (com base na produção camponesa), e pouco mais tarde a pecuária extensiva

(explorada por capitais externos à região), que irão compor as principais atividades produtivas no campo nas décadas de setenta e oitenta.

A própria natureza do meio geográfico (ainda tecnicamente rarefeito) impõe condicionantes aos sistemas de atividades agrícolas, em sua maioria mantendo relações de trabalho camponesas, num tipo de organização que Martins (1997, p.189) denomina como “*economia de excedentes*”, sobretudo para aqueles camponeses que praticam a agricultura em colônias próximas aos núcleos urbanos (onde a produção é comercializada), tal como apontam os trabalhos de Guerra (1955) e Calaça (1983) para o caso acreano.

Em Rondônia, a partir dos primeiros anos da década de setenta, a agricultura camponesa, além da produção de gêneros para o consumo local, é voltada também para os cultivos de cacau, café e ainda para a exploração de seringueiras. No Acre, os camponeses cultivavam gêneros agrícolas para o abastecimento dos centros urbanos, também com a permanência de práticas extrativistas do látex e da coleta da castanha. Entretanto, para grande parte daqueles que migraram visando à posse de terras para o plantio, o trabalho nas colônias (como são normalmente denominados os lotes) é muitas vezes pouco rentável e permeado por uma série de problemas e conflitos. Como observa Otávio Ianni,

A despeito da parafernália burocrática imposta pelo governo para criar núcleos coloniais e até mesmo ajudá-los a prosperar, houve e continua haver problemas de vários tipos: terras pobres, ou inadequadas a roças ou criações; inexistência ou insuficiência de mercados consumidores próximos para a venda dos excedentes das roças e criações; tecnologia adequada à exploração da agropecuária, segundo as condições ecológicas do lugar (IANNI, 1979, p.60).

Sem levar em consideração nem as características culturais dos colonos e nem as características físico-naturais do território, as unidades produtivas são estabelecidas pelo INCRA de forma arbitrária, num esquema cartesiano que literalmente “recorta” o território, beneficiando alguns colonos (proximidade com as cidades, com as melhores vias de deslocamento, com o acesso à água, etc.).

As dificuldades de transporte para as cidades próximas (especialmente no período das chuvas), a distância dos maiores centros consumidores do país, o incipiente apoio técnico-financeiro (quando este existia) e condições geográficas totalmente diferenciadas daquelas dos contextos de onde provinham os migrantes acarretarão em limitações que tornam difíceis as atividades de produção.

Em que pese tais circunstâncias do meio, é na década de setenta que as atividades agropecuárias realizadas no sudoeste amazônico conhecem novo reforço técnico e mesmo,

poderíamos dizer, os primeiros esforços científicos, que conferem novo grau de modernização às atividades⁶⁹.

Um primeiro esforço técnico ocorre em 1971 (governo do general Médici), com a criação, em Rondônia, do primeiro serviço de extensão rural – a Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal de Rondônia (ACAR), que a partir de 1984 integra a EMATER-RO. Uma unidade de coordenação geral deste serviço de extensão rural é instalada em Porto Velho, com mais dois escritórios locais em Guajará-Mirim e Vila Rondônia (atual Ji-Paraná) (EMATER-RO, 2008). Uma unidade da ACAR também é instalada no Acre, com sede em Rio Branco, transformada em EMATER-AC no ano de 1975.

As lavouras de cacau plantadas em Rondônia desde 1971 recebem assistência especial também durante as décadas de 70 e 80, com o apoio técnico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC⁷⁰, instituição esta que, criada na década de sessenta para recuperar a produção cacaueira na Bahia, instala uma superintendência regional em Rondônia, com sede em Porto Velho (além de escritórios de extensão que foram sendo criados em outros municípios). Assim, a produção das amêndoas se fortalece na porção central de Rondônia, principalmente nos municípios de Ariquemes e Ouro Preto do Oeste.

A ação do Polamazônia garante, a partir de 1974, um novo equipamento do território que visa fomentar o desenvolvimento das atividades produtivas, e é neste contexto que os cultivos, bem como a atividade pecuária que se fortalece no mesmo período, foram beneficiados com a implantação, no ano de 1975, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Unidade de Pesquisa Agroflorestal de Porto Velho, onde se iniciam pesquisas para a melhoria nos cultivos de produtos locais (mandioca, guaraná, pupunha, seringueiras, etc.) bem como do plantio de grãos como café, feijão, milho, arroz (exigentes de adaptação às condições do meio local), além de experimentos voltados para a pecuária leiteira. Tal como a Ceplac, a Embrapa expande suas atividades em Rondônia a partir da criação de campos experimentais em diversos municípios⁷¹ e mesmo junto a projetos de colonização, como é o caso do campo experimental de Machadinho do Oeste, criado em 1984.

⁶⁹ É neste período que a atividade agrícola brasileira, de forma geral, se estabelece sobre as bases materiais de um período técnico-científico (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001), no entanto, é difícil falar em um desenvolvimento deste tipo na Amazônia, visto que as práticas da agricultura ainda estavam muito aquém daquelas realizadas nas áreas de moderna agricultura do país, como é o caso da Região Concentrada.

⁷⁰ O cultivo do cacau em Rondônia surge como alternativa de renda aos colonos a partir de estímulos da CEPLAC, que avalia a possibilidade do plantio em área de 175 mil ha na porção central do Território, com incentivos do Polamazônia (REIS, 1978, p.13).

⁷¹ São criados campos experimentais da Embrapa em Presidente Médici (1975), Ouro Preto do Oeste (1976), Vilhena (1979) e Machadinho do Oeste (1984) (EMBRAPA-RO, 2007).

No Acre, a Embrapa atua a partir de Rio Branco, onde é instalada uma Unidade de Pesquisa Agroflorestal no ano de 1978, além de um núcleo de transferência tecnológica localizado em Cruzeiro do Sul, que se dedicam, inicialmente, a subsidiar a produção de gêneros de consumo local e também da pecuária.

Estes esforços de instrumentalização do território com a instalação de instituições de extensão rural e pesquisa agropecuária (Figura 5), de um modo ou de outro contribuem para um significativo aumento da área ocupada com atividade produtiva – em Rondônia, eram mais de 44 mil hectares ocupados com lavouras em 1970, número que ultrapassa os 373 mil ha. em 1980. No Acre, o crescimento foi de mais de 35 mil ha. para pouco mais de 76 mil ha, no mesmo período (IBGE, 2007).

Esta é a fase em que ocorre também significativo incremento da atividade pecuária, a partir da compra de boa parte das propriedades rurais por grupos econômicos ou fazendeiros individuais, estimulados pelos subsídios do governo federal. A atividade pecuária, que, durante a década de setenta começa a estruturar-se no Brasil como complexo agroindustrial, com uma expansão da região Sul para as terras do Centro-Oeste, encontra na Amazônia oportunidade de produção a custo baixo, sobretudo porque a região disponibilizava grandes extensões de terra a preços mais baixos do que os encontrados no Centro-sul do país. Desencadeia-se a partir de então uma ocupação de terras no Acre e em Rondônia por pecuaristas de outras regiões.

Mais uma vez, a produção de uma psicosfera foi fundamental, antecedendo os projetos técnicos de uso do território. O caso do Acre é emblemático para exemplificarmos a lógica de uso do território pela pecuária extensiva no sudoeste amazônico – desde o início dos anos setenta o governo estadual promove campanha publicitária no Centro-Sul do país, cujo *slogan* era “*Investir no Acre, Produzir no Acre, Exportar pelo Pacífico*” (NUNES, 1991, p.17), assim, desde o ano de 1972, grandes seringais improdutivos ou desativados (imensos latifúndios de ex-seringalistas endividados), despertam os interesses de empresas voltadas para a atividade pecuária que viam a possibilidade de exportar a produção pelo oceano Pacífico, já que havia promessas de abertura de uma estrada que faria a ligação rodoviária internacional (TOCANTINS, 1998, p.76).

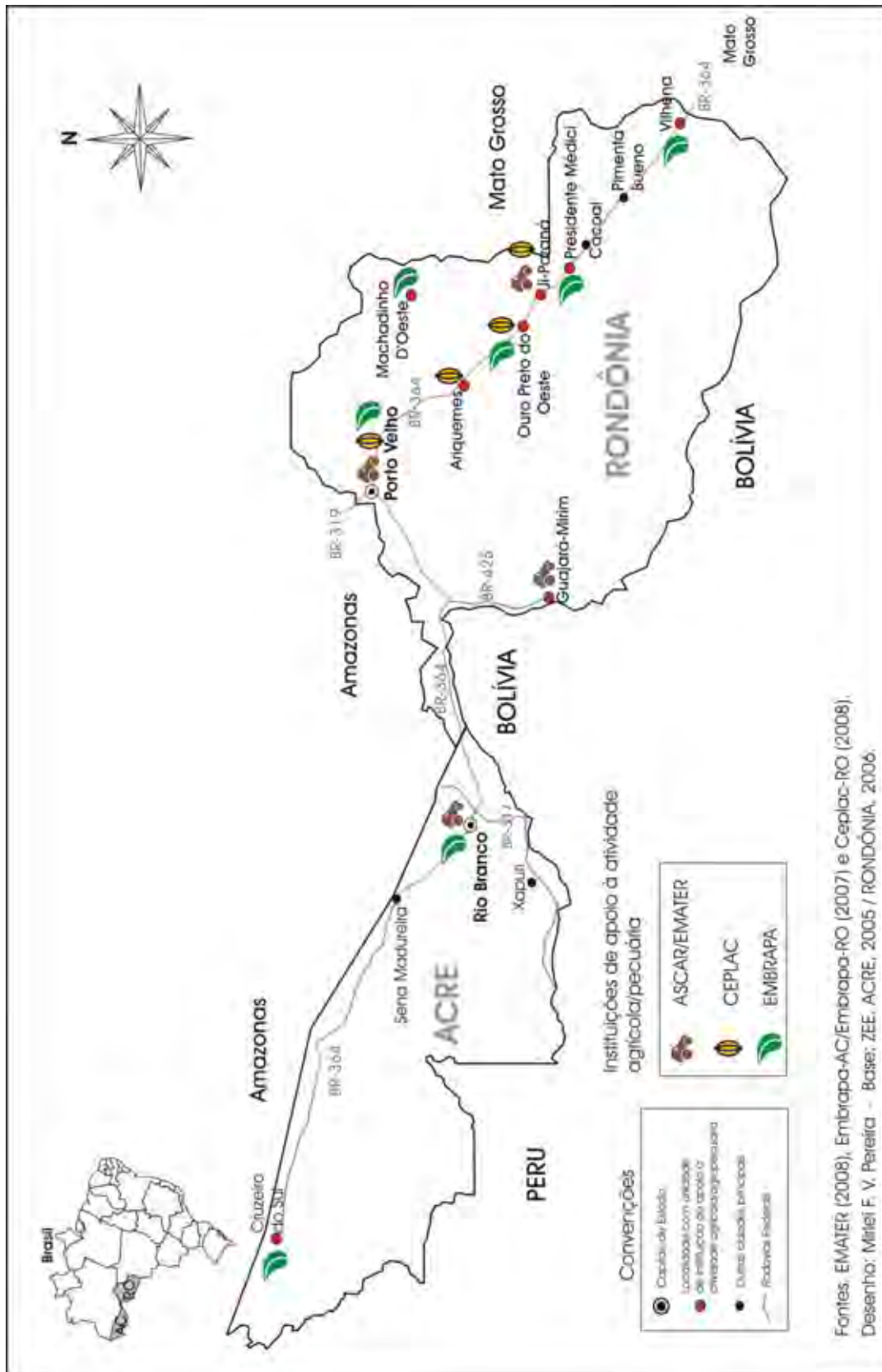


Figura 5. Instituições de apoio à atividade agrícola/pecuária em Rondônia e Acre - EMATER, CEPLAC e EMBRAPA (década de 80).

Os incentivos fiscais também atuam de modo a induzir a modernização corporativa e concentradora – desde o ano de 1966, o governo federal, através da SUDAM e do BASA, coloca à disposição de grandes empresas externas à região uma série de incentivos para a ocupação das terras na Amazônia a partir de projetos agropecuários, agroindustriais, madeireiros, extrativistas ou minerais. Em 1973, “(...) a SUDAM já enfatizava plenamente que a Amazônia é uma região feita para a pecuária, com excelentes pastagens naturais e espaço amplo para a expansão do setor e por isso teria na pecuária a linha mestra de sua integração econômica” (CARDOSO & MÜLLER, 1977, p.158), ainda que o trabalho de comercialização da produção apresentasse uma série de dificuldades, com a precariedade das estradas, distância dos maiores mercados consumidores, impossibilidade de industrialização (o que obriga na maioria dos casos a comercialização dos animais vivos).

O auge das vendas de terra no Acre ocorre justamente entre 1970 e 1973, quando são abertas no estado novas fronteiras para a criação extensiva de gado⁷². São os municípios do vale do rio Acre que conhecem um processo de pecuarização do campo, principalmente no eixo da BR-317, que liga Rio Branco à Brasiléia⁷³. A partir de 1975, uma segunda etapa de investimentos no Acre marca a presença de novos grandes empresários oriundos do Centro-Sul, que adquirem imensas propriedades em localidades ainda isoladas, visando a especulação⁷⁴. Este foi o caso de novos investimentos em Sena Madureira, no centro do estado, e também no oeste, nos municípios de Tarauacá e Feijó (NUNES, 1991, p.53). A política de incentivos do governo federal é reforçada com o lançamento do programa Polamazônia, que estabelece um Pólo Agropecuário no Acre, viabilizando o território para a

⁷² O II PND expressa claramente intenções de implantação de projetos agropecuários, com vistas à uma política de exportação da produção, discurso este que fora reforçado pelo então Governador do Acre, Francisco Wanderley Dantas (NUNES, 1991, p.113).

⁷³ Juraci Regina Pacheco Nunes (1991, p.83), analisando a ocupação e uso das terras nesta que é a principal região agrícola do Acre (municípios de Rio Branco, Manuel Urbano, Sena Madureira, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil), demonstra a forma como, da década de 70 para os anos 80, o uso da terra passa por um marcante processo de modernização pela pecuarização. Em 1970 a área de matas destinadas à extração vegetal na região do Alto Purus correspondia a 94,9% sobre o total, sendo o restante distribuído entre lavouras (1,6%) e pastagens (3,5%). Em 1980, o território ganha nova configuração, onde as lavouras alcançam 2,4% e as áreas de pastagem aumentam em quase três vezes (10,4%). A autora ainda destaca que, no mesmo período, e a partir das políticas de incentivo e a introdução de novos trabalhadores e pequenos produtores, a expansão das áreas de lavoura alcançam uma variação positiva de mais de 400% nos municípios de Xapuri e Brasiléia (NUNES, 1991, p.86).

⁷⁴ Manuel Calaça (1983, p.108) destaca a existência de duas diferentes “frentes” de ocupação das terras por pecuaristas do centro-sul do país no estado. Uma a partir dos municípios de Rio Branco, Xapuri, Senador Guiomar, Plácido de Castro, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira, onde predominam médios e pequenos produtores agrícolas e da pecuária de corte e leite, enquanto que numa segunda frente, em terras dos vales dos rios Envira e Tarauacá, predominam grandes grupos sulistas que visavam a implantação da agricultura, pecuária e o plantio da seringueira, que, contudo, não realizam grandes investimentos na região. No vale do Juruá a economia extrativista permanece como a principal fonte de renda.

atuação de empresas oriundas de outros estados do país que investem em pecuária e na exploração de seringais (REIS, 1978, p.13).

Apesar de não garantir muitos recursos ao estado, a pecuária desenvolve-se de forma rápida no Acre. Em 1970 o rebanho bovino contava com pouco mais de 72 mil cabeças, número este que ultrapassa os 292 mil em 1980, com quase um terço deste total concentrado no município de Rio Branco (IBGE Censos Agropecuários 1970/80; CALAÇA, 1983, p.109-110).

Em Rondônia, a criação extensiva de bovinos ocorre tal como nos moldes do território acreano. A partir de 1970, quando se inicia a colonização oficial pelo INCRA, o rebanho bovino aumenta consideravelmente no Território Federal. A ocupação por empresas e produtores de outras regiões do país se dá de modo mais expressivo a partir de 1974, com as políticas de incentivo do Polamazônia. Eram pouco mais de 23 mil as cabeças de gado bovino em 1970, sendo que no ano de 1980 o total ultrapassa os 250 mil (IBGE, 2007).

3.3.2. *A “racionalização” da exploração mineral em Rondônia*

Uma racionalização da exploração mineral ocorrerá logo no início da década de setenta, quando o território que já se encontra mecanizado e começa a conhecer um uso que é baseado em conhecimentos técnico-científicos, como é o caso do Projeto Radam (Radar da Amazônia) que promove o levantamento dos recursos em superfície e subsolo, em toda a extensão da Amazônia Legal. Esta sistematização das informações sobre as reservas minerais em Rondônia leva o governo federal, através de decreto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a proibir a exploração individual de cassiterita, inibindo a atuação dos garimpeiros e entregando a exploração a grandes grupos econômicos que atuam em escala industrial (OLIVEIRA, 1987). Como consequência deste decreto, no ano de 1971 a atividade de mineração estava toda entregue às grandes empresas nacionais e internacionais do setor. “Mil e quinhentos garimpeiros em Rondônia eram empregados dessas novas companhias, e mais dois mil foram intimados pelo Governo federal a deixar o território” (DAVIS, 1978, p.110).

Davis (1978, p.108-109) atenta para o caso, reconhecendo que desde o final da década de sessenta, quando da confirmação da existência de grandes jazidas minerais em Rondônia, já ocorre anúncio de tais descobertas no exterior, despertando o interesse de grandes

mineradoras⁷⁵ que começam a se instalar na região. A Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID), em parceria com o exército brasileiro, disponibiliza ajuda técnica e financeira (2,6 mi.US\$) para a construção de quatorze pontes ao longo da BR-364, por onde, no final da década de sessenta, já trafegavam mais de cinquenta veículos pesados carregando diariamente o minério para as indústrias do centro-sul do país.

Como o minério ocorre de forma concentrada, sobretudo nas localidades de Porto Velho (principal produtor) e Ariquemes, a exploração da cassiterita acaba por criar enclaves econômicos em Rondônia (BECKER, EGLER, 2003, p.122). A capital do Território Federal assume assim grande importância política e econômica, visto que a maior parte das empresas acaba por instalar seus centros administrativos em Porto Velho⁷⁶ e a indústria da mineração passa a ser sua principal atividade produtiva, atingindo, no ano de 1980, mais de 60% do valor da transformação industrial e empregando mais de 25% de todo o pessoal ocupado no setor (CASTELLO BRANCO, 1991, p.247).

Portador de 70% das reservas de cassiterita do país, o Território Federal de Rondônia logo se tornaria o principal produtor brasileiro⁷⁷, tornando o país auto-suficiente em estanho. Esta racionalização da produção e a entrega dos recursos a uma exploração exclusiva aos grandes grupos industriais é indicadora de uma nova racionalidade que se insere no próprio território. Através da simbiose entre governo militar e empresas estrangeiras, viabiliza-se a ação de grandes grupos nacionais e estrangeiros, que, em última instância, operam projetos econômicos cuja razão segue a lógica do mercado externo, ou seja, razões estranhas tanto à região quanto ao país.

3.3.3. *O desenvolvimento e a modernização forjam um território de espoliação e conflitos*

⁷⁵ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987, p.38) destaca a atuação, no Território Federal de Rondônia, dos seguintes grupos econômicos – Itaú, Paranapanema, Patiño, Englardt, Brascan e Dramin. A companhia inglesa Mineração Ferro-Union (FERUSA), desde 1967 já havia investido mais de 3 milhões de dólares em seus depósitos de estanho em Rondônia e descoberto mais de 4 mil toneladas de estanho (DAVIS, 1978, p.109).

⁷⁶ O caso de Porto Velho, que polariza a maior parte da produção, é significativo para se ter uma idéia de como a atividade ganha importância – em 1960 a exploração de cassiterita realizada apenas nos garimpos correspondia a 15% do total da transformação industrial no município, para, no ano de 1980, com a produção já industrializada, responder por 91% de toda a atividade industrial do município (CASTELLO BRANCO, 1991, p.247).

⁷⁷ As reservas de cassiterita em Rondônia foram estimadas em 3 milhões de toneladas, com 60% de teor médio de estanho. A extração do minério em Rondônia representou mais de 90% da produção brasileira em 1973 (REIS, 1978, p.13).

Em que pese o enorme contingente de migrantes assentados no sudoeste amazônico durante as décadas de sessenta a oitenta, e o avanço das atividades agropecuárias em função da criação das primeiras instituições voltadas para extensão rural e pesquisa, a maioria da população que se dirigiu à região não fora contemplada com lotes, o que desencadeou graves conflitos sociais, com embate entre trabalhadores rurais sem-terra e pecuaristas recém chegados na região.

Em 1980, os camponeses que trabalhavam como posseiros ou meeiros, isto é, que não possuem a propriedade da terra, correspondiam a 50,79% do número total de produtores e ocupavam 45,62% da área dos estabelecimentos em Rondônia (em sua maioria agricultores ou pecuaristas), enquanto que no Acre eles representavam 44,20% dos produtores e 26,20% da área ocupada pelos estabelecimentos (dedicando-se principalmente à atividade do extrativismo vegetal) (CARREIRA *et. al.*, 1991, p.217).

No Acre, onde a ocupação é mais antiga, a questão fundiária está muito relacionada ao próprio processo inicial de ocupação das terras – o trabalho extrativista exigia grandes unidades de exploração (seringais) que, ao perderem a sua função produtiva, restam como pouco funcionais à produção agrícola.

Ao mesmo tempo, o grande contingente populacional de migrantes em busca de terra, somado aos seringueiros, se impõem como uma “rugosidade espacial”, muito conflitiva, diga-se de passagem, diante das novas investidas do capital para a exploração da pecuária extensiva, gerando inúmeros conflitos. As terras do sudoeste amazônico, quando já abertas, estavam sob a posse destes camponeses (assentados ou posseiros). As matas e áreas ainda fechadas, sobretudo no Acre, estavam em grande parte ocupadas por populações de seringueiros e trabalhadores que realizam a caça e a coleta na floresta. O convívio destas diferentes racionalidades de uso do território acarretou uma série de conflitos quando as terras começam a ser disputadas entre camponeses e pecuaristas⁷⁸.

Tanto no Acre como em Rondônia foram inúmeros os problemas enfrentados por posseiros, garimpeiros, seringueiros, colonos e comunidades tradicionais (indígenas e ribeirinhos) diante da especulação imobiliária, do violento processo de grilagem de terras e da ineficiência e burocracia dos governos ditatoriais (sobretudo via INCRA) que atuam, no mais das vezes, em favor dos grandes proprietários recém chegados à região (IANNI, 1979, p.78).

⁷⁸ Uma série de problemas sociais resultou da ocupação rápida e sem planejamento das terras. No Acre, vários seringais foram alvos de conflitos sociais entre posseiros e os novos compradores destas terras, como foi o caso dos seringais Nova Empresa, Catuaba, Niterói, Porvir, Bom Destino, Redenção e Extrema, enquanto que em Rondônia graves conflitos ocorreram na Gleba Itaporanga, entre outras áreas (IANNI, 1979, p.25-27). Mais recentemente, em 1995, ocorreu um dos maiores conflitos de terra na região, no município de Corumbiara-RO.

A concentração de terra era tanta que, em Rondônia, grande quantidade de migrantes já fazia o movimento de volta a seus lugares de origem ou avançava para novas áreas de fronteira⁷⁹. Para se ter uma idéia do problema, no ano de 1989, apenas nove proprietários possuíam 6% dos 24,3 milhões de hectares do Estado de Rondônia, com apenas 0,11% da área destas propriedades sendo efetivamente utilizadas (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.84-85)⁸⁰. No estado do Acre, entre os anos de 1969 e 1975, como resultado das políticas de atração de capitais externos à região, cerca de 80% das terras cadastradas foram vendidas a investidores, principalmente pecuaristas (CALAÇA, 1983, p.107), substituindo, portanto, uma atividade que empregava grande quantidade de mão-de-obra (o extrativismo), ocasionando o êxodo rural e uma corporatização de grandes porções do território, previamente explorados por comunidades tradicionais (Quadro 2).

A atuação do Estado pouco resolve os conflitos pela terra nas áreas recém ocupadas (ou reocupadas) na fronteira. O Polamazônia, que também empreendeu esforços para regularização fundiária no Acre e em Rondônia (REIS, 1978, p.13), significou também maior viabilização do território para os grandes projetos agropecuários, pois fiscalizava e demarcava a propriedade privada da terra, inibindo ainda mais a ação dos posseiros.

Assim, a análise do território no sudoeste amazônico impõe pensarmos, a um só tempo, os resultados da adição de uma “malha político-administrativa” projetada pelo Estado, e uma “malha social” concreta vivida pela população (BECKER, 1985a, p.93), com todos os problemas impostos à existência daqueles que ocupam efetivamente as áreas recém abertas na fronteira. A região, tangida da forma como foi pelos processos perversos de modernização e integração, configura contraditoriamente um território de escassezes – escassez de terra (com toda a imensa área de floresta que estava sendo aberta), escassez de infra-estruturas (com todo o esforço que fora realizado pelo Estado e também pela iniciativa privada), ausência do poder público na mediação e resolução dos conflitos (em uma área que fora ocupada através de estímulos do Estado). É assim que a fronteira amazônica se revela como “espaço de manobra” das forças sociais (BECKER, 1985b, p.359), onde a promessa de integração do território é

⁷⁹ “É interessante notar que Rondônia, ao mesmo tempo que constitui a meta para milhares de indivíduos, na maioria das vezes, movidos pela propaganda, vem-se tornando uma área de evasão de populações, em boa parte decepcionados com as políticas de colonização, quase sempre responsáveis pelas rivalidades na posse da terra e nos conflitos sociais”. Foram mais de 11 mil os indivíduos que emigraram de Rondônia entre 1970-1980 (BARCELLOS; COSTA, 1991, p.194).

⁸⁰ A maior propriedade de terra em Rondônia no ano de 1989 se localizava em Porto Velho, com 325.000 ha, cujo proprietário, sr. Manoel Gudmar O. Rita, utilizava apenas 30 ha (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.84).

antes de tudo produto ideológico da ação do Estado, restando à maioria dos que habitam o lugar um território de carências e de conflitos⁸¹.

⁸¹ Otávio Ianni chega a denominar o espaço da fronteira em Rondônia como um “território-problema” - “A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia um território-problema para o poder público” (IANNI, 1979, p.20).

Quadro 2. *Alguns dos maiores empreendimentos agropecuários no Acre em 1980*

Empreendimento	Localização e ano de instalação	Atividades	Área - mil ha
Agropecuária Cinco Estrelas S.A. (Grupo Cruzeiro do Sul)	Tarauacá / 1973	Pecuária em 3.500 ha. e seringal plantado em 68 ha. (com financiamento da Sudam)	37
Fazenda Boa Esperança	Tarauacá / 1976	Pecuária em 50 ha.	16
Fazenda Morungaba (Grupo Agapito Lemos)	Tarauacá / ND	Pastagens não utilizadas	60
Agronorte (Grupo Agapito Lemos)	Tarauacá / ND	Sem atividades	160
Condomínio Tarauacá (Grupo Agapito Lemos)	Tarauacá / 1976	726 bovinos em 800 ha. e 34 seringais nativos com mais de mil seringueiros	300
Condomínio Acurana	Tarauacá / 1973	400 bovinos em 500 ha de pasto formado	63
Paranacre (Cia. Paranaense de Colonização Agrop. e Ind. do Acre)	ND	Pecuária e seringais nativos	600
H. Mello e Filho	ND	Seringais nativos e pecuária	35
Agropastoril Leal Ind. Com. LTDA	Tarauacá / ND	18 seringais nativos com mão de obra de 400 seringueiros	114
Cia. de Desenvolvimento Novo Oeste (Grupo Atlântica Boavista)	Feijó / ND	Sem atividades, com suspensão de financiamentos da Sudhevea e Sudam por desvio de recursos	510
Fazenda Califórnia (Grupo Atalla)	Feijó / ND	Seringais e 1.500 bovinos	427
Santana Empreendimento Agro-pastoril	Cruzeiro do Sul / 1979	Auxílios solicitados à Sudam	350
Rômulo Bonalumez	Cruzeiro do Sul e Rio Branco/1978	Pecuária e seringais	Total de 172,5
Coapai (Cooperativa Agropecuária Alto Iaco)	Sena Madureira / ND	ND	187
Coloama (Coop. Agrop. São Paulo-Amazonas)	Sena Madureira / ND	ND	ND
Nelson Taveira	Sena Madureira / ND	Seringais nativos	975
José Mário Junqueira e outros	Rio Branco e Sena Madureira / ND	Divisão e venda de lotes	440

Fonte: Dados do Jornal "O Varadouro", mês de maio de 1980; reproduzidos em NEVES e SILVA, 2004, p.88-89. ND – dados não disponíveis. Organizado pelo autor.

CAPÍTULO 4

AS NOVAS DEMANDAS POR MODERNIZAÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO: EM DIREÇÃO À ATUALIZAÇÃO RECENTE DO TERRITÓRIO

O final do século XX marca um novo momento de transição e transformações na dinâmica do território nacional que é também o início de um novo período para o território no sudoeste amazônico.

Em que pese os esforços de ocupação, povoamento e modernização do território ensaiados em mais de um século, o sudoeste amazônico no final do século XX é marcado pela permanência de problemas sociais que, às vistas da política e do uso econômico que se operam no Brasil contemporâneo, caracterizam mais uma vez a região amazônica como um espaço de perdas e de “atraso”, daí o fundamento para uma idéia de crise.

Um exame breve de tais circunstâncias do território brasileiro nos parece válido para a compreensão das dinâmicas do país e da região. Com o fim da ditadura militar, ocorre o esgotamento do modelo de planejamento que garantia o financiamento daqueles equipamentos territoriais que figuram na década de setenta como indispensáveis à modernização do território. A instalação de um governo civil que ensaia a “redemocratização” do país será marcada por esforços políticos e normativos para o pagamento da dívida externa e para uma abertura econômica com objetivos de tornar as estruturas produtivas nacionais mais “dinâmicas” e “competitivas”.

O resultado destas opções políticas aparecerá já nos anos noventa. As estratégias do país para integrar-se à globalização econômica, conjugadas com as práticas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro como uma verdadeira “saída” para a modernização do país (modelo importado dos países ditos desenvolvidos e imposto por instituições internacionais legitimadas para tal), acabam por se materializar como normas rígidas para o cotidiano nacional – maior preocupação com a produção voltada para o mercado externo e o conseqüente detrimento das políticas que asseguram a produção para o mercado interno, não atendimento às demandas sociais básicas, persistência da pobreza e de uma distribuição muito desigual dos recursos entre as classes sociais e as regiões do país.

Graças a criação de instrumentos políticos, chamados agora pelos arautos da administração econômica neoliberal de “gestão”, que visam tornar a economia “dinâmica” e a produção “competitiva” e definitivamente “inserida” no novo momento da internacionalização, um novo imperativo de modernização do território brasileiro será

operado por capitais externos e mais uma vez obedientes a racionalidades exógenas. Daí a tarefa redefinida para o Estado de desregulamentação (do trabalho, da economia, das finanças, etc.), que na verdade significa mais normas e mais regulação, mas também a privatização do patrimônio público e a descentralização do poder (vista como desburocratização da administração), transformações de caráter principalmente normativo que buscam tornar o território brasileiro mais competitivo, ou seja, um “território viável” (SILVEIRA, 2003) à ação de um capital ainda mais exigente, que em grande parte é operado por agentes privados que assumem o controle de grandes empresas nacionais e de serviços coletivos fundamentais à vida cotidiana (energia, bancos, telefonia, transportes, etc.), cenário propício para a intensificação dos processos que caracterizam cada vez mais o território brasileiro como um espaço nacional da economia internacional (SANTOS, 1996, p.194).

Ao mesmo tempo, ocorre uma redução da atuação do Estado em tudo o que diz respeito à esfera social, aos serviços de interesse coletivo e aos bens públicos. Francisco de Oliveira (1997) aponta este processo como uma racionalização privada de toda a esfera pública, a confusão mesmo dos espíritos público e privado, que, no Brasil, se aprofunda a partir da década de 90. Nas palavras do autor,

Essa proposta reducionista é o conteúdo das reformas do Estado em curso: o Estado deve ter a mesma ‘*rationale*’ da empresa privada; retraindo seus efetivos quando a crise ordena; aplicando os mesmos critérios aos negócios (licitação de bens públicos, p.ex.), que uma empresa privada. Desnecessário dizer que tais tipos de propostas provém não apenas da empresa privada, mas da tradição norte-americana de indiferença entre a função pública e a função privada (...) (OLIVEIRA, 1997, p.13).

Na esteira deste processo, não houve lugar para uma efetiva proposta de desenvolvimento dos instrumentos para uma integração da nação que se mostrasse vantajosa à sociedade como um todo, diferente daquela que fora praticada nos anos sessenta e setenta. Contrariamente, o novo contexto político-econômico do Brasil, que reforça a inserção do país no processo de globalização em curso, atesta a produção de uma situação de competitividade que alcança também o território e os lugares (SANTOS, 2000). Daí os esforços para dotar unidades da federação e municípios de instrumentos político-administrativos (e também territoriais) que viabilizam atividades produtivas modernas e muito capitalizadas, compostas, quase sempre, por um trabalho (inclusive o já materializado, “trabalho morto”) voltado para as demandas do mercado externo, como que se a “salvação” da economia residisse justamente naquilo que é externo ao território e, portanto, estranho e alheio à sociedade brasileira.

Mais uma vez a Amazônia, e, para a análise que aqui fazemos, o sudoeste amazônico, irá figurar como uma região marginalizada. A Região Concentrada do país consolida-se como o espaço em que o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2001) se torna ainda mais denso e, portanto, apto a acolher as atividades da moderna produção, enquanto o sudoeste amazônico não consegue se adaptar de forma rápida, tornando-se incapaz de abrigar as atividades mais lucrativas e de especial interesse ao mercado externo. Deste modo, a idéia de atraso comumente relacionada à região amazônica e aos estados de Rondônia e Acre é sempre produto de visões externas, atuando de modo a legitimar as novas estratégias de acumulação capitalista que se inserem na região na virada do século.

É assim que ambos os estados compõem nas últimas décadas do século um cenário comumente caracterizado por uma “ineficiência produtiva” comum aos espaços opacos do território brasileiro⁸² (SANTOS; SILVEIRA, 2001), justamente porque integra aquelas porções do território que não se inserem de forma plena e imediata na corrida pela produção “moderna e competitiva”. Soma-se a esta condição uma série de problemas, como é o caso da rápida urbanização, do empobrecimento das cidades e da persistência da pobreza e da desigualdade social e geográfica, problemas estes que aparecem distantes e como exceção na agenda dos governos.

Mas o imperativo da competitividade e a necessidade de mais modernização alcançam o sudoeste amazônico na década de noventa, quando a região conhece um processo de reconversão produtiva, com o esgotamento da situação de fronteira (BECKER, 2006) e a estabilização dos movimentos migratórios, processos que são acompanhados de um uso mais intensivo do território por atividades mais capitalizadas, que impõem novas estratégias de organização da produção e também do planejamento do território (agora sob a égide do discurso da preservação ambiental). Uma análise deste conjunto de circunstâncias territoriais no sudoeste amazônico do final do século XX será válida para, em seguida, analisarmos e darmos conta de interpretar as dinâmicas recentes de atualização do território na região.

⁸² “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.264).

4.1 A rarefação do meio técnico e as limitações ao desenvolvimento das atividades produtivas – o contexto de crise

No sudoeste amazônico, até meados dos anos noventa, um meio geográfico tecnicamente rarefeito, com diferenciações intra-regionais muito marcantes, atua como fator de limitação ao desenvolvimento das atividades produtivas e à acumulação capitalista na região. Ainda que esforços tenham sido empreendidos no intuito de tornar o território mais integrado por meio de mecanismos de planejamento estatal, o que ocorre de fato é uma concentração dos sistemas de engenharia (representados quase que exclusivamente pela BR-364 e algumas outras rodovias federais) e também uma concentração das infra-estruturas técnicas voltadas para o processo direto da produção.

Poucos foram os espaços efetivamente incorporados às lógicas produtivas previstas e fomentadas pelo projeto de integração regional operado durante a ditadura militar, o que faz persistir a desigualdade geográfica na distribuição dos equipamentos territoriais. Em outras palavras, se numa “escala macro” a tarefa de integração do território fora de certo modo cumprida, sobretudo com a extensão da BR-364 de Cuiabá até Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul, é apenas na escala do lugar e no cotidiano daqueles que aí vivem que uma série de problemas aparece e se impõe à existência da maioria, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de comunicação e de transporte.

Pela BR-364, que nas décadas de setenta e oitenta ainda não se encontra totalmente pavimentada⁸³, trafegam os carregamentos provenientes do Sudeste e Sul do país. Mas o período chuvoso impõe também uma sazonalidade no uso da rodovia, que se torna intrafegável nos trechos não pavimentados, tornando assim essencial o transporte fluvial. Esta inversão no modal de transporte é fundamental, por exemplo, no vale do Juruá, no Acre, onde até hoje a BR-364 não é totalmente pavimentada. O custo dos fretes (tanto o rodoviário quanto o hidroviário) encarece o preço das mercadorias e, conseqüentemente, acarreta num consumo bastante desigual entre os diferentes extratos da população.

Assim, transportes e circulação não atuam somente como fator de limitação ao desenvolvimento das atividades hegemônicas da economia, ou entrave à integração regional, mas também aparece como um problema para a dinâmica interna à região. Uma rede precária e rarefeita de estradas vicinais, sendo a maioria não-pavimentada e muito sujeita à não

⁸³ A pavimentação da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco se concretiza apenas no início da década de 90 (PAULA, 2005, p.33). Até os dias de hoje a BR 364 não foi pavimentada em sua extensão total, com obras em andamento e com previsão de pavimentação até a cidade de Cruzeiro do Sul no ano de 2010.

trafegabilidade durante a época das chuvas dificulta e encarece a distribuição daquilo que é produzido no campo. Este problema é vivido por grande parte dos agricultores que produzem nos projetos de colonização e assentamentos de Rondônia e Acre.

Leandro Tocantins (1998, p.23) analisa o problema no início dos anos 80 (dados de 1981), quando a rede rodoviária do estado do Acre era composta por seis mil quilômetros, sendo 1.676 km de rodovias federais e o restante sob responsabilidade do estado e municípios. No entanto, apenas 246 km (menos de 5% do total) destas rodovias estavam asfaltados⁸⁴. Isto representa uma densidade de apenas um quilômetro de rodovia para cada 25 km² de área, ao passo que, se levarmos em consideração apenas as vias asfaltadas, esta relação é de um quilômetro de rodovia para cada 644 km², indicando a extrema rarefação técnica do território, problema este que é ainda maior quando se leva em conta que esta infra-estrutura estava concentrada nos arredores de Rio Branco e no vale do rio Acre. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que as populações ribeirinhas em muito utilizavam o transporte fluvial, feito em pequenas embarcações, para a distribuição daquilo que produziam – este era o principal meio de transporte para muitos seringueiros, agricultores e indígenas que habitam porções mais isoladas no território.

A única alternativa ágil para o transporte é o avião, indispensável às atividades que demandam maior rapidez, tendo o inconveniente de ser modalidade cara e seletiva, que se presta mais ao movimento das gentes do que ao movimento da produção. Os aeroportos de Rio Branco e Porto Velho recebem vôos comerciais de outros estados do país desde a década de 40. Em Porto Velho, o aumento das demandas por este tipo de transporte leva a construção de um novo aeroporto em 1973, que, a partir de 1979, passa a ser operado pela Infraero (INFRAERO, 2008). Somam-se a estes principais aeroportos um conjunto de pequenos aeródromos em boa parte dos municípios, ou mesmo pequenas pistas de uso privado nas maiores propriedades.

Esta rarefação do meio técnico significou a “concentração” das infra-estruturas no território, que, de outro lado, é acompanhado por situações de total escassez. Ocorre, assim, uma concentração das condições gerais de produção – de algumas principais rodovias (com eixo principal na BR-364); da oferta de energia elétrica; além de uma concentração das principais cidades ao longo das vias de circulação mais importantes (rodovias e rios); e também uma concentração da própria população (nas capitais e nas cidades mais bem servidas de infra-estruturas). A estas se soma também a concentração das atividades produtivas – no

⁸⁴ No mesmo ano de 1981, existiam pouco mais de 14 mil veículos motorizados no estado do Acre (TOCANTINS, 1998, p.23).

Acre, como já havíamos nos referido, a criação de bovinos, principal atividade agropecuária, se concentra no eixo da BR-317, no trecho Rio Branco-Xapuri-Brasiléia, onde a rodovia significou facilidade de escoamento para os produtores e, ao mesmo tempo, proximidade com o mercado consumidor, que se localiza principalmente em Rio Branco (NUNES, 1991, p.98). Em Rondônia, a exploração industrial de minérios estava concentrada nas proximidades de Porto Velho, e as atividades agrícolas se concentram no eixo da BR-364, onde se localizam os principais projetos de colonização.

Esta condição de rarefação e concentração do meio técnico ocorre também no que diz respeito à oferta, por exemplo, de energia elétrica ou mesmo na cobertura dos sistemas de telecomunicação no território. Um sistema bastante incompleto de fornecimento de energia que, nas décadas de sessenta e setenta, é produzida com uso de óleo combustível e em sistemas isolados, não é capaz de garantir, por exemplo, a eletrificação rural, que, quando existe, funciona a partir de geradores nas propriedades. Uma melhora do sistema aparece no final da década de oitenta, quando entra em funcionamento a hidrelétrica de Samuel, no rio Jamari (capacidade inicial de 60 MW) (REIS, 1978, p.13), que, no entanto, não é capaz de atender plenamente as demandas. Mais uma vez são os que produzem e habitam as áreas menos densas do campo os mais prejudicados, problema que se arrasta até os dias de hoje. Em Rondônia, por exemplo, no ano de 2001, apenas 30% dos produtores rurais do estado tinha acesso à energia elétrica (RONDÔNIA, 2002b, p.19).

Os Estados também se encontram imersos na crise fiscal que assola o país, e as tentativas de organizar as contas públicas passam pela política da privatização do patrimônio público. Os bancos estaduais Banacre e Beron, que se encontram endividados junto ao governo federal, são alvo do programa de privatização e extinção dos bancos estaduais promovido pela União, e ambos são extintos no final dos anos noventa. Na mesma ocasião, o serviço público de telefonia de ambos os estados (Teleacre e Teleron), que também não atendia satisfatoriamente as demandas, fora privatizado no ano de 1998, com a idéia de que somente a iniciativa privada poderia tornar ágil e viável a expansão do serviço no território, mais um exemplo do contexto de crise e do discurso da necessidade de mais modernização.

4.1.1. *As dificuldades das atividades produtivas no campo*

Num território em que a ocupação e a presença da população e das atividades produtivas resultam de propagandas e promessas nem todas realizadas pelo planejamento

capitalista da ditadura militar, também as possibilidades de êxito dos projetos de colonização e assentamento dificilmente poderiam se concretizar⁸⁵.

A atração de milhares de famílias, nem todas capitalizadas e nem todas contempladas pelos projetos do INCRA, acarretou a criação de projetos de assentamento que, sem atender as mínimas necessidades para o desenvolvimento das atividades produtivas no campo, acabam no final do século XX atuando como desestímulo à migração, ainda que novos projetos de assentamento continuem sendo implantados até hoje. Assim, as limitações técnicas do trabalho nas colônias de pequenos produtores acarretam uma configuração prévia do território que atua nas décadas de oitenta e noventa como uma “rugosidade”, que dificulta de certo modo o desenvolvimento das atividades produtivas no campo.

O problema é ainda maior em se tratando das atividades produtivas de pequena importância no conjunto da economia, tal como as praticadas por comunidades de ribeirinhos e seringueiros, residuais aos olhos do Estado, mas fundamentais à sobrevivência de populações muitas vezes localizadas fora dos principais eixos rodoviários e praticamente isoladas, que se desenvolvem sem auxílio do poder público e com ausência das instituições que garantem alguma proteção social. Este é o caso, por exemplo, de regiões do oeste do estado do Acre, só alcançadas por via fluvial (rios Tarauacá e Juruá), o vale do Guaporé em Rondônia, ou ainda o interior de municípios com grande extensão territorial, problema este encontrado mesmo nos municípios de Rio Branco e Porto Velho.

Com exceção de alguns produtos, como é o caso do café e do cacau em Rondônia (que conhecem certo incremento nos anos oitenta), grande parte da produção agrícola praticamente não tem meios de alcançar os mercados consumidores mais distantes. Quando isto é possível, o produto já não se apresenta de forma competitiva e não confere rentabilidade aos produtores. Esta viscosidade do território imprime todo um sistema de atividades produtivas em grande parte regida pelo tempo do próprio lugar, com vista às necessidades locais, que é praticado pela maior parte da população. Até mesmo aquelas atividades desenvolvidas em moldes empresariais, em grandes propriedades de terra e mais capitalizadas, como é o caso da criação extensiva de bovinos, enfrentam limitações na região⁸⁶. O discurso da modernização

⁸⁵ Os problemas referentes à atividade produtiva no campo eram muitos, “(...) em certas áreas de Rondônia e Acre, políticas erradas, omissões ou indecisões levaram à falência grande número de pequenos produtores rurais e mesmo à morte por doenças endêmicas das populações, simplesmente por falta de meios de transporte tanto para o deslocamento das pessoas quanto para o deslocamento das safras” (ALMEIDA; RIBEIRO, 1995, p.45).

⁸⁶ Ao mesmo tempo, parte considerável da produção de carnes e de grãos nas regiões Sudeste, Sul e também no Centro-Oeste, responde mais prontamente aos reclamos de uma modernização, conhecendo, já nos anos 90, uma estrutura de organização “em rede” (MAZALLI, 1999), muito mais articulada ao mercado financeiro e às demandas nacionais e internacionais.

do campo no sudoeste amazônico propalado na década de setenta se mostra falacioso, e a promessa de viabilização da exportação via oceano Pacífico não se concretiza no Acre.

4.1.2. *Precariedade das atividades industriais e reforço da dependência*

Um restrito mercado consumidor regional, a precária infra-estrutura de transportes e os riscos de uma oferta ineficiente de energia compõem ainda no final do século XX um conjunto de circunstâncias que tornam praticamente inviável a industrialização do sudoeste amazônico. É assim que as cidades, sobretudo as capitais, aparecem desde cedo como o lócus privilegiado de acumulação das atividades do setor terciário (administração pública e gestão de empresas públicas e privadas), com participação bastante residual da atividade industrial na economia.

Miguel A. C. Ribeiro (1995), ao avaliar os seletos espaços industriais na Amazônia na década de 80, reconhece uma área de desenvolvimento da atividade no eixo da BR-364, entre Porto Velho e a cidade de Vilhena, no estado de Rondônia. A cidade de Rio Branco também aparece como um centro industrial de pequena importância, que ocorre de forma isolada no estado do Acre.

Ainda que tais municípios apareçam entre os de maior importância para a atividade industrial na Amazônia, no ano de 1985, esta atividade estava muito ligada à indústria madeireira ou à mineração, segmentos que agregam pouco valor à produção, muito ligados à exploração de recursos naturais⁸⁷. Trata-se, de fato, de uma atividade industrial incipiente e que se presta no mais das vezes, para o fornecimento de matérias-primas àquela indústria localizada na Região Concentrada.

Com exceção dos enclaves de exploração mineral, é a atividade madeireira, que resulta diretamente da abertura de novas áreas, que compõe a maior parte da atividade industrial desenvolvida nesta parte da Amazônia. No mesmo ano de 1985 os outros municípios de Rondônia que aparecem entre os de maior atividade industrial da Amazônia

⁸⁷ Para se ter uma idéia do significado das atividades industriais nestas localidades, Porto Velho (que ocupa no ano de 1985 o 6º lugar entre os municípios da Amazônia Legal com maior valor de transformação industrial, e mais de 4,5 mil empregados na indústria) a atividade de mineração constitui mais da metade do setor, seguida pela indústria madeireira (32,5%). Em Ariquemes (que ocupa o 11º lugar entre os de maior atividade industrial) a extração de minérios é responsável por 56,9% da atividade industrial (RIBEIRO, 1995, p.60).

tinham a indústria madeireira como principal atividade do setor – Ji-Paraná⁸⁸ (67,2%), Cacoal (35,5%), Rolim de Moura (85,2%) e Vilhena (69,7%). Apenas o município de Cacoal possui certa industrialização de gêneros alimentícios, especialmente o beneficiamento de grãos (34,8% da atividade industrial) (RIBEIRO, 1995, p.61-63). No Acre, a capital Rio Branco, que ocupa em 1985 o 13º lugar entre os municípios de maior valor de transformação industrial da Amazônia (com pouco mais de 1.600 empregados no setor), é a atividade de beneficiamento da borracha que predomina no setor industrial (34,6%), também seguida da atividade madeireira (34,4%) (RIBEIRO, 1995, p.61).

No entanto, a possibilidade de comunicação com as áreas industriais do país após a abertura da BR-364 dissemina um novo conjunto de necessidades no território (consumo de bens industrializados), reforçando os laços de dependência. A sociedade local, dependente da produção industrial proveniente de fora, se vê, assim, mais explorada e mais empobrecida, pelas próprias condições do lugar que habita.

4.2 Uma urbanização acelerada e o agravamento dos problemas sociais

O processo de integração do território nacional durante a ditadura militar, muito pautado nos esforços de colonização para o trabalho agrícola, não foi suficiente para assegurar a permanência da população no campo, e o sudoeste amazônico conhece um rápido processo de urbanização, que é acompanhado pelo aprofundamento dos problemas sociais.

Em que pese o fato de ser maior a vinda de migrantes em busca de terra em Rondônia, é nesse Território Federal que, já durante os anos sessenta, a população torna-se urbana em sua maior parte, com 53,7% dos habitantes residindo nas cidades no ano de 1970. Interessante é observar que no ano de 1980 (ainda que tenham sido criados cinco novos municípios em 1977, alguns com considerável população urbana), um volume sem precedentes de novos migrantes assentados muda novamente o perfil do território, com a maior parte da população (53,5%) habitando o meio rural. Este aumento do número de habitantes no campo resulta do exponencial aumento dos migrantes e, por conseqüência, do aumento da população – eram pouco mais de 110 mil habitantes no ano de 1970 e mais de 490 mil habitantes no ano de

⁸⁸ Ji-paraná, que é o segundo maior município de Rondônia em número de habitantes, destaca-se como o maior centro de beneficiamento de madeira, atividade que emprega 76,3% do pessoal ocupado na indústria e 83,3% do valor de transformação industrial do município em 1980 (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 250).

1980 (IBGE-Sidra, 2007). Nunca uma região do país conheceu tamanho crescimento populacional em apenas uma década.

No entanto, com a racionalização das atividades produtivas, especialmente da pecuária extensiva que expulsa trabalhadores do campo, bem como a industrialização da exploração mineral, as sociedades acreana e rondoniense tornam-se predominantemente urbanas entre as décadas de oitenta e noventa. Em 1991, a população urbana do Acre representa 61,8% da população total do estado (contra 43,7% em 1980), e alcança o ano 2000 com 66,4% habitando as cidades. Em Rondônia, os que habitam as cidades eram 58,2% em 1991 (contra 46,4% em 1980), totalizando 64,1% no ano 2000 (IBGE-Sidra, 2007).

Este processo rápido de urbanização e a concentração da população nas maiores cidades, situação que predomina no final do século com a permanente expulsão da população camponesa e de seringueiros, somado a uma estrutura produtiva que pouco emprega na atividade industrial, foi responsável pela constituição de espaços urbanos pobres.

4.2.1. *Concentração da população e empobrecimento urbano*

Também como resultado do processo limitado de modernização, as capitais são marcadas pela concentração populacional nas últimas décadas do século, problema que persiste até a atualidade – Porto Velho dobra sua quantidade de moradores entre 1980 e 1991, alcançando neste último ano mais de 280 mil habitantes. Na década de 90 o crescimento é bem menor, e a capital abriga no ano 2000 pouco mais de 334 mil habitantes, quase um quarto da população do Estado. Rio Branco, que em 1980 concentra cerca de 38% da população do Estado, atinge no ano de 1991 uma população de 196 mil habitantes, que aumenta para 253 mil no ano 2000, o que representa mais de 45% da população acreana (IBGE, Censos Demográficos, 1991-2000)⁸⁹.

A expulsão de mão-de-obra no campo e o seu direcionamento para as maiores centros urbanos geram um processo de intensificação do empobrecimento nas cidades, onde proliferam as ocupações pouco remuneradas. A oferta quase inexistente de emprego não permite sequer pensarmos numa reserva de mão-de-obra “(...) pois inexistem atividades de maior expressão econômica em relação às quais poderia se constituir reserva”, tal como

⁸⁹ Dados do Censo Demográfico de 2000 revelam que, em Rondônia, mais de 60% da população do estado estava concentrada nas 10 maiores cidades, oito delas localizadas ao longo da BR-364. No mesmo ano, as duas maiores cidades do Acre (Rio Branco e Cruzeiro do Sul), abrigavam mais de 75% da população total do estado.

concluem Sawyer e Carvalho (1986, p.132), ao analisarem o problema na cidade de Rio Branco.

Estas circunstâncias promovem o aumento significativo do trabalho no circuito inferior da economia (SANTOS, 1979, 2004a), onde atividades pouco intensas em capital aparecem como única oportunidade de ocupação, absorvendo grande parte da mão-de-obra – são atividades como as de vendas de rua, a realização de serviços domésticos, a pesca, o pequeno garimpo, o trabalho braçal de transporte das cargas movimentadas nos rios, entre outros, que configuram o trabalho de grande parte da população, não impedindo, de fato, que o meio urbano no sudoeste da Amazônia seja caracterizado por uma situação de pobreza extrema e de total falta de infra-estrutura⁹⁰.

4.2.2. A criação de novos municípios

Os problemas sociais como a expulsão da mão-de-obra do campo para as cidades, bem como a conseqüente aglomeração da população nos maiores centros urbanos, parecem ter conhecido tentativas de solução a partir da criação de novos municípios, o que também significa estratégia de arrecadação de mais recursos. Em 1992 são criados dez novos municípios⁹¹ no estado do Acre, em sua maioria núcleos formados por pequena quantidade de habitantes, originados de distritos ou bairros rurais, ou ainda de antigos seringais ou projetos de assentamento. Outro dado importante é que quatro destes novos municípios (Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Santa Rosa do Purus) são essencialmente de economia extrativista e não possuem ligação rodoviária com outras localidades, sendo o transporte realizado por meio de rios ou aviões de pequeno porte.

Em Rondônia, em que pese a existência de municípios com extensão territorial gigantescas, argumento que normalmente justifica a dificuldade de administração dos bairros e distritos distantes da sede⁹², ocorrerá um processo de fragmentação político-administrativa

⁹⁰ Uma descrição da capital rondoniense no trabalho de Perdigão e Bassegio ilustra este problema da pobreza - “Na capital, Porto Velho, encontramos o reflexo do êxodo rural: os bairros inchados nas periferias, sem saneamento básico e sem nenhuma infra-estrutura, tais como São Sebastião, Irã, Iraque, Caladinho, Tancredo Neves, sendo que, mesmo os que são mais antigos, como o Areal e Pedrinhas, sofrem iguais problemas. A grande maioria do povo que vive nestas localidades só se alimenta uma vez por dia” (1992, p.59).

⁹¹ São eles Acrelândia, Capixaba, Epitaciolândia, Porto Acre, Bujari, Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves, totalizando os atuais 22 municípios.

⁹² A área do município de Porto Velho possui pouco mais de 34 mil km², território maior do que o do Estado de Alagoas, por exemplo. O tamanho do território municipal é utilizado como recurso para os movimentos de emancipação dos distritos, como é o caso de Extrema, na região da Ponta do Abunã (divisa com o Acre), processo que tramita na Assembléia Legislativa do Estado.

de grande proporção nos anos noventa, dobrando o número de municípios do Estado. Em 1992, são criados 17 novos municípios, a maioria resultante da implantação dos chamados Núcleos de Apoio Rural (NUARs) pelo programa Polonoroeste. Na mesma década foram criados mais oito municípios no ano de 1994 e outros quatro em 1995, totalizando os atuais cinquenta e dois municípios⁹³.

É assim que a maioria destas novas unidades político-administrativas tanto no Acre como em Rondônia é muito dependente de transferências da União e do Estado, e não possuem receita capaz de prover os serviços públicos essenciais à população⁹⁴, reproduzindo, portanto, os problemas encontrados nas grandes cidades.

Esta multiplicação dos municípios não garante o efetivo atendimento das necessidades da sociedade e, deste modo, o território usado no sudoeste amazônico exemplifica o fato de que as noções de rede urbana e de sistema de cidades acabam por não ter validade para muitos dos habitantes, “(...) pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico” (SANTOS, 2007, p.11). O sudoeste amazônico é assim prejudicado tanto no que diz respeito à localização da região no conjunto do território nacional, quanto às próprias limitações dos serviços públicos essenciais e também à circulação das mercadorias.

4.3 A questão ambiental como novo dado do período

Ainda que os problemas resultantes da luta pela terra e da espoliação cotidianamente enfrentada por posseiros, seringueiros e comunidades tradicionais tenham ganhado, via mídia, proporções internacionais nas décadas de oitenta e noventa (tendo como ápice o assassinato do sindicalista Chico Mendes em Xapuri-AC), o discurso que prevalece para denotar a maioria dos problemas que ocorrem na Amazônia foi mesmo o discurso ambientalista. Em

⁹³ Os criados em 1992 foram: Monte Negro, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Urupá, Mirante da Serra, Ministro Andreazza, Theobroma, Alto Paraíso, Rio Crespo, Campo Novo, Corumbiara, Seringueiras, Candeias do Jamari, Cacaúlândia, Novo Horizonte, Vale do Paraíso e Castanheiras. Em 1994 é a vez da criação dos municípios de Nova União, São Felipe, Cujubim, Primavera, Alto Alegre, Teixerópolis, Vale do Anari e Parecis, e em 1995 os de Buritis, Chupinguaia, Pimenteiras e São Francisco do Guaporé.

⁹⁴ Paraguassu-Chaves (2001, p.133) tece o seguinte comentário sobre os municípios criados em 1992 - “Estas novas unidades político-administrativas nascem como as áreas mais pobres dos municípios que lhes deram origem, e são ‘vestidos’ de uma ordem superior político-administrativo. Ainda que dotados de corpo jurídico consultivo – poder executivo (prefeitura) e poder legislativo (câmaras municipais), a grande maioria sem poder judicial e os serviços de atenção, incluindo os de saúde, se prestam nos municípios que lhes deram origem ou os selecionados como pólos”.

que pese os sérios problemas sociais resultantes do desmantelamento do sistema extrativista, da racionalização da exploração de minérios e do avanço da pecuária extensiva, somados a um empobrecimento das populações e da precariedade do meio urbano, são os problemas ambientais (que normalmente acompanham estes usos territoriais) os que mais chamam a atenção da opinião pública e de organizações não-governamentais estrangeiras.

De fato, a ocupação e uso das terras na fronteira haviam comprometido uma série de recursos que há décadas constituíam meios de sobrevivência para as diferentes populações tradicionais – desflorestamento de áreas imensas onde existiam seringueiras e castanheiras, poluição de rios pela ação do garimpo, etc. denegrindo a imagem do país no que se refere à preservação dos recursos na Amazônia. A adição e expansão dos sistemas de engenharia, essenciais ao projeto de modernização e de racionalização da produção agropecuária na região, também aparecem como um indutor dos problemas ambientais na Amazônia (AB’SABER, 1989).

Assim, a questão ambiental, da forma como se expressa nas últimas décadas do século, toma pelo menos duas diferentes direções no sudoeste amazônico – uma primeira direção resulta da organização política das comunidades tradicionais, com alguma orientação também externa à região (ONGs brasileiras e estrangeiras); e, numa outra direção (e que mais interessa à nossa pesquisa), aparecerão novas formas de planejamento do território, com um tipo de ordenamento das atividades produtivas que visa, supostamente, um uso “sustentável” dos recursos ou mesmo a sua conservação.

Para o primeiro caso, como a derrubada da floresta prejudicava diretamente os seringueiros, são eles o primeiro segmento da sociedade a reivindicar a criação de mecanismos políticos (que mais tarde configurariam novas normas territoriais) que assegurassem o trabalho extrativista e de coleta na floresta (PORTO GONÇALVES, 2003). Surge em 1985 as primeiras propostas de criação de Reservas Extrativistas (RESEX), na ocasião do I Encontro Nacional dos Seringueiros e Soldados da Borracha, em Brasília, evento este organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-AC (PERDIGÃO, BASSAGIO, 1992, p.50), momento em que também é criado o Conselho Nacional dos Seringueiros.

No que se refere ao conjunto de ações do Estado, aparecem propostas de um novo planejamento territorial, sobretudo porque o problema do desmatamento ganha, via mídia, repercussão internacional, prejudicando a imagem do país num mundo que, pós-1972 (Conferência Mundial sobre Meio Ambiente em Estocolmo), havia reconhecido a necessidade político-econômica da preservação ambiental (configurando uma nova geopolítica) e optado

pela sustentabilidade como diretriz de um novo modelo de desenvolvimento. “O governo brasileiro, por exemplo, logo após, em 1973, criou uma Secretaria Especial de Meio Ambiente para se adaptar às novas regras e, sobretudo, para se credenciar à obtenção de recursos financeiros internacionais” (PORTO-GONÇALVES, 1996, p.11), ainda que graves problemas tenham afetado diretamente a manutenção dos recursos naturais, que, no caso do sudoeste amazônico pode ser bem exemplificado na construção e consolidação da BR-364 que, inclusive, foi em boa parte financiada pelo Banco Mundial, tal como reconhece Carlos Walter Porto-Gonçalves (1996, p.11). Daí para frente, a questão ambiental aparece como novo fator de regulação (BECKER, 1996), figurando como ingrediente político e normativo indispensável a todas as estratégias de uso do território.

4.4 Os sinais de esgotamento da fronteira: demandas por uma nova modernização

A nova normatização do território e a reformulação das estratégias de planejamento ocorrem concomitantemente e mesmo contribuem para o esgotamento da idéia de “fronteira” de recursos, identificado com claros sinais no final do século. A tese é de Bertha Becker (2006, p.20), e reconhece que um dinamismo regional próprio da Amazônia tem início no final do século XX, pondo fim na idéia de fronteira móvel em constante expansão.

Os estados de Rondônia e Acre exemplificam este processo, e conhecem na década de 90 uma tendência de acomodação do crescimento populacional, que continua maior do que a média brasileira, mas já não ocorre tal como nas duas décadas anteriores⁹⁵. Mas são algumas atividades produtivas que alcançam melhoria significativa e definem novas vocações e especializações territoriais, adensando o uso produtivo em áreas já degradadas.

Como forma de dotar o território de melhores condições para a produção, no ano de 1980 o governo Brasileiro lança o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, que tem atuação sobre as áreas de fronteira agrícola do Estado do Mato Grosso e do Território Federal de Rondônia, com o objetivo central de concluir o asfaltamento da BR-364. Além do asfaltamento da rodovia, outros componentes estavam incluídos no Programa, tais como melhoria da rede de estradas secundárias, criação

⁹⁵ O aumento da população entre 1991 e 2000 é de 32% no Acre e 22% em Rondônia, bastante inferiores ao crescimento observado nas últimas duas décadas (IBGE-Sidra, 2007). Migrantes rondonienses, inclusive, se dirigem às novas áreas de agricultura e pecuária abertas no sul do Amazonas (BECKER, 2006).

de novos projetos de assentamento e consolidação dos já existentes, além de regularização fundiária, maior oferta de serviços de saúde, de proteção ambiental (criação do Instituto Estadual de Florestas - IEF) e de apoio às comunidades indígenas (com a demarcação das primeiras Terras Indígenas), além da criação e implantação dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR (RONDÔNIA, 2002a, p.5).

A atividade agrícola realizada nos projetos de assentamento conhece experiências de produção em sistemas agroflorestais (um tipo de consórcio entre espécies exploradas comercialmente e espécies florestais), que passam a ser incentivados pelos governos estaduais e aparecem inclusive como modalidade para novos assentamentos agrícolas (Pólos Agroflorestais), sobretudo no estado do Acre, que assume com maior rigor as políticas de desenvolvimento centradas na idéia de preservação florestal.

Em que pese alguns avanços no que diz respeito à atividade agrícola tradicional de pequeno porte, é a pecuária extensiva que se torna, no final do século, uma das principais atividades produtivas no campo. Os trabalhos de pavimentação da BR-364 até Porto Velho são concluídos em 1984, mais de vinte anos após a abertura da rodovia (PARAGUAÇU-CHAVES, 2001, p.137), permitindo que o movimento da produção seja de certo modo facilitado. No início dos anos noventa a BR-364 já se encontra pavimentada até a cidade de Rio Branco, facilitando o movimento da produção. Uma melhoria significativa da atividade de criação de bovinos ocorre entre os anos oitenta e noventa, quando ambos os estados conhecem importante incremento de seus rebanhos⁹⁶. Técnicas de aproveitamento das pastagens são inseridas na região, permitindo maior produtividade na criação do gado, voltada agora ao abastecimento de outras regiões do país.

Outra novidade aparecerá em Rondônia, quando a necessidade de escoamento da produção agrícola moderna de exportação (soja) realizada no Mato Grosso põe em prática uma nova logística de transporte, com a inauguração em 1997 do corredor de exportação nos rios Madeira-Amazonas. A possibilidade de exportação dos grãos via rio Madeira torna esta atividade viável no território rondoniense, que conhecerá a partir de então uma reorganização das atividades, transformando o perfil agrícola do estado no início do novo século.

⁹⁶ Rondônia apresenta números bem mais expressivos - eram 770.531 bovinos em 1985, número que é cinco vezes multiplicado no espaço de uma década (3.937.291 cabeças em 1995). O território acreano aumenta seu efetivo bovino de 334.336 para 847.208 cabeças no mesmo período (IBGE, 2007 - Censo Agropecuário 2006, Resultados Preliminares).

4.5 A necessidade de modernização induz o processo recente de atualização do território

Se a produção agrícola realizada nos projetos de colonização aparece no final do século XX e até os dias de hoje limitada por uma série de condicionantes geográficos e sobretudo políticos (ainda assim persistindo e tomando novas feições), as atividades mais intensas em capital e endereçadas aos mercados localizados fora da região aparecem, também no final do século, como as mais “promissoras”, ditando novas “vocações” produtivas responsáveis pela formação de espaços modernos e especializados, fragmentando o território e dotando-o internamente de novos dinamismos regionais.

A ampliação da fluidez na BR-364 oportuniza a expansão das áreas de pastagem e um significativo aumento do número de bovinos em ambos os estados, produção esta que se torna mais competitiva e passa a ser industrializada e inclusive voltada à exportação. Também como resultado de exigência externas e de uma readequação do território, a agricultura moderna da soja aparece como uma nova atividade muito lucrativa, induzindo atualizações do território e uma nova especialização produtiva.

Os problemas ambientais e uma série de normatizações para um uso “racional” do território resultam em novas modalidades de planejamento (em especial o Zoneamento Ecológico-Econômico), que dialoga e promove pactos com diferentes grupos sociais (portadores de racionalidades também distintas de uso do território), impondo ao crescimento das atividades agropecuárias, que agora possuem espaços técnica e cientificamente delimitados para a produção, a necessidade de um aumento da produtividade, já que a abertura indiscriminada de novas áreas é cada vez mais dificultada.

Assim, o território no sudoeste da Amazônia, nas últimas décadas do século XX, e a despeito da expulsão dos trabalhadores do campo, da rápida urbanização e do empobrecimento das populações nas cidades, é povoado por uma série de novas demandas de uma modernização corporativa, já que faltam infra-estruturas diversas para que a produção se torne competitiva e capaz de integrar-se aos circuitos produtivos que participam de forma direta das atividades de exportação, ainda que o trabalho e os recursos gerados pelas novas atividades “modernas” realizadas na região não sejam distribuídos de forma igualitária, fazendo assim aumentar as desigualdades e a fragmentação do território.

SEGUNDA PARTE
A ATUALIZAÇÃO SELETIVA DO TERRITÓRIO:
LÓGICAS EXÓGENAS E ESPAÇOS DA RACIONALIDADE

Conforme já destacamos no Capítulo 4, o território no sudoeste da Amazônia, que aparece nas décadas de setenta e oitenta como espaço não plenamente “integrado” à produção considerada moderna, conhecerá durante a década de noventa um novo conjunto de esforços técnicos e políticos visando uma atualização corporativa do território que significa, no mais das vezes, a inserção de uma racionalidade muito cara ao uso do território como recurso; recurso este especialmente voltado para a exploração econômica hegemônica.

Uma psicosfera atua de forma diferenciada em dois momentos que se complementam. Àquela primeira modernização que tem início nos anos sessenta será somada, na década de noventa, uma nova idéia de modernidade imposta de fora e que traz novamente a necessidade de mais modernização. É assim que, no final da década de noventa, o discurso da modernização reaparece ainda mais reforçado, legitimando a instalação de um conjunto de infra-estruturas que, em tese, levariam ao crescimento econômico e ao desenvolvimento dos estados de Rondônia e Acre. A meta atual, nos parece, reside no plano de cada vez mais integrar a região aos mercados distantes, seja no próprio território brasileiro, seja no exterior. Desta racionalidade resultam os esforços mais significativos da atualização recente do território, pautada numa racionalização territorial comandada por lógicas exógenas, em novas bases técnicas e normativas que permitirão uma atualização também dos sistemas de atividades produtivas no campo e nas cidades.

Para a análise e compreensão que aqui ensaiamos, tomamos o final de século XX (principalmente a partir da década de noventa) como o momento-chave de conversão do território no sudoeste amazônico ao novo projeto de modernização e de organização capitalista do território brasileiro. É quando, a nosso ver, os esforços de modernização tomam uma nova direção, muito mais incisiva e voltada para a realização ótima das atividades produtivas de agentes internos e externos que procuram tornar viável uma exploração ainda mais ampliada dos recursos, e valeria mesmo dizer, do próprio território.

Na segunda metade do século XX o sudoeste da Amazônia conhece uma configuração territorial que se presta principalmente para a “solução” de vários problemas da nação⁹⁷, enquanto os problemas locais se intensificam e carecem de solução. Hoje, os esforços de atualização do território aparecem como viabilizadores de uma produção “moderna” (agrícola,

⁹⁷ Poderíamos citar, por exemplo, a oferta de recursos naturais para a indústria, a colonização agrícola que propôs diminuir as tensões sociais em outras regiões do país que historicamente mantém injusta e concentrada estrutura fundiária, e mesmo servindo como alvo de uma “integração” do território que gera um novo mercado para a indústria da Região concentrada do país.

pecuária, florestal) e muito mais intensa em capital, técnica, ciência e informação, o que nos leva a reconhecer uma expansão e densificação do meio técnico nesta porção do país.

A nosso ver, a década de noventa indica esta nova fase, de uma racionalidade tanto ou mais ardilosa do que aquelas anteriores, porque induz novos usos e novas formas de racionalização do território que, em muitos casos, sobretudo quando a análise do território é feita de modo parcial, pode facilmente levar a uma compreensão enviesada dos processos de modernização, ou ainda a uma cumplicidade ingênua ao projeto de atualização seletiva do território, do modo como ele se realiza hoje.

É assim que nossa tese se reafirma, porque podemos reconhecer as modernidades deste processo recente de atualização do território como “modernidades parciais”, egoístas e corporativas, já que as metas do projeto de modernização aparecem como desnecessárias às demandas do próprio lugar, porque não são endereçadas às solicitações mais urgentes da maioria da sociedade.

Nesse processo, novas territorialidades se estruturam, fazendo emergir alguns espaços seletos que aparecem como mais modernos e aptos à realização dos trabalhos mais valorizados, espaços estes que podem ser caracterizados como áreas isoladas ou “manchas” do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, SILVEIRA, 2001) que se afirmam como os mais tecnicamente densos e preparados para acolher as necessidades e comandos longínquos. É a racionalização do território brasileiro nos seus mais distantes confins, onde a empresa hegemônica capitalista se instala e arrasta um conjunto de normas e agentes, convocando-os à realização de um trabalho que se alinha às demandas da globalização perversa que se impõe localmente como fábula (SANTOS, 2000).

Trata-se de uma verdadeira busca desenfreada por uniformidade, de uma corrida para reforçar os nexos com o mercado externo (verdadeira meta política), e uma idéia de desenvolvimento que em tese resulta apenas do projeto de expansão da produção moderna e da necessária viabilização do território para os macroatores da economia.

Ao mesmo tempo em que se orientam políticas e recursos para o adensamento dos sistemas de objetos técnicos modernos, capazes de dotar o território de uma maior produtividade, as políticas públicas que deveriam atender as demandas das parcelas mais pobres (em outras palavras, aqueles que não aparecem como aptos a participar das atividades econômicas eleitas como as mais eficazes e pujantes), sempre residuais, aparecem mesmo como exceção, enquanto que a maior parte dos investimentos públicos é voltada à atualização capitalista e corporativa do território.

Nestes termos, a pretensão desta segunda parte do trabalho é analisar a atualização seletiva e corporativa do território através de uma seleção de eventos e variáveis que nos parecem elucidativas para a compreensão de tal processo. Uma série de esforços para a adição de novas infra-estruturas territoriais e de renovação qualitativa dos sistemas de movimento orientam o êxito do novo projeto de inserção e de participação da região no mercado nacional e internacional. Daí o advento de um conjunto de normas e ações e também de espaços “racionais”, instrumentalizados pela técnica, pela ciência e pela informação.

A idéia de espaços racionais, ou de espaços da racionalidade, já desenvolvida por Milton Santos (1996), é justamente aquela que reconhece no espaço geográfico atual a constituição de objetos e ações muito determinados à realização de um trabalho técnico. Uma razão ou racionalidade que, nas palavras de J. Ellul (1968, p.20), presta-se a medir resultados e tem a eficácia técnica como a sua intenção primeira. Nas palavras de Ellul, esta razão, que agora se manifesta e se encontra mesmo metamorfoseada em território,

Registra o que cada meio inventado é capaz de fornecer, e, entre os meios que põe à disposição da operação técnica, faz uma escolha, opera uma discriminação para reter o meio mais eficaz, mais adaptado ao fim procurado, o que permitirá reduzir os meios a um só: o que é efetivamente mais eficaz (ELLUL, 1968, p.20).

São nestes espaços racionais, ou seja, nestes seletos espaços onde a razão técnica e a lógica do capital hegemônico se misturam ao próprio conteúdo territorial, que se desenvolvem as atividades modernas de produção. Num meio ainda tão tecnicamente rarefeito do sudoeste amazônico, a emergência do espaço racional pode ser observada em algumas frações do território que aparecem como mais aptas à realização de uma agricultura científica e de uma modernização da atividade pecuária com vistas à exportação, ou ainda no avanço de atividades que alcançam o território em algumas principais cidades, que conhecem uma renovação de suas infra-estruturas, uma ampliação das possibilidades de consumo e a redefinição das suas funções.

CAPÍTULO 5:
**A ATUALIZAÇÃO RECENTE DAS INFRA-ESTRUTURAS
E A INSERÇÃO DA FLUIDEZ TERRITORIAL**

Os esforços de compreensão da lógica da modernização e dos mecanismos de atualização do território passam, necessariamente, pela compreensão de como se dá a incorporação dos dados centrais do período atual, tal como reconhece Silveira (1999a, p.22).

Na primeira metade dos anos noventa, a BR-364 foi pavimentada até Rio Branco, se estendendo pouco mais tarde até o município de Sena Madureira-AC. A esta integração rodoviária (ainda que parcial, pois não atende a todo o território), serão somados novos mecanismos de viabilização do território que aparecem, primeiramente, com os esforços de viabilização de uma hidrovia no rio Madeira para o escoamento da soja produzida no Brasil central. O sucesso da hidrovia é acompanhado por uma renovação das infra-estruturas viárias, sobretudo em Rondônia, que inicia processos de cultivo de soja para a exportação, mas também com o equipamento de portos, aeroportos, da produção de energia e dos sistemas normativos, visando tornar o território no sudoeste da Amazônia apto para a realização de novas atividades produtivas. É assim que podemos compreender que “(...) os novos objetos, com suas características de idade, funcionais, de comportamento, renovam o sistema local de relações, redefinindo o meio que os acolhe” (SANTOS, 1996, p.58).

5.1 Transporte e logística dos movimentos hidroviários

5.1.1. A hidrovia Madeira-Amazonas e os terminais privativos de escoamento da produção agrícola

A viabilização de um movimento de cargas de grande porte no rio Madeira, a partir da cidade de Porto Velho, aparece na segunda metade da década de noventa como um dos principais esforços de atualização do território, responsável pela inserção/intensificação de novas atividades econômicas em Rondônia.

A possibilidade de fluidez no rio Madeira é fruto de um momento de modernização das infra-estruturas produtivas que ocorre no Brasil na década de noventa, marcada por um conjunto de políticas públicas que visam tornar o território apto para a produção agrícola

moderna, com vistas à exportação. O Programa “Brasil em Ação” e o Plano Plurianual de Investimentos “Avança Brasil” (postos em prática nos governos de Fernando Henrique Cardoso 1995-1998 e 1999-2002) são muito representativos destes esforços de adequação do território brasileiro para a modernização das infra-estruturas territoriais com vistas à produção agrícola moderna.

A hidrovia Madeira-Amazonas, que constitui um vantajoso meio de escoamento da produção agrícola realizada no Brasil central, mais uma vez aparece como uma demanda imposta “de fora”. Principal via de comunicação das populações localizadas às margens do rio Madeira, o projeto da hidrovia visava tornar o rio navegável durante todo o ano, ao longo de 1.056 km, da cidade de Porto Velho (RO) até a sua foz, na confluência do rio Amazonas, município de Itacoatiara (AM), distante pouco mais de 100 km da capital Manaus (AM), de onde navios de grande porte poderiam realizar a exportação dos grãos até os mercados consumidores da Europa e Ásia.

A necessidade de alcançar o mercado externo a preços competitivos exigia uma adequação das infra-estruturas que colocam a produção em movimento, ou seja, que direcionam aquilo que é produzido no interior do país até os portos que finalizam o movimento de exportação⁹⁸.

Como o escoamento desta produção exige funcionamento em sistema dos modais rodoviário e hidroviário, o Programa “Brasil em Ação” (primeiro governo FHC) destinou mais de R\$ 60 milhões para a adequação das infra-estruturas da rede rodoviária, principalmente no estado do Mato Grosso⁹⁹. O resultado é a formação do chamado “Corredor Noroeste de Exportação”, em que a hidrovia do Madeira-Amazonas aparece como “eixo” de exportação dos grãos que, num primeiro momento, eram produzidos na Chapada dos Parecis (estado do Mato Grosso).

A atuação de um estado neoliberal¹⁰⁰, muito voltado para os interesses de uma elite econômica e politicamente privilegiada, que detém o comando das atividades modernas de

⁹⁸ O trabalho de Samuel Frederico (2004) demonstra muito bem como o circuito produtivo da soja faz uso de uma série de infra-estruturas que viabilizam, a um só tempo, o movimento das cargas e o território para a produção moderna de exportação.

⁹⁹ Vide os projetos e a programação dos investimentos do programa “Brasil em Ação”, disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/BRAIN.HTM, acesso em agosto de 2006.

¹⁰⁰ Francisco de Oliveira (1997) caracteriza o neoliberalismo como a prevalência quase que exclusiva do mercado como única instituição autoreguladora tanto da alocação dos recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade, o que se dá por meio de uma desvalorização de tudo aquilo que é público e pela emergência de um pensamento e de uma postura que se desloca, ao extremo, do público para o privado e do coletivo para o individual. É deste modo que também forma-se o “homem privado” contemporâneo, que, segundo Oliveira (1997, p.11), é a base social sobre o qual se sustenta o neoliberalismo, ou, nas palavras de

produção, é evidente no processo de implantação desta hidrovia. O mecanismo utilizado foi o da chamada Parceria Público-Privado¹⁰¹, em que poder público e capital privado se fusionam para a implantação de infra-estruturas territoriais ou oferecimento de serviços. No caso da hidrovia do Madeira, os gastos com sua implantação foram divididos entre os governos estaduais do Amazonas e Rondônia, o governo federal e o Grupo André Maggi, que desde 1993 se mostrava interessado na viabilização do novo corredor de exportação. “Dos 50,5 milhões gastos na obra, os Maggi entraram com R\$ 28 milhões, o governo do Amazonas pagou R\$ 21 milhões e o de Rondônia contribui com R\$ 1,5 milhão. O governo federal entrou com um financiamento de 27 milhões do BNDES para a construção de 18 barcaças e quatro barcos empurradores” (HOLLANDA, 2006). O financiamento do BNDES para as infra-estruturas que operam o transporte na hidrovia foi oferecido à empresa Hermasa Navegação da Amazônia S.A., uma subsidiária do Grupo André Maggi, que logo quando do funcionamento do novo sistema de engenharia (ano de 1997) passa a operar, através de concessão, as atividades de transporte de grãos na hidrovia.

A instalação do novo sistema de engenharia exige renovação também do porto de Porto Velho, onde são adicionadas novas infra-estruturas para o transporte de grãos, especialmente um terminal privativo¹⁰² que é operado pela Hermasa, junto à área do porto. Disto, advém uma total remodelação das instalações e funções do chamado “Porto Organizado de Porto Velho”, que é administrado pelo governo estadual através da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (SOPH), empresa pública criada no ano de 1997, com vistas a oferecer maior controle e normatização dos movimentos de carga realizados no rio Madeira (SEAPES, 2006, p.134).

A racionalidade privada e corporativa que toma corpo no território é acompanhada de conteúdos técnicos que aparecem como os mais eficientes do período, daí a sua potência de

Milton Santos, “Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece” (SANTOS, 2000, p.67).

¹⁰¹ Este mecanismo surgido na Inglaterra da década de 80 (*Public Private Partnerships*) e agora regulamentado no Brasil instala-se no território nacional como única saída para a viabilização dos novos sistemas de engenharia que equipam o território brasileiro (rodovias, ferrovias, hidrovias, entre outras infra-estruturas, etc.) (PEREIRA, KAHIL, 2007).

¹⁰² No Brasil desde 1993 a Lei dos Portos (Lei n.8.630, de 25 de fevereiro de 1993), visando modernizar os movimentos aquaviários realizados no país, permitiu e regularizou as instalações portuárias de uso privativo, dentro ou fora da área dos portos, utilizada para movimentação ou armazenagem de mercadorias. Avaliando tais mudanças de regulação, Mónica Arroyo destaca que “Antes da lei, os terminais privativos ficavam jurisdicionados aos portos públicos vizinhos, eram obrigados ao pagamento de tarifas e impedidos de movimentar cargas de terceiros. Atualmente eles podem operar como se fossem portos independentes, pagando tarifas somente em caso de utilização de serviços e operando com cargas de outras empresas mediante a assinatura de contrato de adesão. Ao permitir a recepção de cargas de terceiros, abre-se a possibilidade de um novo negócio para os donos desses terminais, que se convertem em concorrentes dos portos públicos” (ARROYO, 2005, p.220).

redefinição do meio geográfico. A hidrovia, para além da redução das distâncias e dos custos, torna o movimento de exportação de grãos muito mais seguro e facilitado. O balizamento dos rios executado pela Marinha, e principalmente o uso de sistemas de navegação modernos (com emprego de GPS) que controla via satélite todo o movimento ao longo dos rios Madeira e Amazonas, amplia sobremaneira a fluidez territorial com possibilidades de escoamento de grandes volumes para além do período de cheia, o que significa que o fluxo, monitorado pelas técnicas modernas, pode ser realizado durante todo o ano. A estas condições técnicas de monitoramento, somam-se tecnologias facilitadoras de carga e descarga extremamente modernas importadas da Europa e EUA, ainda não utilizadas em todos os portos brasileiros, além do empenho do Grupo André Maggi para a construção de equipamentos de transporte especificamente pensados para a navegação nesta porção do país¹⁰³.

O terminal graneleiro da Hermasa (Grupo André Maggi) em Porto Velho inicia suas atividades também em 1997, e possui capacidade de armazenamento de 45 mil toneladas de grãos, capacidade de descarga de 11 mil toneladas por dia e mil toneladas de carregamento por hora (AMAGGI, 2008). A soja é movimentada em comboios de barcaças que transportam até 30 mil toneladas de grãos até Itacoatiara, onde existe outro terminal graneleiro operado pelo Grupo André Maggi (AMAGGI, 2007). As mesmas barcaças voltam de Itacoatiara carregadas com fertilizantes, utilizando a hidrovia e a BR-364 para um movimento de retorno que abastece produtores de Rondônia e Mato Grosso (Fotos 1).

As vantagens no barateamento dos custos de transporte de grãos via hidrovia do Madeira logo promovem a instalação de um terminal de escoamento de grãos do Grupo Cargill, que se instala em Porto Velho no ano de 2003, também para escoamento da soja produzida no Mato Grosso (Fotos 1), mais tarde estabelecendo também uma rede de parcerias com produtores do sul de Rondônia.

¹⁰³ As palavras de Blairo Maggi (vice presidente do Grupo André Maggi e atual governador do Mato Grosso), quando da inauguração da nova hidrovia, são significativas do conteúdo moderno que o território acolhe e das vantagens que o novo sistema oferece - “Vamos economizar US\$ 30 no frete em cada tonelada de soja exportada”; “Com estes barcos modernos e os investimentos que fizemos para auxílio à navegação, o transporte pela hidrovia do Madeira tornará um dos mais seguros do mundo”; “Procurei o melhor equipamento existente no mundo. Cheguei a um modelo que usa barcaças semelhantes às dos americanos no rio Mississippi e esteiras de carga e descargas como as usadas na Suécia (HOLLANDA, 2006).



Fotos 1. *O uso do rio Madeira para o transporte de soja, Porto Velho-RO*

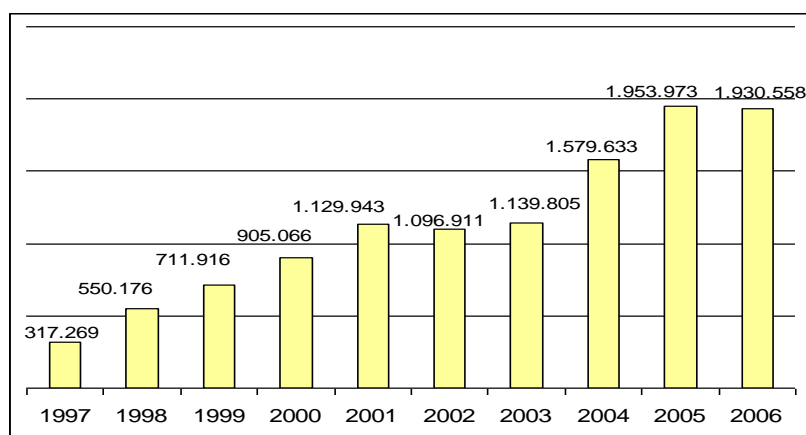
Barcaças carregadas com soja no rio Madeira, em Porto Velho (à esquerda). Terminal privativo da Cargill nas dependências do Porto de Porto Velho (à direita) (Fotos do autor, julho de 2007).

Atualmente, a hidrovia, e o novo corredor de exportação que ela viabiliza, bem como os terminais de exportação operados pelas grandes *tradings* do agronegócio, tornam o movimento de cargas no rio Madeira extremamente especializado, e ao mesmo tempo também exemplificam a presença pontual do meio técnico-científico-informacional no sudoeste amazônico, visto que incorporam a racionalidade de uma atividade moderna voltada para a exportação. Fundamentais à realização da agricultura moderna, tais infra-estruturas viabilizadas por investimentos públicos atendem sobretudo à prioridades corporativas (CASTILLO, 2006).

As estatísticas de movimento hidroviário a partir de Porto Velho são recentes, com dados organizados a partir de 1997 e voltados apenas para o movimento de cargas realizado pelas atividades econômicas que aparecem como mais importantes. A soja, principal produto escoado, é também o produto que conhece maior aumento da quantidade exportada desde a entrada em funcionamento da hidrovia (Gráfico 1).

Hoje, com o aumento do volume de soja em grãos movimentado a partir de Porto Velho, o Porto de Organizado torna-se especializado neste tipo de movimento, o que também denuncia a quase mono-funcionalidade deste sistema de engenharia. A soja escoada pela hidrovia representou em 2006 mais de 81% do volume de exportações do Porto Organizado de Porto Velho, atestando a sua especialização funcional (Tabela 2). O volume de importações é bastante menor, sendo significativa a quantidade de adubos recebidos (mais de 50% das 144 mil toneladas em importações realizadas em 2006) (SEAPES-RO, 2006, p.135).

Gráfico 1. *Exportações de soja (em toneladas) pelo Porto Organizado de Porto Velho (1997-2006)*



Fonte: FIERO/SEBRAE, 2003 (dados de 1997 a 2000) / SEAPES-RO, 2006 (dados de 2001 a 2006). Organizado pelo autor.

Tabela 2. *Principais produtos exportados pelo Porto Organizado de Porto Velho (2001-2006)*

Principais Mercadorias (toneladas)	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Soja em grãos	1.129.943	1.096.911	1.139.805	1.579.633	1.953.973	1.930.558
Açúcar	4.644	10.103	13.888	44.515	45.479	109.017
Milho	11.912	68.653	96.397	193.233	47.015	98.441
Madeira	2.388	3.909	20.101	24.664	26.353	46.115
Outros	472.416	243.074	182.159	158.328	174.973	176.811
TOTAL	1.621.306	1422.650	1.452.350	2.000.373	2.247.793	2.360.942

Fonte: SEAPES-RO, 2006, p.135. Organizado pelo autor.

Este novo sistema de engenharia aparece, a nosso ver, como elemento central dos esforços de atualização do território na região, já que é o primeiro de um conjunto de sistemas que oportunizam significativa reformulação do espaço geográfico no sudoeste amazônico, capaz de dotar o território de novas ações que resultam no aparecimento de vastos espaços associados à lógica de produção agrícola para a exportação, especialmente na porção sul de Rondônia, como analisaremos num capítulo próximo.

5.1.2. O transporte hidroviário no vale do Juruá

Onde as infra-estruturas de transporte terrestre ainda se encontram pouco consolidadas, é o próprio meio geográfico (onde existem os rios de maior porte) que, depois de algumas adaptações, aparece como oportunidade para a realização dos movimentos. Este é o caso de Cruzeiro do Sul, e mesmo de todo o vale do rio Juruá, onde o transporte só pode ser realizado por meio do rio ou de aviões na maior parte do ano (período das chuvas ou “inverno amazônico”).

As dificuldades para a conclusão das obras da BR-364 e a precariedade das instalações de um único porto fluvial privado capaz de receber o transporte mais denso de cargas, levaram os governos federal e estadual a instalar um novo porto e novas infra-estruturas para o transporte hidroviário em Cruzeiro do Sul no ano de 2004, visando tornar facilitado o transporte de mercadorias de diversos gêneros que abastecem o vale do Juruá¹⁰⁴.

Hoje, este novo porto divide as tarefas de embarque e desembarque de cargas com um porto privado mais antigo (chamado porto do Abraão) (Fotos 2), que até o ano de 2004 era responsável por praticamente todo o transporte hidroviário. Assim, as novas instalações portuárias garantiram o fim do monopólio privado e permitiram um aumento no fluxo de cargas.

As maiores restrições ocorrem especialmente para aqueles movimentos que partem de Cruzeiro do Sul em direção a outras cidades no interior do vale (estado do Acre). No período de cheia, que compreende os meses de novembro a abril, o nível das águas do rio permite a navegação de pequenas e médias embarcações com capacidade para até 800 toneladas com destino à cidade de Porto Walter, e 250 toneladas até a cidade Marechal Thaumaturgo, mas a capacidade de transporte cai para 10 e 4 toneladas, respectivamente, no período de águas baixas (maio a setembro) (ACRE, 2006). Este fato é importante porque estas cidades não possuem nenhum tipo de ligação rodoviária, sendo o transporte fluvial o mais usado, já que o transporte aéreo, operado nestes dois municípios apenas por pequenos aviões fretados, é ainda muito caro (vide Figura 6 - mapa do Acre).

¹⁰⁴ As balsas que abastecem o vale do Juruá a partir de Cruzeiro do Sul são o meio de transporte para praticamente toda a mercadoria consumida na região. Desde o combustível, materiais para construção, bens de consumo duráveis e até alimentos são transportados via rio, durante o período das chuvas, quando a BR-364 se encontra interditada.



Fotos 2: *Transporte de cargas no rio Juruá, Cruzeiro do Sul*

Balsas no porto do Governo Federal (à esquerda). Porto privado (Abraão), ao fundo, habitações ribeirinhas no bairro 2º Distrito (à direita) (Fotos do autor, julho de 2007).

O transporte fluvial entre Cruzeiro do Sul e Manaus é realizado durante todo o ano, mas também com maiores dificuldades no período da seca. Assim, parte importante dos fluxos ocorre por transporte aéreo (principalmente o transporte de passageiros) e pelo transporte fluvial via rio Juruá (para a maior parte das cargas), mantendo relações comerciais sobretudo a partir do município de Manaus-AM.

Podemos pensar que a economia dominante do lugar está muito ligada ao transporte realizado no rio Juruá.

Os grandes comerciantes compram os produtos industrializados dos centros do Sudeste que são transportados por estrada até Porto Velho. De lá os produtos são embarcados em grandes balsas que seguem pelo rio Madeira até o Solimões. As balsas passam por Manaus, onde recebem novos itens até encontrar a foz do rio Juruá para chegar no porto de Cruzeiro do Sul (LIANO JR., 2006, p.14).

Este movimento pode durar até trinta dias (de Porto Velho à Cruzeiro do Sul) e as dificuldades da logística para o abastecimento acabam por encarecer o preço das mercadorias no vale do Juruá.

Se a grande maioria dos produtos industrializados consumidos no município é transportada via rio na época das chuvas, o principal produto que o município comercializa em Manaus é a farinha de mandioca. A farinha constitui um dos pilares da economia cruzeirense, sendo vendida em praticamente todo o estado do Acre e também em outros estados da região norte.

Os trabalhos de transporte e logística praticados em Cruzeiro do Sul são dominados por algumas poucas empresas locais (a Manave é uma das principais) que realizam o transporte de cargas entre Cruzeiro do Sul, Manaus e Porto Velho. Algumas destas empresas também realizam o transporte de cargas via rodovia no período em que a BR-364 está em

funcionamento. Outras grandes empresas do ramo de logística se especializam no transporte rodoviário, que se intensifica quando a retomada do tráfego na BR-364 faz aumentar significativamente o abastecimento daquilo que é proveniente de fora. A empresa Expresso Araçatuba, com sede em São Paulo, é a de maior atuação no transporte rodoviário, tendo uma de suas filiais localizada em Cruzeiro do Sul, atestando o quanto é importante a exploração de mercados, ainda que sejam os mais distantes.

5.2 Renovação e ampliação da rede rodoviária

Ainda que a hidrovia do Madeira apareça como signo maior da renovação das infra-estruturas e da atualização do território no sudoeste da Amazônia, um conjunto de outros esforços visa à renovação qualitativa e quantitativa que oportuniza o acolhimento de novas funções, ou seja, um aprofundamento e diversificação da divisão do trabalho na região. O movimento da produção exige um funcionamento em sistema das macro-infraestruturas territoriais, daí a necessidade de readequação recente da rede rodoviária para a viabilização do território para as atividades modernas.

A década de noventa e os primeiros anos do novo século aparecem como um momento significativo para o reforço das infra-estruturas rodoviárias, visando a definitiva integração terrestre do sudoeste da Amazônia com o restante do país, tendo a BR-364 como principal eixo que viabiliza os movimentos, inclusive aquele que ocorre de forma integrada à hidrovia do rio Madeira.

Na primeira parte do trabalho, destacamos que a pavimentação da BR-364 alcança a cidade de Rio Branco no ano de 1990 (PAULA, 2005). Deste então, temos um conjunto de ações que visam integrar e tornar mais fluidos novos espaços que aparecem com extrema carência de rodovias e principalmente com a ausência de pavimentação.

No Acre, as ações voltadas para a integração definitiva do território pelo modal rodoviário surgem em meio a uma série de disputas e problemas políticos de ordem externa e interna. Costa *et alli* (1999) analisam o problema, afirmando que a existência de uma cobertura florestal ainda bem preservada no estado do Acre é fruto de um retrocesso da política rodoviarista¹⁰⁵ do início dos anos noventa, sobretudo em função da emergência da chamada “questão ambiental”.

¹⁰⁵ Para os autores, o rodoviarismo aparece como uma política que enfatiza o projeto técnico de expansão das rodovias como indutor de um desenvolvimento centralizado pelo estado (COSTA, *et. alli*, 1999, p.116).

O problema é claro quando tomamos o caso de Rondônia em comparação. A expansão das vias de circulação que cortam todo o estado de Rondônia, com a BR-364 servindo de eixo para vias secundárias e adjacentes, garantiu melhor fluidez ao território e foi responsável pela rápida expansão da atividade madeireira, seguida da ocupação por pecuaristas e também causadora de especulação imobiliária, já que, para além da colonização induzida pelo Estado, empresas privadas se empenham em projetos de colonização. A experiência negativa que resulta da ocupação desenfreada do território rondoniense durante as décadas de sessenta a oitenta aparece como fator de limitação ao projeto rodoviário no Acre, que fora muito menos atingido pela expansão da rede rodoviária. Em outras palavras, a expansão da rodovia como forma de ocupação territorial e crescimento econômico, do modo como se deu em Rondônia, não poderia, agora, com a emergência das políticas ambientalistas, repetir-se no Acre, onde a floresta ainda se encontra preservada.

Exemplos do impacto das rodovias na floresta já haviam sido observados no próprio território acreano. A pavimentação da BR-317 que interliga o vale do rio Acre (de Boca do Acre-AM até Assis Brasil-AC), significou prejuízo para a floresta, ameaçando populações indígenas e tradicionais, e estas obras apareciam como projetos conflitantes, já que a partir de 1985 o governo implanta reservas extrativistas (RESEX) e reforça a delimitação de áreas de interesse ambiental e terras indígenas, ao mesmo tempo que Rondônia implanta, a partir de 1991, um plano, com financiamento do Banco Mundial, para recuperação e minimização dos danos causados pela ocupação desordenada do território (o Planaflo). No entanto, havia forte interesse por parte de políticos e do empresariado local na pavimentação destas rodovias que, na visão dos mesmos, eram estratégicas para o desenvolvimento e crescimento econômico do Acre. Como o IBAMA reconhece a pavimentação das vias como uma ameaça à preservação ambiental, no ano de 1996 as obras foram embargadas, resultado de movimentos sociais locais e da ação de ONGs ambientalistas do Brasil e do exterior (COSTA; *et alli*, 1999, p.125).

Com este confronto, a continuidade das obras de pavimentação rodoviária ocorrerá, a partir de 1996, como resultado de constantes negociações entre o governo do estado e a sociedade civil organizada (sobretudo ONGs ambientalistas). Resulta daí a necessidade do cumprimento rigoroso das leis ambientais e também a realização de audiências públicas e outras ações em um território que se torna cada vez mais normatizado – normas ambientais rígidas (porém nem sempre cumpridas), mecanismos regulados para as grandes intervenções técnicas e de engenharia (como é o caso dos EIAs-RIMAs) e a negociação constante para a

instalação de novas áreas de interesse socioambiental, como forma de amenizar impactos negativos e resguardar áreas ainda preservadas (como é o caso de grande parte das RESEX).

Em meio aos embates políticos e ideológicos sobre a expansão da rede rodoviária no Acre, o governador Orleir Cameli (PMDB, administração 1995-1998), que é natural de Cruzeiro do Sul e ávido defensor da pavimentação da BR-364, dá continuidade ao projeto de asfaltamento da rodovia, em direção ao oeste do estado, finalizando em seu mandato a pavimentação do trecho Rio Branco-Sena Madureira (145 km).

No vale do rio Acre, a pavimentação da BR-317 e a integração definitiva de Rio Branco até a fronteira com a Bolívia (Cobija, capital do distrito de Pando) terminam em 2005, com a construção de uma nova ponte no rio Acre ligando os dois países e terminando as obras da rodovia que localmente recebe a denominação de “Estrada do Pacífico”. Concretiza-se assim um projeto de décadas que visa fomentar as relações entre os dois países e abrir uma possibilidade de exportação dos produtos brasileiros pelo oceano Pacífico, ainda que o trecho boliviano não se encontre totalmente pavimentado (com previsão de conclusão até 2010), apresentando, inclusive, péssimas condições de tráfego.

No entanto, o maior projeto técnico e de expansão dos sistemas de engenharia no estado do Acre é sem dúvida a retomada da pavimentação da BR-364, com vistas à definitiva integração rodoviária do vale do rio Juruá. Nas administrações de Jorge Viana (PT – 1998-2001 e 2002-2006) os trabalhos são retomados com maior empenho. Em seu primeiro mandato, o governador Jorge Viana, com auxílio da então senadora acreana Marina Silva, empenham-se na busca de recursos para a pavimentação da BR-364 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos estes que foram recebidos com a garantia de que o projeto fosse pautado na idéia de sustentabilidade e de minimização dos impactos socioambientais, o que em tese é garantido pelos projetos de gestão e planejamento ambiental das áreas adjacentes à rodovia (ALTHEMAN, 2006, p.34). O resultado é que, de certo modo, da década de oitenta até hoje, ocorre significativo adensamento da infra-estrutura rodoviária no estado do Acre (Figura 6).

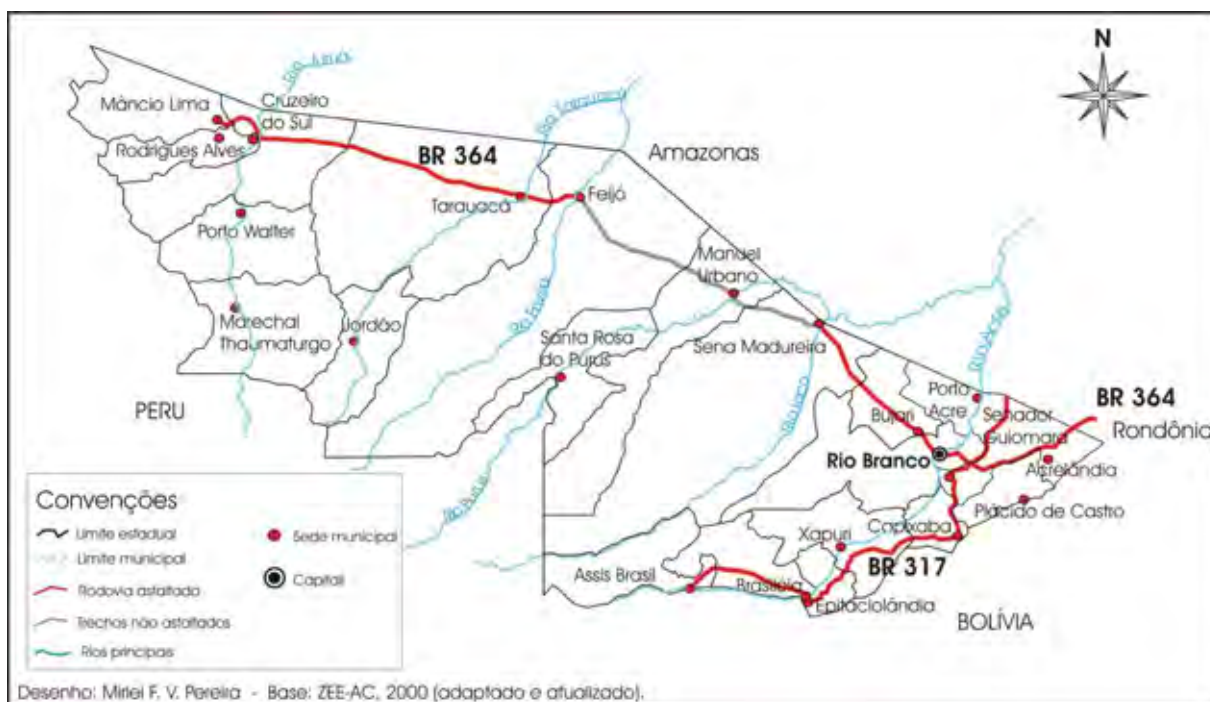


Figura 6: *Rodovias Federais e rede hidrográfica no Estado do Acre (2008)*

Se em 1981 a rede rodoviária do estado era composta por seis mil quilômetros (com apenas 246 km pavimentados) (TOCANTINS, 1998, p.23), no ano de 2005 a rede alcança um total de mais de 9.400 km (sendo pouco mais de 1.613,8 km de responsabilidade do governo federal, 838 km do governo estadual e 6.979,5 dos governos municipais). No entanto, destes mais de nove mil quilômetros de rodovias implantadas, pouco mais de 1.200 km estão pavimentados (cerca de 12% do total) (ACRE, 2006, p.84). É preciso destacar que a maioria das vias, e sobretudo das vias pavimentadas, ainda se concentra no vale do rio Acre, onde se localiza a capital.

Em que pese as dificuldades logísticas para as atividades de pavimentação da BR-364 no Acre¹⁰⁶, as obras têm sido retomadas em todos os períodos secos do ano desde 1998, com alguns trechos já finalizados (entre Cruzeiro do Sul e Feijó). A finalização da pavimentação da BR-364 foi incluída em 2007 como obra prioritária, com recursos garantidos, no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC/2007-2010) implementado pelo governo federal desde

¹⁰⁶ Devido às condições geológicas do Acre, as pedras utilizadas para o calçamento e a fabricação do asfalto têm de ser adquiridas em outros estados, e, como optou-se pela expansão da pavimentação da BR no sentido Cruzeiro do Sul-Rio Branco, como estratégia de se evitar a especulação imobiliária a partir da capital, boa parte do material de construção utilizado nas obras é transportado via rios (com desembarques no Juruá, em Cruzeiro do Sul, e também pelo rios Tarauacá e Envira, nos municípios de Tarauacá e Feijó). (Fonte: Agência de Notícias do Estado do Acre, 03/04/2008). Pudemos observar o desembarque das cargas na ocasião do trabalho de campo em Cruzeiro do Sul, no mês de julho de 2007.

2007, com investimentos da ordem de R\$ 740 milhões e previsão de conclusão até 2010¹⁰⁷. O esforço aqui é sobretudo o de integração do território e de uma população que historicamente vive isolada, ao menos parcialmente, do restante do estado.

Se no estado do Acre o empenho do governo é mesmo o da integração de uma vasta área ainda de certo modo pouco ocupada, no estado de Rondônia os esforços para a expansão da rede rodoviária ocorrem com a intenção de dotar de maior fluidez as áreas onde já se pratica alguma atividade da produção agropecuária moderna.

A BR-364 em Rondônia há mais tempo aparece como o verdadeiro “eixo” econômico do território, e o empenho recente é a pavimentação de rodovias estaduais que fazem a interligação das áreas menos integradas a este grande eixo econômico e populacional do estado. A administração do governador Ivo Cassol (2003-2006 e 2007-atual) realiza obras de pavimentação, recuperação e sinalização em boa parte da rede rodoviária estadual, elegendo tais obras como uma das principais frentes de modernização do Estado.

Os números recentes atestam a rapidez deste processo em Rondônia – até o ano de 2003 existiam 681 km de rodovias estaduais asfaltadas no estado, entre os anos de 2004 e 2007 (governo Cassol) outros 639 km de rodovias estaduais haviam recebido o asfalto (Folha de Rondônia, 30/12/2007), o que praticamente dobrou a oferta das rodovias estaduais pavimentadas. Nos últimos anos várias obras foram e estão sendo realizadas de modo a facilitar a integração viária do território, expandindo as conexões para o interior e “fortalecendo” a BR-364 como o eixo principal de onde partem as principais rodovias estaduais (Quadro 3).

A malha rodoviária federal, que integra o “eixo da produção” no território rondoniense, também é alvo constante de intervenções nos últimos anos pelo governo federal (Figura 7). A principal intervenção é a pavimentação de parte da BR-429 (entre Alvorada D’oeste e São Miguel do Guaporé), que liga o município de Costa Marques, no vale do Guaporé até a BR-364 (em Presidente Médice), região muito carente de infra-estruturas e marcada pela existência da agricultura não-moderna.

¹⁰⁷ Informações obtidas na Agência de Notícias do Acre, em 22/02/2008 (<http://www.ac.gov.br>).

Quadro 3. Principais obras na rede rodoviária estadual de Rondônia realizadas entre os anos de 2007 e 2008

Rodovia	Obra	Extensão e Localização	Investimento R\$
RO-133	Pavimentação	62,5 km entre Vale do Anari e Machadinho do Oeste	138 milhões (Governo Estadual, conclusões previstas para 2008)
RO-205	Pavimentação	71,5 km entre Cujubim e a BR-364	
RO-473	Pavimentação	30 km entre Alvorada e Urupá	
RO-370	Pavimentação	35 km entre Corumbiara e Cerejeiras	
RO-492	Pavimentação	38 km entre São Felipe D'Oeste e Parecis	
RO-131	Pavimentação	36 km entre Theobroma e Vale do Anari	21 milhões (Governo Estadual, concluída em 2007)
RO-481	Pavimentação	48 km entre Nova Brasilândia e São Miguel do Guaporé	20 milhões (Governo Estadual, concluída em 2007)
RO-371	Pavimentação	36 km entre Colorado do Oeste e Cabixi	14 milhões (Governo Estadual, concluída em 2007)
BR-421 (trecho estadualizado)	Recuperação	50 km no município de Monte Negro	Não disponível (Governo estadual, conclusão prevista para 2008)

Fontes: Secretaria de Estado de Planejamento – Rondônia, disponível em <http://www.rondonia.gov.br>, vários acessos durante 06/2006 e 06/2008 e Jornal Folha de Rondônia, várias edições, disponível em <http://www.folhaderondonia.com.br>, vários acessos entre 06/2006 e 06/2008. Organizado pelo autor.

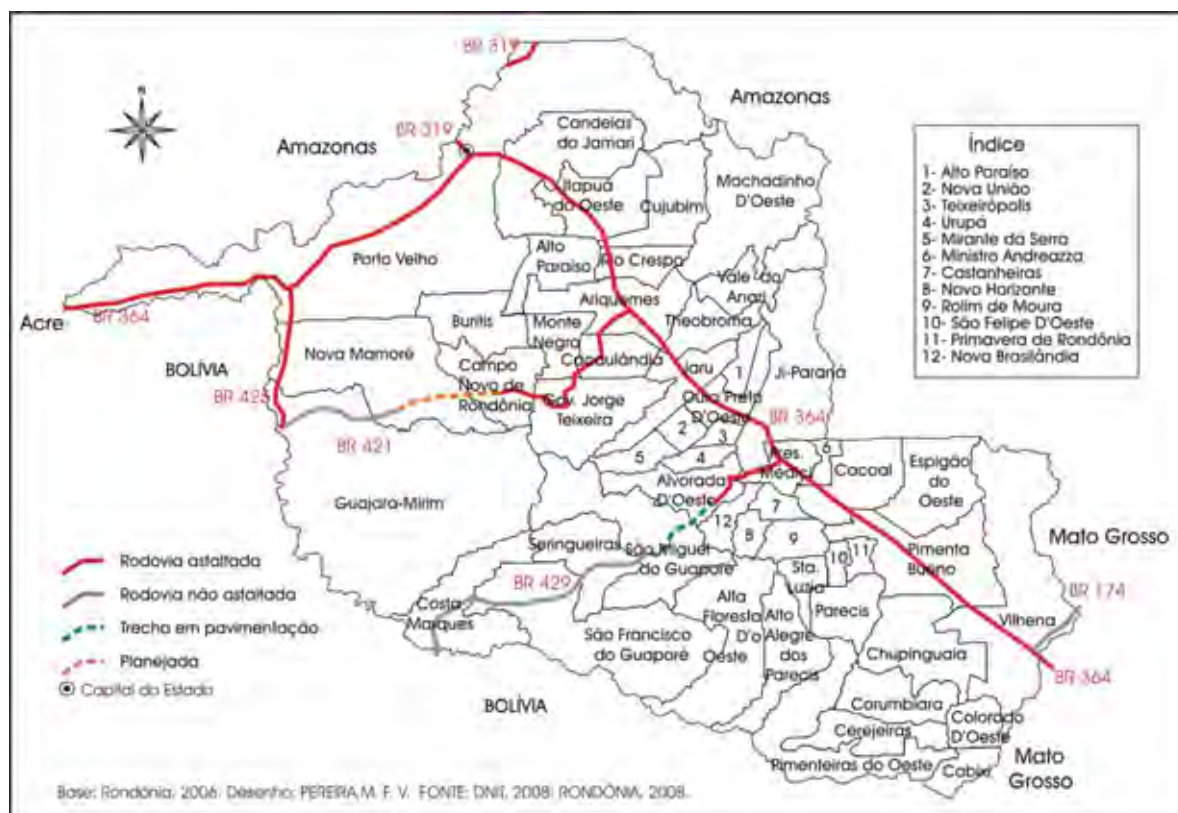


Figura 7. Rodovias federais no estado de Rondônia

Existe previsão (com recursos garantidos no PAC 2007-2011) para a instalação de uma ponte sobre o rio Madeira, na BR-364, facilitando os movimentos que seguem em direção ao norte do estado de Rondônia e ao estado do Acre, ao mesmo tempo em que se cogita (ainda sem projetos definidos e sem a garantia de recursos) a recuperação da BR-319 (Porto Velho-Manaus), que se encontra atualmente em péssimas condições de tráfego.

É preciso, no entanto, qualificar tais esforços de densificação do meio técnico na região através da pavimentação e recuperação de tais rodovias. “Os objetos retratados nos dão geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles” (SANTOS, 2000, p.32). Esta tarefa é das mais difíceis, porque são muitos os interesses e as situações relacionadas à tal processo de atualização da rede rodoviária no sudoeste amazônico.

O discurso que prevalece em ambos os estados é a da necessidade de fluidez, embora assumindo variantes importantes. Enquanto no Acre a integração do estado com a finalização da pavimentação da BR-364 até Cruzeiro do Sul aparece como uma demanda da população, sobretudo do vale do Juruá, visando melhorias no abastecimento de uma região pobre e escassa em infra-estrutura e produção (aparecendo mesmo como uma demanda de assentados em projetos de reforma agrária e de populações tradicionais que vivem no entorno da rodovia), em Rondônia, uma boa parte dos investimentos prioriza a fluidez de uma produção que já atende a mercados distantes, como é o caso das obras estaduais realizadas no sul do estado para o escoamento da produção de soja. No entanto, a rodovia sempre aparece como uma “necessidade social”, porque é ela que de fato oportuniza e facilita o escoamento da produção (e também o consumo), quaisquer que sejam a sua dimensão e orientações.

Se a demanda por fluidez é desejada também entre os “mais lentos” (pequenos produtores agropecuários, comunidades mais isoladas, etc.), e daí os projetos de pavimentação aparecem de certo modo já justificados, é preciso levar em conta os riscos que, posteriormente, poderão resultar do uso efetivo das novas infra-estruturas instaladas. Valorização e especulação das áreas servidas por rodovias é acontecimento histórico e permanente na Amazônia. É o que ocorre atualmente nas terras valorizadas pela expansão das infra-estruturas e do agronegócio de exportação no município de Cerejeiras, no sul de Rondônia, que, integrado à produção comandada pelas grandes empresas de comercialização da soja (Amaggi e Cargill), teve como resultado direto a valorização e compra das propriedades para a substituição das antigas atividades de trabalho (sobretudo uma pecuária pouco modernizada). É assim que os nexos capitalistas se fortalecem com uma

instrumentalização do campo¹⁰⁸ (SANTOS, 1979, 2003) proporcionando desvantagens para aqueles que, em tese, deveriam ser os principais beneficiados.

5.3 Equipamento e renovação da infra-estrutura aeroviária

A fluidez necessária às atividades de comando da produção, ou seja, às parcelas políticas que definem e conduzem as estratégias de uso do território, aparecem com mais força no sudoeste da Amazônia também nos anos noventa. Daí podermos reconhecer uma renovação das infra-estruturas que possibilitam uma maior fluidez potencial e efetiva do território que se dá também a partir de uma readequação da infra-estrutura aeroviária. É o caso de um maior aparelhamento dos aeroportos e também do aumento dos seus usos.

Em que pese a existência, nesta porção do país, de um movimento aéreo praticado por interesses corporativos (pequenas aeronaves e aeródromos) e também um conjunto de movimentos ilícitos (sobretudo de drogas e contrabandos) que contemplam o território nacional e também fluxos com origem e/ou destino internacionais, os dados oficiais disponíveis se restringem aos movimentos realizados nos três aeroportos de grande porte operados pela Infraero, todos classificados como aeroportos internacionais (Porto Velho-RO, Rio Branco-AC e Cruzeiro do Sul-AC).

Em Rio Branco, um novo aeroporto é inaugurado em 1999, que atualmente atende um movimento de 14 operações diárias¹⁰⁹. Acompanhando o crescimento do transporte aéreo nacional, o número de passageiros tem aumentado em Rio Branco, ainda que o movimento de cargas tenha diminuído consideravelmente (Tabela 3). Rio Branco desempenha papel central no que diz respeito ao transporte aéreo no Acre, já que é a partir da capital que pequenos aviões podem ser fretados (taxi aéreo) para o movimento em direção às pequenas localidades do interior onde inexitem as ligações terrestres, ou mesmo para aquelas localidades cujo transporte rodoviário é interrompido no período das chuvas (como é o caso de Cruzeiro do Sul).

¹⁰⁸ “Esta modificação proposital das formas espaciais introduz um novo ritmo nas trocas e, em compensação, introduz nova regulação do tempo nos vários estágios da produção. A troca é cada vez mais mediada pelo dinheiro, provocando a circulação mais rápida tanto do capital-mercadoria como do capital-dinheiro. A necessidade do financiamento cresce e a necessidade de dinheiro vivo rapidamente se torna frenética” (SANTOS, 2003, p.190).

¹⁰⁹ O novo aeroporto de Rio Branco já opera praticamente em sua capacidade total (320 mil passageiros por ano), com pista de 2.148m x 45m. Em 2008, operavam linhas comerciais as empresas Gol (com os seguintes destinos: Belém, Brasília, Cruzeiro do Sul, Fortaleza, Manaus, Porto Velho, São Paulo), e TAM (Brasília). Varig e Rico Linhas Aéreas deixam de operar em 2007 (INFRAERO, 2008).

Tabela 3. *Movimento no aeroporto de Rio Branco (2002-2007)*

Ano	Aeronaves	Cargas	Passageiros
2002	11.438	3.019.814	156.555
2003	9.865	2.053.248	130.805
2003	9.436	1.924.475	158.096
2005	9.833	2.172.671	206.637
2006	10.648	1.925.880	270.665
2007	11.440	2.216.420	313.987

Fonte: INFRAERO, 2008. Organizado pelo autor.

Com instalação realizada pela prefeitura municipal em 1970, e administrado pela Infraero desde 1980, o aeroporto internacional de Cruzeiro do Sul é sem dúvida destaque na infra-estrutura aeroportuária do Acre. Em 1994 adequações da pista de pouso e decolagem tornam o aeroporto de caráter internacional¹¹⁰. Pelas condições de isolamento historicamente vividas no vale do Juruá, o aeroporto de Cruzeiro do Sul (capacidade para recebimento de 135 mil passageiros/ano) desempenha importante função de transporte de passageiros e cargas (Tabela 4). O terminal de passageiros foi ampliado e reformado em 2009 para garantir melhores serviços, já que há planos de fomentar atividades turísticas no vale do Juruá (Serra do Divisor).

Tabela 4. *Movimento no aeroporto de Cruzeiro do Sul-AC (2002-2007)*

Ano	Aeronaves	Cargas	Passageiros
2002	5.202	2.029.636	50.814
2003	3.802	1.765.962	39.673
2004	3.206	2.372.317	44.640
2005	3.582	1.595.839	60.910
2006	4.214	1.994.108	73.227
2007	4.313	1.069.907	82.612

Fonte: INFRAERO, 2008. Organizado pelo autor.

Mas é Porto Velho o centro de maior movimento aéreo da Amazônia sul-ocidental. O atual aeroporto da capital rondoniense, que funciona desde 1973, passa a ser operado pela

¹¹⁰ Pista de 2.400 X 45m ampliada em 1994. Em 2008, operavam em Cruzeiro do Sul a Gol Linhas aéreas (Belém, Fortaleza, Manaus, Porto Velho, Rio Branco) e empresas de táxi aéreo regional. A Rico, única empresa que realizava vôos comerciais diários para Cruzeiro do Sul, deixa de operar em 2007, quando são implantados os vôos da Gol.

Infraero em 1979 e torna-se Aeroporto Internacional no ano de 2002¹¹¹, conhecendo desde então um aumento no volume de passageiros que praticamente dobra entre 2002 e 2007 (Tabela 5).

Tabela 5. *Movimento no aeroporto de Porto Velho (2002-2007)*

Ano	Aeronaves	Cargas	Passageiros
2002	11.726	3.419.368	203.615
2003	13.163	2.978.131	186.922
2004	10.761	4.000.813	233.187
2005	10.739	2.717.996	293.895
2006	11.887	2.801.249	355.243
2007	10.927	2.179.298	391.179

Fonte: INFRAERO, 2008. Organizado pelo autor.

No entanto, o que aparece como mais importante na análise da atualização das infra-estruturas para os fluxos aeroviários no sudoeste amazônico é a renovação e aumento recentes do movimento aeroviário realizado em cidades de médio porte no interior de Rondônia, como é o caso de Ji-paraná e Vilhena. Apesar de não serem administrados pela Infraero (o que dificulta o acesso aos dados), os fluxos aeroviários, que recentemente passam a ocorrer de forma regular nestas duas cidades, atestam o quanto a modernização das atividades produtivas é capaz de atualizar os objetos geográficos que dão suporte a um uso técnico do território.

O aeroporto de Ji-Paraná, inaugurado em 1978, foi a partir do ano de 2006 instrumentalizado com novos equipamentos (iluminação e aparelhos de raio-X.) que permitiram com que linhas comerciais regulares passassem a ser operadas no município (aviões com capacidade para até 60 passageiros). O resultado foi um aumento considerável no número de passageiros (16 mil em 2006 para mais de 27 mil passageiros em 2007) (Folha de Rondônia, 13/04/2008). São empresas de avião regional as que operam nestes pequenos aeroportos, apresentando no mais das vezes grande flexibilidade de serviços (em parcerias com empresas maiores), rotas e horários (e às vezes os oferecendo por pouco tempo, como foi o caso da Ocean Air, que operava em Ji-paraná em parceria com a TAM, em 2008).

¹¹¹ Atualmente, a pista de pouso possui 2.400 X 45m, onde operam vôos regulares as empresas TAM (Brasília, Ji-Paraná, Manaus, Rio de Janeiro, São José do Rio Preto, São Paulo), Gol (Belém, Brasília, Fortaleza, Manaus, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Rio de Janeiro), Trip (Campinas, Cascavel, Cuiabá, Curitiba, Humaitá, Ji-Paraná, Lábrea, Londrina, Manaus, Maringá, Rondonópolis, Vilhena), Rico (Manaus) e Oceanair (Cuiabá, Guarulhos). Atuam em Porto Velho outras quatro empresas de táxi aéreo (INFRAERO, 2008).

As heranças de um espaço que desde os anos 70 e 80 já aparece como um dos mais ocupados de Rondônia acaba, atualmente, por consolidar a importância econômica de Ji-paraná e mesmo de seu entorno próximo Cacoal (onde há projeto de instalação de um novo aeroporto), Rolim de Moura e Ouro Preto do Oeste. As atividades que oportunizam a presença de um aeroporto regional são sobretudo aquelas dos serviços voltados para o campo moderno (pecuária e implementos agrícolas), a presença de instituições como a Emater (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), e alguns dos principais frigoríficos e laticínios de Rondônia.

É importante observar, pela topologia das linhas de transporte aéreo operadas no aeroporto local, que os movimentos se orientam para as regiões Sul e Sudeste do país, servindo especialmente como meio de transporte para pecuaristas de residência ou origem sulista¹¹².

O transporte aéreo em Vilhena é outro indicador de atualização do território que, ao mesmo tempo, denuncia como as formas geográficas modernas e os seus usos ocorrem de modo pontual e seletivo. O aeroporto de Vilhena (com pista de 2600m) possui pouca infraestrutura, mas já realiza seis partidas e chegadas diárias de vôos comerciais operados pela Trip Linhas Aéreas (aviões com capacidade de 25 a 30 passageiros). As rotas aéreas que incluem o município são complementares àquelas que atendem Ji-paraná (podendo ser flexíveis e instáveis, dependendo da demanda), com uma topologia iniciada em Campinas-SP, de onde segue para Curitiba, da capital paranaense para Maringá-PR, Rondonópolis-MT e Cuiabá-MT, de onde segue finalmente para Vilhena (Figura 8). Também existem vôos semanais operados pela Trip, partindo de Vilhena para Porto Velho (aos domingos, com escala em Ji-paraná).

A ocupação do sul de Rondônia por agricultores paulistas e principalmente paranaenses, até hoje os maiores proprietários de terra na região, parece explicar a lógica do trajeto, com clara evidência que estas linhas aéreas são, em sua maioria, utilizadas por aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos com as atividades do agronegócio moderno. É esta a configuração de um território que aparece agora como mais fluido e pontualmente e preparado para a ação de empresas que, neste início do século, atuam como os principais agentes da economia e da regulação do trabalho no sudoeste da Amazônia.

¹¹² O aeroporto local possui pista de 1800 m e operava em 2008 vôos comerciais (com periodicidade diária) das empresas Trip Linhas Aéreas (Vilhena-RO, Cuiabá-MT, Rondonópolis-MT, Maringá-PR, Curitiba-PR e Campinas-SP). A Passaredo Linhas Aéreas (vôos para Cuiabá, Goiânia, Ribeirão Preto e Guarulhos), oferece em 2009 serviços em parceria com a Tam Linhas Aéreas.



Figura 8. Fluxos aeroviários da Trip Linhas Aéreas para Vilhena e Ji-paraná (RO)

5.4 Sistemas de geração e distribuição de energia elétrica

Tal como a oferta de uma infra-estrutura territorial que garanta a fluidez e o movimento da produção no território, a oferta de energia elétrica aparece também como essencial à modernização produtiva. A precária infra-estrutura de produção e distribuição de energia elétrica conhece alguma melhoria desde a década de noventa, mas ainda enfrenta problemas no que tange ao fornecimento de energia às porções mais pobres e isoladas dos estados de Rondônia e Acre. A usina hidrelétrica de Samuel, e mais algumas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) são responsáveis pelo fornecimento de energia no estado de Rondônia, ainda que esta produção não seja suficiente para atender toda a demanda. Assim, tanto Rondônia quanto Acre são ainda muito dependentes de sistemas isolados de produção, com uso de usinas termelétricas.

A década de noventa também marca o momento de atualização do sistema de fornecimento de energia no sudoeste amazônico. A primeira mudança ocorre em 1998, quando se dá o repasse, ao governo federal, das empresas públicas estaduais que administravam o setor de energia em Rondônia (Ceron) e no Acre (Eletroacre), como forma de pagamento de dívidas públicas. Ambas as empresas são hoje controladas pela Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) e o fornecimento público de energia é operado pela estatal Eletronorte. Como o fornecimento de energia pela Ceron e Eletroacre não atendia todo o território, a solução encontrada pela Eletrobrás foi a terceirização do serviço, com a contratação do grupo espanhol Guascor, especializado no fornecimento de energia. Em 1999 o grupo inicia o fornecimento de energia a cidades e núcleos urbanos no interior de Rondônia e Acre, a partir de geradores movidos a óleo diesel.

No Acre, o fornecimento de energia para praticamente todos os municípios do interior é realizado pela Guascor, com uso de treze geradores (Figura 9). Apenas a capital e seis municípios que lhes são próximos são atendidos pelo sistema público de energia (ELETROACRE, 2008).



Fonte: Guascor, <http://www.guascor.com.br>, acesso 09/2008.

Figura 9. Centrais termelétricas do Grupo Guascor no Acre (2008)

O estado de Rondônia, com um território maior e mais bem povoado, o fornecimento de energia às pequenas cidades e núcleos do interior exige a instalação de um número maior

de geradores. São trinta e duas localidades atendidas e três centros de manutenção (Figura 10).



Fonte: Guascor, <http://www.guascor.com.br>, acesso em 09/2008.

Figura 10. Centrais termelétricas do Grupo Guascor em Rondônia (2008)

Ainda que a estratégia de fornecimento de energia a partir da contratação do grupo privado signifique certa universalização do serviço, há que se pensar também nos limites de tal sistema, já que este não alcança, por exemplo, a totalidade das propriedades no campo. O governo federal trabalha atualmente para suprir estas demandas ainda não atendidas, como é o caso da expansão de redes de eletricidade pelo Programa Luz para Todos, tanto no Acre (ao longo da BR-364 e em várias das Reservas Extrativistas) quanto em Rondônia.

O governo federal também realiza esforços de interligação dos estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional de energia elétrica, através da instalação do chamado “Linhão Jauru-Samuel”. Com a ligação dos estados ao sistema nacional de energia, o suprimento poderia ser realizado evitando assim o consumo de combustível para a produção da termoeletricidade¹¹³. A Eletronorte, que trabalha na interligação do sistema, prevê o fim

¹¹³ Segundo reportagem publicada no jornal A Tribuna (ANTUNES, 2008), em janeiro de 2008, os estados de Rondônia e Acre consomem diariamente cerca de 56 mil litros de combustível para a geração de eletricidade. As obras do chamado “Linhão”, além de economizar o uso de combustível, tornarão o sistema de energia mais seguro, oferecendo maior capacidade e estabilidade de fornecimento.

das obras para o ano de 2009, ainda que constantes problemas de ordem ambiental devam atrasar a instalação da nova infra-estrutura.

5.4.1. *O complexo hidrelétrico do Rio Madeira*

Se as dificuldades na produção e distribuição de energia em ambos os estados ainda persiste, a criação de grandes usinas hidrelétricas no sudoeste amazônico acaba se impondo muito mais como uma necessidade do país do que da própria região. É desta demanda nacional que, neste início de século, serão postos em prática esforços para a construção de grandes obras de engenharia voltadas para a produção de energia elétrica no sudoeste amazônico, quando se inicia a implantação do complexo hidrelétrico no rio Madeira, em Porto Velho.

Dentre as obras de infra-estrutura que hoje se encontram previstas ou em andamento, o complexo de usinas do rio Madeira (hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau) é, sem dúvida, a obra de maior importância no que diz respeito à mobilização de recursos técnicos e financeiros não só na região mais em todo o território nacional. Por conta do complexo hidrelétrico do Madeira, o investimento em infra-estrutura no estado de Rondônia, que tinha a 25ª colocação no ranking nacional em 2005, aparece em 2007, no terceiro lugar do país (atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo) (Anuário Exame - Infra-estrutura, 2007, p.172). As obras para a construção das duas usinas no Madeira estão orçadas em R\$ 17,6 bilhões, o que tem despertado em diversas empresas interesses em investir nas mais diferentes atividades econômicas em Porto Velho.

Por muito tempo considerado impróprio para a instalação de usinas hidrelétricas, o rio Madeira acaba sendo eleito como principal opção para a garantia do projeto de expansão da hidroeletricidade no Brasil. Num país que se encontra em processo de crescimento econômico e industrial, a exigência de uma oferta mais ampla de energia elétrica (sobretudo para o consumo produtivo), aparece como uma meta importante do governo (na idéia de se evitar o problema do “apagão”), e o complexo hidrelétrico do rio Madeira passa a constituir-se como obra estratégica no contexto nacional. Os 6450 MW de energia que deverão ser gerados no rio Madeira até 2016 (o que equivale a mais da metade da geração da usina de Itaipu) correspondem a quase dois anos da expansão almejada pelo governo federal (3500 MW por ano, para os próximos dez anos) (Anuário Exame - Infra-estrutura, 2007, p.172), fazendo

com que estas obras fossem incluídas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007.

A questão de fundo, no entanto, transforma potencialmente o território para além dos novos conteúdos técnicos, ou seja, e utilizando-se literalmente do exemplo construído por Jacques Ellul (1954,1968, p.330) – “O homem não pode admitir que a barragem produza apenas eletricidade. O mito da barragem nasce porque o homem coletivo adora sua obra e não pode conformar-se em atribuir-lhe somente valor material”. É daí que a grandiosidade do projeto técnico não se realiza apenas por meio de uma tecnoesfera (SANTOS, 1996), mas, sobretudo, por uma psicoesfera que legitima projetos e prepara espíritos.

A idéia de que as usinas no rio Madeira serão indutoras potenciais do tão almejado progresso e desenvolvimento foi capaz de estimular uma forte campanha publicitária realizada no estado de Rondônia, visando a aprovação do projeto entre a população, na idéia de que o crescimento econômico do estado depende fundamentalmente de tal obra de engenharia. Em julho de 2007, podia-se observar uma vasta campanha publicitária¹¹⁴ (intitulada “Usinas Sim!”) financiada por empresários do estado interessados na realização das obras, contanto inclusive com apoio técnico do governo do estado para a realização de um abaixo-assinado, visando garantir a aprovação do projeto das usinas pelo governo federal.

Os impasses ambientais que por muito tempo constituíram os principais entraves à liberação do projeto foram aos poucos sendo vencidos pelos argumentos técnicos da engenharia moderna, que, com várias promessas de sustentabilidade do empreendimento, acabou convencendo os órgãos públicos da viabilidade e segurança do projeto, o que culmina na sua licença e na realização, pelo governo federal, em dezembro de 2007, do leilão para a construção da primeira usina no rio Madeira (a usina de Santo Antônio). Dentre os cinco grupos interessados no projeto, entre eles um grupo liderado pela estatal Eletrobrás, o consórcio Furnas/Odebrecht foi o vencedor, e inicia as obras já no ano de 2008. Em maio de 2008 foi realizado o leilão da segunda usina do complexo (usina de Jirau), tendo como vencedor o consórcio liderado pela multinacional franco-belga Suez.

Trata-se, mais uma vez, de uma convocação ao território para o atendimento de demandas muito mais externas do que voltadas para o interesse da própria região. Localmente, as transformações territoriais já começam a ser observadas – desapropriação de áreas, remoção de famílias ribeirinhas que vivem exclusivamente da pesca no rio,

¹¹⁴ Em julho de 2007, circulavam em Porto Velho automóveis com adesivos que traziam as seguintes inscrições - “A energia que o Brasil precisa para crescer, energia limpa, barata e em quantidade, está nas águas do rio Madeira. O progresso de Rondônia e o futuro do Brasil”.

impossibilidade de realização das atividades de garimpo por empresas e pequenos garimpeiros, além de impactos ambientais ainda não muito bem precisados. Como medidas compensatórias estão previstos o pagamento de uma espécie de “royalties”¹¹⁵ do empreendimento para os estados de Rondônia, Acre e Amazonas, através da participação nos lucros das hidrelétricas, ainda que até agora não tenham sido discutidos o uso ou destinação destes recursos.

¹¹⁵ Em reportagem publicada pelo jornal “Estadão do Norte” (03/10/2007), o estado de Rondônia e o município de Porto Velho devem receber, juntos, cerca de R\$ 100 milhões por ano, como compensação ambiental pela instalação das usinas. Apenas a renda gerada pela atividade de garimpo do ouro nas áreas onde serão construídas as hidrelétricas atinge cerca de R\$120 milhões por ano, atividade esta desempenhada hoje por grandes empresas e pequenos garimpeiros e que será inviabilizada com a construção das usinas.

CAPÍTULO 6

OS NOVOS SISTEMAS DE NORMAS: ENTRE A POLÍTICA AMBIENTAL E OS INCENTIVOS TERRITORIAIS

Como resultado de anseios internos e externos à região, o território no sudoeste amazônico acaba por se tornar, no período atual, muito mais denso em normas criadas intencionalmente para organizar objetos e ações a ele somados. É deste modo que podemos, com Milton Santos, compreender que “As formas técnicas são indicativas da maior ou menor rentabilidade do capital e do trabalho. Mas, como as formas não trabalham sozinhas, há uma exacerbação da necessidade de normas” (SANTOS, 2003a, p.60).

Verdadeiros híbridos de ação/regulação e de densidade/materialidade, a norma, conforme define María Laura Silveira, “(...) é geneticamente uma ação e morfologicamente uma densidade, uma forma” (1999a, p.257). A norma constitui, assim, uma estratégia de regulação do território que, para o caso aqui analisado, envolve um sistema de normas políticas que se agregam ao território principalmente em função das metas de preservação ambiental, reformulando (ou ao menos tentando reformular) a configuração territorial da região através das novas políticas de planejamento territorial a partir dos programas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEEs), mas também da multiplicação das áreas de interesse ambiental, que potencialmente assegurariam o projeto de conservação dos recursos.

De outro lado, e de certo modo contraditoriamente a este sistema de normas ambientais, também existe a intenção de tornar o território viável e atrativo para o capital externo, seja ele de fora da região ou do país, com um conjunto de normas político- territoriais que se sobrepõem aos novos sistemas técnicos para tornar viável o trabalho moderno no território. Estas ações nos parecem indicadoras de um aumento da densidade normativa (SILVEIRA, 1997, p.43), especialmente constituída por normas políticas que, amalgamadas ao território, constituem neste período contemporâneo mais uma face da atualização territorial no sudoeste da Amazônia.

6.1 Planejamento normativo de “caráter ambiental” e os espaços normatizados de “reserva da natureza”

6.1.1. *Um novo planejamento com bases ambientais:
o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)*

É nesse contexto de inserção da questão ambiental no planejamento que a partir dos anos oitenta aparecem as primeiras propostas de um zoneamento da Amazônia para fins de ordenamento do território, com a idéia de utilização racional dos subespaços regionais, levando em conta as potencialidades e fragilidades do meio geográfico, bem como as possíveis atividades econômicas a serem implantadas na região (AB’SABER, 1989). Em 1988, o governo federal cria o Programa Nossa Natureza, que visa responder às pressões sobre os recursos da Amazônia, com pretensão de reduzir os impactos ambientais na região. O principal resultado deste programa foi a determinação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento que servirá de base para orientação de políticas públicas, tornado obrigatório a todos os Estados da Amazônia Legal (MELLO, 2006, p.27), trabalho coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Rondônia, pela experiência desastrosa de ocupação do território que conheceu ao longo dos anos setenta e oitenta, foi um dos primeiros estados da Amazônia a receber este “planejamento restaurador” de base ecológica promovido pelo Estado brasileiro e fomentado pelo Banco Mundial. Cabe destacar que o próprio Polonoroeste, implantado em 1980, já contemplava uma série de preocupações ambientais, mais é em 1988 que um Decreto Estadual definiu a primeira aproximação do Zoneamento Sócio-econômico-Ecológico de Rondônia¹¹⁶, instrumento de planejamento que definiu critérios para investimentos públicos e privados em consonância com a preservação dos ecossistemas locais (RONDÔNIA, 2002a, p.6).

Estabelecidos os critérios de uso e ordenamento do território pelo Zoneamento, em 1991, com recursos em sua maioria provenientes de empréstimos do Banco Mundial¹¹⁷, é criado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo, instrumento técnico-político que fomentaria o ordenamento e a ocupação “racional” do território, com a implantação de Unidades de Conservação e algumas infra-estruturas sociais no estado, Programa que foi implementado entre 1993 e 1996. Uma segunda aproximação, com novo

¹¹⁶ Trata-se de um macro-zoneamento, com a produção de mapeamento em escala 1:1.000.000, que, nesta primeira aproximação, define seis grandes áreas destinadas à intensificação da exploração agropecuária, às atividades da pequena produção comunitária, às populações ribeirinhas, ao desenvolvimento das atividades extrativistas, ao manejo florestal e à conservação e preservação permanentes (RONDÔNIA, 2002a, p.7).

¹¹⁷ O Planaflo envolveu recursos da ordem de US\$ 228,9 milhões, sendo que 167,0 milhões foram emprestados pelo Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 3444-BR) e o restante como contrapartida da União (US\$ 31,0 milhões) e do Estado (US\$ 30,9 milhões) (RONDÔNIA, 2002, p.11).

detalhamento das diferentes zonas de uso do território (escala 1:250.000) é instituída por Lei Complementar (n.º 233) no ano de 2000 (RONDÔNIA, 2002b), ainda que o caráter normativo de ambas as propostas não tenha sido de fato respeitado.

No Acre, onde o desflorestamento e a pressão sobre os recursos são proporcionalmente menores quando comparados aos de Rondônia, o processo de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do estado ocorre de forma mais lenta. A primeira aproximação do Zoneamento foi elaborada entre 1999 e 2000 (na escala 1:1.000.000) (ACRE, 1999), e apresenta um caráter um tanto diferenciado da proposta de Rondônia, servindo apenas como indicativo de planejamento, sem caráter de lei. A segunda aproximação do ZEE, que inclui o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, foi concluída em 2006 (escala 1:250:000) (ACRE, 2006), com intenso uso de tecnologias modernas para a produção de diagnósticos do território (sensoriamento remoto e geoprocessamento), que inclui um banco de dados georreferenciado com total cobertura do território (na escala 1:100.000), recurso que produziu uma proposta mais detalhada e com recomendações específicas para o ordenamento territorial. Ambas as aproximações do ZEE produzidas no Estado do Acre foram financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIB) (ACRE, 2006).

No entanto, é preciso reconhecer que há grande deformação destes tipos de normas ou indicações para o ordenamento territorial na Amazônia, porque, com efeito, as intenções do planejamento normativo (e estático) são por demais distantes da dinâmica do território usado¹¹⁸. Readequando e dirigindo o uso do território, ora conforme os interesses de gestão dos recursos, ora levando em conta as atividades produtivas e as transformações territoriais pretéritas, os zoneamentos estaduais são indispensáveis à dinâmica recente e racionalizada da modernização, pois “(...) o imaginário cartográfico e as representações do território para fins de zoneamento procuram fragmentar o real para melhor defini-lo, descrevê-lo e, em definitivo, orientar sua apropriação” (ACSELRAD, 2000, p.8).

Estas políticas preparam o sudoeste amazônico para uma fase em que as novas normas de uso do território não impedem o desenvolvimento das atividades produtivas, e até mesmo regularizam e tornam racionalizada a exploração dos recursos.

¹¹⁸ Vide, por exemplo, a reflexão de Henri Acselrad (2000) sobre os zoneamentos realizados na Amazônia.

6.1.2. *Os espaços normatizados de “reserva da natureza”:*

As áreas de “interesse” ambiental

No sudoeste amazônico, o meio geográfico ainda muito caracterizado pela existência de vastas porções de floresta (mesmo que ocupado por populações tradicionais e indígenas), aparece como um condicionante das ações no território. Tal como já fora indicado na primeira parte do trabalho (item 4.3), a chamada “questão ambiental” ganha cada vez mais importância na agenda governamental e passa mesmo a configurar como um dado central para as políticas atuais de planejamento em toda a Amazônia.

A expressão territorial mais direta de uma política governamental atenta e voltada à questão ambiental aparecerá, nos estados de Rondônia e Acre, muito clara na criação de normatizações que institucionalizam áreas de interesse e proteção ambiental.

Em ambos os estados encontramos hoje, como resultado destas políticas de criação de áreas normatizadas, ou seja, pedaços do território tornados espaços de “interesse ambiental” (Parques e Florestas Nacionais, Estaduais e Privados, Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, entre outros tipos) uma condição territorial bastante singular, que atua verdadeiramente como um novo fator de regulação dos territórios, tal como destaca Bertha Becker (2004). Os objetivos centrais de nossa pesquisa não se voltam para a compreensão do fenômeno bastante complexo configurado pelas diferentes políticas de criação destas áreas normatizadas com vistas à preservação ou conservação do meio ambiente, mas pensamos ser de fundamental importância a compreensão do quanto esta condição do território acaba por interferir em todo o conjunto de atividades que hoje se organizam na região.

Em Rondônia existem setenta e uma Unidades Especiais de Proteção (Áreas Naturais Protegidas), que ocupam 9,4 milhões de hectares, extensão que corresponde a 39,71% do território do estado (SEAPES, 2007, p.97). Estas unidades vêm sofrendo processo de uso e ocupação irregulares, já que os sistemas de normas que as regem no mais das vezes não são acompanhados de infra-estrutura que dê suporte para a fiscalização. A primeira Reserva Extrativista foi instalada pelo governo federal em 1990 (Resex do Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim). Mais tarde, o próprio governo estadual instituiu mais vinte Resex, entre 1995 e 1996 (PLANAFLORO, 2002, p.10).

No estado do Acre, as chamadas Áreas Naturais Protegidas ocupam parcela ainda mais expressiva do território - somam mais de 45% do total do estado. As Unidades de Conservação de Proteção Integral, ou seja, aquelas onde é proibida qualquer forma de

exploração dos recursos, ocupam mais de 9% do território (a maior delas é o Parque Nacional da Serra do Divisor). Mas a maioria destas áreas protegidas é composta pelas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em que a chamada exploração sustentável da floresta é permitida. Essas áreas ocupam mais de 21% do território acreano e estão incluídas neste tipo Florestas Nacionais, Florestas Estaduais e Reservas Extrativistas. Somente as Resex (que existem em número de cinco) ocupam área que corresponde a mais de 16,28 % do território. Somam-se a estas Unidades de Conservação as Terras Indígenas (trinta áreas, a maioria já regularizadas), que ocupam 14,55 % do território acreano (ACRE, 2008, p.25).

Criada em 1990, a Resex “Chico Mendes” é a maior e mais antiga experiência de Reserva Extrativista do Estado – são mais de 930 mil ha de área (5,66% do território acreano), distribuídos nos municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira. São muitas as dificuldades de organização destes vastos espaços, e o próprio Estado reconhece, especialmente na Resex “Chico Mendes”, os anseios de muitos dos moradores em praticar atividades mais lucrativas do que aquelas permitidas pela legislação, como é o caso sobretudo da criação extensiva de bovinos (ACRE, 2006, p.209).

Diversas experiências de Manejo Florestal Comunitário, que envolvem práticas supostamente sustentáveis de exploração de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros (sementes, óleos, frutos, etc.), em florestas estaduais e reservas extrativistas em diversos municípios do estado do Acre, têm figurado como alternativas vantajosas de renda para as populações que habitam estas áreas protegidas (BECKER, 2006), embora seja facilmente constatado casos de explorações não planejadas e proibidas, indicando que as normas territoriais por si só não incapazes de conter a pressão sobre os recursos.

As possibilidades técnicas do período são capazes, ao mesmo tempo, de permitir um uso mais intensivo dos recursos mesmo nas experiências ditas sustentáveis de exploração da floresta (Foto 3). No Acre, por exemplo, planos de manejo florestal comunitário contam com técnicas de mapeamento (realizadas com uso de SIGs), que, através de imagens de satélite, identificam e localizam precisamente cada um dos exemplares de árvores economicamente viáveis para a exploração, trabalho feito em parceria com o CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia).



Foto 3. *Caminhão com carga de madeira, BR-364, Sena Madureira-AC*

O transporte de grandes cargas de madeiras nobres pode ser facilmente observado em Rondônia e no Acre (Foto do autor, julho de 2007).

Normas de certificação destas madeiras provenientes de exploração oriunda de manejo comunitário permitem que sejam realizados contratos de venda com grandes empresas moveleiras de outras regiões do país, e mesmo oportunizam o interesse de grandes agentes internacionais da Europa que adquirem madeiras nobres na Amazônia brasileira, fatos divulgados com entusiasmo pelo governo acreano (Agência de Notícias do Acre, FERREIRA, 2008). Móveis produzidos com madeira de exploração comunitária podem ser adquiridos em lojas de peças exclusivas em São Paulo (FERREIRA, 2008), ou mesmo nas mais caras lojas de móveis de Nova Iorque (EUA) (PAULA, 2005), indicando deste modo que esta “exploração sustentável” acaba por ser capturada pelas lógicas de mercado e melhor usufruída por empresas externas à região. Trata-se, deste modo, do planejamento de uma “reserva de natureza” preparada para um consumo seletivo, que garante uma acumulação vantajosa sobretudo a agentes externos.

6.1.3 *Um uso corporativo do território:*

as concessões para exploração privada dos recursos

Os mecanismos normativos que em tese são instituídos para a preservação dos recursos também atuam na mercantilização e exploração (literalmente denominada “racional”) dos mesmos. Ou seja, à serviço da própria racionalidade do mercado, o que aparentemente

parece ter restado daquela primeira natureza ou “natureza natural”, ganha nos dias de hoje mais do que um novo valor, mas mesmo um novo significado.

A exploração privada através de concessões de lotes (Unidades de Manejo Florestal – UMF) das Florestas Nacionais (FLONAs) exemplifica este processo, que é inaugurado em Rondônia no ano de 2008, com a concessão a três empresas privadas de uma área de 96 mil hectares da Flona do Jamari¹¹⁹. O edital realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Serviço Florestal Brasileiro, previa a concessão das unidades de manejo por um período de quarenta anos (sem prorrogação), e teve, como princípio de escolha das empresas, além do maior preço oferecido por metro cúbico de madeira a ser explorada, as melhores propostas de benefícios sociais e de ações de minimização dos impactos ambientais. Os recursos arrecadados com as concessões serão geridos em parte pelo Instituto Chico Mendes (IBAMA), além de recursos que serão destinados aos governos do estado e aos municípios em que se encontra a Floresta Nacional do Jamari¹²⁰.

Como a área da Flona do Jamari está inserida em municípios que há décadas exploram a madeira de forma indiscriminada (Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Cujubim), o Ministério do Meio Ambiente alega que a concessão a empresas privadas destas unidades de manejo será um procedimento útil à preservação da floresta, já que os recursos obtidos devem ser exclusivamente voltados para ações de preservação ambiental.

É assim que, enquanto agricultores assentados nos programas de reforma agrária sofrem dura fiscalização e são proibidos de fazer a derrubada e uso de quantias ínfimas de madeira para as necessidades do próprio lote em que habitam¹²¹, a exploração “racional” de florestas é assegurada a grandes grupos econômicos que se importam muito mais com o lucro que obtêm do que com os problemas cotidianos do entorno imediato. Esta concessão de tão vastos espaços de florestas trata-se de verdadeira privatização do território, uma entrega dos recursos que configura mais um processo de corporatização do território na Amazônia.

¹¹⁹ Um consórcio de empresas liderado pela Alex Madeiras recebe, ao preço de R\$759,7 mil por ano, a concessão de exploração em uma área de 17 mil hectares na Flona do Jamari. A empresa Sakura explorará 33 mil ha, com o pagamento anual de R\$1,6 milhões e a empresa Amata recebeu área de 46 mil hectares, com pagamento de R\$1,3 milhão anual (Portal Amazônia, 19/08/2008).

¹²⁰ As empresas poderão explorar, além da madeira em toras, produtos florestais não madeireiros, serviços de visitação e hospedagem (turismo) e de prática de esportes - informações obtidas do Edital de Licitação para Concessão Florestal – Floresta Nacional do Jamari/RO, (Concorrência 01/2007), Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente.

¹²¹ Ouvimos queixas desta natureza de diferentes assentados em trabalho de campo (julho de 2007), no Projeto de Assentamento Edilza Carneiro, em Sena Madureira-AC.

6.1.4. *Os zoneamentos e os espaços da normatização ambiental:
solução para quais problemas?*

Ainda que as políticas de zoneamento e a criação de áreas de interesse ambiental sejam, no mais das vezes, pautadas num discurso que incorpora com bastante centralidade a dimensão social e cultural nas políticas de preservação (como no caso das RESEX), uma análise totalizadora destes processos no território revela que é preciso olhar estes esforços de normatização territorial com alguma desconfiança. Nós não teríamos aqui condições de afirmar, pelo próprio escopo da pesquisa, que tais políticas de planejamento e que estes espaços normatizados configuram, realmente, alternativas vantajosas para aquelas populações que neles habitam¹²². No entanto, no período atual, nos parece que tais normas que criam os espaços de preservação acabam também por promover, muitas vezes, a mercantilização da natureza e da cultura, agora usadas como moeda de troca numa acumulação que, mais uma vez, se dá de forma concentrada. Para o caso das áreas de conservação, o exemplo mais acabado da mercantilização dos recursos parece ser o da concessão de Florestas Nacionais para a exploração privada. Estas normas aparecem assim, como indutoras de um tipo especial de racionalização do espaço e dos recursos.

Será este planejamento fortemente ancorado na chamada problemática “ambiental” capaz de orientar um retorno à regionalização pautada em critérios “naturais”, ou mesmo ditar uma dinâmica do território capaz de converter a configuração territorial de modo a consolidar, de alguma maneira, “regiões naturais” fabricadas por normas e ações técnico-científicas? Outra questão parece ser ainda de maior importância política – estas “regiões naturais”, que potencialmente podem estar sendo constituídas na Amazônia, já nasceriam de certo modo “fechadas” por um conjunto de empresas e atores privados, que, com exclusividade, tirariam proveito dos recursos? Este tipo de planejamento e a natureza destes recortes territoriais normatizados resolveriam então quais problemas? Beneficiariam quais agentes?

Um fato pode ser constatado já por agora – se as áreas de maior interesse para a preservação dos recursos encontram-se de certo modo “resguardadas” por aparatos normativos bastante elaborados (ainda que às vezes sem propósitos muito claros), as áreas onde as atividades agrícola e florestal modernas são permitidas (e cientificamente precisadas nos ZEEs), ou mesmo os espaços das cidades (que são os efetivamente usados pela maioria da

¹²² O extenso trabalho realizado por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003) volta-se a tal problemática, e indica que, ao menos no caso das Resex (e especialmente no território acreano), houve grandes avanços no que tange ao uso dos recursos, conquistados sobretudo através da incansável luta dos seringueiros, culminando na criação de territorialidades novas e novos horizontes para a vida dos trabalhadores da floresta.

sociedade), são alvos diletos de agentes econômicos hegemônicos que, no mais das vezes, são também beneficiados por outros conjuntos de normas que lhes garantem vantagens e incentivos.

6.2 As normas para os incentivos fiscais/territoriais ou – a viabilização do território como recurso?

No sudoeste da Amazônia, assim como na quase totalidade do território brasileiro, as normas territoriais não se restringem àquelas que pretensamente se voltam à preservação dos recursos ou das populações tradicionais. Pelo contrário, quando as adaptações técnicas/materiais do território já não bastam para realizar de forma plena o interesse dos agentes hegemônicos, é a norma que também permite, de forma mais rápida e menos custosa, viabilizar e ofertar o território como recurso (SILVEIRA, 2003).

Aproveitando-se das fronteiras internas, fato político e territorial que torna possível a produção de espaços normatizados, vantajosos e preferenciais a determinadas ações, a chamada “Guerra Fiscal” difunde-se por todo o território brasileiro (CATAIA, 2003) e se impõe como fator de primeira ordem na diferenciação/fragmentação do espaço nacional, “quebrando”, no interior da nação, a solidariedade entre as unidades federativas. Nas palavras de Milton Santos (1999, p.88) “É a partir destas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida de valor, planetária e implacável”. A natureza política destes novos arranjos normativos denuncia que se trata de fato de uma verdadeira “guerra dos lugares” (SANTOS, 1999), assumida e encarnada como uma nova meta da política.

Em que pese a realização, desde as décadas de cinquenta e sessenta, de práticas de incentivo fiscal e de crédito concedidos pela União aos grandes empreendimentos que se instalavam em território amazônico, novos mecanismos normativos para a atração de investimentos (elaborados agora diretamente pelas unidades da federação) aparecem nos estados de Rondônia e Acre na virada do século.

O estado do Acre formula, no ano 2000, a Lei de Incentivos Tributários (Lei Nº1.358)¹²³, que prevê o financiamento total dos capitais investidos por empresas, associações e cooperativas dos setores industrial, agroindustrial e de turismo, através de isenção de 45 a

¹²³ Lei Nº 1.358, de 29 de Dezembro de 2000.

95% do ICMS devido (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), concedida por um período de até 120 meses. O incentivo é destinado a empresas locais e externas, sendo a porcentagem de dedução do ICMS calculado em função de diversos critérios que levam em conta desde o porte (número de empregos gerados), o uso de recursos locais, etc., até a sustentabilidade ambiental do projeto¹²⁴. Outra norma, a Lei 1.359, editada conjuntamente àquela anterior, regulamenta a doação de bens móveis e imóveis do estado, como complemento à lei de incentivos tributários. Ainda de forma complementar, a Lei 1.361 regulamenta os incentivos destinados especificamente à atividade industrial, que é escassa no território acreano. A maior diferença encontra-se na possibilidade de isenção fiscal para os empreendimentos do setor industrial que se instalam no estado (até 95% do ICMS, por um período de até dez anos).

Se no Acre as normas de incentivo tributário prevêm apenas a restituição do que fora investido nos empreendimentos, em Rondônia a política de incentivos é ainda mais agressiva, pois não restringe a dedução de impostos apenas ao capital investido. O mecanismo normativo que garante os incentivos foi estabelecido em 2005, através da Lei N.º 1558, intitulada Lei de Incentivos Tributários do Governo de Rondônia, que visa incentivar empresários a investir no território rondoniense. A lei prevê a isenção de 60 a 85% do ICMS devido pelas empresas, além de isentar outros tributos recolhidos pelo estado, incentivos estes que podem ser desfrutados por um período de até dez anos. Tal como ocorre em boa parte do território brasileiro, soma-se a esta situação também a prática muito generalizada em vários dos municípios do estado, da doação, pelas prefeituras municipais, de terrenos, infra-estruturas e também a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A avaliação das propostas e o acompanhamento e fiscalização do Programa de Incentivos Tributários é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES), e segundo informações divulgadas pelo próprio governo do estado de Rondônia (DECOM-RO, 15/04/2008), apenas entre agosto de 2006 e setembro de 2007 foram concedidas isenções fiscais a 107 empresas de diferentes portes e setores, que foram responsáveis pela geração de mais de 13.400 empregos, totalizando investimentos que ultrapassam os R\$ 700 milhões. O governo do estado assume assim uma postura agressiva de participação na chamada “Guerra Fiscal”, deliberadamente praticada no país, justificando que as condições territoriais do estado por si só não configuram

¹²⁴ O Decreto N.º 4.196, de 1º de outubro de 2001, dispõe sobre o Regulamento Operativo do Programa de Incentivo Tributário, definindo as formas e modalidades de dedução do imposto devido. Um critério interessante da pontuação é aquele que prevê maior pontuação para os empreendimentos que se localizam ou que venham a se localizar nas áreas mais pobres do estado (como é o caso do vale do Juruá).

vantagens comparativas capazes de atrair os investimentos necessários ao crescimento econômico¹²⁵.

Em setembro de 2007, o governo de Rondônia divulgava em seu portal na internet o programa de incentivos territoriais fazendo uso do seguinte *slogan* – “*A nova fronteira do Progresso tem pressa para crescer*”. Estas posturas de enfrentamento do crescimento econômico (que de fato não se revertem em desenvolvimento social), somadas aos mecanismos normativos típicos deste período atual (“Guerra Fiscal”), asseguram a existência do efeito aparente de modernização nestes estados (PEREIRA, 2006), principalmente em Rondônia, onde as condições técnicas de fluidez do território (rodovias e hidrovias), por se encontrarem mais consolidadas, tornam o território muito mais atrativo aos investidores externos. Assim, o próprio fato de se investir nestes territórios normatizados acaba por garantir a grupos e empresas uma espécie de “acumulação prévia”, com o retorno de certo modo “garantido” do investimento, uma forma a mais de ganho do capital que, nos parece, acaba por se generalizar no território.

Tal como veremos nos próximos capítulos, uma agropecuária científica de exportação, que em Rondônia faz amplo uso das normas territoriais que isentam o pagamento de impostos e garantem a doação de infra-estruturas, será capaz de introduzir na região novos nexos da modernidade, fazendo com que apareçam espaços racionalizados muito caros a uma atualização seletiva.

¹²⁵ Nas palavras do governador Ivo Cassol, “A política de incentivos fiscais do nosso estado visa atrair empresas e gerar empregos. Nós estamos de portas abertas para receber quem quiser investir em Rondônia” (DECOM-RO, 10/04/2008).

CAPÍTULO 7

A ATUALIZAÇÃO SELETIVA DO TERRITÓRIO NO CAMPO

Como demonstramos nos Capítulos 5 e 6, os esforços de modernização e atualização ocorrem de forma pontual, não beneficiam todos os agentes e, deste modo, não alcançam a totalidade do território usado. No entanto, esta renovação das infra-estruturas e das normas territoriais foi capaz de dotar alguns espaços e atividades de um maior dinamismo, e mesmo, podemos dizer, configurou uma nova situação geográfica no sudoeste amazônico.

Como resultado direto desta atualização recente, surgem espaços racionais onde se pratica uma produção agropecuária moderna, orientada para mercados distantes da região e do país. Portanto, trata-se de reconhecermos nos esforços de atualização também uma fragmentação do território, porque apenas algumas atividades são agora eleitas como aquelas que potencialmente deverão promover o crescimento econômico, orientando discursos, políticas e recursos públicos para tais atividades.

Ainda sob esta ótica, quando analisamos a configuração atual do território no sudoeste da Amazônia, percebemos que a produção moderna ocorre de fato de modo muito mais rápido e concentrado no território rondoniense. O estado de Rondônia, onde o território é mais denso em técnica e mais preparado em termos de normatizações territoriais, torna-se recurso atrativo e dinâmico para a exploração de empresas nacionais e estrangeiras que atuam principalmente nos circuitos espaciais produtivos do agronegócio de exportação.

No Acre, a rarefação das infra-estruturas e em alguns lugares a inexistência das condições mínimas de produção, ainda muito condicionam o uso do território. Há também todo o peso das normas que estabelecem os espaços de interesse ambiental, condicionando portanto o uso do território. Assim, a própria configuração territorial muito marcada pela cobertura florestal e todo um conjunto de normas territoriais a ela agregadas, tornam as estruturas regionais de produção limitadas às atividades e ao trabalho realizados de modo convencional (agricultura e pecuária extensivas), atividades estas que se realizam principalmente naqueles espaços que resultam da primeira vaga de ocupação agropecuária (anos sessenta a oitenta). Considerando a produção agropecuária, mais uma vez é Rondônia que encontra certa “vantagem”, visto que a ocupação pretérita do território ocorreu de forma intensa, especialmente no eixo da BR-364.

Para que possamos analisar tais dinâmicas do espaço geográfico atual no sudoeste amazônico, resta-nos, novamente, eleger um conjunto de eventos que, evidenciando o

movimento e a lógica das transformações (no constante processo de totalização), alcançam e exemplificam, como um todo, a força e a orientação do fenômeno de atualização do território, uma dinâmica e uma atualização muito direcionados para servir àqueles usos territoriais que se dão em função de um desenvolvimento capitalista corporativo.

7.1 As rugosidades do território no campo:

O enfraquecimento dos cultivos tradicionais

O espaço herdado, constituído em períodos anteriores ao atual, denuncia as diferenças com que os sistemas de atividades agrícolas se realizam hoje no sudoeste da Amazônia. Trata-se de um verdadeiro mosaico de áreas em que encontramos desde as práticas mais elementares da atividade extrativista, das agriculturas de subsistência ou de pequeno excedente praticadas por comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, seringueiros), mas também, da agropecuária extensiva e, sobretudo agora, de espaços seletos onde um uso intenso de sistemas técnicos oportunizam a realização de uma agricultura dita moderna, com altos índices de produtividade e muito competitiva no mercado externo. É um conflito, de certo modo, entre aquilo que aparece como rugosidades no território, ou seja, os usos que têm suas gêneses ligadas às lógicas pretéritas, e aqueles usos atuais que aparecem como uma novidade muito cara à razão atual da atualização concentradora.

No estado do Acre, onde o meio técnico é bastante rarefeito e onde os espaços da produção agrícola são muito mais restritos do que os encontrados em Rondônia, a carência de infra-estrutura limita a modernização das atividades no campo, e a produção agrícola mais importante é voltada, em sua maioria, para o consumo local. A história de ocupação das terras para a agricultura camponesa por trabalhadores rurais e ex-seringueiros desde a crise da borracha em meados do século XX aparece como a principal identidade da produção agrícola acreana. Ainda que o estado dependa da produção de gêneros oriundos de outras áreas do país, cultivos como a mandioca (o maior em volume) e grãos como o milho, arroz e feijão, são as culturas mais importantes para a maioria dos pequenos produtores agrícolas no estado. A banana, por exemplo, fruto essencial à dieta da população acreana, aparece como a principal lavoura permanente (ACRE, 2006, p.126).

Nas últimas décadas, o cultivo de tais gêneros agrícolas para o consumo local no estado do Acre mantém-se praticamente estável, ainda que seja significativa a criação de novos assentamentos agrícolas pelo INCRA. Tanto a área quanto a quantidade produzida do

milho (cereal de maior quantidade produzida no estado) pouco foram alteradas (cerca de 53 mil ton. em 1990, e 56 mil em 2007). Este é também o caso da produção de feijão que, desde o início dos anos noventa até hoje, não alcança as 8 mil toneladas produzidas (pouco mais de 7,3 mil ton. em 1990 e 7,8 mil ton. em 2007). O arroz apresenta significativa queda na produção (cerca de 43 mil ton. em 1990 e menos de 28 mil ton. em 2007), enquanto que a mandioca, produto essencial ao consumo dos acreanos, é o único cultivo que apresenta importante incremento, com uma produção de mais de 560 mil toneladas em 2007 (eram 336 mil ton. em 1990) (IBGE-PAM, 2008). É notável a importância do cultivo da mandioca em municípios como Sena Madureira (quase 100 mil ton. em 2007) e Cruzeiro do Sul (83 mil ton. em 2007), localidades que se dedicam à produção de farinha que, inclusive, chega a ser exportada.

Em Rondônia, onde o equipamento recente do território permite o desenvolvimento de uma agricultura voltada para a exportação ou para um consumo realizado em outras partes do país, os cultivos considerados tradicionais perdem tanto em termos de participação no conjunto da produção, quanto no que se refere ao atendimento das políticas públicas de apoio às atividades no campo. É assim que alguns cultivos agrícolas se encontram em franco processo de enfraquecimento ou mesmo de substituição, denotando um processo de valorização da produção voltada para o mercado externo, em detrimento daquela que supre as necessidades locais e os cultivos tradicionais.

Este processo de enfraquecimento dos cultivos ditos tradicionais ocorre com a cacauicultura, por exemplo, que aparece como alternativa de produção para importante parcela das famílias assentadas no campo rondoniense desde a década de setenta, e tem nesta virada de século enfrentado uma série de problemas que resultam na perda de produtividade e também na diminuição do volume e da área destinada ao cultivo. A produção que em 1990 é de mais de 20 mil toneladas de amêndoas declina significativamente até o ano de 1996 (5 mil toneladas), para, a partir de então, conhecer certa recuperação, fechando o ano de 2006 com uma produção que não alcança 16 mil toneladas (IBGE-PAM, 2008). Os principais municípios que tradicionalmente se empenham neste tipo de trabalho são também os que mais perdem em produção e produtividade – em Ariquemes, que em 1990 era o maior produtor (mais de 10 mil toneladas), onde se localiza uma unidade da Ceplac (Comissão Executiva para o Planejamento da Lavoura Cacaueira), a quantidade produzida em 2006 fora reduzida a pouco mais de 3 mil toneladas; Ji-paraná e Jaru, outros dois importantes produtores, também têm suas produções significativamente reduzidas. O enfraquecimento das ações e dos recursos destinados à Ceplac, o difícil enfrentamento de pragas como vassoura de bruxa e mais

recentemente a monília do cacauero, mas também as dificuldades de industrialização da produção tornam a atividade menos importante, o que resulta muitas vezes em sua substituição por outros tipos de produção¹²⁶.

O cultivo do café, que é a principal lavoura permanente de Rondônia, praticado pelos colonos que ocuparam o território durante a abertura da fronteira, encontra-se atualmente em processo de diminuição da produção. A produção que em 2001¹²⁷ era de mais de 255 mil toneladas é reduzida a menos de 75 mil em 2006, rebaixando a condição do estado de quinto maior produtor do país (até 2002) para o sexto colocado (2006) (SEAPES-RO, 2007, p.18). As perdas se dão sobretudo em função da diminuição progressiva da produtividade, mas também pela redução significativa da área plantada, quase 223 mil hectares em 2001 para pouco mais de 163 mil ha em 2006 (IBGE-PAM, 2008).

No entanto, a produção de café, que ocorre principalmente na porção central do estado, é até hoje importante atividade para pequenos agricultores assentados. A Emater-RO estima que a cafeicultura proporcione trabalho para mais de oitenta mil pessoas em Rondônia, sendo uma atividade que tem como característica o uso do trabalho familiar¹²⁸, em conjunto com pequenas empresas cerealistas e mesmo algumas pequenas fábricas. O café rondoniense possui um diferencial porque a maior parte do cultivo é da variedade conilon (café robusta)¹²⁹, o que torna o estado o segundo maior produtor brasileiro desta variedade. Os principais municípios produtores de café também se encontram na porção central do estado - Alvorada do Oeste, Cacoal e Ariquemes.

¹²⁶ Em julho de 2007, em visita ao escritório da Ceplac em Ji-Paraná durante trabalho de campo por nós realizado, o responsável pela unidade nos informou que a cultura do cacau em Rondônia é hoje realizada apenas por pequenos produtores pouco capitalizados que não possuem meios de desenvolver outro tipo de atividade. Apontou também a substituição de antigas áreas destinadas ao cultivo para a abertura de novas áreas de pastagem em alguns municípios. A Ceplac-RO recentemente tem atuado de forma a fortalecer as práticas da agroecologia e dos sistemas agroflorestais, como forma de incentivar o cultivo do cacau, especialmente em áreas de assentamento rural ou entre pequenos proprietários. O governo do estado, através de uma política agressiva de incentivos fiscais, e em parceria com a Ceplac, incentiva a vinda de empresas que se dediquem à produção do chocolate, como forma de manutenção da produção cacauera do estado, como fora noticiado na mídia local, em 2008. Uma primeira empresa estava em processo de instalação em Ariquemes, em março de 2008 (Folha de Rondônia, 20/03/2008).

¹²⁷ Até 2001, os dados da Produção Agrícola Municipal, fornecidos pelo IBGE através do Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA), informavam a produção do café em côco, e só a partir de 2002 o dado passa a ser do café beneficiado (ou em grãos). Para se ter uma idéia do dado anterior, em 1990, a produção do café (em côco) de Rondônia foi de mais de 174 mil toneladas (IBGE-PAM, 2008).

¹²⁸ Segundo dados de reportagem publicada no jornal Folha de Rondônia, Ji-paraná, 30/10/2007.

¹²⁹ Esta variedade de café mostrou-se mais adaptada às condições de cultivo do território rondoniense, espécie de maior porte e tolerante à temperatura elevada. “O café do tipo *conillon*, diferente da variedade *arábica*, não é apropriado ao consumo direto, sendo utilizado na fabricação de tintas, na indústria de café solúvel e na composição de *blends* de café torrado, porque otimiza a cor e a consistência da bebida” (BINSZTOK, 2006, p.27).

Em Cacoal, que por muito tempo foi o maior produtor de café do estado, mas também em vários municípios próximos, grande parte dos agricultores é composta por migrantes capixabas e paranaenses que se dedicam a esta atividade agrícola. As dificuldades de beneficiamento, industrialização e comercialização em Rondônia, somadas ao histórico de parentesco dos cafeicultores com agricultores de outros estados do país, levam à prática de uma solidariedade na organização da comercialização do café rondoniense que o integra a um circuito produtivo mais amplo, operado por grandes empresas, visto que a produção é transportada até os estados de Paraná e Espírito Santo para ser beneficiada e exportada, tal como analisado por Jacob Binsztok (2006, 2008).

Assim, a dinâmica recente da agricultura em Rondônia denuncia que aquelas atividades que foram mais valorizadas e apoiadas pelo poder público quando da ocupação das terras aparecem atualmente como atividades que aos poucos perdem importância econômica nas contas do Estado (consideradas mesmo como tradicionais e residuais), já que novos tipos de cultivo, principalmente o da soja, ou mesmo a inserção de atividades novas (ou renovadas), como parece ser o caso da pecuária (agora desenvolvida em moldes industriais), aparecem como mais lucrativas e reorientam as políticas públicas de fomento da produção no campo.

7.2 A agricultura científica e a “produção agrícola racional”

Com o processo de atualização do território no sudoeste da Amazônia, os usos territoriais encontram-se cada vez mais dependentes e ligados às demandas externas. Assim, ainda que haja um discurso da modernização do campo, e da necessidade de mais modernização em ambos os estados (RO e AC), o que de fato ocorre é uma modernização seletiva e corporativa, orientada por grandes corporações ligadas ao agronegócio de exportação. Trata-se de tornar o território “atualizado” em termos de técnica, ciência e informação no que diz respeito àquilo que nele se produz. A agricultura moderna realizada em Rondônia exemplifica este processo, especialmente no que se refere ao cultivo da soja, muito pautado no uso intensivo de ciência e de informação.

O crescimento do cultivo de soja em Rondônia é recente, ocorrendo sobretudo como resultado da viabilização do transporte de cargas na hidrovia Madeira-Amazonas, no final da década de noventa. O estado de Rondônia que até a década de oitenta tinha na exploração madeireira, na pecuária extensiva e na mineração as suas principais atividades econômicas, tem conhecido, especialmente a partir dos primeiros anos do século atual, um crescimento

significativo da produção de soja (que hoje se consolida como o principal cultivo agrícola do estado), reproduzindo assim práticas análogas ao *front* da agricultura moderna de exportação que circunda a Amazônia Legal (especialmente o estado de Mato Grosso).

O fenômeno da inserção e da expansão recentes da soja no sul de Rondônia configura, do modo como ele ocorre, aquilo que Milton Santos (1996, p.132) reconhece como um “acontecer homólogo”, ou seja, aquele acontecer que resulta de uma modernização de áreas agrícolas ou urbanas mediante uma informação especializada, redefinindo funcionalidades e gerando novos contornos espaciais, ainda que o trabalho desempenhado seja, neste caso, demandado de fora do território e realizado com vistas ao mercado externo.

A história da sojicultura em Rondônia inicia-se antes mesmo da consolidação do corredor de exportação do Madeira. No ano de 1979 a unidade da Embrapa em Rondônia instala em Vilhena um campo experimental que, nos anos seguintes (1980 e 1981) inicia experimentos com o cultivo de cereais como arroz, soja, milho e feijão, que, apesar de alguns bons resultados, foram mais tarde paralisados devido à extinção dos programas de incentivo à pesquisa. No final da década de oitenta, Vilhena já possui destaque na produção agropecuária, principalmente com os cultivos do arroz e do milho e desde então também uma incipiente produção de soja, em vastas áreas originalmente ocupadas pela vegetação de cerrados, com topografia propícia à modernização tecnológica e condições edáficas e climáticas que, aliadas a uma logística alternativa, oportunizariam uma produção bastante competitiva.

Em 1996, quando a demanda pelo desenvolvimento de uma agricultura científica e voltada para o mercado externo já ocorre com maior intensidade em todas as regiões do país, o campo experimental da Embrapa em Vilhena reinicia projetos de melhoramento genético da soja, em parceria com a Embrapa Soja (Londrina-PR) e a Fundação Mato Grosso (FMT), visando desenvolver sementes adaptadas às condições locais¹³⁰. Ao mesmo tempo, já havia claros indícios de que a hidrovía do Madeira logo seria viabilizada, sobretudo pelo declarado interesse do Grupo André Maggi neste novo corredor de exportação.

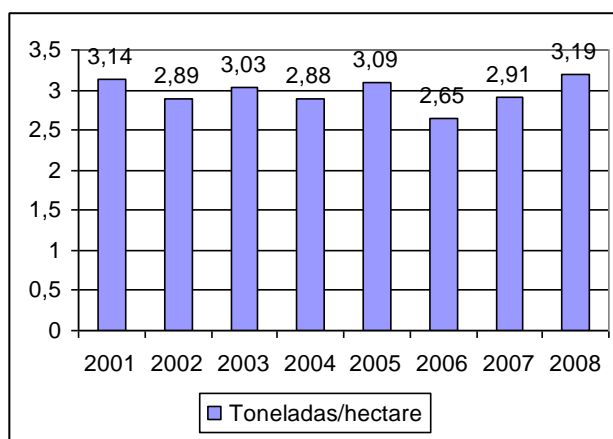
Deste modo, há pouco mais de uma década o chamado Cone Sul de Rondônia (porção sul do estado) é convocado a desenvolver um conjunto de atividades agrícolas voltadas para o mercado externo. O aumento da produção sojícola no sul de Rondônia foi resultado da vinda de produtores que atuavam no Mato Grosso (especialmente paranaenses, gaúchos e paulistas), que, em busca de novas terras para o cultivo, acabaram por promover a transformação da

¹³⁰ As parcerias com estas instituições de pesquisa foram encerradas e, atualmente, o campo experimental da Embrapa em Vilhena desenvolve pesquisas em colaboração com a Fundação Centro-Oeste (Informações obtidas no sítio da Embrapa Agroflorestal de Rondônia, disponível em <<http://www.cpafo.embrapa.br/embrapa/unidade/unidade.htm>>, acesso em agosto de 2007).

produção agropecuária local (baseada no cultivo do arroz e na pecuária de corte), atraída pelos bons resultados dos experimentos com a soja.

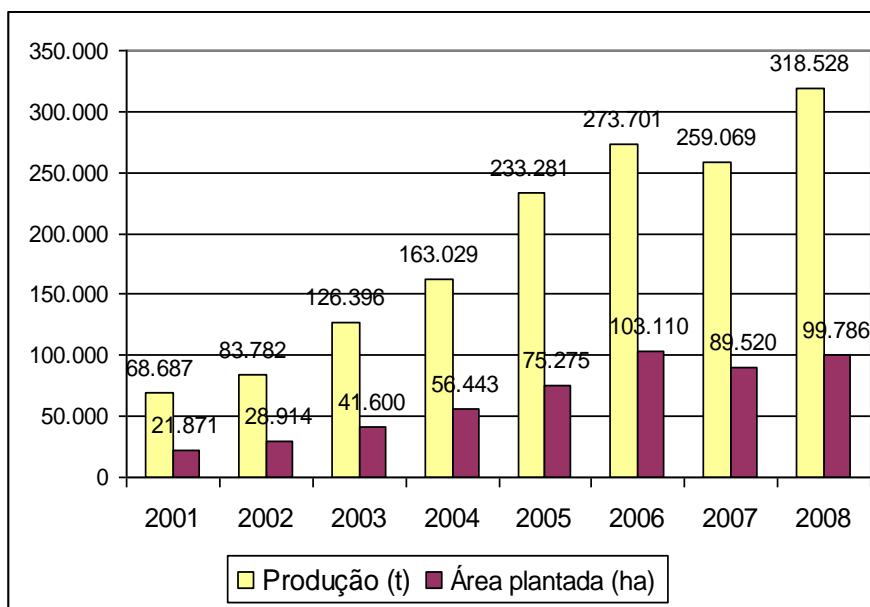
As maiores limitações eram, sem dúvida, a distância dos tradicionais pontos de exportação da produção (portos do Sudeste e Sul do país), dificuldade esta que seria resolvida no final da década de noventa com a viabilização da hidrovia Madeira-Amazonas e o terminal de exportação em Porto Velho. Daí em diante, e fazendo um intenso uso das técnicas mais modernas de produção, o sul de Rondônia torna-se uma das áreas de maior produtividade deste cultivo em todo o território nacional (Gráfico 2).

Gráfico 2. *Produtividade da soja em Rondônia (2001-2008)*



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2007. O dado de 2008 é da SEAPES-RO, 2008. Organizado pelo autor.

Ainda que quando comparada à de outros estados a produção de soja em Rondônia possa parecer relativamente pequena (representou apenas 0,46% do total nacional na safra 2005/2006), entre 2001 e 2008 este cultivo conheceu um aumento muito significativo (Gráfico 3).

Gráfico 3. *Volume produzido e área plantada com soja em Rondônia (2001-2008)*

Fonte: IBGE, PAM, 2007. Os dados de 2008 foram divulgados pela SEAPES-RO 2008, disponível em <http://www.seapes.ro.gov.br/Imprensa/06_08/060801.htm>, acesso em novembro de 2008. Organizado pelo autor.

A inserção de insumos e o uso de técnicas modernas são responsáveis pelo constante crescimento e modernização da produção. O emprego racional de fertilizantes, a gestão em tempo real das informações necessárias ao trabalho de adubação dos solos e da atividade de plantio são alguns exemplos da tecnologia empregada no agronegócio da soja em Rondônia. Maquinários dos mais modernos do mundo realizam o trabalho a partir de um comando que é operado por satélites (através de aparelhos de GPS) que produzem, instantaneamente, diagnósticos de produtividade e cálculo da quantidade necessária de corretivos a ser adicionado ao solo, otimizando o uso de insumos, fertilizantes e venenos, verificando ainda o controle dos espaçamentos e da profundidade das covas para o plantio das sementes, com uma margem de erro de apenas 10 centímetros, configurando um tipo de cultivo comumente caracterizado como “agricultura de precisão”¹³¹.

¹³¹ Produtores de soja em Vilhena são citados em matéria publicada em uma Edição Especial sobre Agronegócio da Revista Veja, em abril de 2004, onde se destacou o emprego da “agricultura de precisão” no município. “Essa tecnologia, a chamada agricultura de precisão, serve no Brasil a pelo menos 4000 máquinas agrícolas. O agricultor gaúcho Adailton Sawaris e seu sócio, o paranaense Nivaldo dos Santos, ambos de 35 anos, conseguem bater recordes de produtividade no município de Vilhena, em Rondônia, com a utilização destas técnicas. A cada safra, eles fazem um histórico com vinte variáveis – como acidez do solo e índice pluviométrico – de cada um dos cinquenta trechos, ou talhões, em que estão divididos 5 600 hectares da plantação de soja. Por meio de um aparelho que localiza coordenadas geográficas com o auxílio de satélites, otimizaram a aplicação de insumos e a pulverização da lavoura, evitando a sobreposição. ‘O plantio é feito com controle automático dos espaçamentos, da profundidade das covas e da quantidade de adubo aplicado’, explica o especialista José Molin, professor da

A representação abaixo (Figura 11), reproduzida de matéria sobre agronegócio em edição especial da Revista Veja (Edição especial n. 30, Agronegócio, 2004), esquematiza o uso destas tecnologias empregadas por agricultores da região de Vilhena.



Figura 11. *Tecnologias empregadas no cultivo da soja no sul de Rondônia*

O uso intenso da técnica e da ciência, muito presente nos maquinários agrícolas sofisticados, nas sementes melhoradas e nos fertilizantes, exemplifica a natureza técnico-científica da produção, permitindo reconhecermos a consolidação de áreas cada vez maiores no sudoeste amazônico em que o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994c, 1996) se faz presente para atender às demandas da agricultura científica globalizada. Trata-se de total reformulação das condições de cultivo, onde a natureza natural cada vez mais dá lugar a uma natureza humanizada e tecnicizada para a produção.

Esta agricultura moderna se encontra concentrada na porção sul do estado, e tem o seu centro difusor no município de Vilhena, que acaba por tornar-se o principal pólo do

agronegócio de exportação do estado¹³², capaz de induzir um processo de especialização territorial produtiva no sul do estado, que, ao mesmo tempo, é um processo criador de hierarquias e de fragmentação territorial.

7.2.1. A lógica corporativa do agronegócio da soja em Rondônia

A experiência da produção de soja no sul de Rondônia, apesar de tratar-se de uma demanda externa, calcada no interesse corporativo de grupos econômicos que detêm o controle das atividades do agronegócio no Brasil, foi capaz de inserir o sudoeste amazônico no mapa dos novos espaços tecnificados da agricultura moderna de exportação. O território modernizado pela agricultura científica ganha verdadeiro *status* de espaço “modelo”, signo do progresso e do crescimento econômico, realimentando a psicosfera legitimadora da atualização corporativa e hierárquica.

A mídia (tanto local como nacional) participa de forma ativa deste processo - no ano de 2005 a Revista Exame apontava Vilhena como um dos dez principais novos pólos do agronegócio do país, sendo que no ano anterior o volume de exportações agropecuárias do município alcançara 31 milhões de dólares (um crescimento de 55% de 2003 para 2004)¹³³. Vilhena concentra a maior parte da produção de soja no Estado de Rondônia, a ponto de podermos identificar no município certa especialização territorial produtiva (PEREIRA, 2007). Para se ter uma idéia, para a safra de 2005/2006, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAPES, 2007), o total da soja produzida no estado alcançou 273.701 toneladas, sendo que, deste total, 110.940 toneladas foram colhidas no município de Vilhena¹³⁴. Hoje, com a inserção do cultivo em outros municípios, há tendência de uma diminuição na participação da produção de Vilhena no total do estado.

¹³² “Desde que a evolução do espaço é, como vimos, dependente dos pólos externos, cumpre levar em conta influências não-locais, condutoras de modernizações. Ora, o efeito de modernização é gerador de um efeito de especialização, quer dizer, de uma possibilidade de dominação. A especialização é responsável por uma polarização. O subespaço mais modernizado, especializado, ganha assim a posição de pólo frente a outros subespaços. Estes se tornam objeto de impacto de várias origens, de ordem e de significação diversas. Os espaços alcançados são assim dependentes de vários sistemas de escalão superior” (SANTOS, 1978, p.108).

¹³³ Vilhena ocupava, numa classificação da Revista Exame, a sétima posição entre os novos pólos do agronegócio brasileiro, com destaque para a qualidade do solo, possibilidades de mecanização e a presença de grandes empresas como a Amaggi, Cargil, Rical (arroz) e o frigorífico JBS-Friboi (SALOMÃO; SEIBEL, 2007).

¹³⁴ Vilhena também possui destaque no estado de Rondônia quando se trata do cultivo de outros cereais, pois é também o maior produtor de milho e de arroz, mas ambas as culturas ocupam áreas bem inferiores quando comparadas à área de cultivo da soja - foram 14.500 ha de milho e 3.500 ha de arroz contra 43.000 ha de soja plantados na safra 2005/2006 (SEAPES, 2007), ainda que atualmente estas outras culturas percam importância no conjunto da atividade agrícola local. Uma das maiores empresas beneficiadoras do arroz em Vilhena, a Rical,

A natureza das atividades indica o quanto o cultivo de soja é dependente de alta tecnologia, informação e vultosos financiamentos. A maioria dos produtores de soja em Vilhena cultiva áreas que variam de 600 a 700 hectares (considerados médios produtores), sendo que existem alguns poucos produtores que desenvolvem a atividade em áreas de 150 a 200 ha. O maior produtor do município planta cerca de 10 mil hectares e outros dois grandes produtores plantam em média 5 mil ha¹³⁵. Às facilidades de escoamento da produção (que segue até Porto Velho via BR-364) soma-se uma produtividade média que tem apresentado seguidamente alguns dos maiores índices do país, chegando a alcançar mais de 3 mil quilos por hectare (SEAPES, 2006, p.28). Com tais condições, a produção de soja alcança, também de forma rápida, outros municípios do estado, sobretudo na sua porção sul (Figura 12).

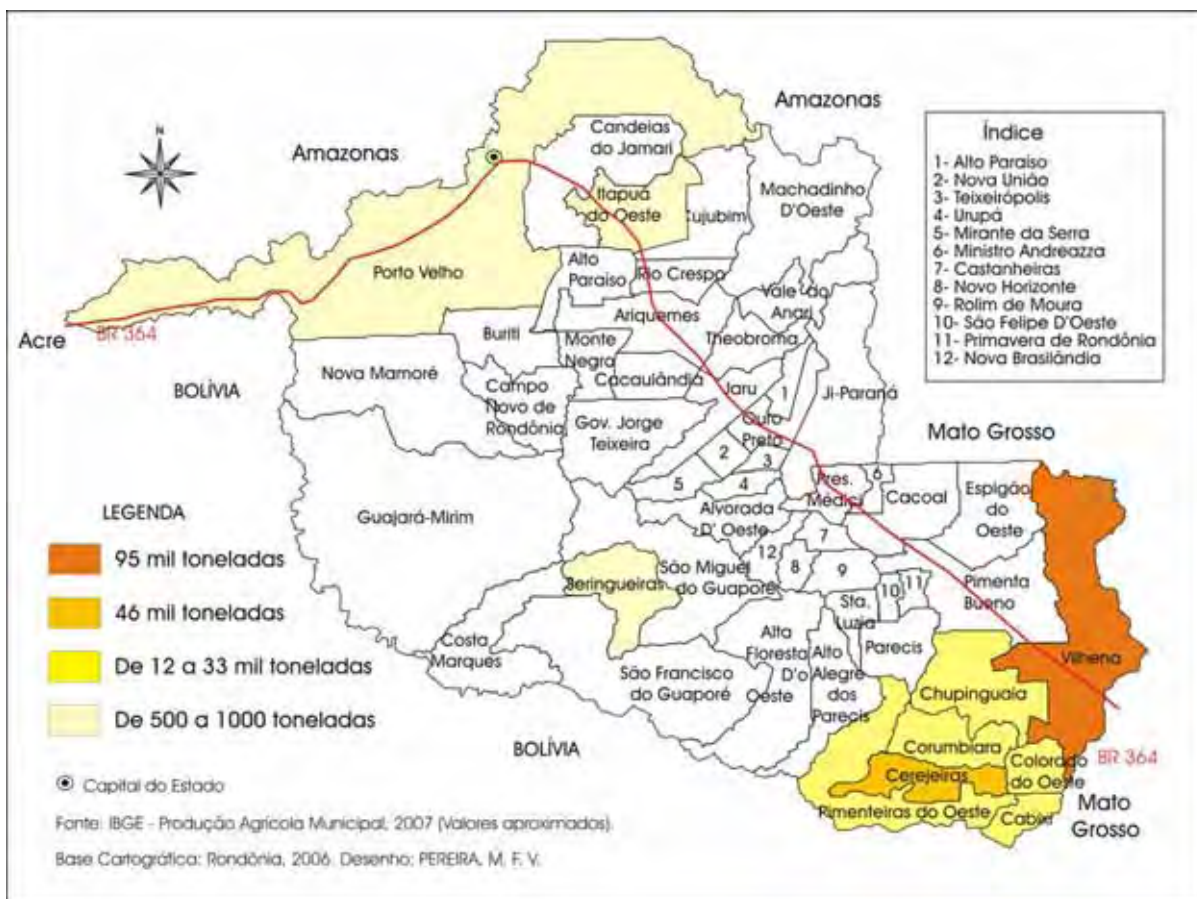


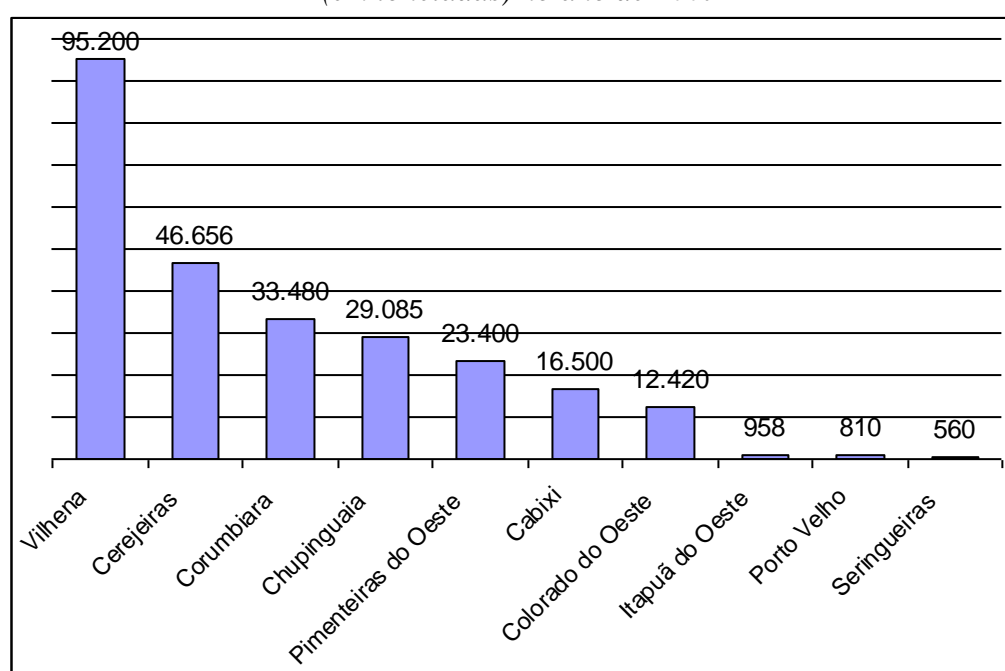
Figura 12. Municípios produtores de soja em Rondônia (2007)

chegou a arrendar parte de sua planta industrial para o grupo Cargill, que adaptou as infra-estruturas para a secagem e armazenamento dos grãos de soja.

¹³⁵ Estes dados foram obtidos em trabalho de campo realizado em Vilhena (julho de 2007), a partir de informações colhidas em empresas de consultoria agropecuária (Plante Bem) e de comercialização da soja (Amaggi).

É o caso, por exemplo, dos municípios de Cerejeiras, onde a atividade tem se mostrado mais próspera, inclusive com expectativas de superar a produção de Vilhena¹³⁶, Corumbiara, Colorado do Oeste, Cabixi, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste, todos estes municípios no sul do estado¹³⁷, mas também de alguns outros municípios onde se desenvolve uma produção ainda pequena (Gráfico 4).

Gráfico 4: *Municípios produtores em Rondônia e quantidade produzida (em toneladas) no ano de 2007*



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2007. Organizado pelo autor.

Os grandes grupos empresariais que controlam as atividades do circuito produtivo da soja no país logo se instalam no território rondoniense, e têm se mostrado essenciais no que diz respeito à organização da produção e do transporte, bem como da assessoria e do financiamento. O primeiro grande grupo a instalar uma unidade em Vilhena foi o Grupo

¹³⁶ Informações obtidas na empresa Plante Bem e na Unidade da Amaggi em Vilhena, indicam que as possibilidades de expansão das áreas de cultivo de soja no município de Vilhena estão totalmente esgotadas. Todas as áreas de cerrado que oportunizam a produção moderna e mecanizada já foram tomadas por este cultivo, sobrando apenas espaços impróprios. Daí a expectativa de expansão da soja em Cerejeiras e municípios do seu entorno.

¹³⁷ Desde o ano de 2005, os municípios produtores de soja em Rondônia são os seguintes (em ordem decrescente da produção: Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Colorado do Oeste (porção sul de Rondônia). Há também uma produção muito pequena nos municípios de Itapua do Oeste, Porto Velho e Seringueiras (menos de mil toneladas em cada um) (Produção Agrícola Municipal – PAM, 2006, 2007).

André Maggi, o principal responsável pelo avanço do cultivo da soja em Rondônia. A Amaggi Importação e Exportação, Unidade de Vilhena, foi instalada no ano de 1997, e iniciou suas operações em 1998, coincidindo, portanto, com a instalação e funcionamento da hidrovia do Madeira-Amazonas, por onde é escoada toda a produção do estado.

O Grupo André Maggi mantém em Vilhena uma unidade que realiza atividades de compra, secagem e armazenamento de grãos, além dos serviços de financiamento, venda de fertilizantes e suporte técnico e de consultoria aos produtores da região, o que caracteriza o Grupo André Maggi como o principal agente organizador da produção sojícola no município, ainda que, no estado de Rondônia, o Grupo não se dedique ao plantio da soja. Esta unidade de Vilhena recebe e comercializa a produção proveniente dos municípios de Vilhena, Chupinguaia e também do município de Comodoro, no Mato Grosso.

Segundo informações por nós obtidas através de entrevista com o gerente da Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena (julho de 2007), 60% da produção realizada no município na safra 2006/2007 (que equivale a cerca de 60 mil toneladas), foi comercializado pelo Grupo através de seu escritório local. Atualmente, o Grupo André Maggi divide a comercialização da soja com o Grupo Cargill¹³⁸, instalado em Vilhena desde 2004 (Fotos 4).



Fotos 4. *Unidades de comercialização de soja em Vilhena*

Às margens da BR-364, na área periférica de Vilhena, infra-estrutura dos Grupos André Maggi (à esquerda) e Cargill (à direita). (Fotos do autor, julho de 2007).

¹³⁸ Pretendíamos entrevistar os administradores da Unidade do Grupo Cargill, visando avaliar as atividades do grupo em Rondônia. No entanto, em mais de uma ocasião, funcionários da unidade do grupo em Vilhena não se dispuseram a realizar a entrevista.

Em Cerejeiras, segundo maior produtor do estado, que dista pouco mais de 120 km de Vilhena (com acesso pela RO-399), o crescimento da produção de soja ocorre com muita rapidez (24 mil ton. em 2005 e 48 mil ton. em 2006 – IBGE-PAM 2007). As perspectivas de crescimento da produção em Cerejeiras e nos municípios vizinhos levaram a instalação de uma unidade de comercialização do Grupo André Maggi neste município no ano 2000, sendo que tal unidade recebe, armazena e comercializa a produção que é realizada em cinco municípios. Ainda segundo informações do gerente da unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, a unidade de Cerejeiras é importante porque a produção lá realizada (Quadro 4), bem como nos municípios atendidos por tal unidade, é mais competitiva do que a realizada em Vilhena, por conta das condições naturais do solo¹³⁹.

Quadro 4. *Caracterização das unidades de comercialização do Grupo André Maggi em Rondônia*

Características	Unidade de Vilhena	Unidade de Cerejeiras
Data de Instalação/funcionamento	1997/1998	2000
Municípios atendidos	Vilhena, Chupinguaia e Comodoro-MT	Cerejeiras, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste, Colorado do Oeste e Cabixi
Nº de produtores que mantêm relação estável de comercialização na Unidade	20	40
Capacidade de armazenamento	3.660	4.500
Capacidade de secagem dos grãos (toneladas por dia)	600	600

Fonte: Grupo André Maggi (Pesquisa direta / Trabalho de campo, junho de 2007). Organizado pelo autor.

O crescimento da produção nestes municípios também levou a instalação de uma Unidade do Grupo Cargill em Cerejeiras (em 2005), ainda que, nos parece, a maior parte da produção de soja em Rondônia deva ser comercializada pelas unidades do Grupo André Maggi. Deste modo, mesmo que existam outras empresas menores que compram a soja produzida em Rondônia (especialmente para a industrialização local), os Grupos Amaggi e Cargill acabam estabelecendo um oligopólio da comercialização (Fotos 5).

¹³⁹ O gerente da Unidade do Grupo Amaggi em Vilhena (que já foi o administrador da unidade do grupo em Cerejeiras), argumenta que a produção de soja em Cerejeiras é mais competitiva porque economiza-se um terço dos gastos com adubos e fertilizantes, mesmo com um maior gasto no deslocamento das cargas até a BR-364 (quando comparado a Vilhena).



Fotos 5. *Unidades de comercialização de soja em Cerejeiras*

Instalações do Grupo André Maggi (à esquerda) e do Grupo Cargill (à direita), na rodovia RO-399.
(Fotos do autor, junho de 2007).

Há de se levar em conta que estes grandes grupos ainda lucram com atividades como a venda de fertilizantes e o financiamento da produção. No que tange ao financiamento, embora não tenhamos tido acesso aos dados de contratos de crédito na Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, há claros indícios de que o Grupo seja o maior financiador da atividade em Rondônia¹⁴⁰. Em visita à agência local do Banco do Brasil, foram fornecidos alguns dados que demonstram que o financiamento da produção deve, de fato, ser muito mais contratado nas instituições privadas¹⁴¹ (Tabela 6).

¹⁴⁰ Durante o trabalho de campo para a pesquisa, tanto o gerente da Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, quanto o operador de Crédito Rural da agência local do Banco do Brasil, nos deixaram clara impressão de que os grandes grupos do agronegócio (e especialmente o André Maggi), são os maiores financiadores da atividade em Rondônia. O próprio operador de Crédito Rural do Banco do Brasil estranhou o fato de os empréstimos para o custeio da pecuária de corte serem maiores do que os empregados no cultivo de soja, reafirmando que os grandes grupos que comercializam a *commodity* no município são os principais financiadores da atividade. Um funcionário da mais antiga empresa de consultoria agrícola de Vilhena (a Plante Bem), em entrevista a nós concedida em julho de 2007, também declarou ser muito mais fácil o produtor tomar empréstimo em empresas como Amaggi e Cargill, visto que o processo no Banco do Brasil é lento e burocrático, enquanto que as exigências ambientais do Banco da Amazônia (BASA) tornam praticamente inviável o financiamento para a soja.

¹⁴¹ As operações de crédito que aparecem na Tabela designam o número de propostas que foram contempladas pelo Banco do Brasil, e podem ter sido realizadas por um mesmo produtor.

Tabela 6. *Principais operações de crédito agrícola realizadas na Agência do Banco Brasil em Vilhena-RO*

Modalidades*	Número de operações	Saldo (R\$)
Pecuária de corte	25	1.566.746,00
Soja	13	1.414.190,00
Milho (safrinha)	05	869.334,00
Correção do solo	08	671.542,00
Máquinas agrícolas	07	392.130,00

*Foram estas as modalidades que apresentaram os maiores volumes atuais de contratação de crédito.
Fonte: Banco do Brasil, Pesquisa direta na agência de Vilhena (06 de julho de 2007). Org. pelo autor.

Das informações aqui reunidas, pode-se concluir que, tal como ocorre em outras regiões do país, a produção de soja no estado de Rondônia é muito dependente da atuação destes grandes grupos do agronegócio, sobretudo o Grupo André Maggi (que nas palavras do gerente da Unidade de Vilhena, foi o principal responsável pelo desenvolvimento da soja em Rondônia). A dependência se faz presente na hora de tomar os financiamentos, no momento da comercialização da produção, na compra dos insumos, etc. o que acaba por tornar o produtor “rendido” às práticas e intenções destes grandes grupos. O território, por demais organizado em função de tais agentes, acaba de certo modo por funcionar como um “território corporativo”, porque é orientado a atender as demandas de tais empresas hegemônicas.

Para além dos investimentos públicos para a viabilização da hidrovía, bem como as melhorias necessárias ao fluxo das cargas na BR-364, localmente, os municípios acabam por arcar com uma série de custos para a instalação de infra-estruturas indispensáveis à produção e comercialização. Este é o caso, por exemplo, do Grupo André Maggi, que recebeu importantes incentivos para a instalação tanto da unidade de Vilhena – com doação de terreno e isenção de IPTU por um período de dez anos (1997-2006), quanto da unidade de Cerejeiras, cujo município doou terreno e isentou o pagamento de IPTU por cinco anos¹⁴².

A geração de empregos com este tipo de empreendimento é mínima. Em Vilhena, na Unidade do Grupo que pudemos visitar (julho de 2007), eram apenas sete funcionários (quatro no escritório e três operacionais), número este que aumenta no período de safra (seis no escritório e dezoito operacionais, excedente este que é terceirizado).

É a racionalidade da ação corporativa do capital atraindo a preocupação do poder público, ou seja, uma orientação das políticas e dos recursos públicos que são empenhados

¹⁴² Informações obtidas na Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, durante trabalho de campo realizado em junho de 2007.

para viabilizar a acumulação de agentes privados, enquanto que as necessidades da maior parte da população são deixadas em segundo plano.

7.2.2. *A dependência externa e a instabilidade como novas condições do território*

Em que pese os esforços já consolidados de atualização do território para a produção “racional”, com o empenho de grandes investimentos públicos e privados, o trabalho moderno desempenhado nestes espaços da agricultura científica de exportação mostra-se extremamente frágil no que diz respeito a sua própria regulação. Em outras palavras, como os nexos externos se fazem agora muito mais presentes, a atualização do conteúdo territorial contempla também uma atualização dos comandos e do controle da produção, que agora são guiados pelas necessidades de mercados distantes e de agentes alheios à organização do trabalho e da vida no lugar.

Numa primeira vista tudo parece prosperar nos espaços modernos em que se pratica a produção de soja – no campo, as grandes extensões do cultivo, as máquinas e as infra-estruturas gigantescas de armazenamento; nas cidades deste “campo moderno”, as grandes concessionárias de automóveis, de implementos agrícolas, a quantidade de caminhonetes importadas nas ruas, etc.; no entanto, é preciso considerar que a atualização do território, da forma como se deu, foi também acompanhada de certa instabilidade. O território é tornado ainda mais instável (SANTOS, 1978; SANTOS, SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2002), vulnerável ao mercado e às finanças externas. É assim que quanto mais o território se mostra instrumentalizado e propenso a esta agricultura científica globalizada, mais também esta mesma racionalização modernizadora o torna alienado, exigindo-lhe uma obediência cega ao mercado. Em Vilhena, por exemplo, onde a declarada modernidade técnico-científica preside as ações da agricultura globalizada, a queda do dólar estadunidense (moeda eleita pelos agentes hegemônicos para o comércio das *commodities*) fez a renda e a produção recuarem, na mesma medida em que as dívidas cresciam.

Os anos de 2005 e 2006 foram muito representativos de como esta dependência do mercado externo é capaz de tornar os espaços do agronegócio de exportação extremamente vulneráveis e instáveis. Com a queda do dólar, as regiões produtoras do Sul do país voltam a ser mais rentáveis (pelo menor gasto com o escoamento da produção), fenômeno este capaz

de produzir um rearranjo do uso do território pela atividade agrícola de exportação (KAHIL, 2008)¹⁴³.

Vilhena e demais municípios produtores de soja em Rondônia também se submetem a tal dependência e instabilidade – levantamentos por nós realizados¹⁴⁴ demonstraram, por exemplo, que os empréstimos tomados para custeio da safra de soja 2006/2007 no Banco do Brasil, agência de Vilhena, eram praticamente correspondentes ao total das dívidas pendentes (e renegociadas) contraídas pelos sojicultores nas safras anteriores (2004 e 2005). Esta situação não ocorre apenas porque os maiores financiadores da produção são, há muito tempo, os grandes grupos que comercializam a soja, mas principalmente por fatores externos (câmbio, dinâmica do mercado internacional, etc.) cuja regulação escapa aos produtores e à região – daí o clima de desolação e mesmo de desespero de muitos empresários do agronegócio em Vilhena, pois, por mais modernos e técnicos que sejam os maquinários, os insumos, as sementes, e por maior que seja a produtividade alcançada, os produtores muitas vezes acabam sendo vitimados pelos preços baixos da soja no mercado externo¹⁴⁵.

O pior é que, uma vez endividados, seja com instituições financeiras públicas, seja com os grandes grupos que comercializam os grãos (sendo que estes últimos cobram o dobro das taxas de juros praticadas pelo Banco do Brasil, por exemplo¹⁴⁶), não há outra opção a não ser contratar mais crédito e deste modo entregar-se a um círculo vicioso que não se esgota na próxima safra (ainda que haja dinheiro e crédito para mecanizar/modernizar cada vez a produção, ou adquirir as caminhonetes importadas) (PEREIRA, 2008, p.430).

Neste espaços da produção moderna de exportação, o cotidiano dos agentes e as ações solidárias e obedientes à agricultura moderna, parecem a todo tempo ser gerenciados por esta mesma racionalidade de modernização concentradora, obediente a comandos exógenos e que, também de fora, impõe uma quantidade sem fim de regras a serem cumpridas. É assim que, na cidade do campo moderno,

Dá-se, na realidade, também uma certa militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem

¹⁴³ Várias cidades do Centro-Oeste do país que se dedicam à agricultura de exportação enfrentaram problemas com a crise causada pela queda do câmbio, tal como fora apontado em diversos meios de comunicação do país no primeiro semestre de 2007 (vide, por exemplo, a reportagem de Márcia De Chiara, em O Estado de São Paulo, 20 maio de 2007).

¹⁴⁴ Dados levantados na agência do Banco do Brasil em Vilhena, em trabalho de campo realizado em julho de 2007.

¹⁴⁵ Pudemos ouvir tais tipos de comentário/lamentações de um agrônomo da empresa de consultoria Plante Bem e também de um comerciante de sementes em Vilhena, durante o trabalho de campo, em julho de 2007.

¹⁴⁶ Em julho de 2007, enquanto as taxas de juros do Banco do Brasil eram de 6,75% ao ano, Grupos como o Amaggi e Cargill cobravam em Vilhena taxas em torno de 14% ao ano aos produtores (dados obtidos em trabalho de campo em Vilhena, junho de 2007).

cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados. Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair (SANTOS, 2000, p.89).

Os problemas maiores que atingem aos produtores locais (baixo preço da produção, alto custo dos insumos, etc.) têm origem externa, razões globais. Estes problemas todos escapam a qualquer regulação que tenha origem no lugar¹⁴⁷.

É deste modo que a agricultura moderna de exportação da soja realizada em Rondônia, assim como em outras regiões do país, acaba por configurar a existência de regiões ou espaços do fazer (SANTOS, 1994c; SANTOS; SILVEIRA, 2001), obedientes e submissos aos comandos externos. São regiões (re)definidas sobretudo pelos nexos externos, alienadas porque funcionais a espaços que lhes são alheios, resultando na constituição de espaços sem autonomia política para decidir sobre seus próprios rumos. No dizer de Milton Santos, “É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger”¹⁴⁸ (SANTOS, 1994c, p.92).

7.3 A modernização recente da atividade pecuária:

Crescimento, industrialização e inserção no moderno circuito espacial de produção

A atividade de criação de bovinos para a produção de carne e leite é realizada em grande parte dos municípios do sudoeste amazônico, com usos muito diferenciados de técnica e também com acesso muito variado à assistência e ao crédito. A criação de pequena quantidade de animais para o consumo próprio ou venda de algum excedente ocorre em grande parte das propriedades nas colônias rurais e também em assentamentos de reforma agrária, sobretudo quando se trata da pecuária leiteira.

Em que pese ser uma atividade realizada e em expansão desde a década de setenta, tal como demonstramos na primeira parte do trabalho, apenas recentemente a pecuária nos

¹⁴⁷ Em reportagem publicada em 2007 no Jornal Folha de Rondônia (LOCKS, 2007), foi destacado um aumento de 80% em dólar do preço dos fertilizantes, problema que interfere diretamente no plantio da soja no estado. Alguns agricultores rondonienses haviam preferido abandonar a atividade e dedicar-se à pecuária ou ainda a culturas menos onerosas como a do milho ou arroz.

¹⁴⁸ E o autor continua, concluindo que “O fundamento etimológico da palavra *região* é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando” (SANTOS, 1994c, p.92) (Grifo no original).

estados de Acre e Rondônia conhece transformação e modernização significativas. É toda uma reestruturação produtiva que ocorre em função da própria reestruturação do território, garantindo as condições materiais de desenvolvimento de uma produção que aumenta e alcança mercados mais amplos no período atual.

7.3.1. Modernização e expansão da pecuária leiteira

Quanto à pecuária leiteira, tanto Rondônia quanto Acre possuem importante número de pequenas e médias empresas que se dedicam ao beneficiamento e produção de derivados de leite. No entanto, é em Rondônia, mais uma vez, que a atividade ganha maior volume e importância econômica no período atual. Dois municípios em Rondônia apareciam no ano de 2007 entre os vinte maiores produtores de leite do país - Jaru (o 16º colocado no *ranking* nacional, com produção de 68 milhões de litros) e Ouro Preto do Oeste (que ocupou a 19ª colocação, com uma produção de 63 milhões de litros) (COELHO, 2008 / Jornal Folha de Rondônia)¹⁴⁹.

Alguns grandes laticínios existentes no território rondoniense destacam-se pela quantidade de leite processada e pela distribuição da produção, que alcança outros estados do país. É o caso do Laticínio Tradição (que recebe 800 mil l. de leite diariamente, entregues por 9 mil produtores do estado) e também do Leite Primalat, dois dos maiores empreendimentos do estado de Rondônia, ambos localizados no município de Ji-Paraná, que contam com apoio do Programa de Incentivo Tributário (PIT) do Estado de Rondônia¹⁵⁰. O Grupo Parmalat, que segundo a Associação Brasileira de Produtores de Leite (LEITE BRASIL, 2008) é hoje o quarto maior grupo do setor em atividade no país, adquire em 1994 uma das maiores plantas industriais do estado, no município de Ouro Preto do Oeste¹⁵¹. A produção é também realizada por empresas de menor porte, como é o caso, por exemplo, das empresas Laticínios

¹⁴⁹ Em 2006, estes mesmos municípios detinham os maiores rebanhos leiteiros do estado – Jaru com pouco mais de 300 mil cabeças, e Ouro Preto com 260 mil cabeças (SEAPES-RO, 2007, p.28).

¹⁵⁰ O Governador Ivo Cassol comenta (de forma contraditória) a isenção de impostos ao Laticínio Tradição – “Este empreendimento é um exemplo para o estado e para o Brasil. Os empresários querem garantia de um governo sério para investir, e esta é a realidade de Rondônia. Nós concedemos os incentivos fiscais e temos programas de melhoria da qualidade do leite, das pastagens e genético, através da Emater e da Secretaria da Agricultura, e o resultado está aqui: uma empresa que gera empregos e impostos que são revertidos em benefício da população”. Dados das empresas e depoimento divulgados pela DECOM-RO, em 08/02/2008.

¹⁵¹ Segundo dados divulgados pelo grupo (PARMALAT, 2008), a fábrica de Ouro Preto do Oeste possui capacidade para beneficiar até 2.560 mil litros de leite por mês, e se dedica à produção de leite, queijo e manteiga, produção esta que é destinada ao consumo nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.

Rolim de Moura (com a marca Miraella) em Rolim de Moura, e do Laticínios Santa Luzia (marca Tradição) no município de Santa Luzia.

Além dos incentivos tributários, o governo de Rondônia investe em ciência e tecnologia para viabilizar a pecuária leiteira. A Seapes-RO em parceria com a Emater-RO desenvolvem o Programa de Melhoria da Qualidade do Leite (Pró-Leite), e o Projeto Inseminar¹⁵², que, implantado em 2004, já realizou inseminação artificial em mais de 23 mil matrizes, visando melhoramento genético do rebanho leiteiro do estado, assegurando melhora do produto e aumento da produtividade, já que as empresas recém instaladas necessitam de ofertas territorialmente próximas da matéria-prima.

Exigente de um movimento ainda mais rápido no que se refere ao transporte de insumos e mesmo da produção, os laticínios rondonienses encontravam-se mais bem distribuídos do que os frigoríficos no ano de 2004, ainda que o eixo da BR-364 apareça como fator organizador da localização dos empreendimentos (Figura 13). É a existência de um maior número de empreendimentos (grande parte deles de pequeno porte), que ocorrem em função de uma produção dispersa no território, em boa parte organizados entorno de cooperativas que recolhem a produção de pequenos e médios produtores.

No estado do Acre, onde a produção de leite e laticínios é bem menos expressiva, uma das maiores empresas do ramo é a Laticínios Sila, que beneficia em Rio Branco até 150 mil litros de leite por mês. Outros estabelecimentos de pequeno e médio porte atendem mercados consumidores locais, e estão presentes nos municípios de Rio Branco (como é o caso dos Laticínios Fronteira e Tavita), em Brasiléia (Laticínios Roma), em Porto Acre (Laticínios Buriti) e Acrelândia (Laticínios Acrelândia), entre outros.

Ainda que a pecuária leiteira ganhe importância como atividade no campo tanto em Rondônia quanto no Acre, é a pecuária de corte que conhece uma maior instrumentalização.

¹⁵² Foram investidos, de 2004 a meados de 2008, mais de 11 milhões de reais em recursos públicos no projeto de melhoramento genético do rebanho leiteiro em Rondônia (SEAPES-RO, 2008; em reportagem de 26/06/2008).

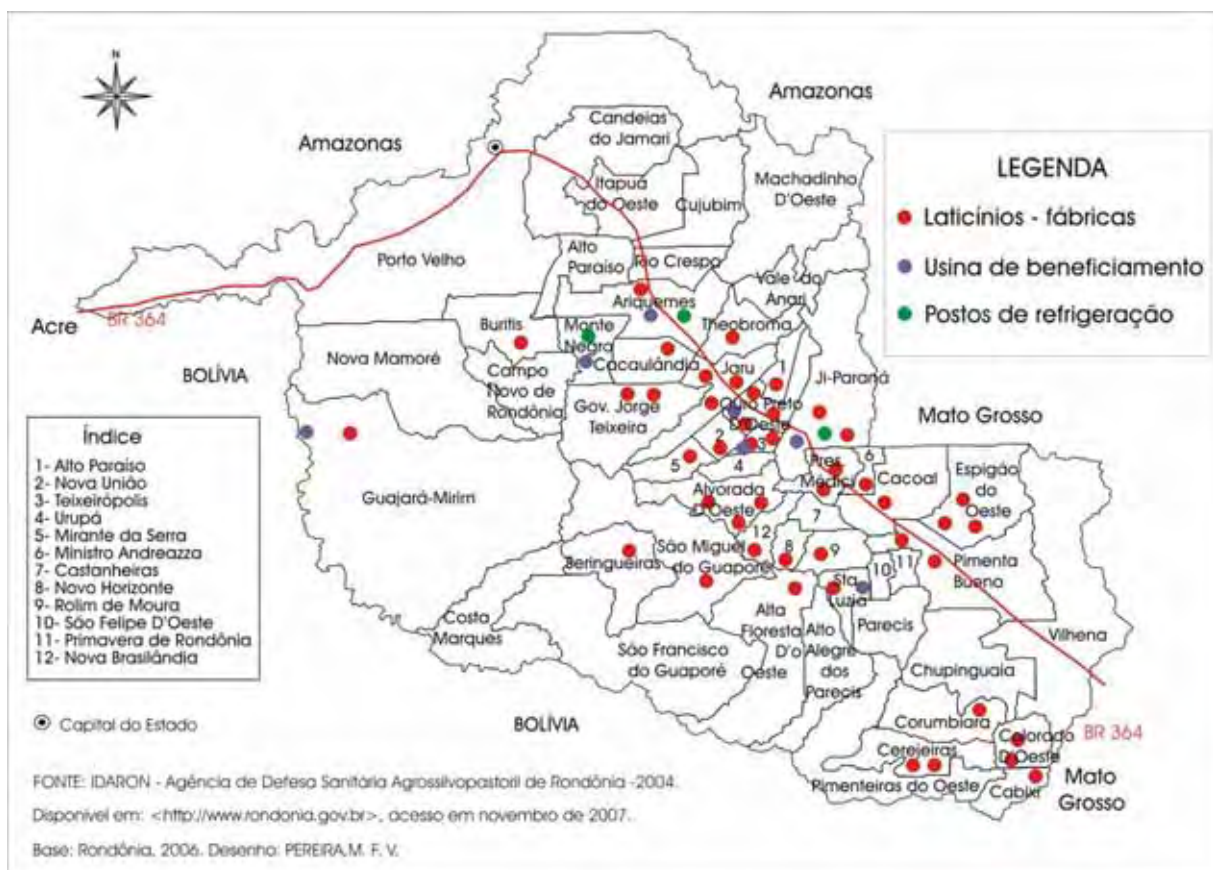


Figura 13. Estabelecimentos de beneficiamento do leite no Estado de Rondônia (2004)

7.3.2 A pecuária de corte: modernização, industrialização e exportação

No sudoeste amazônico, produtores de médio e grande porte praticam atividades voltadas para a criação de gado de corte, que, num primeiro momento é voltado para o consumo em outras regiões do país e, mais tarde, e mesmo por conta das dificuldades de transporte em algumas áreas, esta produção se volta para um consumo próximo, localizado na própria região ou em estados vizinhos. É o caso, por exemplo, de grandes produtores pecuários e também de alguns frigoríficos que atuam na exploração de mercados locais.

O Frigorífico Quinder, de propriedade do ex-governador do estado do Acre Orleir Cameli, exemplifica este tipo de empreendimento – em que pese ser um dos maiores frigoríficos do estado do Acre, com acesso a financiamentos públicos e importantes investimentos em tecnologia, a sua localização em Cruzeiro do Sul condiciona a comercialização da produção, que é vendida no vale do Juruá e em parte destinada para o estado do Amazonas. O vale do rio Acre, por sua vez, tem a atividade da pecuária de corte

dinamizada pela presença de grandes matadouros no município de Boca do Acre-AM, tornando assim boa parte da produção acreana tributária deste dinamismo que tem origem no estado do Amazonas.

É o estado de Rondônia que, mais uma vez, e como resultado de uma política estadual que valoriza a agropecuária como estratégia de desenvolvimento econômico, aparece muito a frente do Acre no que se refere à produção agropecuária e agroindustrial, aparecendo atualmente como uma das unidades da federação em que mais cresce a produção e o abate de bovinos.

A melhora nas condições de tráfego, o preço mais baixo da terra para a formação de fazendas, o *status* de área livre de doenças sanitárias, conquistado a partir do ano de 2003¹⁵³ (especialmente para a febre aftosa, o que possibilitou a exportação para mercados da Europa), figuram como condições muito propícias ao fortalecimento da atividade, fatores estes que levaram a instalação de grandes frigoríficos no estado, a partir do ano 2000.

No entanto, para a compreensão desta transformação recente da pecuária rondoniense, é preciso levar em conta o papel desempenhado pelos novos arranjos normativos que garantem a viabilidade das atividades. A maior parte dos grandes empreendimentos de industrialização da carne desfruta de amplos incentivos territoriais que tornam a atividade por demais lucrativa no território rondoniense. O programa estadual de isenção de impostos - Programa de Incentivos Tributários do Estado de Rondônia (PIT); que isenta até 85% do pagamento de ICMS (por um período de até 180 meses) das empresas instaladas a partir do ano 2000, aparece definitivamente como o principal ingrediente que garante o crescimento da atividade pecuária no território¹⁵⁴.

É todo um conjunto de esforços enfrentados pelo poder público estadual de Rondônia, nesta virada de século, visando o crescimento da atividade pecuária, que é eleita como uma das principais vias de crescimento econômico do estado. Em que pese a condição de integrar a chamada Amazônia Legal, e todo um aparato jurídico normativo que prevê a preservação de recursos naturais (especialmente a cobertura florestal), dados recentes indicam não só o

¹⁵³ Informações divulgadas no Jornal Folha de Rondônia, na reportagem “Rondônia é o 5º colocado no ranking de abate”, Caderno Agropecuária, Ji-Paraná, 31/01/2008.

¹⁵⁴ O fato é comemorado pelo Governo do Estado como verdadeira solução para o crescimento econômico de Rondônia – “Estes números (os do Programa de Incentivo Tributário) ajudam a explicar, entre outras coisas, porque, no consolidado do primeiro trimestre de 2008, em comparação a igual período do ano passado, enquanto as exportações de carne de Minas Gerais caíram 26,88%, as exportações do Rio Grande do Sul diminuíram 47,55% e as de São Paulo foram reduzidas em 9,88%, a nossa balança comercial cresceu, somente neste item (carne), exatos 121,36%”, afirma Marco Antonio Petisco, titular da Secretaria de Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES), que administra os recursos do PIT (Programa de Incentivo Tributário do Estado de Rondônia)” (DECOM, 16/04/2008).

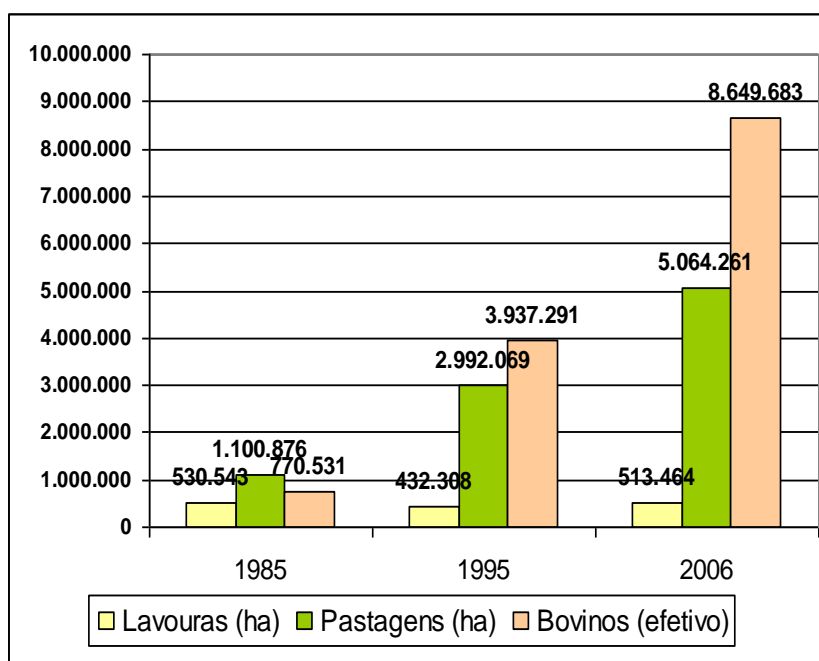
aumento das áreas de lavoura, mas também um aumento tanto das áreas destinadas à pastagem quanto do número de bovinos (Tabela 7 e Gráfico 5). O número de bovinos cresce proporcionalmente mais do que a área de pastagem, dado este que indica o aumento da produtividade da pecuária, realizada agora com insumos técnicos e científicos próprios deste período.

Tabela 7. *Evolução da área com lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1970-2006)*

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras (ha)	44.636	193.463	373.431	530.543	432.308	513.464
Pastagens (ha)	132.192	224.570	752.837	1.100.876	2.992.069	5.064.261
Bovinos	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937.291	8.649.683

Fonte: IBGE, 2007 (Censo Agropecuário 2006 - Resultados Preliminares), p.49. Os dados de 2006 são preliminares e sujeitos a alteração. Organizado pelo autor.

Gráfico 5. *Aumento das áreas de lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1985,1995,2006)*



Fonte: IBGE, 2007. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares), p.49.

O efetivo bovino (gado de corte) em 2006 é mais do que o dobro daquele encontrado em 1995, situação esta viabilizada pela transformação e incremento dos sistemas de objetos, de ações e de normas mobilizados para dinamizar a atividade pecuária em Rondônia a partir

do ano 2000. São principalmente os incentivos fiscais e territoriais que atuam de forma mais incisiva para atração de investimentos de capital privado no setor. Técnica e normativamente preparado para acolher tais atividades, no ano de 2007 o estado de Rondônia torna-se o quinto maior estado brasileiro em número de bovinos abatidos (com 1.901.609 cabeças abatidas), depois dos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais (os quatro primeiros do *ranking* nacional). No ano 2000, Rondônia ocupava a 10ª posição em número de abates no país, (com pouco mais de 400 mil cabeças) (Folha de Rondônia, 31/01/2008).

A pecuária moderna é voltada para a produção do chamado “boi verde”, no mais das vezes o gado nelore criado de forma extensiva, em pastagens plantadas muitas vezes em áreas que normalmente aparecem como áreas degradadas (pela prática agrícola ou mesmo resultantes de pastos pouco produtivos). O destino da produção também demonstra quanto a atividade pecuária está voltada para o mercado externo. Em 2007, segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), acompanhado do crescimento da produção, Rondônia também participa, *pari passu*, da lógica do trabalho e da produção voltados para a exportação, alcançando a quinta colocação entre os estados exportadores de carne do país (Tabela 8).

Tabela 8. Rondônia – exportações de carne bovina (2004-2007)

	2004	2005	2006	2007
Volume exportado (em toneladas)	8.172	20.707	50.992	103.476
Participação na exportação total	0,70%	1,50%	3,30%	6,30%
Posição entre os estados exportadores	9º	8º	6º	5º

Fonte: ABRAFRIGO, 2008. Organizado pelo autor.

Os dados recentes revelam que, ao passo que Rondônia alcança, ano a ano, novas colocações entre os maiores estados exportadores, o volume de carne exportada aumenta em mais de dez vezes nos últimos anos (2004-2007). No entanto, se o discurso do desenvolvimento econômico sustenta as políticas de incentivo fiscal, tanto a criação de animais quanto a industrialização da produção não ocorrem de forma homogênea no território e a riqueza produzida não se reverte em vantagens nem para a maior parte dos municípios e nem mesmo para as empresas locais.

Esta é também uma “novidade” do período – a produção moderna da carne industrializada é realizada por algumas poucas empresas (em sua maioria de capital externo à região) e destinada aos mercados do exterior e sobretudo da Região Concentrada do país,

onde a renda se realiza e é apropriada. Os grandes grupos que se dedicam à pecuária de corte em Rondônia praticam topologias que alcançam praticamente todo o território nacional (muitos das quais com forte ligação com capitais e grupos estrangeiros). Estes grupos são os mais beneficiados pela farta política de incentivos do estado e acabam assim por centralizar a maior parte da produção, ao mesmo tempo em que operam uma acumulação centralizadora do capital. Assim, mesmo que o estado de Rondônia ganhe importância no circuito espacial de produção da carne no território nacional, a riqueza, a renda e os benefícios dessa atividade não têm sido revertidos nem distribuídos justamente para a sociedade local.

Dentre os principais agentes do circuito produtivo, o Grupo JBS-Friboi se destaca como o maior exportador de carne a instalar-se em Rondônia (no ano de 2003), com unidades localizadas nos municípios de Vilhena, Cacoal (onde funcionam duas unidades) e Porto Velho. Além de atuar na produção para o mercado interno, o Grupo JBS-Friboi é um dos maiores exportadores da carne produzida em Rondônia¹⁵⁵. Há também destaque para uma unidade do Grupo Marfrig (sede em São Paulo, um dos maiores grupos voltados para o abate de bovinos no Brasil, explorando mercados em várias partes do mundo), com um frigorífico localizado no município de Chupinguaia¹⁵⁶; ou ainda o frigorífico do Grupo Minerva (sede em Barretos-SP), instalado em 2005 no município de Rolim de Moura. Também ganha importância no estado uma cooperativa de pecuaristas, a Cooperocarne, criada em 2003 no município de Pimenta Bueno, que atualmente constrói, com recursos do Banco da Amazônia, um frigorífico próprio (em 2008 eram mais de quinhentos cooperados, com um rebanho médio de 1000 cabeças cada).

As empresas exportadoras de carne que possuem unidades de produção (frigoríficos) no território rondoniense também são, em sua maioria, oriundas de outros estados do país e ligadas a grupos estrangeiros (Quadro 5). A maioria destes grandes frigoríficos está habilitada a exportar carne bovina para os seguintes países: África do Sul, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, Israel, Paraguai, Peru, Ucrânia, Uruguai, Venezuela (MAPA, 2008).

¹⁵⁵ Com sede em São Paulo, o Grupo JBS é hoje um dos maiores grupos econômicos voltados para o ramo alimentício de carnes no Brasil e no mundo. A unidade da Friboi-JBS em Vilhena é a maior do gênero no estado de Rondônia, e, após o fechamento de uma planta do Grupo JBS no município de Pimenta Bueno (janeiro de 2008), passou a abater 2,2 mil cabeças de gado por dia (Folha de Rondônia, 31/01/2008).

¹⁵⁶ O Grupo Marfrig divulga em sua página na internet que a unidade de Rondônia localizada no município de Chupinguaia detém um rebanho com cerca de 4 milhões de cabeças, o que significa aproximadamente quase a metade do total dos bovinos de corte existentes no estado em 2006 (MARFRIG, 2008).

Quadro 5. *Frigoríficos exportadores de carne bovina no Estado de Rondônia (2008)*

Empresa	Unidade em Rondônia	Produtos Exportados
Irmãos Gonçalves	Jaru	Carne “in natura”
Independência	Rolim de Moura	Carne “in natura”; Miúdos de bovino
JBS S.A.	Vilhena	Carne “in natura”; Miúdos de bovino; Envoltórios naturais
Urupá - Ind. e Comércio Ltda	Ji-paraná	Carne “in natura”
Margem	Ariquemes	Carne “in natura”; Produtos a base de carne
Frigorífico Tangará	Ji-Paraná	Carne “in natura”
Bertin S.A.	Pimenta Bueno	Carne “in natura”
Big Charque Ind. Com. Ltda.	Cacoal	Charque

Fonte: MAPA, Serviço de Inspeção Federal, SIF. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>, acesso em dezembro de 2008. Organizado pelo autor.

Como já fora mencionado, a atividade pecuária no estado do Acre é bastante incipiente, quando comparada àquela realizada em Rondônia. A maioria da produção (70%) é destinada a outros estados brasileiros, com transporte de gado vivo para abate em cidades como Boca do Acre-AM, ou mesmo em Rondônia¹⁵⁷.

O Acre aparece pela primeira vez como estado exportador de carne bovina apenas no ano de 2008, atividade que é realizada por um único frigorífico em Rio Branco (unidade do Grupo JBS S.A., que exporta carne “in natura” e miúdos de bovino para Hong Kong e Peru) (MAPA, 2008; ABRAFRIGO, 2008). E é assim que podemos compreender como o equipamento do território atua de forma a condicionar a produção moderna, justamente onde as possibilidades de fluidez se encontram, de certo modo, mais consolidadas. A produção de carnes no sudoeste da Amazônia utiliza-se da BR-364 como meio de escoamento da produção, daí a concentração de grande parte destes equipamentos produtivos (no mais das vezes localizados às margens da BR-364). No ano de 2004, eram quatorze os frigoríficos instalados no estado (Figura 14), número este que aumenta para dezenove em 2008¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Em 2008 frigoríficos acreanos se preparavam para conseguir licenças para exportação (reportagem de Renata Brasileiro, no Jornal Página Vinte 20 de 01/02/2008).

¹⁵⁸ Segundo reportagem da Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos), eram 19 os frigoríficos instalados em Rondônia até junho de 2008 (ABRAFRIGO, 2008).

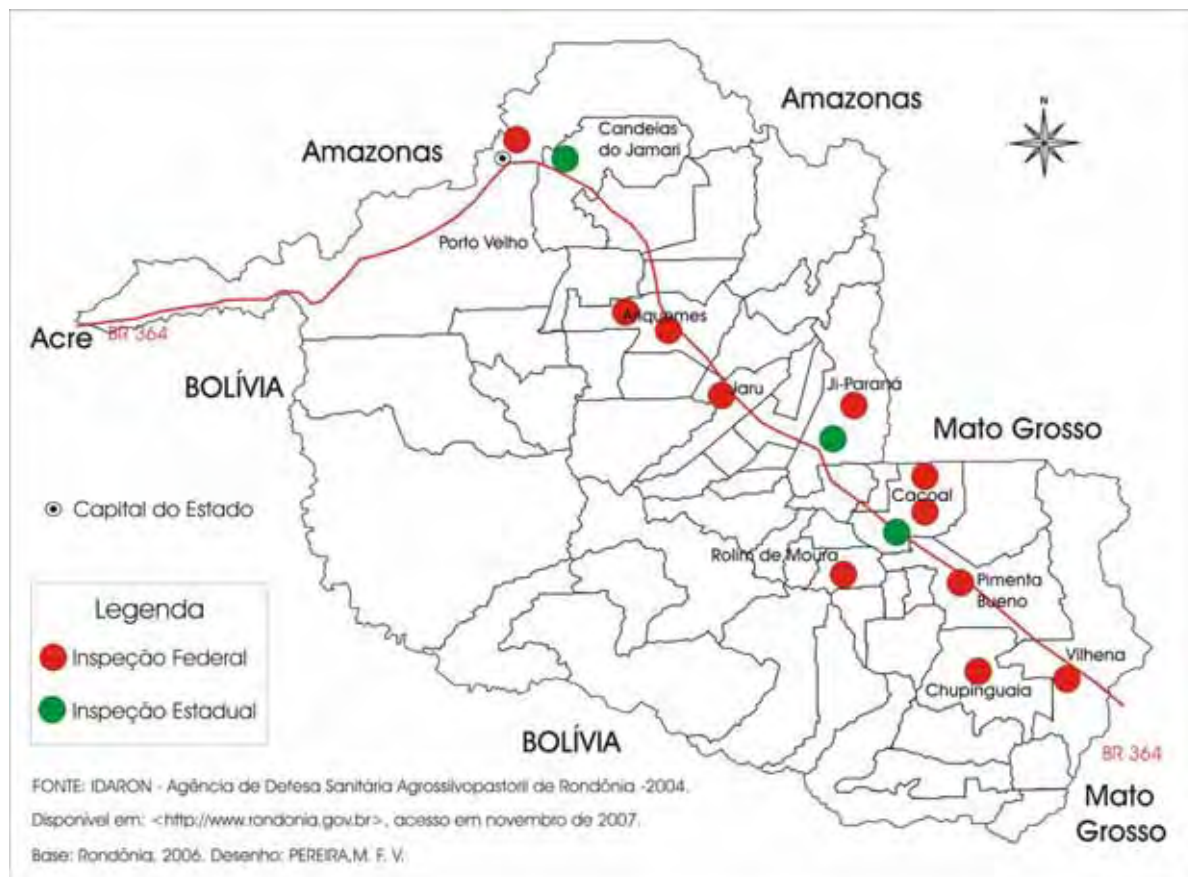


Figura 14: *Frigoríficos no Estado de Rondônia (2004)*

A moderna produção de carne é exigente de uma logística que requer condições plenas de movimento e fluidez, desde onde os animais são abatidos até os portos por onde são exportados aos mercados consumidores finais. O crescimento da produção de bovinos é assim acompanhado pela introdução destas empresas que, isentas de boa parte dos impostos, encontram em Rondônia facilidades para a inserção de uma produção competitiva, definindo nova logística e uma nova qualidade de fluxos¹⁵⁹.

¹⁵⁹ A pecuária industrial que se desloca para novas áreas do país é exigente de uma logística que redefine os fluxos regionais. “Para os frigoríficos, a logística começa desde a chegada do gado até a sua descarga para o abate e posterior desossa. Envolve etapas referentes aos cortes (que pode variar de acordo com cada comprador), à embalagem da carne, à conferência do produto e à expedição da carga nas carretas para ser distribuída, tendo como destino o mercado interno ou o externo. (...) Os grandes frigoríficos migraram de região, passando a alocar o seu complexo industrial próximo às unidades produtoras, onde recolhem os animais para o abate num raio de 200 quilômetros. Quanto mais próximo do abatedouro estiver o produtor, menor é o estresse sofrido pelo gado, além de diminuir a incidência de lotes com grande número de cabeças com contusões” (OJIMA; BEZERRA, 2008).

Em Rondônia, a produção é escoada pela BR-364 até os mercados consumidores localizados sobretudo na Região Concentrada do país, enquanto que a exportação ocorre através dos portos da região sudeste, de onde as cargas seguem até os seus destinos finais¹⁶⁰.

Para além das vantagens obtidas pelas grandes empresas pecuárias com o Programa de Incentivo Tributário, o território mais uma vez acaba acolhendo uma atividade que se presta mais às necessidades externas à região. No que se refere à exportação, há ainda de se levar em conta a grande dependência de normas e de situações econômico-produtivas advindas diretamente do exterior, como foi o caso, por exemplo, dos problemas de exportação da carne brasileira evidenciados em janeiro de 2008, pelas constantes ameaças da União Européia que justifica a suspensão das exportações devido à suposta precariedade das condições sanitárias no abate, industrialização e comercialização do produto nacional, o que torna de certa forma a atividade de exportação instável¹⁶¹. São estas manifestações de um território que mais uma vez se afirma como espaço derivado (SANTOS, 1978), ainda que o governo e o empresariado do setor afirmem ser a pecuária uma das possibilidades mais viáveis de desenvolvimento de Rondônia.

Ainda que menos intensas quando comparadas àquelas realizadas em Rondônia, as atividades da produção pecuária no território acreano apresentam significativo crescimento. A criação de bovinos, iniciada de forma bastante incipiente e a partir do aumento da extração da madeira nos anos setenta, conhece um rápido aumento a partir dos anos noventa. Este crescimento indica novas formas de sua realização, cujo aumento do efetivo bovino não mais é baseado diretamente no desflorestamento, o que nos permite inferir que a pecuária acreana também tem se tornado mais intensa em técnica e tecnologia.

Os dados dos censos agropecuários (Tabela 9) indicam que, de 1970 até 2006, enquanto as áreas de lavoura crescem cerca de cinco vezes, a área destinada à pastagem no estado multiplica-se por dezesseis vezes no mesmo período, enquanto que o aumento no número de bovinos é multiplicado por vinte e cinco vezes. O crescimento se intensifica na década de noventa (Gráfico 6), quando as áreas de pastagem quase dobram e o número de bovinos conhece crescimento ainda maior entre os anos de 1995 e 2006.

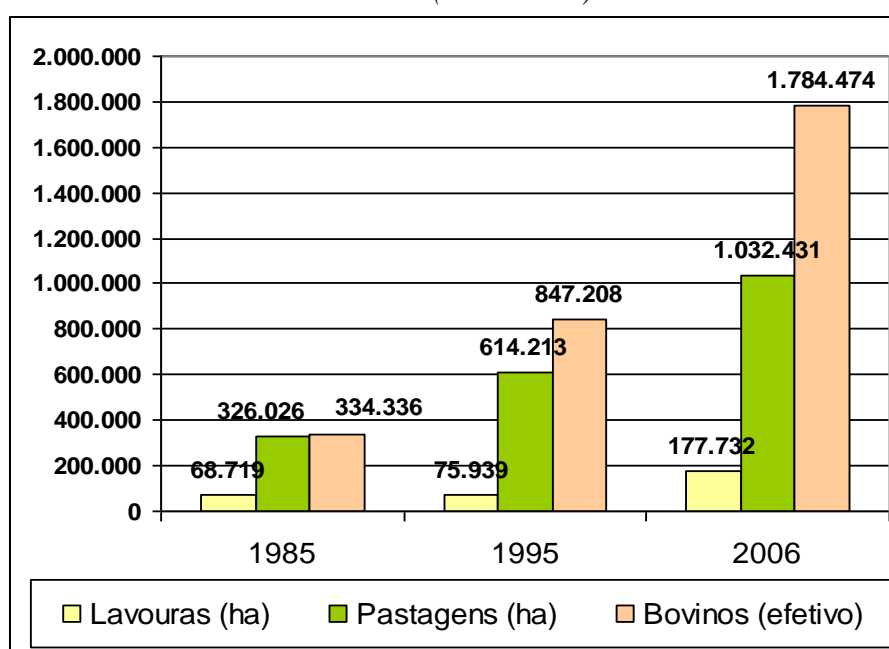
¹⁶⁰ Este fato demonstra, mais uma vez, como a infra-estrutura do Porto Organizado de Porto Velho e o uso da hidrovia do Madeira ocorrem de forma mono-funcional, atendendo apenas às atividades do agronegócio da soja. Em reportagem do Jornal Folha de Rondônia (em 23/01/2008), o pecuarista Orozimbo do Nascimento, dono de uma fazenda de melhoramento genético bovino, (a Fazenda Minas Paraná, em Porto Velho), argumentou o quanto a BR-364 presta-se apenas à sojicultura – “Como não há a exportação que esperávamos, o jeito é levar nossa carne de forma antilógica para São Paulo, com pouco competitividade”.

¹⁶¹ Foram várias as reportagens que demonstraram este problema, no início de 2008, quando a Europa suspende temporariamente as importações da carne brasileira. Vide, por exemplo, “Embargo europeu preocupa Estado” Folha de Rondônia, Ji-paraná, em 04/02/2008.

Tabela 9. *Áreas de lavouras, pastagens e número de bovinos no Acre (1970/2006)*

Ano	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras (ha)	35.307	41.187	76.608	68.719	75.939	177.732
Pastagens (ha)	63.354	124.104	264.202	326.026	614.213	1.032.431
Bovinos	72.166	120.143	292.190	334.336	847.208	1.784.474

Fonte: IBGE, 2007 - Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares), p.50. Organização do autor.

Gráfico 6. *Aumento das áreas de lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos no Acre (1985-2006)*

Fonte: IBGE, 2007. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares), p.50.

Se o crescimento das áreas de lavoura é pequeno pelo fato de a agricultura acreana ser ainda muito caracterizada pelo trabalho agrícola camponês (a maior parte realizado nos assentamentos de reforma agrária), a concentração do efetivo bovino ocorre, sobretudo, nas propriedades onde o efetivo de animais é superior a cem cabeças (menos de 25% das propriedades concentram mais de 80% dos animais) (Tabela 10), demonstrando o quanto a pecuária também aparece como atividade concentradora de capital e renda no território acreano.

Tabela 10. *Distribuição do gado bovino em relação ao efetivo de animais nas propriedades criadoras do Estado do Acre (2005)*

Efetivo bovino na propriedade	Total das propriedades criadoras no Estado	Detenção do total do rebanho bovino
Até 100 cabeças	75,4 %	19,6%
101 a 500 cabeças	20%	30,8%
501 a 1000 cabeças	2,6%	13,3%
1001 a 2000 cabeças	1,1%	11,5%
Mais de 2000 cabeças	0,9%	24,8%
Total	100%	100%

Fonte: ACRE (ZEE, Fase II), 2006, p.153. Organizado pelo autor.

É assim que as formas geográficas (infra-estrutura territorial) e os novos arranjos normativos redefinem os usos do território no período atual, sendo a pecuária (sobretudo a de corte) exemplo de atividade que insere o sudoeste amazônico num contexto econômico-produtivo mais ampliado, participando de circuitos produtivos muito mais vastos, já que a maioria das empresas pertence ou está ligada a grandes grupos econômicos muito interessados em atender desígnios externos à região. Amplia-se, deste modo, a inserção dos nexos capitalistas no lugar, enquanto as transformações prestam-se muito mais àquela busca por um crescimento econômico que, no mais das vezes, em nada contribui para a maioria das populações locais, ao mesmo tempo em que se produz mais fragmentação do território, haja vista que as atividades modernas tiram a força da economia tradicional, concentrando, com privilégio, a atenção e os recursos das políticas públicas.

7.4 Difusão da inovação, consumo e cotidiano no campo moderno:

Uma nota sobre as Exposições Agropecuárias

Presente nos insumos, nas máquinas e mesmo na produção propriamente dita, a informação especializada aparece como variável fundamental do período, indispensável às práticas da agricultura e da pecuária modernas. No sudoeste amazônico, e especialmente nos espaços da produção moderna, o acesso à informação e também a difusão das inovações no campo (novas tecnologias e tudo aquilo que aparece como modernidade), se dão muito em função da realização de feiras e exposições agropecuárias¹⁶².

¹⁶² Estas feiras e eventos agropecuários ocorrem principalmente em Rondônia. Em 2007, estavam cadastradas pelo governo do estado dezenove eventos, nas cidades de Porto Velho, Espigão do Oeste, Colorado do Oeste,

A Exposição Agropecuária de Vilhena (Expovil) é o mais tradicional evento do setor agropecuário do sul de Rondônia, realizado há mais de vinte anos. O evento, que ocorre normalmente no mês de julho, é realizado num recinto de exposições de propriedade da AVIAGRO – Associação Vilhenense de Agropecuária, associação de produtores que é responsável pela realização do evento. Acompanhando a lógica da especialização produtiva, as atividades de maior importância da feira são justamente aquelas ligadas à agricultura da soja e também à criação de bovinos de corte (Fotos 6).



Fotos 6. *Exposição de animais, Expovil 2007*

Exposição de gado nelore (na faixa menção ao melhoramento genético em fazenda de Pimenteiros-RO (esquerda) e concurso estadual de animais (direita) (Fotos do autor, julho de 2007).

A exposição conta com apoio de deputados estaduais e das principais empresas que vendem e fornecem assistência técnica e maquinários para plantio e colheita de grãos (principalmente soja e arroz) (Fotos 7).

Para se ter uma idéia da importância econômica destes eventos, em 2007, o escritório do Banco da Amazônia (BASA) instalado no recinto de exposições da Expovil recebeu, durante a semana do evento, propostas de contratação de crédito para compras de maquinários que totalizaram aproximadamente R\$ 20 milhões. No mesmo ano, nas exposições agropecuárias realizadas nos municípios de Colorado do Oeste (XXI Expocol) e de Cerejeiras

(I Expocer), o valor das propostas para contratação de crédito alcançou, aproximadamente, R\$ 3 milhões e R\$ 2 milhões, respectivamente¹⁶³.



Fotos 7. Máquinas agrícolas expostas na Expovil 2007

A Exposição tem como uma de suas principais funções a difusão de novidades tecnológicas do setor. Colheitadeira de grãos (à esquerda). Tratores (à direita). (Fotos do autor, julho de 2007)

Vitrine para a exposição principalmente de gado, a Expojipa (que é realizada em Ji-paraná há quase três décadas) se consolida como o maior evento agropecuários de Rondônia. A infra-estrutura do parque de exposições é melhor e mais equipada quando comparada àquelas do parque de exposição de Vilhena, e também aos de Colorado do Oeste e Cerejeiras. Praças e jardins bem estruturados ornamentam o recinto de exposições que conta com construções em alvenaria que abrigam bancos e empresas. Organizada pela Associação Rural do Estado de Rondônia, a Expojipa é provavelmente a maior feira/exposição agropecuária de toda a Região Norte do país, recebendo em 2006 um público de mais de 250 mil pessoas (Fotos 8)¹⁶⁴.

Como Ji-paraná se afirma como um dos maiores produtores de leite de Rondônia, o evento conta com concursos e exposição de exemplares bovinos de várias partes do estado e do país, bem como para os recursos técnicos de inseminação artificial e melhoramento de animais e também com a divulgação e venda de equipamentos para o beneficiamento de leite.

¹⁶³ Informações obtidas junto à gerência do BASA, agência de Vilhena, em trabalho de campo realizado em julho de 2007.

¹⁶⁴ Vide reportagem de Juliana Coelho no Jornal Folha de Rondônia, em 22 de maio de 2007.

Em agosto de 2008, a Fetagro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia) realiza a primeira Feira Estadual da Produção (Fepaf), na cidade de Ji-paraná, voltada mais especificamente para a pequena produção agrícola.



Fotos 8. *Expojipa 2007 - Ji-paraná*

Em Ji-paraná, que detém o terceiro maior rebanho bovino de corte em Rondônia, a Expo-Jipa é o principal evento do setor agropecuário. Exposição de gado nelore (à esquerda). Arena de rodeio e palco de apresentações musicais (à direita). (Fotos do autor, julho de 2007).

No Acre, o maior e mais importante evento do gênero é a Expoacre, exposição realizada em Rio Branco, que conta com atividades de demonstração da produção agropecuária, florestal e industrial do estado. Há também espaço para apresentações musicais, exposição de artesanatos de diversos municípios e a realização da tradicional cavalhada.

Os espaços e infra-estruturas utilizados para a realização de tais eventos aparecem, assim, como equipamento urbano indispensável, sendo estes mais estruturados nas cidades do campo moderno. Os chamados “parques” ou “recintos de exposição” existem em muitas cidades de Rondônia, com diferentes configurações, espaços estes que são, na maioria dos casos, organizados por sindicatos ou associações de produtores rurais.

Para além da importância econômica e estratégica na difusão das modernidades no campo, estes eventos acabam se tornando os verdadeiros “acontecimentos do ano” em algumas cidades, o principal ou mesmo único momento de diversão e de sociabilidade, ainda que restritos àqueles que podem usufruí-los, já que os ingressos são cobrados. De forma conjunta àquilo que interessa aos grandes produtores agropecuários, somam-se também atividades culturais e esportivas que atraem aquela população comum, ou seja, o evento voltado para o consumo produtivo do campo moderno também comporta um consumo

consumptivo (que se esgota em si mesmo), de menor importância financeira, mas de maior acesso entre os frequentadores.

Os grupos sertanejos, as atividades de rodeio e outras competições com o uso de animais, assim como a realização de sorteios e bingos, aparecem como atrativos na maioria destas exposições agropecuárias¹⁶⁵. É o momento de festa que a população espera e a semana onde os excessos são permitidos (sobretudo os do consumo). Ocorre, de certo modo, um fenômeno similar ao já observado por R. J. Santos (2008, p.161) nas áreas da produção agrícola moderna no cerrado mineiro, onde a racionalidade da produção e a nova administração do tempo tornam a “festa” mercadoria, ao mesmo tempo em que ela é necessária para a realização (e o enaltecimento) da produção e da produtividade¹⁶⁶.

O caso das exposições agropecuárias, as vezes tornadas verdadeiros espetáculos de exibição da técnica, para além da sua inegável importância econômica e do seu papel de difusor da informação no campo, também personifica mais um dado da psicosfera que rege os novos espaços agrícolas modernizados, ao mesmo tempo em que fortalecem, no lugar, um cotidiano e um modo de vida muito administrados pela racionalidade de tal modernização.

7.5 Os novos indícios da instabilidade do território:

A inserção recente da cana-de-açúcar

Que tipo de fenômeno geográfico poderia caracterizar determinado território como instável? As rápidas transformações a que o território brasileiro está exposto configuram um dinamismo resultante de uma “rápida evolução” ou trata-se mesmo da proliferação de usos corporativos que, no mais das vezes, indicam a ausência de um projeto pautado em propósitos bem definidos e direcionados? O avanço da soja do modo como ele ocorre no Brasil e no sudoeste da Amazônia, parece resultar justamente desta corrida sem freio a um desenvolvimento econômico concentrador que só tem preocupação com o mercado externo e com a acumulação de alguns poucos agentes que continuam a figurar como os mais privilegiados.

¹⁶⁵ A edição de 2007 da Expovil realizou bingos que tinham como prêmios dois automóveis zero km, premiação em dinheiro (R\$ 55 mil) e uma caminhonete Toyota Hilux (sonho de consumo tanto dos produtores agrícolas quanto dos demais habitantes de Vilhena).

¹⁶⁶ Tal como fora publicado em reportagem de revista local “(...) a exposição transformou-se num fenômeno que tem a capacidade de trazer para a realidade urbana todo o universo rural, com seus costumes, tradições, músicas e danças, pratos e sabores. Não é à toa que a Expovil é uma das festas mais esperadas do ano pelos vilhenenses” In: Começa a Expovil 2007. Vilhena se transforma na capital dos negócios em RO. *Alerta Notícias*. Vilhena, julho de 2007, Ano II, Nº30, 2007.

Esta instabilidade do território, que, no dizer de Santos e Silveira (2001, p.299), já aparece em frações do território nacional como uma verdadeira “crise de identidade”, pode ser observada no sudoeste amazônico, para além da constituição de novas áreas da produção moderna de soja para a exportação, também em alguns projetos bastante recentes de inserção da produção de cana-de-açúcar e da instalação de usinas, voltadas à produção de álcool combustível.

O discurso que privilegia a inserção do cultivo e da industrialização da cana-de-açúcar, no entanto, é sempre aquele voltado para o desenvolvimento, pois em tese significa diversificação e auto-suficiência na produção, o que significaria acesso a um combustível mais barato. No entanto, os projetos de instalação das usinas de álcool no sudoeste da Amazônia têm, no mais das vezes, a pretensão de uma produção também voltada para a exportação.

No estado do Acre, em que o projeto de desenvolvimento aparece em muito pautado no discurso da sustentabilidade, uma inserção recente do cultivo de cana-de-açúcar é estimulada pelo próprio governo do estado. Desde 2005 o governo estadual trabalha para adquirir as instalações de uma antiga usina de álcool (a Alcobrás), implantada na década de oitenta no município de Capixaba, empreendimento que até então nunca funcionara. Em 2007, o Banco do Brasil, que havia financiado o empreendimento e era detentor de seu patrimônio, repassa ao estado do Acre os bens remanescentes da usina. A alternativa para colocar a usina em funcionamento foi o arrendamento do patrimônio a um grupo do setor de açúcar e álcool, o Grupo Farias, com sede em Pernambuco¹⁶⁷.

Numa espécie de “parceria público-privado”, o governo do Acre media as ações do grupo Farias para a formação da nova usina, que fora batizada de “Álcool Verde”, com a intenção de que a participação do governo do estado pudesse orientar as atividades de modo que a usina não gere impactos sociais e ambientais negativos. Um conjunto de normas foram formuladas, como é o caso, por exemplo, da necessidade de se estabelecer parcerias entre o grupo que gerencia o empreendimento e pequenos produtores rurais do município que, potencialmente, poderiam arrendar parte de suas terras à usina. A usina acaba sendo fundada com a seguinte composição acionária – 60% das ações sob controle do Grupo Farias, 10% adquirido pelo empresário Maurílio Biaggi, 25% controlados por empresários acreanos e 5% de propriedade do Estado do Acre.

¹⁶⁷ Além das novas instalações no Acre, o grupo Farias atua no ramo de açúcar e álcool nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

O empreendimento já é considerado o de maior expressão econômica e financeira do estado na atualidade. Apenas no ano de 2007 o grupo Farias investiu cerca de 15 milhões de reais, com planos de investimento que totalizam mais de R\$ 25 milhões para até o ano de 2010, quando a usina deverá operar em sua capacidade máxima, com extração anual de 90 milhões de litros de álcool, o que deverá movimentar anualmente cerca de 70 milhões de reais (MAIA, 2008 / Jornal Página 20). Fala-se na geração de 880 empregos nos períodos de safra, quantidade esta que diminui para 635 postos durante a entressafra (ÁLCOOL VERDE/NEPUT-UFV, 2008, p.15). A usina, única do gênero no estado do Acre, deverá ocupar cerca de 10% da área de pastagens degradadas do vale do Acre. Segundo dados divulgados pelo próprio grupo Farias, em outubro de 2007 já estavam diretamente empregados cerca de quatrocentos funcionários, principalmente no trabalho de plantio e colheita, ainda que esteja previsto o emprego da técnica mecanizada de colheita da cana (ROSAS, 2007 / Jornal Página 20).

Mesmo que existam impasses ambientais e toda uma resistência do IBAMA à expansão das usinas e do cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia, o próprio zoneamento do território realizado pelo governo do estado (Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre) permite e indica que a área a ser ocupada pelas plantações de cana (que se enquadra na chamada Zona 1 do ZEE) é propícia para tal atividade, alegando que apenas as áreas de pastagens deverão converter-se em áreas para a nova cultura, ou seja, o que rege a política do zoneamento é muito mais a base ecológica, incapaz de prever e de levar em consideração toda a dinâmica do uso do território.

Aproveitando-se da situação e do poder de barganha frente ao volume de capital que investe no lugar, o Grupo Farias vale-se mesmo de um discurso de valorização da preservação do meio, alegando que as suas atividades no município incluem, para além do uso exclusivo de pastagens degradadas e pouco produtivas, também a realização de programas de monitoramento e recuperação ambiental que incluem a recuperação de matas ciliares para a proteção de áreas de preservação permanente, exigências para a liberação das licenças para o funcionamento.

Ainda que as preocupações territoriais de caráter social e ambiental apareçam freqüentemente no discurso do Estado, grande euforia acompanha o projeto da Álcool Verde, e uma série de jornais locais, de imediato, começam a divulgar as transformações que ocorrem na paisagem da BR-317 com a inserção do cultivo da cana¹⁶⁸. O Relatório de

¹⁶⁸ Segundo informações divulgadas pela imprensa local (Jornal Página 20), os ganhos anuais com a atividade pecuária chegam a R\$ 200,00 por hectare, enquanto que o arrendamento da mesma área para o plantio de cana

Impacto Ambiental produzido como condição de instalação da usina, conclui que “A instalação do empreendimento na região poderá criar um pólo de desenvolvimento, com incremento da agricultura e de todos os negócios que ao redor dela gravitam, na criação de empresas somente viáveis pela presença do empreendimento” (ÁLCOOL VERDE/NEPUT-UFV, 2008, p.87).

Destas promessas, o empreendimento foi capaz de fazer com que uma série de produtores assentados em projetos de reforma agrária deixasse em segundo plano as suas atividades em busca de emprego na usina. A situação, de certo modo, parece escapar ao controle do Estado¹⁶⁹, fazendo mesmo com que apareçam, por parte do grupo que controla a usina, propostas para a compra das ações controladas pelo governo do Acre. Mais uma vez, o projeto corporativo de grandes grupos empresariais externos ao lugar aparece como projeto hegemônico, e da instabilidade do território, que se torna agora mais frágil, desenha-se um novo futuro (ainda incerto¹⁷⁰) para as famílias que praticam a pequena agricultura no vale do Acre.

Em Rondônia, especialmente pelas oportunidades de isenção fiscal oferecidas pelo Programa de Incentivos Tributários do estado, o território também começa a ser alvo de interesse dos grupos externos que atuam no setor de açúcar e álcool. A primeira usina instalada no estado localiza-se no município de Santa Luzia d’Oeste (Usina Boa Esperança) e entrou em funcionamento em julho de 2008. Com investimentos de R\$ 70 milhões (R\$ 29 milhões financiados pelo BASA), o empreendimento tem capacidade instalada para a produção de 300 mil litros de álcool combustível por dia (não há previsão para início da produção de açúcar), produto este que está sendo comercializado por doze diferentes distribuidoras no estado¹⁷¹.

rende R\$ 300,00, sem despesas com insumos e funcionários. “A palavra cana soa doce aos ouvidos dos produtores, tanto grandes quanto pequenos. A partir da divisa dos municípios de Senador Guiomard e Capixaba é difícil ver boi. Os pastos estão sendo substituídos pela nova cultura numa velocidade impressionante. Arrendar terras para o Grupo Farias, acionista majoritário da Usina Álcool Verde, tornou-se melhor negócio do que a pecuária” (ROSAS, 2007).

¹⁶⁹ É o caso, por exemplo, de vários dos assentados do Projeto Zaqueu Machado e Alcobrás I e II, os mais próximos ao empreendimento, que preferem vender sua força de trabalho em troca de um salário mínimo e da carteira assinada, como fora muito divulgado no Jornal Página 20. “Mesmo com algumas regras para limitar a entrada de assentados, não será fácil. O próprio Mauro Ribeiro (secretário estadual de Agricultura e Pecuária) admite a existência de um diagnóstico em que 60% dos colonos têm vontade de plantar cana. Essa é uma tarefa que facilita a vida da Álcool Verde, que necessitará de 38 mil hectares para produzir o suficiente. Por enquanto, a plantação consome 1,8 mil hectares, com previsão de chegar a 2,4 mil até o fim do ano. A meta é chegar a sete mil hectares em 2008” (ROSAS, 2007).

¹⁷⁰ Em maio de 2009 o empreendimento encontrava-se em processo de adaptação do projeto da usina às exigências ambientais do IBAMA e também de constantes pedidos de revisão do EIA-RIMA pela Promotoria Pública e pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre.

¹⁷¹ A usina de Santa Luzia “A usina ocupa área de 22 hectares, totalizando 4,9 mil metros quadrados de área construída. Seus reservatórios têm capacidade para armazenar 10 milhões de litros de álcool combustível. Todo o

Tal como no caso acreano, estes novos objetos técnicos de produção no campo atuam, necessariamente, como estimuladores de um novo cultivo, já que não há tradição deste tipo de atividade no estado de Rondônia. Um resultado direto do empreendimento é que o município de Santa Luzia, que há poucos anos não apresentava nenhuma área cultivada com cana, é hoje responsável por mais de 85% da produção do estado (2.600 hectares em 2007) (IBGE-PAM, 2009).

Até mesmo onde o cultivo de soja já se encontra bem estabelecido, a cana-de-açúcar e a atração de usinas aparecem como nova estratégia de crescimento econômico, tal como ocorre em Cerejeiras, o segundo município maior produtor de soja no estado em 2007. O grupo mato-grossense USIMAT anuncia em 2007 a instalação de uma usina de álcool em Cerejeiras, e inicia o plantio de 300 hectares, com estimativa de alcançar 20 mil hectares em 2009, quando a usina deve iniciar suas operações (produção anual estimada em 80 milhões de litros). Há expectativas de investimentos da ordem de R\$120 milhões, e proliferam-se os discursos em que sempre há lugar para a esperança de que novos empregos sejam gerados¹⁷².

A função das normas e dos incentivos mais uma vez aparecem como o principal viabilizador do projeto – a localização do município de Cerejeiras abaixo do Paralelo 13 oportuniza melhor inserção da produção nos mercados da Europa e dos EUA, onde cada vez mais aumentam as restrições de cunho ambiental à importação de gêneros industrializados produzidos em áreas tropicais. Para além disto, a prefeitura de Cerejeiras doou terreno e realizou serviços de terraplanagem no local de instalação da usina, além do papel do Estado, que participou de forma decisiva na atração do empreendimento, concedendo incentivos fiscais e tributários. Há intenção de que a produção possa ser exportada a partir da hidrovia do Madeira, o que tornará o produto ainda mais competitivo no mercado externo¹⁷³. Assim, os problemas solucionados são antes de tudo os que aparecem como necessários à atração de empresas e capitais externos, que, no mais das vezes, também tem seus interesses endereçados às demandas longínquas.

processo produtivo é controlado por sete modernas centrais de processamento de dados. Técnicos da usina monitoram tudo na tela do computador”. “Ao todo são 392 funcionários, sendo 147 da usina de álcool e 245 da lavoura” (CORECON, 2009).

¹⁷² Vide reportagem de Afonso Locks, publicada no jornal Folha de Rondônia, em 28/10/2007.

¹⁷³ Dados obtidos na reportagem “Cerejeiras: progresso com usina de álcool”, publicada na revista *Alerta Notícias*, Vilhena, Ano II, N.º 30, julho de 2007.

CAPÍTULO 8

FACES DA ATUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO MEIO URBANO

Muito mais do que no campo, o espaço urbano aparece como o meio geográfico onde uma modernização racionalizadora e uma atualização hierárquica ocorrem de modo mais antagônico no território, justamente porque o espaço urbano, em geral, acolhe a diversidade do trabalho e dos capitais, espaço solidário e contraditório da co-presença. No sudoeste amazônico do período atual, estas diferenças de capital e trabalho, resultado e resultantes das diferenças do consumo, aparecem ainda mais acentuadas. Isto ocorre porque podemos reconhecer uma atualização recente que aparece como uma renovação seletiva das possibilidades de consumo e dos equipamentos urbanos, que se reflete na própria dinâmica recente da urbanização e na configuração dos diferentes espaços nas cidades.

Se por muito tempo as atividades extrativistas e aquelas outras que se praticam no campo (agricultura e pecuária) sustentaram a economia do sudoeste amazônico, a natureza das atividades econômicas, desde o final dos anos setenta, e intensificando-se a partir da década de noventa, começa a tomar novos rumos, indicando uma reestruturação produtiva que torna cada vez mais central as atividades urbanas (na região, sobretudo as atividades do terciário), dando ao espaço das cidades uma importância ainda maior, tanto em Rondônia quanto no Acre.

O processo de terciarização da economia se dá não só porque a população (que agora permanece estável) habita majoritariamente o espaço das cidades¹⁷⁴, mas também resulta de uma experiência marcada por um crescimento econômico que, via de regra, difere pelo fato de a atividade industrial não aparecer com muita importância, ou apenas de forma tardia (tal como se observa hoje em Rondônia). Assim, as atividades ligadas à produção material ou imaterial que ocorre nas cidades, e também o trabalho e os recursos ligados muitas vezes à própria administração pública (federal, estadual e municipal), dinamizam e transformam o território neste período atual. Esta parece ser uma nova face da atualização territorial recente no sudoeste da Amazônia.

Como a urbanização brasileira é muito marcada, em sua fase atual, pelo crescente processo de valorização do trabalho intelectual (SANTOS, 1994c, 2008), é sobretudo o poder público quem insere esta nova variável na região. Os fartos recursos externos aplicados nos

¹⁷⁴ No censo de 2000, a população urbana representava 66,4% do total no Acre, e 64,1% em Rondônia.

programas de desenvolvimento regional/ambiental como o Planafloro em Rondônia ou as duas fases do Zoneamento-Ecológico-Econômico no Acre, resultaram em expressiva contratação de mão-de-obra qualificada (em boa parte vinda de outras regiões do país), que se torna parte importante de um conjunto de técnicos que atuam no sentido de pensar as estratégias de planejamento no sudoeste amazônico, configurando mesmo uma nova classe de letrados que habita especialmente as capitais. Assim, são planejadas técnica e cientificamente as ações organizadas pelo Estado em todas as suas esferas de atuação, ainda que no mais das vezes isto não signifique, de fato, a solução dos problemas enfrentados pela maioria da sociedade. Esta classe de letrados, ou um conjunto de população mais instruída que, inclusive, aparece entre aqueles estratos sociais com maior renda, tornam-se também exigentes quanto ao consumo, o que aparece como oportunidade para o aparecimento de novos tipos de serviços e de comércio que passam a ser oferecidos em ambos os estados.

Este processo é possibilitado por uma urbanização de novo tipo e uma atualização seletiva do território que ocorrerão principalmente onde as infra-estruturas técnicas aparecem com maior densidade (especialmente nas capitais e também no eixo da BR-364), o que ao mesmo tempo define as possibilidades de produção no campo e nas cidades, e também de uma circulação e consumo regionais, ou mesmo de uma circulação que extrapola os limites da região. Assim, existe uma natureza renovada da urbanização e das atividades urbanas, ligadas às novas demandas do consumo (tanto o consumptivo quanto o produtivo), ao mesmo tempo em que a rede de cidades ganha nova significação, pela própria função ou conjunto de funções que cada tipo de cidade desempenha no território.

8.1 Atualização das atividades e dos equipamentos urbanos

8.1.1. Aprofundamento e expansão das atividades modernas do consumo consumptivo

Ora especialmente ligados ao consumo seletivo daquelas classes mais ricas da população – os funcionários públicos de alto escalão, os grandes empresários e administradores dos setores que mais prosperam (especialmente da agropecuária moderna); ora voltados para o mercado também crescente de uma classe média, aumentam em importância os investimentos em atividades do consumo no circuito superior da economia (SANTOS, 1979, 2004), sobretudo no espaço das capitais, dos centros regionais e das cidades que, no campo, se estruturam em função do agronegócio moderno.

Grandes grupos nacionais ligados à comercialização de móveis e eletroeletrônicos, mas também aos segmentos de roupas e utensílios domésticos, encontram-se instalados em Porto Velho e Rio Branco, inclusive nas porções centrais que ao mesmo tempo servem de abrigo às atividades do terciário pobre. É este também o caso da inserção recente na região de algumas grandes redes de lojas de departamento, das revendas de implementos agrícolas, das concessionárias de motocicletas e automóveis (com prédios gigantescos), das franquias nacionais dos setores de alimentação, livrarias, perfumarias, etc. É a aquisição, por parte de empresas e grupos externos à região, de novos territórios que ampliam e aprofundam os seus mercados, um tipo de “ganho do capital” já reconhecido por A. Smith e que fora classificado por K. Marx como “causas acidentais de elevação do capital” (MARX, 1844, 2008, p.44), mas que hoje, entretanto, torna-se praticamente essencial à acumulação e sobrevivência das empresas.

Em que pese o grande número dos pequenos estabelecimentos comerciais (representantes do circuito inferior da economia urbana), aumenta atualmente o número de grandes supermercados e também o de empreendimentos controlados por grandes grupos que se voltam para o comércio varejista. Em Rondônia ganha importância os “Supermercados Gonçalves”, maior grupo rondoniense do gênero, com seis grandes lojas em Porto Velho, uma em Ariquemes e também uma loja em Rio Branco. Como o abastecimento destes grandes empreendimentos exige uma logística que mobiliza espaços para além da região, o grupo mantém seu escritório de compras em São Paulo, ao mesmo tempo em que o entreposto logístico desfruta de isenções fiscais, com localização em Guajará-Mirim. Em Rio Branco, a rede local “Supermercados Araújo” parece tomar importância, com três grandes lojas na capital. Fruto das possibilidades de fluidez do território, estes grandes grupos varejistas tornam mais “próxima” a produção realizada em outras partes do país, ainda que dificultem, de certo modo, a inserção daquilo que é produzido localmente (sobretudo os gêneros não-industrializados).

Grandes redes de lojas de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos também se fazem presentes, bem como algumas grandes redes que se dedicam ao comércio de confecções. A originalidade da situação reside no fato de que, se os maiores grupos brasileiros do gênero encontram-se sediados e já bem inseridos em parte importante da Região Concentrada (“Casas Bahia”, “Magazine Luiza”, “Pernambucanas”, entre outros), os grupos que se instalam em Rondônia e Acre são sobretudo oriundos do estado do Mato Grosso ou do sul do país.

Um grupo mato-grossense voltado ao comércio de móveis e eletroeletrônicos expande a rede de suas lojas com o nome “City Lar” (a maior rede do Centro-oeste e do Norte do país), conquistando mercado no sudoeste amazônico. São dezoito as lojas instaladas em Rondônia, quatro apenas na capital. No Acre, onde o mercado é mais restrito, o mesmo grupo possui quatro lojas, todas instaladas em Rio Branco. O Grupo Gazin (“Móveis Gazin”), com sede no Paraná, está presente em onze cidades do Acre, com cinco lojas e um centro de distribuição localizados em Rio Branco. Em Rondônia, este mesmo grupo faz-se presente em vinte e seis cidades, utilizando-se em alguns casos “lojas virtuais” (sete lojas). São seis as lojas deste grupo em Porto Velho, e um centro de distribuição “estrategicamente localizado” na área de livre comércio de Guajará-Mirim.

O grupo mato-grossense detentor das lojas “Avenida” (roupas e calçados), possui grandes lojas em Porto Velho e em mais sete cidades de Rondônia, bem como uma loja em Rio Branco. A “Lojas Marisa” também está instalada nas duas capitais.

As atividades de serviços aos poucos também se tornaram “integradas” e comandadas por grandes grupos e sistemas de franquia que atuam no conjunto do território nacional, ampliando a variedade do consumo para as classes de média e alta renda. É o caso, por exemplo, dos grandes bancos públicos e privados, e também das agências de crédito e micro-crédito, que ganham mercado na região, ainda que em densidades muito diferenciadas, manifestação local da creditização recente do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No Acre, em que pese este crescimento do número de agências bancárias no estado, elas se encontram concentradas na capital e no vale do Acre, justamente onde a concentração do dinheiro e a sua necessidade de fluidez é maior – em 2007, das 45 agências do estado, 25 estavam instaladas na capital e outras seis em Cruzeiro do Sul (onze municípios não possuíam agências) (ACRE, 2008, p.122).

Com a extinção dos bancos organizados pelos estados de Rondônia (Beron) e Acre (Banacre) no final da década de noventa, restam como instituições públicas financeiras no sudoeste amazônico o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia, enquanto que as instituições privadas ampliam sua atuação na região, representadas principalmente pelo Bradesco (agências em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre; e em outras 15 cidades de Rondônia), mas também pelos Bancos Itaú, Unibanco, Cruzeiro do Sul, entre outros. Os nexos financeiros ocorrem de certo modo em todo o território por conta da modernização dos equipamentos destas instituições financeiras (caixas eletrônicos), e também

pela existência dos correspondentes bancários (as Lotéricas, ampliando os serviços da Caixa Econômica Federal; e os Correios expandindo os negócios do Bradesco)¹⁷⁵.

O “Banco Popular do Brasil”, sistema público gerenciado através do Banco do Brasil, está presente em quatro municípios do Acre (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Capixaba) e em onze municípios de Rondônia. O número de famílias carentes atendidas pelo programa “Bolsa Família” do governo federal (gerenciado pela Caixa) também se torna expressivo – eram, em dezembro de 2008, mais de 55 mil famílias atendidas em todo o Acre, e mais de 92 mil em todos os municípios de Rondônia.

Os serviços de crédito e microcrédito privados, que constituem hoje uma das principais alavancas do consumo (e também do endividamento da população), e que possuem como alvos diletos os funcionários públicos e os aposentados, proliferam especialmente nas capitais do sudoeste amazônico. É possível observar uma variedade de agências nas principais cidades, ao mesmo tempo em que trabalhadores entregam propagandas nas ruas ofertando crédito e a renogociação/“compra” de dívidas¹⁷⁶.

Ainda no que tange aos serviços modernos, as empresas do ramo de telefonia celular alcançam os estados de Rondônia e Acre na década de 90 e se fazem presentes sobretudo nas suas capitais, onde o volume dos negócios garante retorno dos investimentos, reforçando assim o caráter de centralidade das mesmas. Ainda que a cobertura não exista em todos os municípios de Rondônia e Acre, encontram-se presentes no sudoeste amazônico as operadoras TIM (que também oferece serviços de internet móvel); Claro e Vivo¹⁷⁷. A telefonia celular aparece como serviço importante, porque permite cobertura maior e mais facilitada do que a convencional, além das possibilidades de expansão entre os estratos mais pobres da população, como é o caso do uso dos aparelhos pré-pagos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2007) nos dá uma mostra do panorama da difusão e do uso da telefonia na região hoje. Em ambos os estados, são pouco mais de 20% os domicílios que se utilizam do telefone fixo convencional, enquanto que a telefonia celular está presente em mais de 60% dos domicílios; ou ainda, o número dos domicílios que possuem apenas o telefone celular é dez vezes maior do que o número dos

¹⁷⁵ Dos 371 postos bancários existentes no estado (entre caixas eletrônicos, lotéricas, correspondentes bancários e bancos e cheques expressos, 248 estavam instalados em Rio Branco no ano de 2007 (ACRE, 2008, p.122).

¹⁷⁶ Em Rio Branco, atuam em 2009 as seguintes empresas privadas de crédito – Panamericano, Shain, BMG, Paine, Paulista, Capemi, Bom Sucesso, Cruzeiro do Sul, Sabemi, entre outras.

¹⁷⁷ A operadora Vivo oferece uma das maiores coberturas da telefonia móvel no sudoeste amazônico. Com a tecnologia GSM está presente em treze municípios no Acre e em vinte e oito em Rondônia. A empresa oferece serviços de telefonia móvel com tecnologia 3G em Porto Velho, Ji-paraná e Rio Branco.

domicílios que possuem somente o telefone fixo no estado de Rondônia, e doze vezes maior no estado do Acre (Tabela 11).

Tabela 11. *Domicílios permanentes com acesso à telefonia (fixa e celular), computador e internet (2007)*

	Rondônia (%)	Acre (%)
Domicílios com telefone	64,57	63,15
Somente telefone celular	41,37	39,99
Somente telefone fixo	3,81	2,29
Telefones fixo e celular	19,39	20,87
Domicílios c/ computador	17,58	17,78
Com acesso à internet	12,37	12,29

Fonte: IBGE/PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007. Disponível em IBGE Estados: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>, acesso em 03/2009. Organizado pelo autor.

Ainda que a população tenha se tornado majoritariamente urbana ao longo da década de oitenta, a presença de computadores e o acesso à internet ainda ocorrem em parcela muito pequena dos domicílios, evidenciando na região o caráter restrito da difusão da informação e da comunicação por meio das novas tecnologias do período¹⁷⁸. De fato, é apenas uma elite que tem acesso e consome este tipo de serviço no sudoeste amazônico (Tabela 11).

Também reforça o setor de serviços um sistema educacional privado (ensinos fundamental e médio) oferecido nas capitais por grandes redes/franquias particulares do país (Colégios Objetivo e COC), ao tempo que o ensino superior, em sua face mais atualizada e facilitada de inserção territorial – o ensino à distância, ganha espaço no sudoeste amazônico nas capitais (com a instituição UNIP) e também em algumas das menores cidades do interior (onde está presente a instituição paranaense Unopar virtual). Os serviços médicos e de saúde privados também são oferecidos por grandes redes de convênios – a Unimed, por exemplo,

¹⁷⁸ Há que se levar em conta (sobretudo no caso do Acre) que a oferta e o uso destes tipos de tecnologia ainda se encontram territorialmente muito concentrados nas capitais.

encontra-se instalada onde existe mercado para tal atividade (cobertura em Rio Branco, Porto Velho e mais trinta cidades de Rondônia)¹⁷⁹.

No que se refere ao consumo ligado aos entretenimentos, em Porto Velho, um primeiro centro de compras, construído nos moldes dos grandes *shoppings centers* da Região Concentrada do país, foi inaugurado no ano de 2008 (“Porto Velho Shopping”, empreendimento do Grupo Ancar Ivanhoe) (Foto 9).



Foto 9. *Porto Velho Shopping, inaugurado em 2008*

O novo centro de compras (com 29 mil m²) inseriu grandes redes das atividades modernas de consumo em Porto Velho (Foto do autor, janeiro de 2009).

Em Ji-paraná, um prédio adaptado no centro comercial também abriga um pequeno *shopping*. Um empreendimento de grande porte, com projeto para 115 lojas (em mais de 29 mil m²) e estacionamento para mais de 1500 automóveis, encontra-se em processo de construção na capital acreana (inauguração prevista para 2009)¹⁸⁰. Assim, para além dos novos nexos trazidos pelas empresas e franquias instaladas, propagam-se os formatos culturais do consumo já tão consolidados e aceitos nas regiões mais ricas do país, com a certeza de se afirmarem como alternativas muito seletivas e, portanto, de acesso restrito.

¹⁷⁹ Pode-se destacar ainda a atuação de grandes grupos e empresas que se dedicam ao aluguel de carros, ao comércio de livros, ao ensino de línguas e de informática, etc., localizadas principalmente em Porto Velho e Rio Branco.

¹⁸⁰ Dados divulgados em reportagem de Renata Brasileiro (2007) no jornal Página 20, Rio Branco, em novembro de 2007.

Renovam-se também as opções referentes às práticas religiosas – à igreja católica, bem como às tradicionais religiões e doutrinas ligadas à cultura dos povos da floresta, muito difundidas no Acre e em Rondônia (como é o caso do Santo Daime, da União do Vegetal, e de uma variedade de centros que também fazem uso do chá amazônico), somam-se, atualmente, novas religiões e templos de origem cristã (sobretudo os evangélicos), que aparecem nas cidades e no campo, um indicativo de que a fé e a religião também requerem adaptação e renovação no período atual¹⁸¹.

8.1.2. *Os esforços de atualização do equipamento urbano*

Há que se reconhecer, sobretudo no Acre (onde o estado e a capital são há mais de dez anos governados pelo Partido do Trabalhadores), grandes esforços que na última década reformularam totalmente as infra-estruturas territoriais urbanas das capitais, mas também em algumas cidades do interior. É possível afirmarmos hoje que as capitais no sudoeste da Amazônia apresentam um desenvolvimento da configuração territorial que, no entanto, não é formada segundo as intenções da maioria e para o uso comum de todos os habitantes.

Recursos do Programa de Apoio ao Crescimento Econômico (PAC) do governo federal são destinados principalmente às obras de saneamento básico nas capitais e no interior. Rio Branco conhece nos últimos anos um conjunto de intervenções urbanísticas que incluem ampliação, pavimentação e implantação de guias e calçadas em vias de grande extensão na cidade (como é o caso da Avenida Ceará), adaptação do sistema de transportes, canalização de córregos e construção de parques lineares, além de reformas e iluminação de grandes praças e avenidas, obras que dão ar de modernidade e organização à capital acreana.

Também há preocupação com um planejamento urbano estratégico que se volta, de certo modo, para um preparo de espaços para as atividades turísticas, como é o caso da instalação (em 2007) de uma moderna passarela para pedestres sobre o rio Acre, no centro de Rio Branco. O chamado “Mercado Velho”, o mais antigo dos mercados municipais (construído em 1929), e todo um conjunto de estabelecimentos comerciais que lhe é adjacente, foram reformados e adaptados para receber lojas de artesanatos e produtos

¹⁸¹ Grandes templos evangélicos estão instalados nas capitais e cidades maiores, bem como grande número de equipamentos de pequeno porte que se fazem presentes praticamente todos os povoados, tal como vimos em Vila Extrema-RO e também na zona rural, como observamos em diferentes projetos de assentamento no Acre, em julho de 2007. A difusão destas religiões evangélicas parece alcançar principalmente as classes média e pobre, como pudemos constatar entre muitos dos que atuam no circuito inferior, durante trabalho de campo em janeiro de 2009.

regionais (Fotos 10). Em 2009, já aplicando recursos na infra-estrutura de recebimento de turistas, Rio Branco formaliza (sem êxito) a sua candidatura à cidade sede das atividades da Copa do Mundo de futebol a ser realizada no Brasil, em 2014.



Fotos 10. *Modernizações recentes na área central de Rio Branco*

Ponte estaiada sobre o rio Acre serve de passarela exclusiva para pedestres (à esquerda), junto às instalações revitalizadas do Mercado Velho (à direita) (Fotos do autor, julho de 2007).

A configuração territorial da capital rondoniense também toma maior densidade construída. As vias de acesso à cidade são adaptadas às necessidades de escoamento da soja no Porto Organizado, bem como novos equipamentos urbanos voltam-se especialmente à instalação de sistema de saneamento básico. Investe-se atualmente, com recursos do governo federal, na reforma dos antigos pavilhões e na recuperação do acervo do Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, como forma de consolidar o principal atrativo turístico do município. Há planos de recuperação, também com apoio do governo federal, de seis quilômetros de linha férrea para passeios turísticos da capital até a cachoeira de Santo Antônio (onde está sendo construída a usina hidrelétrica). Praças, mercados e avenidas do centro da cidade encontram-se atualmente sendo preparados no que se refere à adequação às novas possibilidades de exploração da atividade turística.

Estas novas formas-conteúdo do espaço urbano, especialmente a modernização recente das capitais, também são indutores potenciais de uma nova gama de mercadorias e serviços modernos, indicativos de mais uma das dimensões do processo de atualização do território no sudoeste amazônico.

8.2 As transformações recentes na rede de cidades

Uma face da modernização concentradora do território se manifesta numa tendência que se arrasta desde a década de setenta – a concentração da população e das atividades produtivas em algumas poucas cidades do sudoeste amazônico. Em Rondônia, este fenômeno se dá em função das melhores condições de circulação que a BR-364 proporciona, ou seja, a urbanização e o crescimento de algumas cidades ocorre em função das possibilidades técnicas que o meio acolhe.

No ano de 2000, oito municípios (Porto Velho, Ji-paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno) que até os dias de hoje figuram entre os dez mais populosos de Rondônia, encontram-se localizados ao longo da BR-364. Esta concentração é significativa, pois cerca da metade da população rondoniense habita apenas oito dos cinquenta e dois municípios existentes no estado. Quando nos ocupamos com a análise da concentração da população urbana no território rondoniense, a densificação ao longo da BR-364 é fenômeno ainda mais nítido – estes mesmos oito municípios concentravam 67% da população urbana de Rondônia no ano 2000 (IBGE, Censo Demográfico 2000).

No Acre, ainda que boa parte da estrada não se encontre pavimentada, a BR-364 também acaba de modo ou outro por concentrar as atividades produtivas e as maiores densidades da população. Dentre os atuais 22 municípios existentes no Estado, os cinco de maior quantidade de população são servidos pela BR-364 (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá), e no ano 2000 concentravam mais de 70% da população total e mais de 80% da população urbana (IBGE, Censo Demográfico 2000).

Estes dados refletem o quanto o trabalho vivo e o trabalho morto se encontram em desigual densidade no território, constituindo assim dinamismos de naturezas distintas e, conseqüentemente, valorizações do território e do trabalho que ocorrem de um modo diferenciado e fragmentado espacialmente. Numa região de escassez e de rarefação, o que existe em termos tanto de infra-estrutura quanto de população, encontra-se muito desigualmente distribuído.

As cidades servidas pela BR-364 conhecem um melhor desenvolvimento de seus equipamentos urbanos e, pelo simples fato de localizarem-se junto a esta que é a principal via de circulação no território, possuem maior concentração dos investimentos produtivos. Em outras palavras, a BR-364 atua como condição de produção essencial para as atividades do campo moderno, para as atividades industriais (no mais das vezes ligadas à agricultura) e também para um adensamento e renovação do terciário. É isso que pode ser constatado

quando avaliamos a rede de cidades e comparamos as novas estruturas de distribuição e consumo.

Milton Santos alerta que, nos países subdesenvolvidos, as redes urbanas no mais das vezes apresentam uma série de debilidades, pela incipiência das relações de troca, o que configura em algumas regiões uma rede urbana pouco desenvolvida (SANTOS, 1981, 2008, p.158). Este parece ser o caso da rede urbana e da rede de cidades no sudoeste amazônico, cujas limitações e transformações recentes merecem ser analisadas.

8.2.1. *A centralidade das capitais*

As possibilidades do período e do meio técnico-científico-informacional que, embora de forma tardia, se inserem na região em estudo, acabam por promover algumas transformações no sistema urbano e na rede de cidades. Optamos por pensar principalmente na rede de cidades, porque no sudoeste amazônico o sistema urbano encontra-se incompleto, pois mesmo as capitais (que sem dúvida regem algumas das atividades produtivas e de serviços), são muito tributárias de uma rede urbana maior, com polarização em Manaus e mesmo São Paulo (IBGE, 2000; BECKER, 2006).

O tema da centralidade e da concentração da população e da urbanização nas capitais amazônicas não é novidade (CORRÊA, 2004, 2006, p.232). Com uma rede urbana pouco desenvolvida e enfrentando ainda muitas dificuldades de integração, a capital acreana acaba por concentrar e centralizar ainda mais população, objetos e ações no território¹⁸². Em Rondônia este fenômeno não é diferente, mas de certo modo existe um número de centros intermediários bastante maior quando comparado ao território acreano. Tal como demonstrado anteriormente (item 8.1), são as capitais que acolhem a maior parte dos serviços e do comércio modernos, concentram as atividades financeiras, os serviços de saúde e de educação e, ao mesmo tempo, atuam como os pontos de conexão entre as ordens e comandos tanto do sistema político público quanto da economia privada.

Esta concentração e também o nível da centralidade que as capitais desempenham no território se repetem, guardadas as proporções, nos centros urbanos intermediários. É assim que, para além das estruturas pretéritas de ocupação, e principalmente pelas demandas atuais

¹⁸² Em 2007, dos pouco mais de 655 mil habitantes do Acre, Rio Branco concentrava mais de 290 mil (quase 45% do total), ao mesmo tempo em que era o município com maior taxa de urbanização (92,7%) (ACRE, 2008, p.19).

do consumo consumptivo, mas em alguns casos também do consumo produtivo, ocorre uma divisão do trabalho mais complexa, a partir de uma hierarquia de centros/sub-centros urbanos, diferenciados pelo seu tamanho e principalmente pelas funções que desempenham na rede de cidades¹⁸³. Por outro lado, a própria configuração do território, com a distribuição muito desigual do trabalho morto e do trabalho vivo, acaba por promover a estagnação e a desvalorização de núcleos que acabam por desempenhar funções mais restritas no conjunto do território, como é o caso de grande parte das cidades locais (Figura 15).

8.2.2. Escassez e debilidade dos núcleos intermediários (“centros regionais”)

Torna-se difícil encontrarmos, para além das capitais, núcleos urbanos que desempenham uma centralidade importante no território. De certo modo, e levando em consideração as condições locais, encontramos, no estado do Acre, a permanência e mesmo um fortalecimento de Cruzeiro do Sul como centro regional¹⁸⁴, desempenhando centralidade sobretudo no que concerne ao consumo consumptivo na parte oeste do território acreano e, inclusive, em espaços que lhe são tributários no estado do Amazonas. Assim, ao mesmo tempo que Cruzeiro do Sul aparece como um núcleo de referência para o alto vale do rio Juruá, configura um caso nítido de centro regional tecnicamente precário e incompleto.

Cruzeiro do Sul abastece vários outros municípios do vale do Juruá, inclusive alguns em que o acesso só ocorre por meio dos rios ou pela aviação de pequeno porte. Pode-se observar às margens do Juruá a presença quase que constante de embarcações que trazem de outros municípios aqueles que carecem de tratamento médico-hospitalar, entre outros serviços oferecidos apenas nesta cidade. O governo federal e estadual reforça de certo modo esta condição, com o equipamento recente do aeroporto internacional, da infra-estrutura do modal hidroviário que lhe confere *status* de entreposto comercial, e também com a instalação recente de um hospital regional (no ano de 2007). No entanto, é a distância da capital, reforçada com a limitada fluidez do território, que garantem tal função à cidade.

¹⁸³ Milton Santos, pensando a estrutura dos sistemas urbanos no Brasil atual, reconhece que “Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa” (SANTOS, 1993, 2008, p.55).

¹⁸⁴ Em 2007, eram mais de 73 mil habitantes em Cruzeiro do Sul (68% urbanos), o que lhe confere o status de segundo maior município em número de habitantes no estado.

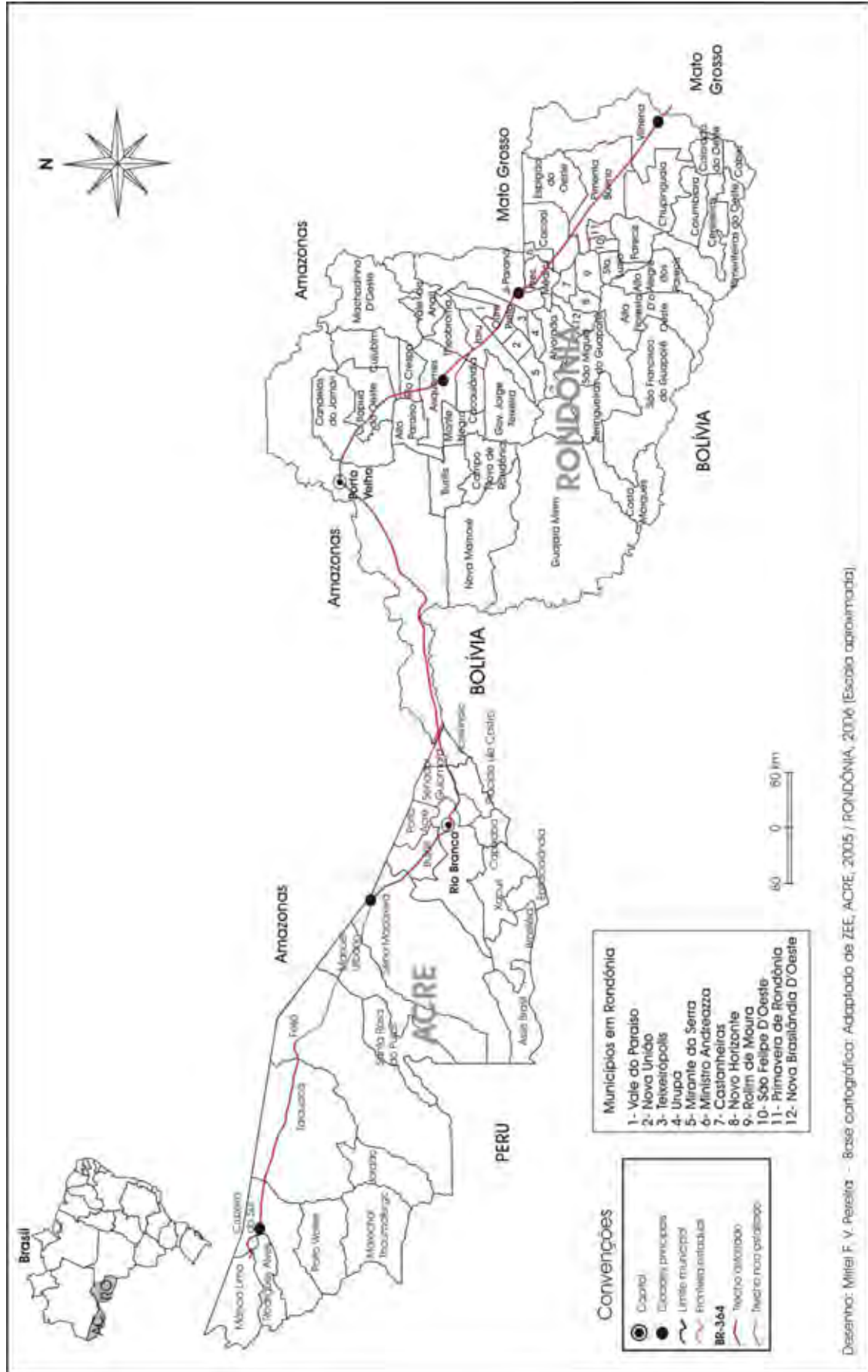


Figura 15. Rondônia e Acre - Malha municipal (2009)

Desenho: Miriel F. V. Pereira - Base cartográfica: Adaptado de ZEE, ACRE, 2005 / RONDÔNIA, 2006 (Escala aproximada).

Esta condição de “centro regional” aparece mais consolidada no território rondoniense, visto que alguns centros de maior porte como Ji-paraná e mesmo Ariquemes fortalecem as suas estruturas de serviços. No entanto, hoje, esta função de centro regional é reforçada no interior de Rondônia principalmente na cidade de Ji-paraná, que já na década de oitenta fora apontada por R. L. Corrêa (1981, 2006, p.236) como um importante de “centro de serviços”, exercendo influência em vários núcleos menores, como é o caso de Cacoal, Pimenta Bueno, entre outros.

Ji-paraná¹⁸⁵, que se consolida como um dos principais centros de industrialização da madeira e da criação de bovinos na década de oitenta, torna-se hoje o principal centro de comércio e serviços do interior rondoniense, além de desempenhar importante participação na atividade pecuária, detendo o terceiro maior rebanho bovino do estado (SEAPES-RO, 2007, p.25). O município localiza-se no centro de uma região que localmente é denominada “região da produção”, visto que as atividades agropecuárias modernas e mais intensas em técnica e ciência se desenvolvem no eixo leste do estado, contanto com as facilidades de transporte proporcionadas pela BR-364.

Existe na cidade grande oferta de serviços, como é o caso, por exemplo, de instituições de ensino superior – a UNIR (Universidade Federal de Rondônia), que oferece no *Campus* de Ji-paraná os cursos de Engenharia Ambiental, Física, Matemática e Pedagogia, oferta esta que é complementada por instituições privadas¹⁸⁶ tais como a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil) e a UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná). Instituições de apoio à atividade agropecuária, como é o caso da Emater e da Ceplac reforçam este caráter de centro de serviços, que inclusive conta, como já fora mencionado, com a oferta de transporte aeroviário em linhas comerciais diárias.

¹⁸⁵ Eram mais de 107 mil os habitantes de Ji-paraná em 2007, o que lhe confere a segunda posição no que se refere à quantidade de população entre os municípios rondonienses.

¹⁸⁶ Em Rondônia, as instituições privadas de ensino superior são, em boa parte, oriundas dos estados do Sul do Brasil, sobretudo para atender a demandas dos migrantes sulistas. A Ulbra (com sede em Canoas-RS) instala-se em Rondônia (Ji-paraná) em 1986, e hoje já é uma das maiores universidades do estado (são 14 cursos oferecidos em Ji-paraná). As recentes modalidades de ensino à distância também são exploradas por instituições oriundas da região sul, como é o caso da UNOPAR (sede em Londrina-PR) que, além da oferta de cursos em Rondônia (Ji-paraná, Cacoal, Cerejeiras, Rolim de Moura, Vilhena e Pimenta Bueno) também atua no estado do Acre (Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Feijó), explorando pequenos mercados onde é o sistema público é ausente ou insuficiente (Informações coletadas nos sítios da ULBRA e UNOPAR na internet, em 2008).

8.2.3 As cidades locais – diversidade de situações

Se os centros regionais são escassos, multiplicam-se, principalmente durante a década de noventa, o número dos municípios e conseqüentemente os pequenos núcleos que aparecem como sedes municipais, especialmente porque a criação de novos municípios atende no mais das vezes interesses políticos particulares. Muitas destas novas sedes municipais talvez nem mereçam ser intituladas como “cidades locais”, visto que carecem dos serviços mais essenciais à população¹⁸⁷.

Se hoje a maioria da população rondoniense e acreana tem na cidade o seu lugar de habitação, nos pequenos núcleos urbanos, especialmente no estado do Acre, o fenômeno da urbanização ainda é pouco observado (em nove dos 22 municípios a população é predominantemente rural) (Tabela 12).

Tabela 12. *Municípios com predominância de população rural no Acre (2007)*

Município	População Total	Taxa de Urbanização (%)
Acrelândia	11.520	47,48
Bujari	6.543	46,37
Capixaba	8.446	37,34
Jordão	6.059	28,64
Marechal Thaumaturgo	13.061	24,79
Porto Acre	13.716	13,42
Porto Walter	8.170	33,16
Rodrigues Alves	12.428	29,56
Santa Rosa do Purus	3.948	36,09

Fonte: IBGE/Contagem da população 2007 / Acre em números 2007-2008.
Organizado pelo autor.

Este é o caso de grande parte do vale do Juruá e do alto curso do rio Purus, no Acre, mas também de muitos municípios do vale do Guaporé e de outras áreas ainda pouco ocupadas em Rondônia¹⁸⁸ (São Miguel do Guaporé, Urupá, Alto Alegre dos Parecis, entre outros), onde uma série de pequenos núcleos se localiza em meio a vastos espaços em que se

¹⁸⁷ A definição de cidade local obedece a um critério funcional, tal como apresentado por Milton Santos – “a cidade local é um organismo urbano que atende às necessidades primárias e imediatas das populações locais. Assim, esta definição abrange organismos de tamanhos diversos, fornecedores de diferentes serviços conforme a época e o lugar onde se situam” (SANTOS, 1979, 1982, p.104-105)

¹⁸⁸ No ano 2000, apesar de a maioria da população rondoniense habitar o meio urbano, dos 52 municípios existentes no estado 33 apresentavam taxas de urbanização menores do que 50% (IBGE, Censo Demográfico, 2000). Aqueles que aparecem com população majoritariamente urbana eram em sua maioria os que possuem sede localizada junto à BR-364.

pratica uma agricultura pouco intensa em capital e tecnologia, ou ainda nos espaços em que a cobertura florestal e as atividades extrativistas ainda são muito significativas. Há claras deficiências, nestas cidades (algumas alcançáveis apenas via transporte hidroviário), das limitações do poder público municipal, e mesmo certa falta de assistência dos governos estaduais.

Assim, estas pequenas localidades, ao menos em curto prazo, parecem não constituir alvo de interesse às empresas que articulam os modernos circuitos de produção no sudoeste amazônico. Marechal Thaumaturgo, município acreano criado em 1993, no vale do Juruá, é exemplo nítido desta situação. Dos cerca de treze mil habitantes, menos de um quarto habita a pequena sede, onde inexistem os automóveis, sendo todo o transporte realizado pelo rio Juruá (INCRA, 2007). Os agricultores se dedicam ao cultivo de gêneros consumidos no próprio vale, principalmente o feijão e o fumo. Pode-se considerar, mesmo para aqueles que habitam os “núcleos urbanos” destes pequenos aglomerados, que grande parte desta população considerada “urbana” tem sua vida muito ligada à exploração dos recursos florestais ou à ocupação das terras.

Aparecem de fato como cidades locais algumas sedes municipais um pouco maiores e com melhor estrutura de atendimento à população que lhe é tributária, como é o caso, por exemplo, de Sena Madureira, Tarauacá e Senador Guimard, no Acre, e dos núcleos rondonienses de Jaru, Cacoal, Pimenta Bueno, entre outros. No entanto, é necessário fazer distinção entre este tipo de cidade no sudoeste amazônico, já que as condições técnicas do território e a divisão recente do trabalho no campo acabam por diferenciá-lo sobremaneira.

Se um conjunto destas cidades aparece como resultado de uma ocupação dispersa e muitas vezes ligada ao movimento de ocupação e exploração pretéritos, de outro lado, e com uma gênese bem mais recente, pode-se reconhecer a formação (ou refuncionalização) de cidades locais em muito renovadas pela atividade agrícola moderna, naqueles espaços onde vetores externos acabam por dotar o território de uma nova densidade e racionalidade técnicas. Este parece ser o caso, sobretudo, dos pequenos núcleos urbanos localizados nas áreas de expansão da atividade agrícola em Rondônia.

O caso de Cerejeiras é exemplar. O município que conta atualmente com cerca de 17 mil habitantes (2007), integra a área de expansão do cultivo da soja no sul de Rondônia, e mesmo localizado fora do eixo da BR-364, recebeu infra-estrutura de grandes grupos privados do setor – uma unidade de secagem e armazenamento de soja da Amaggi (instalada desde 2000) e outra da Cargill (instalada no município desde 2005), investimentos que mais recentemente são acompanhados de uma renovação dos equipamentos urbanos (novas praças,

avenidas e asfaltamento dos acessos à cidade) (Foto 11), ao mesmo tempo em que a tradicional atividade da pecuária de corte torna-se residual, mudando o perfil daqueles que trabalham no campo (agora mecanizado e exigente de mão-de-obra mais qualificada e em menor quantidade).



Foto 11: *Rua comercial no centro de Cerejeiras*

Obras de urbanização e um fortalecimento do comércio e dos serviços caracterizam a cidade local inserida no campo modernizado (Foto do autor, julho de 2007).

Deste modo, surgem no território novas demandas e novas racionalidades que atualizam funções e objetos, ao mesmo tempo em que estas pequenas cidades tocadas pela modernização conhecem uma urbanização e uma economia mais rígidas, porque as ações mais proeminentes que as animam passam a ser remotamente comandadas de espaços distantes.

8.2.4. *A emergência recente da “cidade do campo”:*

O caso de Vilhena

A modernização e a prática da agricultura técnico-científica no sudoeste da Amazônia foi capaz de inserir recentemente na região um tipo de cidade com função especificamente

voltada para as demandas do campo moderno, tal como parece ser o caso de Vilhena, principal centro do agronegócio de exportação no território rondoniense (PEREIRA, 2007).

Todo um conjunto de atividades muito ligadas à racionalidade do modo de produção técnico-científico (SANTOS, 1999) que se pratica no agronegócio de exportação atual, se dá principalmente a partir de cidades que desempenham função reguladora da dimensão mais direta da produção, visto que o comando político é realizado de fora do lugar ou mesmo externamente ao território nacional. Daí a necessidade de uma complementaridade funcional muito estreitada entre o campo moderno e uma cidade que, de certo modo, também se especializa neste tipo de função.

Algumas atividades tipicamente urbanas aparecem como imprescindíveis à realização do campo moderno, definindo o que Milton Santos (1992, 2000, 2001) denominou “cidade do campo”, ou ainda o que Denise Elias (2006) tem recentemente chamado como “cidade do agronegócio”.

Segundo Denise Elias, é possível identificarmos, no que a autora denomina *Brasil agrícola moderno*, “(...) cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura” (2006, p.13). A mesma autora chama a atenção para o fato de que nestas cidades ocorre a materialização das condições de reprodução do capital empregado no agronegócio. Ambos estes processos são claramente identificados em Vilhena, onde a existência de uma agricultura comumente qualificada como “científica” ou ainda “de precisão” nos permite reconhecer que o Brasil agrícola moderno alcança hoje também os novos *fronts* de expansão do agronegócio na Amazônia.

Com uma população estimada em cerca de 65 mil habitantes (mais de 90% urbanos) (IBGE Cidades, 2007), a cidade e o urbano em Vilhena parecem estar em sintonia com o desenvolvimento da produção agrícola moderna. Apesar de ser o maior produtor de cereais do estado de Rondônia, é no segmento de serviços que está alicerçada a maior parte das atividades econômicas do município¹⁸⁹.

Este processo resulta de uma série de transformações que a atividade agropecuária moderna tem operado no Brasil, sobretudo a partir de uma reorganização da produção propriamente dita (agrícola e industrial), como também uma expansão qualitativa e

¹⁸⁹ Ainda que Vilhena seja o município de maior produção de cereais em Rondônia, segundo dados do IBGE, no ano de 2004, o valor adicionado nas atividades agropecuárias ao Produto Interno Bruto (PIB) de Vilhena representava, aproximadamente, um terço do valor adicionado na atividade industrial, ou ainda um quinto do valor adicionado nas atividades de serviço (IBGE Cidades, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, acesso em agosto de 2007).

quantitativa da produção não-material (comércio, finanças, serviços), promovendo deste modo um aumento da terciarização da economia nas áreas onde se praticam as atividades do agronegócio moderno, tal como analisa Elias (2006, p.14). A mesma autora também conclui que o terciário especializado e voltado em sua maioria para as atividades do campo moderno, passa a constituir grande parte do circuito superior da economia urbana, nestas regiões onde o agronegócio define especializações territoriais produtivas.

A *cidade do campo* configura-se como pólo indispensável ao comando técnico da produção agrícola moderna e como lugar de residência não só de funcionários da administração pública, das empresas, mas também dos que trabalham no campo, mas que, em boa parte, são urbano-residentes (SANTOS, 2000, p.91). Estas cidades passam também a ser o *locus* de um consumo do campo que deixa de ser apenas consumptivo para cada vez mais definir-se também como consumo produtivo (ELIAS, 2006, p.15).

Em Vilhena, é o meio urbano que concentra as principais empresas que dão suporte às atividades agrícolas – as grandes *tradings* do agronegócio (Amaggi e Cargil), as revendas de maquinários (marcas como a John Deere, New Holland e Massey Ferguson), além das revendas de sementes, agrotóxicos e corretivos; bem como outras empresas públicas e privadas que oferecem crédito, serviços de transporte, etc., atividades fundamentais à produção agrícola moderna no sul de Rondônia.

A quase totalidade da atividade comercial, e principalmente as atividades de consumo moderno, concentram-se em uma única avenida (Av. Major Amarante) (Foto 12), onde estão presentes as lojas de eletroeletrônicos, de celulares, os bancos, e também empresas de consultoria voltadas para o campo. Junto à BR-364 (na Av. Celso Mazutti), existe concentração de concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como das revendas de insumos agropecuários.

Deste modo, o desenvolvimento das atividades do agronegócio na região acabou por dotar o espaço urbano vilhenense de serviços especializados de consultoria agropecuária, bem como os serviços de assessoria jurídica (direito ambiental) e georreferenciamento para regularização fundiária (serviços essenciais para a prática do agronegócio na Amazônia Legal). A oferta de meios de comunicação e transporte eficientes (a oferta de vôos comerciais regulares) completa e reafirma a condição da cidade como núcleo viabilizador da agricultura moderna na região.

O caso de Vilhena é exemplar tanto no que se refere à configuração da cidade do campo (SANTOS, 2000), como também do novo fenômeno da “cidade média”, nos termos

propostos por María Laura Silveira (2002a, p.15), em que se deve levar em conta o seu grau de especialização e de suporte para a realização de uma divisão do trabalho à escala mundial.



Foto 12. Av. Major Amarante, área central de Vilhena

As atividades comerciais estão distribuídas ao longo desta avenida, que concentra as atividades do comércio e serviços modernos (Foto do autor, julho de 2007).

Milton Santos reconhece que “Tal cidade, cujo papel de comando técnico da produção é bastante amplo, tem também um papel político frente a essa mesma produção. Mas, na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, esse papel político é limitado, incompleto e indireto” (SANTOS, 2000, p.91), ou seja, as ordens produzidas no lugar pouco podem interferir no comando da produção que, de fato, é desenhado em lugares distantes. Ao portar a modernidade e os meios capazes de atualizar a produção agrícola, também se inserem no lugar os nexos externos a quem os agricultores, empresas e política devem, de um modo ou de outro, se tornar tributários e obedientes.

Esta cidade do campo moderno também personifica a cidade corporativa. Os serviços e o comércio especializados, que compõem um circuito superior da economia urbana voltado para as demandas do agronegócio, pouco cooperam com o restante das atividades produtivas. Atividade intensa em capital e realizada de forma totalmente mecanizada, o campo moderno necessita de pouca mão-de-obra. Até mesmo nas atividades de serviços, desenvolvidas e pensadas à distância, e oferecidas no lugar em “pacotes prontos”, emprega muito pouca gente.

Daí a coexistência, nestas cidades do campo modernizado, de uma quantidade significativa de habitantes que pouco participam ou se inserem de forma vantajosa no circuito produtivo das *commodities* de exportação. É a lógica de um território “moderno”, altamente produtivo, voltado para o mercado externo e intenso em capital, ciência e informação, mas que não se realiza e não se reverte em recursos vantajosos para todos os que o habitam.

8.2.5. *As cidades na fronteira: Uma nota*

A análise da divisão do trabalho e da diferenciação das funções urbanas na rede de cidades do sudoeste amazônico restaria de certo modo completa com o reconhecimento do papel hoje desempenhado pelas “cidades comerciais” que se localizam junto à fronteira boliviana. Trata-se aqui, de uma diferenciação que é sobretudo normativa e conseqüentemente funcional, e que ocorre de forma independente do tamanho ou da posição da cidade na rede. É o caso das cidades de Brasiléia (AC), que faz fronteira com a cidade de Cobija (capital do departamento boliviano de Pando); e também de Guajará-mirim (RO), que se localiza junto à Guayaramerín, na fronteira com a Bolívia.

Estas cidades na fronteira internacional tomam, na década de noventa, um caráter e função particulares, justamente porque aí são criadas, pelo Governo Federal, as Áreas de Livre Comércio de Guajará-mirim-RO (Lei 8.210, julho de 1991) e de Brasiléia-AC e Cruzeiro do Sul-AC¹⁹⁰ (Lei 8.857, março de 1994). O conceito de Área de Livre Comércio permite que os espaços assim normatizados recebam empresas que, instaladas nestas Áreas de Livre Comércio, usufruem de incentivos fiscais tanto para a exportação de produtos para a Bolívia, quanto para a sua distribuição no Brasil; arranjo normativo este que viabiliza a porosidade territorial no país, tal como analisa Mónica Arroyo (2005).

Mas estas cidades acabam por tomar uma função urbana específica no conjunto do território, atendendo necessidades de consumo de classes média e pobre, nas capitais e no interior dos estados de Rondônia e Acre. Para além da economia praticada pelas maiores empresas que desfrutam de legislação específica para a isenção fiscal, as interações transfronteiriças nestas cidades ocorrem também pela prática de um comércio à varejo ou em

¹⁹⁰ O caso de Cruzeiro do Sul difere, pois, apesar da existência da Área de Livre Comércio, a distância e as dificuldades de comunicação entre a cidade e os núcleos urbanos peruanos acabam por não configurar a situação das “cidades de fronteira” ou, como prefere Lia Osório Machado (2005), das “cidades gêmeas”. Trata-se assim de uma Área de Livre Comércio instalada em um município fronteiro, sem a existência da cidade na fronteira, tal como é o caso de Brasiléia e Guajará-Mirim.

pequenas dimensões, que abastece os mercados acreano e rondoniense¹⁹¹. Lia Osório Machado (2005) utiliza o conceito “cidades gêmeas” para designar estes núcleos comerciais localizados na fronteira internacional, justamente pela proximidade de suas áreas urbanas e pelas facilidades de transpor a fronteira para a realização dos nexos comerciais e de trabalho e serviços¹⁹².

Esta proximidade dos núcleos urbanos na fronteira internacional, somada às condições favoráveis de comércio no lado boliviano, principalmente de mercadorias importadas da Ásia (com preços mais baratos do que os encontrados no Brasil), acaba por dotar tais cidades de uma intensa “aproximação” comercial, conferindo-lhes assim a nova função no conjunto do território (Fotos 13).

É possível encontrar cartazes em pontos de ônibus em Porto Velho anunciando a realização de excursões (ônibus fretados) para as compras na Bolívia, com destino tanto para Guajará-mirim - RO quanto para Brasiléia - AC. Como as linhas de ônibus intermunicipal são poucas, o transporte entre Porto Velho e Guajará-mirim é freqüentemente realizado por meio de táxis (em esquemas de lotação). Esta forma de transporte para as compras nas cidades da fronteira também se repete em Rio Branco e a possibilidade de circulação dos taxis brasileiros em Cobija faz com que haja, inclusive, grande consumo de combustível no território boliviano¹⁹³. Aos finais de semana se pode observar um aumento significativo do fluxo de consumidores em ambas as cidades.

¹⁹¹ Existem cotas fixadas em dólar estadunidense, para a importação de mercadorias entre os países. Em Brasiléia-Cobija, a cota era, em julho de 2006, de U\$ 350,00, valor este que também era praticado na fronteira de Guajará-mirim / Guayaramerín, em Rondônia (julho de 2007). Em ambos os casos os declarantes podem voltar a realizar compras na Bolívia somente após 30 dias da última compra. Cria-se assim condições para a existência dos chamados “sacoleiros”, que desempenham a função de abastecimento individual e mesmo de lojistas no território brasileiro.

¹⁹² No caso de Brasiléia/Cobija, a transposição da fronteira é facilitada, pois se dá por meio de ponte sobre um pequeno igarapé. Para Guajará-mirim/Guayaramerín, o transporte é fluvial (rio Mamoré), já que não existem infra-estruturas construídas.

¹⁹³ Em Brasiléia, cuja ligação com Cobija na Bolívia pode ser feita por automóvel, os taxistas aproveitam as viagens para abastecer com combustível da Petrobrás em valores muito abaixo dos encontrados no Acre (a gasolina chega a ser armazenada em vários recipientes transportados no carro). A viagem de taxi é realizada em forma de lotação (espera-se, geralmente, por quatro passageiros). Em julho de 2006 a viagem de taxi de Rio Branco para Cobija custava normalmente R\$50,00, enquanto que a de Porto Velho para Guajará-mirim era feita por 60,00 em julho de 2007 (Trabalhos de campo, julho de 2006 e julho de 2007).



Fotos 13. *Aspectos das cidades bolivianas de Cobija e Guayaramerím*

Pobres e muito dependentes do consumo dos brasileiros, Cobija (à esquerda) e Guayaramerím (à direita) abastecem o circuito inferior das capitais dos estados de Acre e Rondônia (Fotos do autor, julho de 2006/julho de 2007).

Para além de um consumo individual de bens duráveis (televisores, computadores, eletroeletrônicos em geral, etc.) e não-duráveis (roupas, calçados, alimentos, etc), estas cidades comerciais de regulação especial na fronteira acabam por abastecer grande parte dos estabelecimentos do pequeno comércio no território brasileiro. Estreitam-se, deste modo, os nexos transfronteiriços, num tipo de trabalho que envolve uma globalização que também é praticada entre os mais pobres, se realizando “de baixo para cima”, já que tais relações comerciais abastecem e também fortalecem o circuito inferior da economia, sobretudo nas capitais do sudoeste amazônico, tal como pudemos observar nos levantamentos de campo.

8.3 As evidências da modernização seletiva na rede de cidades:

Alguns indicadores da crise urbana

Mas quem pode, de fato, habitando as cidades ou o campo, desfrutar dos serviços e do consumo oferecidos de modo diferenciado na rede de cidades? Quantos dos habitantes são portadores da fluidez, tão limitada e seletiva no sudoeste da Amazônia, e tão necessária ao acesso aos serviços e ao consumo?

Até mesmo entre os que habitam as capitais, sem dúvida espaços mais capazes de ofertar maior diversidade de bens e serviços (já que realizam a mediação entre a região e o

país), encontram, dependendo das suas condições materiais (incluindo aqui a sua localização), dificuldades de acesso a bens e serviços os mais básicos. O circuito inferior da economia urbana, especialmente nas maiores cidades, aparece por vezes como alternativa única de consumo para parte importante da população¹⁹⁴. Para os estratos mais pobres, que também são os “moradores menos móveis”, a cidade como um todo se torna impalpável (SANTOS, 1987, 2007, p.27). É deste modo que, “Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem” (SANTOS, 2007, p.144).

Em que pese a melhoria da infra-estrutura urbana nas capitais e no interior¹⁹⁵, ainda persistem uma série de problemas que afligem, mais uma vez, os estratos mais pobres da sociedade. As capitais Porto Velho e Rio Branco, ainda que concentrem boa parte dos investimentos públicos, são portadoras de uma infinidade de problemas. A urbanização nas capitais é tipicamente aquela urbanização desigual e que privilegia, no mais das vezes, os que já são privilegiados, reproduzindo um urbano que se realiza de modo seletivo, num processo criador de discontinuidades, típico dos países subdesenvolvidos, como já reconhecia Milton Santos (1979, 1982, p.94).

Trata-se, de fato, de uma cidade que, portadora de desigualdades e de contradições, se realiza apenas em algumas das suas porções centrais ou nos bairros mais privilegiados, habitados pelas elites. A idéia de Bertha Becker (2004, 2006), que reconhece uma ausência da “presença material” das cidades pode ser claramente observada tanto nas capitais como nos centros menores do sudoeste amazônico.

Se nas áreas centrais e já privilegiadas, ou mesmo nos espaços residenciais já mais bem equipados, existem esforços de dotar o espaço urbano dos serviços e bens coletivos capazes de assegurar alguma infra-estrutura para a viabilização das atividades econômicas modernas que hoje se inserem na região, nas periferias afastadas, ou mesmo nos bairros mais pobres, esta urbanização não se realiza a partir de investimentos em objetos fixos. Proliferam-se as habitações precárias¹⁹⁶, os espaços ocupados sem praticamente nenhuma infra-estrutura

¹⁹⁴ O circuito inferior da economia ganha importância no que diz respeito ao abastecimento de uma população pobre e também da classe média, e aparece como um indicador dos mais significativos da crise urbana. Pela dimensão que toma no sudoeste amazônico, o circuito inferior será avaliado de modo particular na Terceira Parte da tese.

¹⁹⁵ Nos últimos anos, em que pese não terem solucionado a totalidade dos problemas, importantes investimentos realizados pelo governo federal em infra-estruturas de transporte, educação e saneamento também são importantes indutores de uma reforma urbana que transformou a área central e bairros inteiros, sobretudo em Rio Branco. Também no Acre, o estado investe em educação, reformando escolas urbanas que oferecem hoje infra-estrutura invejável. O salário pago no Acre aos professores da educação básica é um dos melhores do Brasil.

¹⁹⁶ Não se trata aqui das habitações construídas em madeira, até hoje muito usuais nas cidades da Amazônia, qualquer que seja o seu tamanho e localização. Trata-se na verdade de uma proliferação de espaços periféricos

viária, de iluminação ou saneamento. Os dados do IBGE/PNAD denunciavam estes problemas - em 2007, apenas 3,52% dos domicílios entrevistados em Rondônia possuíam coleta de esgoto, no Acre, o percentual chega a 16,58%. É grave o problema das cheias durante a época das chuvas, desalojando constantemente populações que habitam áreas próximas aos cursos d'água. Em Rio Branco, bairros como o Airton Senna, Palafitas e Seis de Agosto são alguns dos mais atingidos pelas cheias do rio Acre. Há claras evidências das limitações do poder público na resolução de tais problemas, ainda que este seja o viabilizador dos espaços e das infra-estruturas necessárias ao trabalho moderno que aparece como “racional”.

Nos centros regionais estes problemas proporcionalmente se repetem, visto que a carência de bens e serviços atinge praticamente a todos no território. Até mesmo nos centros intermediários, que figuram como alvo de uma especialização territorial muito cara à atividade agrícola moderna de exportação, os problemas urbanos freqüentemente são presentes.

Em Vilhena, por exemplo, a cidade do campo moderno que se desenvolve com um comércio e atividades de serviços especializados é também aquela que comporta bairros urbanos periféricos com pouca infra-estrutura, habitados justamente pela população pobre. Um urbano “moderno”, onde se destacam grandes prédios comerciais, contrasta como uma cidade que não se realiza por completo nas periferias, onde faltam infra-estruturas e se concentram as residências precárias¹⁹⁷. As cidades locais e também os lugarejos abaixo do nível urbano são carentes dos serviços mais básicos de atenção à população, reforçando a dependência e também a centralidade dos núcleos maiores.

As cidades comerciais na fronteira se prestam, para além da realização das trocas legais, também para uma função indutora das trocas e das transações criminosas. Atuam como “escape” de uma quantidade sem fim de produtos brasileiros furtados (carros, motocicletas, etc.), e também aparecem como vias privilegiadas para o ingresso, no território brasileiro, de entorpecentes (principalmente a cocaína), abastecendo o consumo tanto em Rondônia e Acre, mas também aquele que é direcionado a outras partes do país, como notícia com bastante freqüência os veículos da mídia local. Esta criminalidade que inclui a receptação de bens

onde inexistem os serviços urbanos mais básicos e onde a população convive com a falta de coleta e tratamento de esgoto, de lixo doméstico, de um abastecimento precário de água e com dificuldades de acesso à educação e serviços de saúde, como se pode observar em diversas áreas das periferias de Rio Branco e ainda mais em Porto Velho.

¹⁹⁷ Em Vilhena, no ano de 2007, um bairro periférico recém instalado, localizado atrás das dependências do Grupo André Maggi, por exemplo, não possui nenhuma infra-estrutura de saneamento, asfalto, e teve o fornecimento de energia instalado muito tempo depois da construção das primeiras casas, tal como pudemos observar em trabalho de campo realizado em julho de 2007.

furtados e principalmente este comércio das drogas ilícitas também indica a espessura da crise urbana na região.

TERCEIRA PARTE
A OUTRA FACE DO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO:
DIALÉTICAS ENDÓGENAS E TERRITÓRIO USADO

Tendo em vista as pretensões de, na Primeira Parte do trabalho, analisar a formação do território na tentativa de construirmos também uma reconstituição do meio geográfico e, numa Segunda Parte, termos nos dedicado a encontrar e avaliar eventos e situações que pudessem ser significativos para o entendimento do que denominamos na tese como “atualização do território”, redefinindo, no campo e nas cidades, objetos, ações e normas que garantem aos agentes hegemônicos a possibilidade de estruturar espaços com uma racionalidade muito cara à acumulação centralizadora e corporativa do capital, acreditamos ser válido, agora, um esforço que pretenda, nesta Terceira Parte da tese, ir mais diretamente ao encontro dos processos que, não ligados às formas seletivas da atualização hierárquica, constituem usos “alternativos” ao projeto da modernização racionalizadora, compondo situações territoriais de outra natureza que, praticadas justamente entre aqueles que se encontram à margem dos processos rígidos regidos pelo capital e pela política hegemônicos, têm de encontrar outras formas de sobrevivência. Estas outras atividades fazem com que o território apareça de fato como “território usado”, ou seja, espaço de todos, espaço banal, espaço este que, para além do espaço econômico¹⁹⁸ comporta todos os tipos de agentes e ações, quaisquer que sejam as suas potências e expressões econômicas ou políticas (SANTOS *et alii*, 2000).

O olhar para o espaço banal exige reconhecermos ações outras que, diferentes daquelas praticadas pelos macroatores da economia, denotam formas diferenciadas de uso do território para o trabalho, outros projetos de vida, outras preocupações da existência. Dito de outro modo, o mesmo espaço que é alvo de um uso estratégico e racionalmente elaborado, aparece, muitas vezes (e quando visto em sua totalidade), como condição para a existência de uma série de atividades que, sem a importância política e econômica que normalmente caracterizam as ações hegemônicas, presta-se para a sobrevivência de importantes parcelas da sociedade que organizam suas ações sem a adição de modernos sistemas de objetos técnicos, sem a rigidez de normas formalmente constituídas e sem o empenho de muito capital.

¹⁹⁸ As expressões “espaço econômico” e “espaço banal” foram propostas por François Perroux, em meados do século XX. De modo geral, o espaço econômico pode ser compreendido como uma área de planejamento ou ainda um “campo de forças” das unidades de decisão das empresas, um espaço como campo de objetos homogêneos (PERROUX, 1970, 1975; BOUDEVILLE, 1973; LASUEN, 1975, p.116). O mesmo economista francês diferencia este espaço, alvo de interesse da economia, de um “espaço banal”, que contempla um conjunto mais amplo de interesses e ações. Tal expressão (espaço banal) fora trabalhada por Milton Santos (1994, 1996, 2000; SANTOS *et. alli*. 2000), emergindo como conceito válido para a proposição de uma compreensão do espaço geográfico (espaço de todos, todo o espaço), numa perspectiva crítica renovada da ciência geográfica.

A idéia de *território usado* (SANTOS, 1994) aparece na obra de Milton Santos como uma noção central à compreensão do espaço geográfico atual em suas múltiplas dimensões, ou seja, comporta em seu cerne todo o problema político do território (e do seu uso) (KAHIL, 2005), valorizando a dimensão política da ação (para além simplesmente das formas) e convocando-nos a pensar o futuro com todas as possibilidades de transformação nele contidas. Ana Clara T. Ribeiro atenta para o fato que a idéia de território usado em Milton Santos aparece justamente como uma “ponte estratégica” que a um só tempo liga a teoria crítica do espaço e a ação política (RIBEIRO, 2003, p.29).

É assim que, mais uma vez, a idéia de *território usado* aparece como instrumento analítico, e ao mesmo tempo político, valioso. Podemos fazer uma distinção analítica entre o “uso do território como recurso” e o “território usado”. O uso do território como recurso (SANTOS, 2000) pode ser compreendido, no mais das vezes, como resultado de projetos particulares, orientados por uma lógica que tem vistas somente às finalidades específicas e racionalmente determinadas, aparecendo assim como um uso indiferente ao espaço próximo, alheio ao meio circundante e aos projetos dos “outros”. Daí a importância de reconhecermos no território a multiplicidade de ordens e de projetos, incluindo a totalidade dos atores e as intencionalidades divergentes nele presentes, pois só assim podemos pensar esquemas analíticos que comportam os ingredientes políticos exigentes de um espaço em que todos tenham oportunidades. Em outras palavras, “Quando o espaço das grandes empresas se diferencia do espaço banal e é favorecido na elaboração teórica, o resultado natural é uma teoria aristocrática e discriminatória, porque a população quase não é levada em conta” (SANTOS, 1975, 1979, 2003b, p.167).

O uso do território como recurso atesta, no mais das vezes, o espaço econômico nos termos propostos por François Perroux em meados do século XX (SANTOS, 1994, 2000). A idéia de *território usado*, por sua vez, impõe pensarmos o território em sua totalidade – espaço banal, espaço de todos, todo o espaço (SANTOS, *et alii*, 2000). Para além do espaço reticular e racional da ação hegemônica, o território, quando compreendido como *território usado*, espaço banal, aparece como recurso analítico pleno de um caráter político e humanista, porque precisa necessariamente contemplar todos os interesses e todas as razões de ser (e de existir), de todos os agentes.

Há que se levar em conta objetos e ações, economia e política, tecnoesfera e psicoesfera, processados em função de ordens locais, vividas e compartilhadas no cotidiano, mas que de certa forma a seu modo também se atualizam, procurando adaptar-se às novas exigências do período. Daí as resistências e alternativas, que se dão no mais das vezes de

modo espontâneo e mesmo desinteressado, figurarem como indicativos muito importantes para repensarmos o território usado, procurando as possibilidades políticas de refazê-lo, de modo que as necessidades de todos possam ser atendidas. É com este espírito que pensamos em construir esta Terceira Parte da pesquisa.

Se o processo hegemônico de atualização do território recusa a experiência social elaborada no espaço prévio, e ao mesmo tempo aparece, ideologicamente, como solução para os problemas sociais herdados dos contextos pretéritos, é nas ações não-hegemônicas que, de fato, podemos encontrar as alternativas de vida justamente para aqueles não inseridos ou não adaptados à vaga atual de modernização capitalista e conservadora do território. Em outras palavras, se o projeto de modernidade só tem olhos para o futuro e para a solução de problemas que na maioria dos casos interessam apenas a alguns poucos agentes, o território usado também se impõe, a todo o tempo e com todo o seu peso, como uma verdadeira norma que limita e deforma o processo de atualização hegemônico (a presentificação do território). É assim que as ações “de baixo”, como denomina Milton Santos (2000), também se fortalecem e se manifestam em novas formas de existência, no campo e nas cidades, com diferentes nuances em cada tipo de espaço, atividade e recursos que mobilizam.

Os exemplos são fartos e variados, permitindo que reconheçamos algumas diferentes situações que merecem ser analisadas. Tendo mais uma vez de fazer escolhas, nossa idéia foi a de procurar compreender os processos que se realizam a partir de um uso não-hegemônico, ou ainda, aquele território usado pelos “homens lentos” e presidido por uma “lógica horizontal” (SANTOS, 2000) de uso do território tanto no campo, a partir da análise de situações que envolvem a produção agrícola não-moderna e de consumo local, mas também nas cidades, cuja principal preocupação foi avaliar os espaços e as estratégias das atividades do circuito inferior da economia urbana.

CAPÍTULO 9:
**O CAMPO NÃO-MODERNO E A PRODUÇÃO
PARA O CONSUMO LOCAL**

Se o processo recente de atualização do território no sudoeste amazônico ocorre, de fato, como viabilizador do trabalho moderno, ou seja, se as novas infra-estruturas e normas territoriais são capazes de tornar facilitadas as modernas atividades do campo (como analisamos no Capítulo 7), as atividades não-modernas acabam por enfrentar os desafios que o meio geográfico incipiente em técnica impõe às suas práticas.

Esta atualização seletiva é assim um processo que, de certo modo, anula ou ameniza a viscosidade do território, mas apenas o faz para aquelas atividades diretamente orientadas para os interesses da economia hegemônica. Contraditoriamente, para todo o “resto”, isto é, para o conjunto de todas as atividades simples, mas que aparecem com muita importância na vida de grande parte da sociedade, o peso de fatores ainda fortemente ligados à natureza e também os imperativos da distância continuam a figurar como um problema mesmo da existência, como bem reconhece María Laura Silveira (2006, p.82). É isso o que acontece com uma agricultura não-moderna e dita tradicional, voltada para um consumo local ou próximo, que se realiza hoje no sudoeste da Amazônia.

Pensado como um todo, o território usado revela o quanto a modernidade e a racionalidade hegemônicas não alcançam todos os espaços, todos os objetos e todas as ações. As atividades produtivas do campo não-moderno são indicativas desta crise, ou seja, da incoerência do projeto de atualização tal como ele ocorre hoje no território – seletivo, corporativo e hierárquico, sendo assim incapaz de aparecer como um futuro vantajoso a todos.

Temos antes de definir o porquê do conceito “não-moderno” para qualificar estas atividades do campo. Como a idéia de “campo moderno” aparece aqui como aquele em que as atividades produtivas são muito orientadas e comandadas pelo e para o mercado externo (um trabalho que não tem origem no lugar, pensado em função de demandas e anseios longínquos), tomamos o termo “não-moderno” para designar a natureza das atividades agrícolas realizadas no sudoeste amazônico que, por excelência, encontram abrigo no próprio território, ou seja, são tecidas e construídas em função dos recursos, das demandas e das gentes do próprio lugar. Este campo não-moderno é assim garantia de trabalho intenso para grande parte de agricultores pouco capitalizados e no mais das vezes não integrados aos grandes circuitos de distribuição ou de industrialização da produção.

As atividades não-modernas do campo são aquelas remanescentes da história e do espaço anteriores ao projeto de atualização recente do território. Aparecem mesmo como “rugosidades”, guardadas e reproduzidas por aqueles que não podem ou que são incapazes de inserir-se de modo vantajoso no projeto agrícola moderno traçado para a região. Ao mesmo tempo, e dialeticamente, é preciso reconhecermos que estas atividades não-modernas acabam, hoje, a seu próprio modo, também de certa forma se “atualizando”, por aparecerem com uma maior importância tanto quantitativa quanto qualitativa. No sudoeste amazônico, estas atividades não-modernas do campo mobilizam hoje muito mais gentes e capitais (ainda que sejam pequenos capitais), atuam em novos espaços (ainda que por vezes os menos valorizados), e, com esforço, conquistam aos poucos vitórias políticas importantes, e praticam novas políticas de conquista do território para o trabalho (as constantes ocupações de terra). Estas parecem ser algumas das características do campo pobre e não-moderno nos estados de Rondônia e Acre neste período atual.

9.1 Características das atividades não-modernas no campo

A compreensão das formas não-modernas de trabalho no campo nesta porção do país pode ser ampliada quando tomamos por base a idéia de rugosidades do espaço¹⁹⁹ (SANTOS, 1978, 2004b). Para além da indicação de formas geográficas de origens pretéritas, de certo modo já não mais funcionais ao uso atual e às intenções presentes no território, a idéia de rugosidade serve, ao mesmo tempo, para a compreensão de estruturas e práticas sociais desenhadas em períodos outros, e que acabam ora ou outra se tornando verdadeiras normas territoriais, porque criam “constrangimentos” às ações atuais impostas de fora, deformam normas e vetores verticais que se instalam no período presente, exigindo assim os seus próprios meios de subsistência/permanência no território. É assim que “A particularidade resultante combina algumas das possibilidades atualmente oferecidas pelo Todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada. Daí essa resistência do espaço quando do impacto dos

¹⁹⁹ “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, como espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1997, p.113).

novos eventos, esse papel de *inércia dinâmica* das formas-conteúdo” (SANTOS, 1997, p.100).

Assim, em que pese as estratégias seletivas de avanço e consolidação das atividades modernas de produção no campo, o trabalho desempenhado na região por um conjunto de atores pouco capitalizados e não incluídos no mercado de exportação continua (co)existindo e mesmo reforça as suas práticas no sudoeste amazônico, já que tais heranças acabam constituindo mesmo uma condição para as novas etapas (SANTOS, 1996, p.112).

As práticas do extrativismo e da corrida dos camponeses para a abertura da fronteira, experiência de milhares de famílias que se dirigiram ao Acre e à Rondônia, de certo modo encontram-se enraizados e culturalmente decantados na formação territorial atual, de modo a atuar como verdadeiras normas, ainda que apareçam hoje com certas adaptações ou transformações.

Esta situação no sudoeste amazônico é muito cara àquela reconhecida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999, p.79), quando o autor afirma que os dados observados no território brasileiro revelam que a modernização e o progresso técnico não se generalizam em todo o campo, ocorrendo de forma concentrada tanto setorialmente quanto espacialmente. Assim, os usos muito desiguais da técnica, dos insumos modernos e do acesso aos financiamentos configuram as condições materiais que permitem reconhecer um campo não-moderno no Brasil e no sudoeste amazônico.

Alguns dados recentes revelam a concentração dos modernos instrumentos de trabalho no campo. Dos mais de 87 mil estabelecimentos agropecuários existentes em Rondônia no ano de 2006, pouco mais de 4,5 mil estabelecimentos concentravam os 5,7 mil tratores utilizados no estado. No Acre, a concentração deste tipo de equipamento é ainda maior, dos 29,5 mil estabelecimentos agropecuários, menos de quatrocentos concentravam os 588 tratores existentes no estado (IBGE - Censo Agropecuário 2006, Resultados Preliminares).

As relações de produção e as relações de parentesco entre os trabalhadores também indicam a natureza deste campo não-moderno. A situação da mão-de-obra no campo conhece mudanças entre 1996 e 2006, indicando tendências diferenciadas entre Rondônia e Acre, tal como apontam os dados do Censo Agropecuário (Tabela 13).

Tabela 13. *Características dos estabelecimentos e da mão-de-obra no campo, Estados de Rondônia e Acre (1996-2006)*

Estado	1996	2006
<i>Número de estabelecimentos</i>		
Rondônia	76.956	87.397
Acre	23.788	29.488
<i>Pessoal ocupado (total)</i>		
Rondônia	304.523	276.983
Acre	93.586	99.289
<i>Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor</i>		
Rondônia	258.374	246.580
Acre	85.101	92.498
<i>Pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor</i>		
Rondônia	46.149	30.403
Acre	8.485	6.791

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares) p.82-83. (Org. do autor)

Ainda que o número de estabelecimentos rurais aumente em ambos os estados, em Rondônia, entre 1996 e 2006, há queda no número de trabalhadores no campo, o que a primeira vista parece decorrer tanto do aumento dos habitantes nas cidades quanto da modernização agrícola. No Acre, ainda que também tenha ocorrido uma maior concentração da população nas cidades, aumenta o número de trabalhadores no campo, inclusive com aumento relativo daqueles que apresentam laços de parentesco com o produtor.

A forte presença dos laços de parentesco entre trabalhadores e produtores também é indicativo de que o trabalho familiar nas propriedades rurais continua a ter importância. O caso do Acre é emblemático, pois em 2006 mais de 90% dos trabalhadores do campo mantinham laços de parentesco com o produtor²⁰⁰.

No ano de 1996, ainda segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE)²⁰¹, os estabelecimentos rurais em terras próprias no Acre eram 16.504, enquanto que os de terras ocupadas eram 7.218, ou seja, quase um terço do total (23.788 estabelecimentos). Em Rondônia, as terras próprias eram mais de 65 mil, enquanto que as ocupadas alcançavam 6,5

²⁰⁰ Este fato pode ser observado também pelo emprego da mão-de-obra dos próprios filhos, visto que habitar o campo significa, no mais das vezes, a realização de um trabalho compulsório também entre as crianças e jovens. Em 1996, o trabalho infantil no campo aparece com números bastante altos tanto em Rondônia como no Acre. Eram mais de 66 mil os menores de 14 anos entre os trabalhadores do campo rondoniense (mais de 20% do total). No Acre, os trabalhadores com menos de 14 anos eram pouco mais de 24 mil, totalizando mais de um quarto dos trabalhadores do campo (IBGE - Censo Agropecuário 1996).

²⁰¹ A natureza dos estabelecimentos por sua condição de uso (próprias, parcerias ou ocupações) e também das relações de produção no campo não aparecem nos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007), daí a apresentação dos dados da década anterior.

mil e as trabalhadas em relação de parceria totalizavam 4,7 mil estabelecimentos. Este grande número de estabelecimentos rurais resultantes de ocupações (e, portanto, sem o título da terra), e também a grande quantidade das relações de parceria para o trabalho no campo, particularmente em Rondônia, indicam no mais das vezes a permanência de um trabalho pobre e pouco intenso em capital, típico da estrutura fundiária e da história de ocupação do campo nesta porção do território brasileiro.

Estes estabelecimentos rurais, que em grande parte resultam de programas de colonização e de projetos de reforma agrária, são em muito responsáveis por uma produção dita “tradicional” que, inclusive, tal como observamos no capítulo 7 (item 7.1), enfrentam atualmente uma série de desafios, visto que muitos dos cultivos praticados neste campo não-moderno acabam se enfraquecendo em termos de produção, mas continuam a figurar como alternativa, quiçá única, para uma importante parcela dos produtores.

Numa unidade da federação como o Acre, esta agricultura não-moderna emprega praticamente toda a população que habita o campo. Apesar de enfrentar inúmeras dificuldades e não contar muitas vezes com apoio técnico e financeiro das instituições públicas²⁰², a produção de pequeno porte e com emprego de mão-de-obra familiar corresponde a 80% de toda a produção agrícola no Acre (FERREIRA, 2008 / Agência de Notícias do Acre, 04/03/2008). Resta-lhes, portanto, a alternativa de produzir aquilo que o consumo mais próximo demanda de modo também mais direto. Como a produção é pouca e existe demanda pela importação de gêneros agrícolas produzidos em outras áreas do país²⁰³, há possibilidades de um crescimento da produção para o abastecimento do próprio estado, já que muito do que é consumido nas cidades é proveniente de fora. Faltam, deste modo, melhores estratégias de produção e de inserção da produção de pequeno porte nos mercados urbanos.

Algumas áreas aparecem como potenciais produtoras de importantes gêneros agrícolas – no vale do Juruá, por exemplo, pequenos produtores (a maioria assentados em projetos de reforma agrária) se dedicam ao cultivo de diferentes espécies de feijão, muito valorizadas no

²⁰² Para se ter uma idéia dos investimentos - “Os recursos disponibilizados pelo Banco da Amazônia no Acre foram totalizados em R\$ 32 milhões, para investimentos no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), entre 2008 e 2009. O Programa é executado em parceria com a Secretaria de Assistência Técnica e Produção Familiar (Seaprof)” (TAVARES, 2008).

²⁰³ Em reportagem do Jornal Folha do Acre (Rio Branco, 12/04/2008), o senador acreano Geraldo Mesquita Junior (PMDB), critica a política agrícola do estado, alegando que cerca de 70% do que é consumido na Acre é proveniente de fora (ARAÚJO, 2008). No entanto, é preciso relativizar o quanto os alimentos consumidos no Acre são provenientes de outras regiões do país – o maior problema é que a população que se tornou em sua maioria urbana acaba por consumir produtos industrializados provenientes de outras regiões do país. A produção do campo não-moderno é muito pouco industrializada e também pouco comercializada nas grandes redes varejistas.

mercado local²⁰⁴. Mais uma vez, as dificuldades no transporte (e no escoamento da produção) e a estrutura de distribuição do que é produzido (com a presença de atravessadores) acaba por diminuir a renda do pequeno produtor no campo. O avanço do asfaltamento na BR-364, entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá já aparece como responsável por aumento da produção agrícola de pequeno porte, visto que melhoram diretamente as condições de escoamento do que é produzido.

Gênero produzido muito em função do consumo local, a mandioca aparece como o cultivo agrícola de maior volume no Acre e em Rondônia, movimentando a economia no campo e nas cidades em função dos empreendimentos que fabricam a farinha. Estima-se que somente em Cruzeiro do Sul e municípios do seu entorno existam cerca de três mil casas de farinha em funcionamento, que recebem e manufaturam a produção de milhares de famílias de agricultores no vale do Juruá. O consumo anual de mandioca no Acre chega a 16,6 quilos por habitante e em Rondônia alcança 7,9 quilos (FERREIRA, 2008 / Agência de Notícias do Acre, 04/03/2008). Esta farinha produzida em Cruzeiro do Sul é distribuída e consumida em boa parte da região amazônica e acaba por configurar-se como uma das principais atividades econômicas do lugar.

Estas atividades da agropecuária pautadas numa reprodução simples, que não se utiliza das técnicas modernas, dos insumos elaborados cientificamente e com pouco acesso ao financiamento, também aparecem com muita importância em grande parte dos municípios rondonienses. Uma economia de base rural não-moderna aparece mesmo como característica de vários municípios pouco urbanizados e mais uma vez marcados pela falta de infraestrutura. No vale do Guaporé, sobretudo nos municípios de São Miguel do Guaporé, Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, mas também em municípios como Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, entre outros, a prática das atividades não-modernas e de uma produção muito voltada para o consumo no próprio lugar aparece com importância na economia. Segundo dados divulgados pela imprensa local, cerca de 80% dos estabelecimentos rurais do estado de Rondônia são ocupados por agricultores familiares (COELHO, 2007 / Folha de Rondônia, 30/10/2007).

É importante, em ambos os estados, a atuação da Emater (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural), que trabalha em parceria com as instituições estaduais por meio de

²⁰⁴ São por volta de catorze as espécies caboclas de feijão cultivadas por agricultores de pequeno porte no vale do Juruá. “As áreas de cultivo mais importantes estão concentradas em Marechal Thaumaturgo, mas Porto Walter registra também produção considerável. Das comunidades desses municípios até Cruzeiro o feijão percorre um longo caminho, das margens dos rios às mãos dos marreteiros e atravessadores ao mercado da cidade” (FERREIRA, 2007).

vários programas que visam a extensão rural, constituindo-se no mais das vezes como o único apoio técnico²⁰⁵. Em Rondônia, onde a instituição está presente em todos os municípios (com 71 escritórios), foram mais de sessenta e três mil as famílias assistidas pela Emater no ano de 2007 (SEAPES-RO, 2007; EMATER-RO, 2009).

O advento da questão ambiental e a preocupação com a sustentabilidade dos recursos na agricultura (que emergem a partir das últimas décadas do século XX) têm hoje muito influenciado (e mesmo regulado) as políticas públicas e privadas para a produção agropecuária na Amazônia (ainda que não faltem exemplos de expansão das áreas de pastagem sobre a floresta). Disto resulta que, atualmente, ações dos governos estaduais e federal (através do INCRA e Embrapa) procuram incentivar uma modalidade diferenciada de agricultura nos projetos de assentamento. No caso da agricultura de pequeno porte, é sobretudo a idéia de “sistemas agroflorestais” que aparece como uma verdadeira imposição às práticas de colonos e assentados em projetos de assentamento que são “formatados” para obedecer a alguns critérios de preservação da cobertura vegetal.

Os chamados sistemas agroflorestais (SAFs) configuram um tipo de consórcio em que espécies exploradas economicamente são cultivadas junto às áreas de floresta ou mesmo em áreas de recuperação florestal (VIEIRA, *et. alli.* 2008). Retorna-se, portanto, às antigas formas de cultivo tradicionais, visto que estas “(...) práticas do que hoje diversos agrônomos e engenheiros florestais chamam de sistemas agroflorestais seria uma das melhores tradições das populações da região” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.41).

Este sistema de plantio acaba por tornar-se um regulador das práticas agrícolas de pequeno porte, aparecendo diretamente ligado a políticas de assentamento para reforma agrária, tal como é o caso dos chamados “pólos agroflorestais”, uma modalidade particular de assentamento rural (Foto 14).

²⁰⁵ Em ambos os estados, existem programas de distribuição de sementes, de incentivo à mecanização da produção, da oferta de serviços com uso de máquinas (aração, abertura de ramais e de açudes), apoio para a modernização da pecuária leiteira, entre outros.



Foto 14. Área cultivada no Pólo Agroflorestal Municipal Geraldo Mesquita, Rio Branco

Os cultivos de frutas em meio a remanescentes de floresta e de hortaliças em áreas abertas (com uso de sombreamento) constituem algumas das principais atividades das colônias nos pólos agroflorestais (Foto do autor, julho de 2006).

As primeiras experiências do sistema agroflorestal no sudoeste da Amazônia iniciam-se na década de oitenta, no distrito de Vila Nova Califórnia (Porto Velho), e hoje já se encontram bastante difundidas tanto em Rondônia quanto no Acre. Grande parte dos assentamentos ocupa antigas áreas de pastagens degradadas e são exigentes de alguma recuperação da fertilidade dos solos. O problema que aparece é justamente este, a maior preocupação desta proposta de sistema agroflorestal parece residir principalmente nos aspectos ambientais (vide, por exemplo o texto de VIEIRA *et. alli.* 2008).

Na prática, este tipo de orientação produtiva sofre uma série de limitações²⁰⁶. Os projetos agroflorestais demandam tempo, investimento em tecnologia e orientação técnica aos produtores, sendo que nem todas as experiências desta modalidade têm obtido o retorno

²⁰⁶ Em extenso trabalho de levantamento de dados em 170 sistemas agroflorestais no estado do Acre, Peneireiro *et. alli.* (2005) apontam a existência de uma série de limitações deste tipo de prática agrícola. O pequeno retorno financeiro, e também as práticas culturais preexistentes dos assentados podem ser citados como alguns dos problemas. “Em relação aos Sistemas Agroflorestais, 31% das famílias declararam ter muita esperança na atividade, enquanto apenas 12% se mostraram pessimistas, dizendo ter pouca ou nenhuma esperança em relação aos SAFs. Dos esperançosos em relação aos seus plantios, 75% esperam retorno do investimento através da comercialização da produção. Este dado pôde ser reforçado quando perguntamos aos produtores a respeito de suas aspirações para o futuro. O retorno econômico através da comercialização dos produtos dos SAFs foi citado por 39% dos entrevistados. Melhorar ou aumentar as áreas de SAFs apareceu em segundo lugar, com 26% das respostas, enquanto 14% declararam o desejo de investir em outros negócios e atividades” (PENEIREIRO; *et. alli.*, 2005, p.98).

esperado, e mesmo não são praticadas tal como prevêem as propostas dos governos estaduais e do INCRA²⁰⁷.

Pensada em outros termos, esta agricultura do campo não-moderno poderia ser privilegiada por políticas outras que se voltassem principalmente para uma melhoria direta das condições materiais de vida e das condições de produção nos assentamentos. As dificuldades de transporte, a oferta dos serviços de educação e saúde (quando existem) são no mais das vezes precários, a assistência técnica de órgãos como Emater e Sebrae é ainda pouco eficiente²⁰⁸, tornando assim limitadas as possibilidades de desenvolvimento neste campo pobre, o que muitas vezes torna as práticas agrícolas muito próximas de uma agricultura que se presta apenas à subsistência. Este é também o caso das atividades de populações tradicionais como indígenas, ribeirinhos e seringueiros.

9.1.1. *As populações tradicionais no campo não-moderno:*

Ribeirinhos, indígenas e seringueiros

Há que se levar em conta o trabalho não-moderno realizado no campo também pelas populações tradicionais na região, não inseridas na produção agrícola propriamente dita.

Dados do ano de 2006 indicavam considerável quantidade de população ribeirinha no território acreano. Eram 85 mil habitantes ribeirinhos (mais de 10% do total do estado), distribuídos por mais de setecentas localidades em todos os municípios do Acre (Acre em Números, 2007-2008, p.22-23). Mesmo numa cidade como Rio Branco, capital onde o acesso às modernidades do período ocorre potencialmente de forma mais facilitada, eram quase seis mil os ribeirinhos, a maioria concentrada no rio Riozinho (Riozinho do Rola). No vale do Juruá, o número e proporção dos ribeirinhos é ainda maior, habitando por vezes espaços de muito difícil acesso.

Na maioria dos casos, estas populações são responsáveis pela manutenção, de uma forma ou de outra, das práticas culturais e mesmo de um modo de vida característico da

²⁰⁷ No trabalho de campo realizado em 2006, visitamos Pólos Agroflorestais em Rio Branco e Bujari (AC), e pudemos observar como os assentados acabam por construir práticas que possibilitam, de certo modo, alternativas à agricultura baseada nos moldes do sistema agroflorestal. Planta-se em pequenas clareiras espécies não consorciadas (Pólo Municipal Geraldo Mesquita, Rio Branco) e mesmo investe-se, por exemplo, em atividades mais lucrativas, como a piscicultura (no Pólo estadual Dom Moacir, Bujari).

²⁰⁸ Em assentamentos visitados no estado do Acre, pudemos observar a precariedade das condições do ensino (escolas rurais que se resumem a pequenas construções pouco equipadas, classes multi-seriadas), a assistência técnica oferecida pelo Sebrae se dá a partir de técnicos terceirizados, a visita de agentes de saúde em áreas de difícil acesso ocorre por vezes apenas uma vez ao mês.

floresta (Foto 15), onde sobrevivem as práticas extrativistas, de coleta, caça e pesca. Trata-se da manutenção, ainda que atualmente um tanto já modificada e constantemente ameaçada, de um outro tempo, um tempo local que é regido em função da dinâmica dos recursos e do ritmo da natureza²⁰⁹.



Foto 15. *Comunidade ribeirinha no rio Moa, Cruzeiro do Sul*

Várias comunidades ribeirinhas no rio Moa se dedicam às atividades de pesca, roças de subsistência, coleta do murmuru e fabricação de carvão (Foto do autor, julho de 2007).

Em Rondônia, cuja rede viária aparece com maior densidade e maior extensão, estas populações tradicionais da Amazônia restam em menor quantidade e de certo modo mais voltadas à vida urbana. Na medida em que o território se torna mais equipado, mesmo que este equipamento signifique precárias estradas vicinais, interligando cidades e vilas, o habitante ribeirinho acaba muitas vezes se deslocando para estas áreas. No entanto, a ligação destas populações com os recursos dos rios não deixa de ser importante. Em 2008, eram cerca de cinco mil os pescadores profissionais em Rondônia, metade deles concentrada apenas no município de Porto Velho²¹⁰.

A inserção das modernidades e de novas atividades no campo, mas também os baixos preços e a falta de uma política eficaz voltada para a produção da borracha acaba por tornar o

²⁰⁹ O trabalho de Otávio do Canto (2007), sobre os varzeiros de Óbidos-AM, retrata muito bem a existência deste tipo de trabalho ainda muito ligado aos recursos de um meio geográfico ritmado pela natureza, que se assemelha a algumas práticas ainda existentes no interior de Rondônia e Acre.

²¹⁰ Estes números foram fornecidos pelo Sindicato dos Pescadores Profissionais de Rondônia (sede em Porto Velho), durante trabalho de campo realizado em janeiro de 2009.

trabalho do extrativismo do látex praticamente inexistente em Rondônia (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). No estado do Acre, que produz quase a metade do total nacional, o trabalho dos seringueiros subsiste e nitidamente exemplifica como este campo não-moderno é resultado de uma inércia produtiva, constituindo rugosidades no território. A produção que em 1990 era de quase 12 mil toneladas (látex coagulado), foi reduzida a pouco mais de 1200 toneladas em 2007 (IBGE-PAM, 2008). Os municípios de Plácido de Castro e Cruzeiro do Sul, que eram os maiores produtores em 1990, aparecem atualmente com uma produção pouquíssima e nula, indicando a proporção da crise do extrativismo. Até mesmo a castanha do Brasil (castanha do Pará), que em 2005 foi um dos principais produtos de exportação para outros países (atrás somente das madeiras) (Acre em Números, 2006, p.108-109), conhece decréscimo (51 mil ton. em 1990 contra 30 mil ton. em 2007) (IBGE-PAM, 2008), ainda que iniciativas de cooperativismo apresentem bons resultados como alternativa de renda para produtores que exploram tal atividade, como é o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-AC.

Em ambos os estados, as práticas extrativistas aparecem com mais importância sobretudo para aqueles que habitam as reservas extrativistas (RESEX). Como o extrativismo ocupa justamente estes lugares menos densos em técnica, é possível que tais práticas talvez sejam mais intensas do que se imagina (não aparecendo nas estatísticas oficiais) visto que a exploração dos recursos florestais acaba se tornando a única opção de trabalho para os que habitam a floresta. O governo do estado do Acre, com apoio do Governo Federal, estuda a implantação de uma fábrica de preservativos em Xapuri, visando manter estável o trabalho do extrativismo do látex na região, com a intenção de organizar um trabalho também em esquema de cooperativismo.

Outro tipo de trabalho no campo é aquele realizado pelos indígenas. No Acre, onde recentemente foram descobertos novos grupos isolados, o número de indígenas ultrapassa os quatorze mil indivíduos (2006), distribuídos por cerca de duzentas aldeias no estado²¹¹ (ACRE, 2008). Em Rondônia, a população em terras indígenas contabiliza mais de seis mil indivíduos²¹² (FUNAI, 2009). Em que pese as dificuldades, estes povos buscam a manutenção de seus modos de vida e lutam pela garantia de uso de suas terras e pela demarcação dos seus territórios, ligando-se a movimentos políticos de expressão nacional e mesmo internacional.

²¹¹ No Acre, são quatorze as etnias indígenas – Amawáka, Arara, Ashaninka (Kampa), Jaminawa, Katukina, Kaxinawá, Kulina, Manxinéri, Nawa, Nakuini, Poyanawa, Shanenawa, Yawanáwa (FUNAI, 2009).

²¹² Em Rondônia, são quase trinta as etnias - Aikaná, Ajuru, Amandawa, Arara, Arikapu, Ariken, Aruá, Cinta Larga, Gavião, Jabuti, Kanoê, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Koiaíá, Kujubim, Makuráp, Mekén, Mutum, Nambikwara, Pakaanova, Paumelenho, Sakirabiap, Suruí, Tupari, Uru Eu Wau Wau, Urubu, Urupá (FUNAI, 2009).

As transformações territoriais que atingem as comunidades tradicionais da Amazônia foram capazes de induzir uma organização política de seringueiros, indígenas e ribeirinhos, e a mobilização de lideranças sociais que, articuladas a movimentos sociais locais/nacionais têm lutado pela garantia de direitos que são, sobretudo, também direitos de uso e permanência em seus territórios. Desde a mobilização social para a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e a organização dos chamados Povos da Floresta, em meados da década de oitenta, estes movimentos têm atualmente se fortalecido. Criam-se associações de cunho político para a defesa de indígenas, movimentos sociais organizados defendem interesses de populações ribeirinhas que sofrem com deslocamentos compulsórios, como é o caso do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), em Rondônia, com a atual construção da usina de Santo Antônio, e foi o caso também da criação das RESEX, como forma de manutenção das atividades dos seringueiros.

Estas populações tradicionais são portadoras de uma organização comunitária, que revela possibilidades outras de uso do território, com a manutenção do trabalho e da produção simples e muito voltados para o suprimento das demandas locais. A mesma lógica simples de reprodução no campo pode ser observada junto a uma infinidade de assentamentos rurais, que continuam a aumentar no sudoeste amazônico, onde o campo não-moderno revela formas outras de realização da agricultura, ainda que, no mais das vezes, a precariedade das condições de produção e de vida apareça como um desafio a ser constantemente vencido.

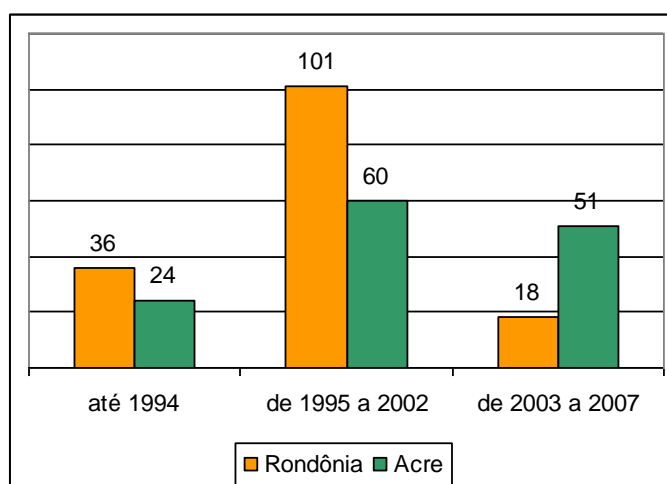
9.2 O aumento dos assentamentos rurais e a persistência da precariedade

Com todas as limitações de ordem material que se arrastam até os dias de hoje, milhares de famílias de camponeses continuam a ser assentadas, nestes nos últimos anos, nos estados de Rondônia e Acre. Os assentamentos tomam novas formas, conhecem recentes experiências de “modernização” com vistas à preservação do meio (sistemas agroflorestais), ou ainda conhecem uma orientação para a criação de animais, com introdução da pecuária e da piscicultura.

Os dados oficiais (INCRA) demonstram o quanto tem aumentado o número de assentamentos no sudoeste amazônico. Entre os anos de 1995 a 2002 (governos Fernando Henrique Cardoso-PSDB), aumentam consideravelmente o número de assentamentos, principalmente em Rondônia, ainda que tenhamos de levar em conta a natureza destes novos

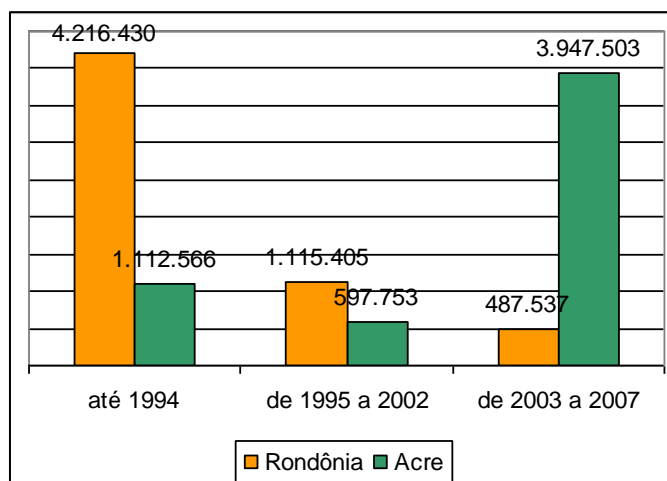
empreendimentos (quantidade e qualidade das terras disponibilizadas, número de assentados, crédito e assistência técnica fornecida, etc.)²¹³ (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7. *Número de Assentamentos criados pelo INCRA (RO e AC)*



Fonte: INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos_criados2.jpg>, acesso em 04/2008. Organizado pelo autor.

Gráfico 8. *Hectares destinados à reforma agrária pelo INCRA (RO e AC)*



Fonte: INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/arquivos/projetos_criados2.jpg>, acesso em 04/2008. Organizado pelo autor.

²¹³ Durante o período de 1995 a 2002 (governos FHC-PSDB), foram 13.715 os beneficiários cadastrados pelo INCRA no estado do Acre, enquanto Rondônia cadastrou 22.512 beneficiários. Entre 2003 e 2006 (governo Lula-PT), foram 14.136 os beneficiários cadastrados no Acre e 6.951 em Rondônia. Dados do INCRA, disponíveis em <<http://www.incra.gov.br/arquivos/1.jpg>>, acesso em 26/04/2008.

A partir de 2002, e até o ano de 2007 (governos Luis Inácio Lula da Silva-PT), parece haver outro tipo de orientação nas políticas de assentamento para fins de reforma agrária na região. Aumentam agora o número dos projetos de assentamento no estado do Acre (que também é governado pelo Partido dos Trabalhadores) – são cinquenta e um novos assentamentos instalados no período, que ocupam uma área de quase quatro milhões de hectares (seis vezes mais do que a área destinada nos governos FHC/PSDB). O volume de terras destinado à reforma agrária no Acre precisa ser relativizado, visto que inclui as áreas de preservação permanente (floresta), em que os assentados devem, em alguns casos, manter até 80% da cobertura vegetal dos lotes.

É preciso levar em conta que existem assentamentos de reforma agrária promovidos pelos governos estaduais e até mesmo pelos governos municipais, e em que pese as políticas recentes de implantação de novos assentamentos, é necessário avaliar de que modo tais projetos tem sido implantados. Parece haver uma política de assentamento em áreas pouco apropriadas em termos de recursos locais (condições edáficas, disponibilidade de água, etc.), bem como projetos instalados de forma bastante precária (ramais em péssimas condições de tráfego, a grandes distâncias dos núcleos urbanos mais próximos, etc.), dificultando o acesso a serviços de saúde e educação e a comercialização da produção.

Se a agricultura moderna e tecnicizada da soja possui amplo financiamento público e privado, além de constantes renegociações das dívidas dos grandes produtores, hoje, o INCRA disponibiliza pouquíssimos recursos para as atividades desempenhadas pelas famílias assentadas em projetos de reforma agrária, de modo que a produção nos lotes acaba por vezes sendo comprometida, principalmente para aqueles assentados que não possuem um mínimo de recursos para aplicação na produção²¹⁴. O serviço de crédito a que este campo não-moderno e de pequena dimensão tem acesso é basicamente o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que na Amazônia pode ser tomado tanto a partir do Banco do Brasil quanto do Banco da Amazônia (BASA) (por este último através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO).

No entanto, como faltam informação e uma cultura que oportunize um amplo acesso ao crédito às propriedades de pequeno porte e voltadas para a produção de consumo local, muitos dos agricultores assentados acabam por praticar seus cultivos de forma bastante

²¹⁴ No Brasil, as famílias atualmente assentadas em projetos de reforma agrária do INCRA recebem recursos iniciais da ordem de R\$ 7,4 mil, sendo que destes recursos, R\$ 5 mil são repassados aos colonos na forma de material para a construção de casas, enquanto que os R\$ 2,4 restantes devem ser empregados na compra de implementos para o trabalho ou ainda em alimentos (INCRA, 2007). Pudemos constatar o emprego de tais recursos em assentamento recém instalado no município de Sena Madureira-AC, em julho de 2007.

incipiente, aproximando-se muitas vezes de uma produção em grande parte voltada para a subsistência. É este tipo de agricultura que podemos encontrar até hoje em vários dos assentamentos de Rondônia e Acre, sobretudo naquelas porções mais isoladas do território e distantes de um mercado consumidor próximo. O problema, em ambos os estados, está mais uma vez muito relacionado à configuração do meio geográfico, o que implica em diferentes condições materiais, acolhendo de forma bastante diferenciada os trabalhos no campo.

Um conjunto dos principais condicionantes parece ser a distância e a rarefação técnica do território. Milton Santos adverte que a idéia de distância deve também ser relativizada (2007, p.115), pois ela não se exerce igualmente sobre todos os agentes no território, onde entram em jogo as condições do meio e também as condições sociais. É deste modo que a distância e a rarefação técnica das vias de circulação ainda aparecem como fortes condicionantes da produção no sudoeste amazônico.

Em assentamentos localizados em áreas próximas aos maiores núcleos urbanos, existe alguma facilidade de produção, sobretudo pela maior facilidade do seu escoamento. Produz-se, assim, gêneros de maior rentabilidade, o que, em muitos casos, também são aqueles mais perecíveis e de consumo imediato (como verduras e hortaliças)²¹⁵. No entanto, à medida que as distâncias e a rarefação das infra-estruturas técnicas que dão suporte à produção aumentam, o trabalho no campo acaba por tornar-se penoso, implicando, na maioria das vezes, grandes limitações ao uso da terra.

Em Sena Madureira, município localizado a 150 km de Rio Branco, pudemos visitar um assentamento que retrata exatamente tais limitações²¹⁶. Trata-se do Projeto de Assentamento Edilza Carneiro, distante 38 km da área urbana de Sena Madureira, sendo 20 km de ramal em leito de terra (ramal Uirapuru), praticamente intrafegável durante o período das chuvas.

Segundo informações obtidas junto aos colonos, toda a área do assentamento, onde hoje residem cerca de 80 famílias, era originalmente parte da Floresta Estadual do Antimary,

²¹⁵ É o que pudemos observar no Pólo Agroflorestal Municipal “Geraldo Mesquita”, distante cerca de 14 km da cidade de Rio Branco. Os colonos dedicam-se principalmente à produção de verduras e hortaliças, que são em sua maior parte comercializadas na Feira do Produtor, no centro de Rio Branco. Agradeço aqui aos técnicos da prefeitura de Rio Branco (GT-ZEAS) que possibilitaram a minha visita ao referido Pólo, em julho de 2006.

²¹⁶ Através de um contato prévio com técnicos em Rio Branco que realizam trabalho de consultoria para o INCRA-AC, nos foi permitido acompanhar o desenvolvimento de atividades para a realização do chamado Diagnóstico Rural Participativo, uma das etapas para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (projeto do INCRA que, numa primeira fase, será realizado em 37 Projetos de Assentamento do Estado do Acre). Pude participar em diversas atividades de coleta de dados para a realização do Diagnóstico, desde coletas de amostras de solo e água até inquéritos sobre as atividades produtivas realizadas pelos colonos. Agradeço aqui a equipe técnica (NEPUT-UFV) que gentilmente permitiu e também viabilizou a minha permanência no referido assentamento durante os dias de trabalho em Sena Madureira (julho de 2007).

unidade de conservação de manejo sustentável. Em que pese a instalação recente do PA Edilza Carneiro (regulamentado pelo INCRA em 2005), pudemos observar características da típica agricultura pouco capitalizada e mesmo realizada em um contexto bastante precário (Foto 16), onde a produção é por vezes muito voltada para o consumo dos próprios assentados.

Por ser produto de fácil aceitação no mercado, e que praticamente não exige cuidados, a coleta da castanha (“castanha do Pará” ou “do Brasil”) constitui a principal fonte de renda do assentamento Edilza Carneiro (praticada por cerca de 30% dos colonos). Dentre os principais cultivos que possuem alguma comercialização, encontram-se aqueles voltados para a alimentação básica, tais como milho, mandioca (farinha), alguns legumes, banana, abacaxi, mamão, pimenta e também pequenos animais (frangos). Para consumo dos próprios assentados também existe alguma produção de arroz, urucum, cana-de-açúcar e leite.



Foto 16: *Casa de colono e roçado.*
Projeto de Assentamento Edilza Carneiro, Sena Madureira

Casa construída com recursos do INCRA. Área destinada ao cultivo (principalmente da mandioca) ainda em fase de destoca. Ao fundo, área de reserva florestal da colônia
(Foto do autor, julho de 2007).

Se no caso da agricultura moderna de exportação o que regula as atividades do campo são sobretudo os preços e as demandas do produto no exterior, nos assentamentos agrícolas do campo não-moderno existe clara evidência de que a preocupação maior de grande parte dos produtores volta-se para a produção de subsistência nos lotes. Em outras palavras, nesta

agricultura pobre de atividades simples, não existe prévia mercantilização da relação produção e consumo. A preocupação em se produzir aquilo que pode ser consumido localmente pelas famílias é maior do que aquela produção voltada para a venda, ou seja, para uma inserção facilitada do que fora produzido no mercado, ainda que a condição precária de tráfego no ramal que dá acesso ao referido assentamento seja apontada como o maior problema pelos colonos (Foto 17).



Foto 17: Ramal Uirapuru, Assentamento Edilza Carneiro, Sena Madureira

As condições precárias acabam por condicionar o trabalho no assentamento, principalmente no período das chuvas, quando se torna dificultado o acesso de veículos (Foto do autor, julho de 2007).

Não se constituem maiores esforços para a resolução de questões básicas para a inserção da produção no mercado, como é o caso até hoje de uma dependência dos “atravessadores” (marreteiros), que adquirem a produção e a comercializam principalmente em Rio Branco²¹⁷.

²¹⁷ A inserção da castanha que é coletada em muitos dos assentamentos ou pequenas propriedades rurais no Acre exemplifica o quanto a renda acaba por ficar concentrada entre os atravessadores. Em Rio Branco, paga-se na zona rural R\$ 5,00 por uma “lata de castanha” (20 litros), quantidade esta que é vendida pelos atravessadores nos mercados da cidade por um preço que varia de R\$15,00 até R\$ 25,00 (informações obtidas em trabalho de campo, janeiro de 2009). No entanto, já que as possibilidades de mobilidade e de fluidez para os trabalhadores do campo não-moderno são muito limitadas, a figura do atravessador aparece muitas vezes como única oportunidade de realização das trocas (mediada pelo dinheiro), e tais relações acabam por constituir laços de dependência e de solidariedade entre produtores e atravessadores no campo, fato este que já era assim relatado por A. T. Guerra, em 1955.

Se a renda obtida com a venda da produção é pouca, é preciso levar em conta que há como viver e sustentar a família com a pequena produção realizada no interior próprio lote. Levar em conta o consumo familiar dos gêneros produzidos no próprio lote é de fundamental importância²¹⁸, pois acaba por demonstrar que a terra garante o sustento da família no campo, ainda que, no mais das vezes, as condições de habitação, educação e saúde sejam as mais precárias. A importância deste consumo da própria produção pode ser observada tanto no PA Edilza Carneiro, em Sena Madureira, como em outros assentamentos visitados no Acre, como foi o caso do Pólo-Agroflorestal Geraldo Mesquita (Rio Branco) e o Pólo-Agroflorestal Dom Moacir (Bujari). Em geral, pode-se viver bem nos assentamentos (já que as necessidades não são as mesmas daquelas difundidas na cidade). Ainda que com poucos investimentos e com alguma assistência técnica precária, as condições de habitação no campo acabam sendo preferidas entre muitos dos colonos, garantia de propriedade da terra e de lugar para a habitação, ainda que no mais das vezes as moradias sejam bastante simples (Foto 18).



Foto 18. *Aspecto de casa de colono. Pólo Agroflorestal Dom Moacir, Bujari-AC*

A maioria das casas dos assentamentos visitados no Acre é construída em madeira e de pequenas dimensões (Foto do autor, julho de 2006).

²¹⁸ Na análise da produção agrícola realizada nos assentamentos rurais desta região da Amazônia, é preciso contemplar o quanto do consumo familiar se realiza a partir da própria produção, tal como apontam Peneireiro *et alli* (2005). Se tudo aquilo que se consome, por mais simples que seja, tivesse de ser adquirido no mercado, a família necessitaria de uma renda considerável. Pode-se inferir que isto aparece como mais uma função social cumprida pela reforma agrária, ainda que feita no mais das vezes em condições precárias.

Os maiores empecilhos continuam a ser os da mobilidade, bastante reduzida, visto que em geral os agricultores não possuem veículos próprios (já que a renda é baixa), o que gera extrema dependência tanto no que se refere à distribuição daquilo que é produzido no campo, quanto para necessidades ligadas à educação dos jovens e aos tratamentos de saúde. Pudemos observar em Rondônia e também no Acre a existência de escolas rurais que, ainda que precárias e funcionando em esquema multiseriado, prestam para que crianças e jovens tenham alguma instrução. A questão dos serviços de saúde é ainda mais precária, visto que o atendimento médico, quando existente, é escasso e ineficiente para os problemas mais graves e urgentes.

Em assentamentos localizados em áreas mais próximas às cidades, é comum o desejo entre os mais jovens de freqüentar a escola urbana, ou ainda a realização de trabalhos pouco remunerados na cidade, o que tem feito com que parte da família acabe por migrar. Para os que não contam com a pesquisa científico-técnica comum das atividades modernas, e conhecendo mesmo a escassez daquela assistência técnica mais elementar, existem aqueles que acabam por deixar o campo em busca de oportunidades de trabalho na cidade, ainda que o movimento inverso também apareça, indicando que há dificuldades de inserção do homem do campo no espaço urbano e que a demanda pela criação de novos assentamentos ainda não fora totalmente suprida tanto no Acre como em Rondônia.

O próprio governo federal reconhece as limitações para o desenvolvimento da produção e a melhoria das condições de vida no campo pobre, e inicia trabalhos que, em tese, voltam-se para as áreas rurais mais pobres do país. Em Rondônia e Acre pode-se observar atualmente a expansão do Programa “Luz Para Todos” (Governo Federal), que busca tornar ampliada a oferta de energia no campo²¹⁹. Em Rondônia, há esforços do governo estadual para a universalização dos serviços de telefonia celular junto a áreas rurais mais pobres, enquanto que no Acre esforços têm sido orientados para a realização do chamado “Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos”, projeto do INCRA financiado pelo governo federal que, numa primeira fase, será realizado em 37 projetos de assentamento.

Existem inclusive programas recentes que têm sido orientados para uma retomada do planejamento territorial, tal como parece ser o caso do Programa “Territórios da Cidadania” (implantado pelo INCRA/MDA em 2008), que visa levar algumas melhorias a alguns espaços agrícolas pobres, mas de certo modo já consolidados (Figura 16).

²¹⁹ Em trabalho de campo num assentamento no município de Sena Madureira-AC (julho de 2007), ouvimos críticas de vários colonos que afirmavam que a energia do “Luz Para Todos” chega “fraca” nos lotes, sendo incapaz de fazer funcionar algumas máquinas.

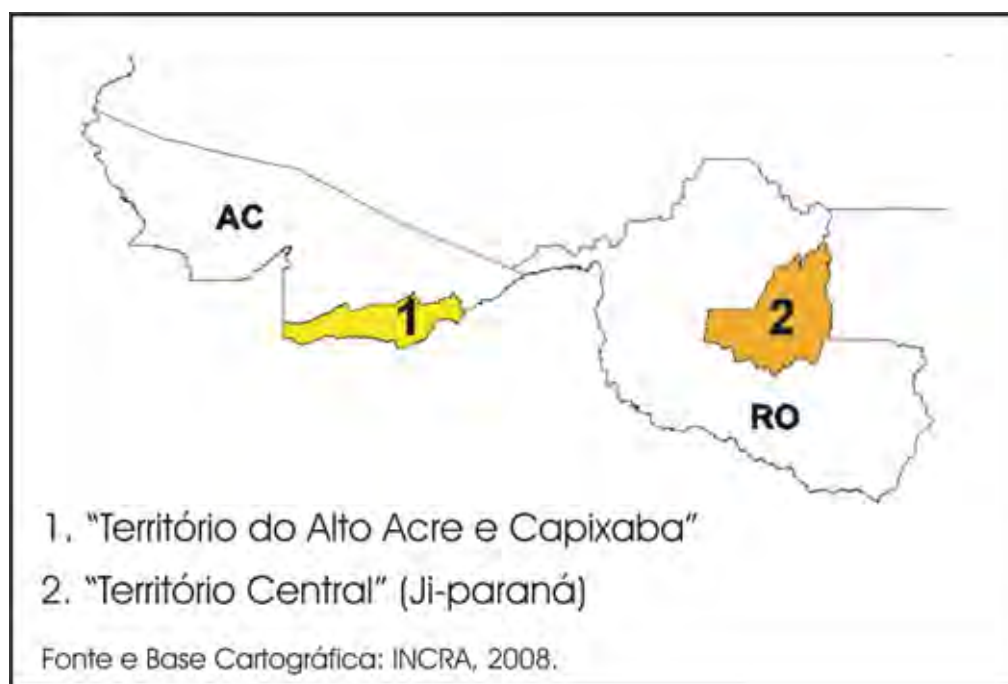


Figura 16. O Programa “Territórios da Cidadania” (INCRA/MDA) no Sudoeste Amazônico

Em Rondônia, tal programa cria o chamado “Território Central (Ji-paraná)”²²⁰, na região onde justamente existe grande quantidade de projetos de assentamento que até hoje conhecem uma série de limitações no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades produtivas. No Acre, o mesmo Programa cria o chamado “Território do Alto Acre e Capixaba”²²¹, região das mais ocupadas pela agricultura no estado do Acre, onde se encontram 17 projetos de assentamento e mais de 4 mil famílias assentadas (MDA, 2008).

Como não se investe de modo a abarcar a totalidade dos assentamentos e das atividades do campo pobre, são construídos esforços seletivos que “escolhem” porções territoriais delimitadas e, inclusive, promovem com tais políticas (pautadas em experiências de “desenvolvimento territorial/local”) a criação de novos recortes territoriais, beneficiados por estas políticas públicas mitigadoras. A proposta do programa “Territórios da Cidadania”

²²⁰ O “Território Central (Ji-paraná)” inclui os seguintes municípios – Theobroma, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira, Urupá, Mirante da Serra, Alvorada D’Oeste, Nova União, Teixeirópolis, Jaru, Ji-paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici e Vale do Anari, que receberão investimentos da ordem de R\$ 124,8 milhões (MDA, 2008).

²²¹ O “Território Alto Acre e Capixaba” é composto pelos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri, e estão previstos para a área R\$ 28,2 milhões em investimentos. Com uma população de 48.693 habitantes, dos quais 22.596 (46,41%) vivem na área rural, o IDH médio do “Território Alto Acre e Capixaba” é 0,67, onde vivem 3.441 agricultores familiares, 4.553 famílias assentadas, 241 pescadores e existem três terras indígenas (MDA, 2008).

está baseada em investimentos direcionados a tais espaços para a organização dita “sustentável” da produção, para ações que assegurem o direito à saúde, educação, cultura, o acesso à água, infra-estrutura e apoio à gestão territorial (especialmente a ações de regularização fundiária). Resta-nos pensar quais serão os recursos aplicados e qual será o destino da cidadania daqueles que, não incluídos em tais programas (que agora selecionam por uma base territorial), habitam outras partes do território.

9.3 Movimentos sociais e criminalização das lutas no campo – uma nota sobre a atuação da Liga dos Camponeses Pobres

Em que pese as lutas pela terra aparecem como identidade e símbolo do território usado no sudoeste amazônico – vide a repercussão e a importância de Chico Mendes e da organização dos seringueiros para a criação das RESEX; ou ainda a repercussão do episódio de Corumbiara-RO²²²; a luta pela terra de trabalho é incessante tanto em Rondônia quanto no Acre.

A atuação, no sudoeste amazônico, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), aparece com alguma expressividade apenas em Rondônia. Em 2004, eram 13 os assentamentos do MST neste estado, onde viviam mais de mil e seiscentas famílias (MST, 2009)²²³. O conflito de Corumbiara suscitou a organização de novos movimentos de luta pela terra, como é o caso do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), que realiza atualmente ocupações no estado de Rondônia, e também outra organização que resulta de dissidências do MCC, a chamada Liga dos Camponeses Pobres (LCP), movimento que atua hoje com bastante força em Rondônia.

Ainda que a história de lutas pela terra seja uma constante, e tenha mesmo tomado dimensões trágicas, atualmente os conflitos se acirram e tomam, inclusive, novos modos de organização. Disputas pela terra e perseguições a posseiros continuam a existir, especialmente no combate aos acampamentos ligados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Com sede no município de Jaru, mas hoje bastante difundida em vários municípios rondonienses, a Liga dos Camponeses Pobres ganha importante expressão local, seja por sua

²²² Em Corumbiara, na fazenda Santa Elina (agosto de 1995), foram mortos dezesseis trabalhadores, além de duzentos que ficaram com graves seqüelas e outros sete até hoje desaparecidos (LCP, 2006, p.14).

²²³ Os dados disponíveis na página do MST na internet não estão atualizados, sendo que, até 2004, não apareciam acampamentos do MST no estado do Acre (MST, 2009).

organização no trabalho constante de novas ocupações, que ocorre inclusive em outros estados do país²²⁴, seja pelas contínuas acusações que criminalizam tal movimento.

Sem muita precisão, fala-se em cerca de mil militantes da LCP, acampados em seis diferentes áreas de Rondônia (AZAMBUJA, 2006, 2008 / Mídia Sem Máscara). A principal área de atuação da LCP em Rondônia é a região de Nova Mamoré, divisa com a Bolívia (450 km de Porto Velho), onde a mídia divulga que o movimento recebe treinamento de forças paramilitares (NASCIMENTO, 2008 / Jornal Folha de Rondônia, 28/03/2008). Em maio de 2008, cerca de 150 famílias organizadas pela Liga ocupavam a mesma fazenda Santa Elina, palco do massacre ocorrido em Corumbiara, no sul do estado, fazenda esta que, com mais de 16 mil hectares, continua subutilizada e improdutiva (LOCKS, 2008 / Folha de Rondônia, 18/05/2008). Resistentes, mais de um ano depois, as famílias continuam acampadas nas terras da fazenda, plantando hortas coletivas e outros cultivos (Resistência Camponesa, 03/2009, p.6).

A mídia e também o poder público rondoniense normalmente relacionam a ação da LCP à prática de terrorismo, assassinatos, exploração ilegal de madeira e envolvimento com tráfico de drogas²²⁵. Depois de ter aparecido com destaque em veículos de circulação nacional da mídia impressa e televisiva, em março de 2008, o governo de Rondônia solicita a atuação da Força Nacional de Segurança para intervir contra o avanço das atividades da LCP (NASCIMENTO, 2008 / Jornal Folha de Rondônia, 28/03/2008).

Procedentes ou não, tais denúncias feitas sobre a atuação da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia não são capazes de eximir o problema da concentração fundiária e dos conflitos sociais/territoriais que dele resultam. Se o movimento emerge com forte organização e declarada intenção política, resultando na elaboração de novas normas que, vindas dos “de baixo”, ou seja, daqueles que não participam de forma vantajosa nas atividades agrícolas praticadas no território rondoniense, ele também denuncia o descaso do poder público frente às desigualdades que até hoje se perpetuam no campo brasileiro.

²²⁴ A LCP edita o jornal “Resistência Camponesa”, que funciona como veículo de organização do movimento (que conta com edições periódicas realizadas pelos escritórios regionais). Atualmente, a LCP possui forte atuação em outros estados, como é o caso de ocupações em Minas Gerais (Norte de Minas e Triângulo Mineiro) e também em Goiás.

²²⁵ A revista IstoÉ (em março 2008), qualificava a Liga dos Camponeses Pobres da seguinte maneira: “(...) uma organização radical de extrema esquerda que adotou a luta armada como estratégia para chegar ao poder no País através da ‘violência revolucionária’” (RODRIGUES, 2008/ Revista IstoÉ). A idéia de “Revolução agrária” que é pregada pelo movimento, na leitura feita pela imprensa, seria como algo para além da reforma agrária, constituindo mesmo um projeto de tomada do poder, com organização de movimento armado.

Em abril de 2008, a imprensa local anuncia conflito em áreas de litígio agrário em fazenda de Campo Novo de Rondônia, onde cerca de cem homens armados e encapuzados mataram quinze trabalhadores rurais que ocupavam a terra. Vários sobreviventes foram procurar apoio junto à regional da LCP em Jaru (GUTIERREZ, 2008 / Jornal Folha de Rondônia 10/04/2008). Acirram-se os ânimos e produz-se uma organização social que, fazendo política a seu modo, é portadora de um discurso que denuncia a permanência da luta de classes. Este conflito de interesses que se configura no território, ainda que nos façam crer que se trate de organizações criminosas (do mesmo modo como nos fazem crer que os esforços de modernização do trabalho no campo resulta em ganho e vantagens para a sociedade como um todo), aparece como discurso privilegiado para repensarmos as políticas no campo brasileiro.

9.4 O campo não-moderno e suas interações com a cidade

Se o urbano regula cada vez mais os nexos da produção agrícola moderna, as atividades agrícolas do campo não-moderno voltadas para o consumo próximo também se tornam cada vez mais dependentes de um consumo que é realizado nas cidades. Como aparecem novas necessidades para a vida no campo, que demandam o consumo daquilo que não é produzido diretamente nas propriedades rurais e assentamentos, a necessidade das trocas aparece como elemento central na vida destes produtores do campo não-moderno, exigente assim de alguma transação que se realiza no espaço das cidades.

Como a tarefa de escoamento da produção é por vezes difícil entre agricultores pouco capitalizados (ausência muitas vezes de meios de transporte, precariedade das vias de circulação, distância dos centros consumidores, etc.), muitos dos pequenos proprietários e assentados em projetos de reforma agrária necessitam estabelecer relações com atravessadores que adquirem no campo a produção e fazem a distribuição das mercadorias nas cidades.

Outras estratégias acabam sendo praticadas, como é o caso do aluguel de caminhões ou outros veículos para o transporte até a cidade. No Acre, pudemos observar práticas de parcerias entre produtores de assentamentos próximos à Rio Branco (Pólo Agroflorestal Geraldo Mesquita) que de forma conjunta contratam frete uma vez por semana para distribuir a produção na feira da cidade, ou ainda a estratégia de organização de serviços de transporte coletivo (caminhões), que transportam diariamente produtores e pequenos volumes da produção realizada em ramais afastados do núcleo urbano em Cruzeiro do Sul (Foto 19).

Assim, a economia do campo não-moderno se dá de forma diretamente ligada a serviços e ao consumo que se realiza no espaço das cidades.

As feiras se apresentam como forma de comércio ainda muito utilizada em todo o sudoeste amazônico, e constituem espaço privilegiado para a distribuição da pequena produção agrícola. Em várias cidades existem espaços preparados (com alguma infra-estrutura fixa) para receber comerciantes e consumidores, tal como pudemos observar em Ji-paraná, Porto Velho, Rio Branco, Sena Madureira, entre outras cidades.



Foto 19. *O transporte de colonos em Cruzeiro do Sul*

Dezenas de pequenos caminhões adaptados para o transporte de produtores rurais e pequenas cargas ocupam diariamente a área central de Cruzeiro do Sul (Foto do autor, janeiro de 2009).

Nas grandes feiras semanais, como a que ocorre aos domingos no Cai N'água, em Porto Velho, ou mesmo junto aos espaços dos mercados públicos, aos sábados em Rio Branco, é comum encontrarmos grande quantidade de produtores comercializando em barracas ou mesmo sobre veículos a produção agrícola que é realizada em áreas próximas a estas cidades. Aliás, os espaços das feiras realizadas nas porções centrais das cidades constituem as vezes a oportunidade única de inserção desta produção agrícola no mercado local (Fotos 20).



Fotos 20. *Aspecto das feiras no sudoeste da Amazônia.*

Tanto as feiras permanentes, como é o caso da Feira do Produtor em Rio Branco (à esquerda), quanto as feiras semanais, tal como a feira que acontece aos domingos, no Cai N'água, em Porto Velho (à direita), constituem importantes espaços de comercialização da produção agrícola local de pequeno porte (Fotos do autor, julho de 2007 / janeiro de 2009).

Assim, em todo o sudoeste amazônico é bastante comum observarmos a venda de gêneros agrícolas por produtores que comercializam diretamente em espaços das feiras ou mesmo ocupando espaços públicos como ruas e praças.

Agregando pequenos produtores e também alguns trabalhadores que se dedicam apenas à comercialização, até mesmo onde o agronegócio aparece com mais força estas práticas do campo não-moderno persistem e constituem os meios privilegiados para a manutenção de pequenos agricultores. Numa cidade como Vilhena, onde prevalece o agronegócio de exportação, a feira é realizada três vezes por semana e aos domingos ocupa um local administrado pela prefeitura (barracão com telhado e boxes em alvenaria), onde se comercializa gêneros agrícolas, carnes e alguns produtos manufaturados (artesanatos, roupas e importados). Com a realização de coleta de dados a partir de entrevistas realizadas junto a estes feirantes, pudemos avaliar algumas características locais da produção não-moderna no campo vilhenense (sobretudo a localização, tamanho e características das propriedades, estratégias de comercialização e de financiamento da produção)²²⁶.

A maioria dos feirantes em Vilhena produz tudo ou parte do que comercializam na feira (quatorze feirantes), sendo pequeno o número daqueles que apenas realizam a comercialização (três feirantes). Dentre os principais produtos estão as verduras e legumes (principalmente tomate), laranja, banana, mandioca, etc. A grande maioria produz no próprio

²²⁶ A entrevista foi realizada durante trabalho de campo, no dia 08/07/2007. Eram dezoito os comerciantes de gêneros agrícolas na feira (apenas um não concedeu entrevista).

município, em áreas com dimensões que variam de pouco mais de uma dezena de hectares até àquela produção realizada em pequenas chácaras ou mesmo nos quintais de casas na cidade. A maior parte destes produtores comercializa a produção principalmente através da feira ou em pequenos mercados locais, sendo que alguns poucos comercializam a produção também em outros municípios, como Ariquemes, Porto Velho e mesmo em Sapezal-MT. Pouco mais da metade dos produtores disse já ter obtido financiamento²²⁷ para as suas atividades, sendo o BASA o principal financiador, seguido do Banco do Brasil. Ainda segundo estes produtores, os empréstimos tomados para o custeio da produção são principalmente os disponibilizados pelo Pronaf (diziam eles, “Pronafinho”), que é distribuído por ambas as instituições (Basa/Banco do Brasil), e entre os principais itens financiados estão o custeio de produção, estufas para verduras e também a compra de gado de leite. Deste modo, são, no mais das vezes, produtores que têm nas feiras urbanas ou nos pequenos mercados a oportunidade privilegiada de inserção da sua produção, voltada ao consumo local ou próximo.

Este mercado urbano pouco organizado e tão pouco atendido pelas políticas públicas, que no mais das vezes configura também o mercado dito “informal”, acaba por assumir muita centralidade no que diz respeito à distribuição e consumo da pequena produção agrícola local. Assim, o circuito inferior da economia praticado nas cidades acaba tornando-se importante elo de manutenção da economia não-hegemônica, ao mesmo tempo em que garante a inserção desta produção agrícola não-moderna e pouco intensa em capital, e também o consumo entre aqueles que, na cidade, figuram como consumidores também pouco capitalizados. Pela importância que toma, tanto para as atividades do campo quanto para o consumo nas cidades, o circuito inferior da economia urbana merece ser avaliado com maior profundidade, pois configura importante estratégia de sobrevivência para uma parte também importante da sociedade, indicando uma divisão do trabalho que ritma a vida de relações e a funcionalidade do próprio lugar.

²²⁷ Apesar de o quadro do financiamento parecer razoável (mais de 50% dos entrevistados), alguns produtores comentaram que a tomada de crédito nas instituições públicas de financiamento está cada vez mais difícil atualmente. A burocracia e a demora em obter os recursos, a necessidade de garantias e a dificuldade em cumprir compromissos assumidos com os bancos acaba por desestimular a busca por novos recursos.

9.5 Força e lições do campo não-moderno

O que leva pessoas a lutar toda uma vida por uma pequena propriedade que, muitas vezes, significa isolamento e acesso incerto ou bastante precário aos recursos e serviços mais essenciais para a sobrevivência? As atividades agrícolas praticadas neste campo não-moderno do sudoeste amazônico nos ensinam a enxergar a agricultura para além da razão econômica.

Este sistema de atividades realizado em função das próprias necessidades e carências no lugar, estabelece laços de solidariedade que são típicos de uma lógica horizontal de uso do território (SANTOS, 1994c, p.93). Se a renda que tais atividades produzem é pouca e se a acumulação praticamente inexistente, este campo não-moderno e pouco capitalizado aparece como o espaço em que a solidariedade entre os homens ainda tem lugar. Mudadas as condições de vida, no mais das vezes tão precárias até os dias de hoje, este campo não-moderno e esta produção de pequena dimensão figurariam como alternativa muito válida para uma organização mais justa do território.

Ainda que esforços tenham sido feitos, e que algum recurso público venha sendo mobilizado, se houvesse mais justa distribuição de renda e portanto mais justo pagamento pelo trabalho realizado, ao invés da sobre acumulação do capital que hoje dá suporte à agricultura de exportação, haveria como tornar mais dignas as condições de vida do trabalhador e do habitante do campo não-moderno. Trata-se de modificar as bases políticas de uso do território e encontrar as possibilidades de uma aplicação de recursos de modo a tornar mais igualitária a distribuição da riqueza do país a todos os segmentos da sociedade.

CAPÍTULO 10:
**OS LIMITES DA RACIONALIDADE NO
MEIO URBANO**

Em que pese a existência no campo de formas alternativas à ação hegemônica do capital, é na cidade que outras possibilidades de uso do território aparecem com ainda mais intensidade. Para além do fato de a população do sudoeste amazônico ter se tornado em sua maioria urbana há algum tempo (durante a década de 80), é no espaço da cidade, e sobretudo das maiores cidades, que o meio construído comporta uma sobreposição de divisões do trabalho e uma variedade de objetos e ações que se adaptam e são adaptadas às necessidades do conjunto da população. Uma análise mais apurada e politicamente oportuna carece reconhecer a importância desta variedade de ações e formas flexíveis que garantem trabalho e possibilidade de subsistência às gentes mais pobres que habitam as cidades.

Se o esforço de modernização que confere a atualização do território é exigente de adaptações rígidas, muito baseadas no cálculo técnico-financeiro, as ações praticadas especialmente pelas parcelas mais pobres da população nas cidades são, por sua vez, espontâneas e muito exigentes de criatividade, haja vista a necessidade de, a todo tempo, buscar garantias as mais diversas para a sobrevivência. É deste modo que aquilo que muitas vezes aparece como “irracional” aos olhos do mercado, ou mesmo como residual à economia e política hegemônicas, constitui um recurso central à existência de uma parcela bastante significativa da sociedade no sudoeste amazônico.

Pautados em ordens muitas vezes construídas historicamente, ou seja, muito ligadas às tradições do lugar e ao espaço herdado (o acúmulo de experiências de várias gerações), as ações que imperam nas circunstâncias de vida dos pobres nas cidades sofrem de certo modo algumas atualizações. Ganham força e se impõe com mais potência política, demandando novos olhares sobre suas práticas. Trata-se da manifestação, no lugar, daquilo que Milton Santos reconhece como um novo período em gestação, um verdadeiro período popular da história (SANTOS, 2000), em que a presença e a voz dos “de baixo” cada vez mais deverão ser notadas e ouvidas. Este parece ser o caso das atividades do chamado circuito inferior da economia urbana, cuja organização de caráter horizontal garante a sobrevivência e indica oportunidades outras de se pensar o território enquanto espaço para uso de todos.

10.1 A natureza diferenciada dos capitais e das divisões do trabalho na cidade:

O circuito inferior da economia como um indicador

Enquanto as estruturas de uma acumulação corporativa, desenhadas em lugares distantes, não medem esforços para inserção de atividades modernas de comércio e serviços no meio urbano do sudoeste amazônico (as atividades do circuito superior da economia), a permanência de um conjunto de atividades pobres, mas extrema e profundamente ancoradas no próprio lugar, persiste e mesmo se fortalece na atualidade. Estas atividades são típicas daquilo que Milton Santos denominou como “circuito inferior da economia urbana” nos países pobres.

De modo simplificado, podemos distinguir os dois circuitos da seguinte maneira, “(...) o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”, e o circuito inferior como sendo aquele “(...) constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, 2004, p.40).

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maioria de suas relações se dão com organizações localizadas fora da cidade e de sua região circundante porque este circuito se baseia em um quadro de referências nacional e internacional. O circuito inferior, composto por atividades em pequena escala e envolvendo primordialmente a população pobre, está, em contraste, bem estabelecido na cidade e mantém relações privilegiadas com sua região. Cada circuito constitui por si só um sistema, ou melhor, um subsistema do sistema urbano (SANTOS, 1975, 1979, 2003b, p.172).

Assim, a existência destes dois circuitos resulta, principalmente, das diferenças qualitativas e quantitativas de consumo entre ricos e pobres na cidade, visto que nem toda a sociedade possui um acesso amplo e constante a todos os tipos de bens e serviços (SANTOS, 1979, p.37).

Os pobres não têm acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição freqüentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico. Esse sistema surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade (SANTOS, 1979, p.37).

Compreendendo os dois circuitos como subsistemas interdependentes na economia urbana, Santos (2004) reconhece que existe uma subordinação do circuito inferior frente ao circuito superior, visto que os recursos públicos destinam-se claramente, e de forma quase exclusiva, à economia dominante, tanto no que diz respeito à dotação das infra-estruturas

como no que se refere ao acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, a economia (as vezes classificada como “informal”) que é praticada no interior do circuito inferior compete e é combatida pelo circuito superior. “As atividades do circuito superior apóiam-se direta ou indiretamente na ajuda governamental, enquanto as do circuito inferior, ao contrário, não contam com tal apoio; e em muitas cidades são até perseguidas, como é o caso dos vendedores ambulantes” (SANTOS, 1979, p.42). Assim, como descreve o autor,

(...) a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo (SANTOS, 1979, p.57).

A caracterização da pobreza no meio urbano dos países subdesenvolvidos, elaborada por Milton Santos na década de setenta, se mostra extremamente atual até o presente. A contribuição maior foi, além do reconhecimento da existência dos dois circuitos, a compreensão de que os pobres, ainda que dependentes do circuito superior da economia, vivem às custas de uma economia que envolve, na sua base, os próprios pobres.

Formado tanto pelas atividades simples (“não-capital intenso”) (SANTOS, 2004a), da economia dita “formal”, bem como pelas atividades consideradas “informais”, o circuito inferior se mostra presente e se prolifera no espaço das cidades brasileiras (principalmente das grandes cidades) no período atual, e ganha algumas particularidades em cada uma das regiões do país, tal como pudemos encontrar no sudoeste amazônico. Assim, entendemos que a análise, ainda que não acabada, das práticas no circuito inferior da economia no urbano do sudoeste da Amazônia acabam configurando indicadores importantes do quanto a modernização atual dos objetos e ações na região não alcançam todas as atividades realizadas no território usado e não se revertem em ganho ou vantagem para todo o conjunto da sociedade.

10.2 O circuito inferior da economia no sudoeste amazônico:

Opções metodológicas, tipologia de situações e caracterização dos espaços

Os esforços de análise que ensaiamos seguiram justamente na direção de ir ao encontro da compreensão de uma “ecologia urbana” (SANTOS, 1994c, p.94) que comporta um funcionamento em muito marcado pela co-presença de empresas e empreendimentos por essência diferenciados (circuitos superior e inferior) em alguns espaços selecionados das

capitais do sudoeste amazônico e também no município acreano de Cruzeiro do Sul. Em determinado momento da pesquisa, decidimos que a inserção de Cruzeiro do Sul no levantamento de dados sobre o circuito inferior da economia seria algo importante, justamente por conta das condições particulares de isolamento parcial do vale do Juruá, no que diz respeito à integração terrestre. Diga-se de passagem, esta porção do território acreano encontra-se em vias de tornar-se efetivamente “integrada” ao resto do Estado e ao país, já que a conclusão das obras na BR-364 parece estar próxima. Assim, pareceu-nos importante avaliar a situação atual do vale do Juruá, através dos levantamentos feitos em Cruzeiro do Sul.

Em diversas ocasiões nos trabalhos de campo (2006, 2007 e 2009), recolhemos dados que reportassem a situações empíricas representativas dos dois circuitos da economia nas cidades. No trabalho realizado em janeiro de 2009, optamos também por levantar dados destas atividades através de entrevistas, com uso de questionários (que foram por nós lidos e preenchidos) (vide ANEXO, Quadros Síntese, com algumas informações levantadas), inquirindo informações especialmente voltadas para a compreensão das atividades do circuito inferior da economia²²⁸.

Em termos metodológicos, não nos interessou definir uma amostra “cientificamente válida” em termos de “representação quantitativa”, porque o mais importante não reside no quanto as respostas se repetem entre os entrevistados, nem mesmo o grau de verossimilhança entre respostas dadas e fatos concretos (já que, provavelmente, em algumas informações mais comprometedoras e “delicadas”, os dados podem ter sido distorcidos ou enviesados pelos informantes)²²⁹. O que fizemos foi recolher indícios empíricos que, aproximados às situações do circuito inferior, pudessem orientar uma análise e discussão que fossem capazes de, quiçá, contribuir com alguma compreensão do cotidiano vivido pelas atividades pobres na cidade, as suas formas de flexibilidade e de adaptação às exigências atuais da economia do lugar.

Assim, por razões de operacionalização da pesquisa, definimos que seriam avaliadas, nestas três cidades, as atividades do circuito inferior localizadas em estabelecimentos da porção central, visto ser o centro das cidades o espaço privilegiado para a aglomeração de tais

²²⁸ A construção do questionário em muito se baseou no modelo utilizado em pesquisa sobre o circuito inferior da economia urbana nas metrópoles brasileiras, empreendida por María Laura Silveira, e também aplicado em pesquisa realizada por Marina Regitz Montenegro (2006). Algumas pequenas adaptações foram feitas, já que o interesse central de nossa pesquisa contempla situações específicas do sudoeste amazônico.

²²⁹ Em cada uma das três cidades (Porto Velho-RO, Rio Branco-AC e Cruzeiro do Sul-AC), foram entrevistados doze empreendimentos de comércio e prestação de serviços, totalizando trinta e seis entrevistas, com preenchimento de um questionário que continha questões abertas e fechadas. Para os espaços selecionados para a aplicação dos questionários, as atividades de fabricação não apareceram de modo significativo. As entrevistas ocorreram entre os dias 12 e 30 de janeiro de 2009.

atividades, ainda que estas apareçam, com diferentes feições, também nas porções periféricas das cidades. O primeiro passo foi definir quais as situações de ocorrência das atividades do circuito inferior, para podermos pensar a melhor forma de abordagem do fenômeno e a melhor estratégia de coleta das informações.

Em termos de classificação, uma tipologia de atividades e espaços pode ser construída, na qual reconheceríamos ao menos duas diferentes situações do circuito inferior nas porções centrais das cidades analisadas no sudoeste amazônico – uma primeira situação pode ser reconhecida num conjunto atividades localizadas em algumas das principais e mais movimentadas ruas e avenidas da porção central das cidades. Estas vias centrais, no mais das vezes espaços comerciais um tanto quanto já envelhecidos, configuram um meio construído que em alguns casos comporta as atividades do circuito superior (bancos, grandes redes de lojas, prestadoras de serviços modernos, etc.), mas também abrigam atividades de comércio e serviços característicos do circuito inferior que, em geral, ocupam espaços reduzidos ou adaptados, ou ainda os prédios mais antigos e menos valorizados nestas vias, o que nos permite reconhecer a diversidade do capital e do trabalho, ou seja, a co-presença de atores muito diversos; uma segunda situação é aquela em que tais atividades do circuito inferior (em geral ainda mais pobres) ocorrem em espaços no mais das vezes organizados (ou ao menos originalmente organizados) pelas prefeituras municipais, como forma de subsídio à economia urbana pobre – esta situação pode em muito ser representada pelos mercados públicos, feiras (permanentes ou semanais) e camelódromos (de origem pública ou privada), que acolhem denso conjunto das mais diversas atividades de comércio e de serviços. Hoje, no sudoeste amazônico, estes espaços parecem ser alvo de estratégias do poder público para a organização (ou limitação?) da ação popular, visando retirar das ruas as atividades potencialmente perturbadoras do comércio dito “formal” e mais capitalizado.

A estas duas situações de uso e ocupação do espaço urbano pelas atividades do circuito inferior deve ser somada a existência de uma massa de trabalhadores que, sem o uso de espaços ou de objetos fixos, e praticamente abdicando de qualquer infra-estrutura que dê suporte às suas atividades, praticam vendas e oferecem serviços em meio aos equipamentos urbanos de uso público, trabalhadores estes normalmente denominados como “ambulantes”, que em geral co-existem junto às atividades descritas nas situações anteriores. Apesar de não ocuparem espaços pré-estabelecidos e fixos, as práticas destes trabalhadores nas cidades acabam por formar certas aglomerações em espaços delimitados, no mais das vezes usando bens coletivos no meio construído em que se adensam as atividades do circuito inferior.

Ocupam-se bancos de praças, sombras de árvores, calçadas, muros, escadarias, frentes de prédios e marquises, enfim, todos os possíveis interstícios de espaços públicos e privados.

Tendo reconhecido estas formas de manifestação das atividades do circuito inferior da economia, empreendemos um levantamento de dados que teve a intenção de contemplar todas estas situações encontradas no sudoeste amazônico. No entanto, para efeitos práticos e como forma de viabilizar o recolhimento de dados com o uso dos questionários, optamos por focalizar apenas as atividades que ocupam localizações fixas – os prédios comerciais, as bancas e tendas dispostas nas ruas e calçadas e os estabelecimentos que ocupam boxes nos mercados públicos, feiras permanentes e camelódromos. Os ambulantes, por várias razões, não foram alvo de investigação com uso de questionário (já que este envolvia questões específicas ao uso de um espaço determinado)²³⁰.

Foi preciso observar demoradamente os espaços onde as atividades do circuito inferior aparecem com maior densidade, entender a natureza das diferentes atividades escolhidas para o levantamento de dados, conversar previamente com alguns comerciantes ou prestadores de serviços, para, por fim, definir quais espaços e atividades seriam mais representativos, em cada uma das cidades, da variedade de situações e das condições de trabalho e de realização das atividades do circuito inferior da economia. Procuramos, deste modo, contemplar as atividades mais variadas de comércio (optando pelos principais produtos comercializados) e serviços (aqueles mais amplamente oferecidos), buscando coletar os dados nas diferentes situações de localização (as principais vias, os principais mercados públicos, feiras e camelódromos) e de porte/estrutura dos empreendimentos (desde os menores até os maiores; e também entre os mais antigos e os mais novos). Antes de elencarmos algumas características que sintetizam a natureza das atividades do circuito inferior a partir das informações por nós coletadas, cabe avaliarmos os espaços selecionados para o levantamento de dados e algumas das estratégias de permanência destas atividades em cada uma das cidades pesquisadas.

²³⁰ O comércio praticado por ambulantes parece ter uma dinâmica própria, ainda que se alimente e se conjugue, normalmente, aos espaços físicos em que o circuito inferior da economia toma maior densidade nas cidades. O trabalho de investigação empírica, especialmente com uso de questionário, apresenta certa resistência dos trabalhadores, sobretudo dos ditos “informais” (ou seja, a maioria). Tem-se medo de repressão por parte do poder público, e a atividade de pesquisa pode por vezes ser confundida com a tarefa da fiscalização. Foi esta a situação que muitas vezes encontramos, aparecendo talvez como a maior dificuldade da pesquisa. Entendemos que trabalhos de recolhimento de dados com os ambulantes, além da exigência de algumas adaptações quanto ao uso do questionário, poderia por vezes aparecer como forma de intimidação dos trabalhadores. No entanto, pudemos em várias ocasiões, conversar com trabalhadores ambulantes, observar e registrar o comportamento desta atividade em diferentes cidades do sudoeste amazônico.

10.2.1. *O meio construído e o abrigo das atividades pobres na cidade*

Segundo Milton Santos (1994c, p.79), mais do que o campo, é nas cidades que a difusão da racionalidade triunfante se defronta com algumas limitações, justamente pela quantidade de trabalho acumulado e pelas diversas divisões de trabalho que o meio construído²³¹ comporta. Assim, a noção de *meio ambiente construído*, que constitui “(...) um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais” (SANTOS, 1994c, p.79) é recurso analítico estratégico para avaliarmos as diferentes manifestações da resistência à difusão do moderno e também as práticas do circuito inferior, que tantas vezes figuram como “irracionalidades” no meio urbano (SILVEIRA, 2007a, p.3).

Neste ambiente construído das cidades se encontram, as vezes de forma muito próxima, os mais diferentes tipos de capital e de trabalho. Trata-se, assim, de espaços que comportam uma divisão do trabalho muito diversificada. Estas situações de ocorrência de um circuito inferior “espesso” também são as mais legítimas manifestações daquilo que Milton Santos denomina “flexibilidade tropical” (SANTOS, 1994c, p.80), estratégias criativas de imaginação política para sobrevivência das classes mais pobres da sociedade. Esta flexibilidade tropical caracteriza aquelas situações em que, segundo Milton Santos (1996),

Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. Desse modo, as respectivas divisões, proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas. Sua solidariedade se cria e se recria ali mesmo, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação de tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide (SANTOS, 1996, p.260).

É isso que nos autoriza considerar a cidade como o lugar da co-presença e da coexistência (SANTOS, 1996; SOUZA, 1997, 2008, p.5). Ao reconhecermos a co-presença e o diverso no meio construído da cidade, podemos, com sensibilidade analítica, reconhecer o espaço dos homens lentos, do conjunto de atividades pobres que Milton Santos considera como aquelas atividades adaptadas às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado (SANTOS, 1994c, p.79). Estas situações são manifestações do uso do território como abrigo, porque “É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não

²³¹ Segundo Silveira (2007b, p.152), a idéia de meio construído fora proposta por David Harvey (The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States. In: GAPPERT, G.; ROSE, H. M. (Eds.). *The social economy of cities*. Londres: Sage, p.119-163, 1975) e discutida mais recentemente por Milton Santos (1994c).

hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência” (SANTOS, 1994c, p.79).

É no espaço das grandes cidades, pelo fato de comportarem esta diversidade de atividades, intencionalidades e gentes, que alguns lugares menos privilegiados em termos de infra-estrutura aparecem como o espaço que por excelência abriga as atividades da economia urbana pobre. Assim, e tal como parece ser o caso do sudoeste da Amazônia, são os espaços pouco valorizados (mas muito freqüentados), sobretudo aqueles das áreas centrais, que recebem as atividades econômicas das classes sociais mais pobres, os ambulantes, os “informais”, atividades estas que muitas vezes ocupam os espaços tidos como “irracionais”, “brechas” na cidade que aparecem por vezes mesmo como um “estorvo”²³², do ponto de vista da economia e da política dominantes.

Em que pese essas atividades estarem dispersas por praticamente todos os bairros das capitais do sudoeste da Amazônia, estas “brechas” alheias às modernidades estão, em muito, escancaradamente presentes nas porções centrais de Porto Velho e Rio Branco e também em Cruzeiro do Sul.

Em Porto Velho, a principal via do comércio na porção central da cidade é a Avenida Sete de Setembro, que se inicia na antiga estação, pátio das máquinas e prédio da administração da E.F.M.M., às margens do rio Madeira. Nesta avenida se concentra, para além das atividades de comércio e serviços do circuito inferior da economia, também uma série de empresas que podem ser enquadradas no circuito superior, ou seja, é um espaço de coexistência de diferentes tipos de atividades, quer aquelas presididas pelo capitalismo hegemônico, quer aquelas que tornam o território usado o abrigo para a sua sobrevivência.

O sudoeste amazônico é muito marcado pela existência e importância de mercados públicos municipais, responsáveis em muitos casos pelo abastecimento da população mais pobre nas cidades. Na área central de Porto Velho existem pelo menos três mercados principais – o chamado Mercado “do Pescado” (um dos mais antigos, que ganhou novas instalações em 2008) junto a um porto bastante incipiente que é popularmente conhecido como “Cai N’água”; o Mercado “Central” junto às antigas infra-estruturas da E.F.M.M. na avenida Sete de Setembro, e, nesta mesma avenida, um outro mercado de menor porte que é localmente conhecido como Mercado “do Km 1”. Ainda existe uma grande feira permanente

²³² “Na cidade as localizações que se opõem a essa racionalidade, as áreas ‘irracionais’ do ponto de vista da modernidade, assemelham-se àquilo a que os planejadores chamavam, nos anos 70, de brechas. Essas brechas tecnológicas recentes são numerosas e há que estudá-las no seu próprio contexto” (SANTOS, 1994c, p.96).

organizada desde 2006 pela prefeitura, a Feira do “Empreendedor Popular”, que ocupa uma praça também na Avenida Sete de Setembro e acolhe mais de uma centena de ambulantes que atuavam em praças da área central de Porto Velho. Soma-se a estes espaços comerciais um “camelódromo” organizado em espaço privado, cujos boxes são alugados (Foto 21).

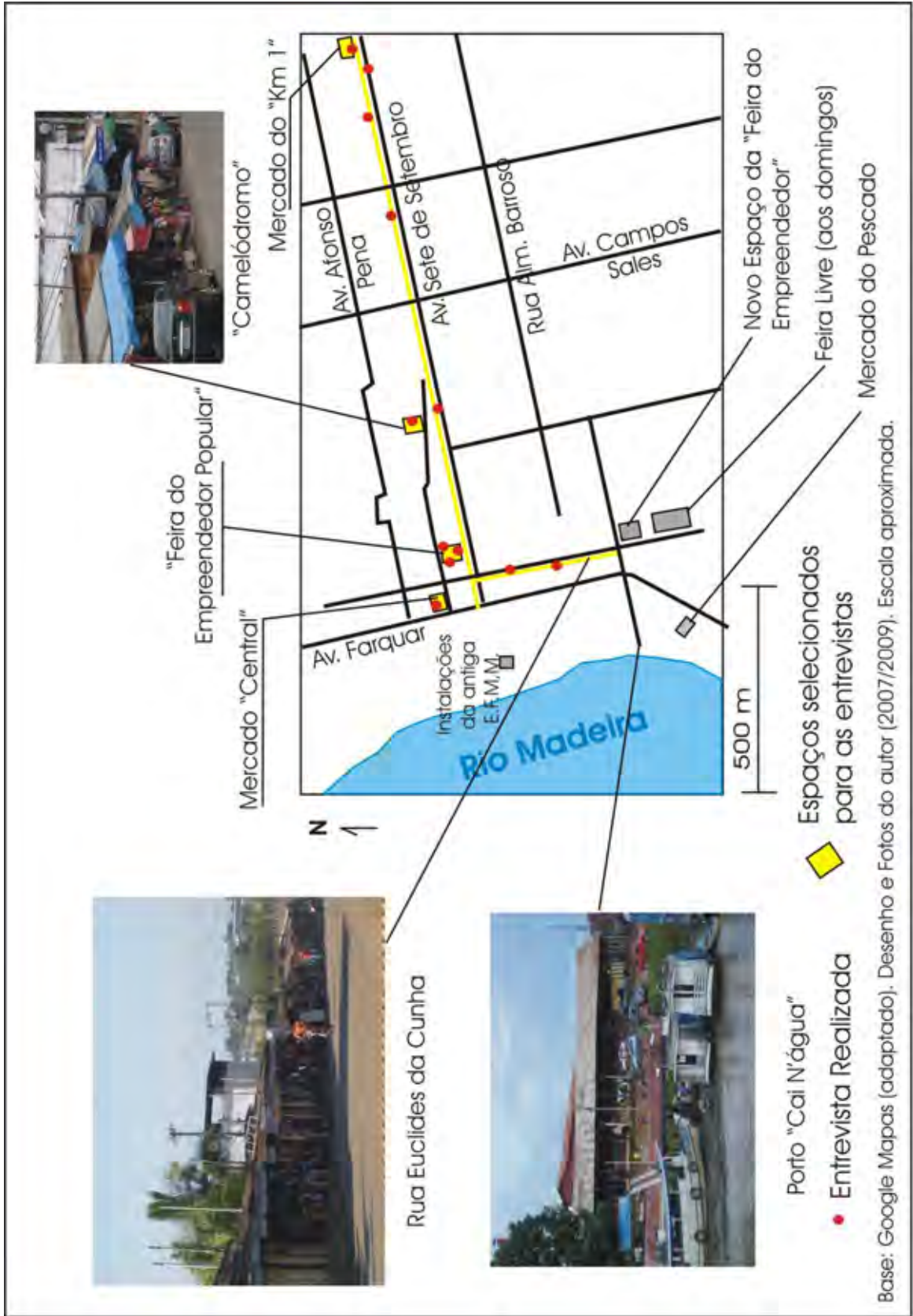


Foto 21. *Camelódromo no centro de Porto Velho*

Os toldos improvisados e os produtos expostos tomam as calçadas e mesmo a rua (Foto do autor, janeiro de 2009)

Estes espaços, ocupados por excelência pelas atividades de comércio e consumo das classes sociais mais pobres, na porção central de Porto Velho, foram os espaços que escolhemos para proceder a coleta de dados na capital rondoniense (Croqui 1).

As ruas e avenidas na área que compõe o centro comercial de Porto Velho são em sua maioria, como já assinalamos, de ocupação antiga, e algumas áreas que inclusive são bastante próximas às antigas instalações da ferrovia são em muito utilizadas por ambulantes, tendas e outros tipos de estabelecimentos que garantem o trabalho da população mais pobre. Como as atividades do circuito inferior acabam por dividir espaço com empreendimentos do circuito superior, como é o caso, principalmente, da Avenida Sete de Setembro, o que diferencia as atividades pobres daquelas mais modernas e capitalizadas é sobretudo a ocupação de prédios muito diferenciados em termos de infra-estrutura e tamanho.



Croqui 1. Área central de Porto Velho - locais de realização das entrevistas

Na Avenida Sete de Setembro, os grandes edifícios ocupados por bancos, lojas de departamento, etc. dividem o espaço da rua com pequenos estabelecimentos de comércio e serviços pouco capitalizados, e, muitas vezes, dividem também as calçadas que são ocupadas por atividades ambulantes (Foto 22).



Foto 22. Agência bancária, na Av. Sete de Setembro, Porto Velho

Os dois circuitos da economia dividem os mesmos espaços no centro de Porto Velho. As calçadas são comumente ocupadas por camelôs e ambulantes (Foto do autor, janeiro de 2009).

O preço do aluguel na Avenida Sete de Setembro é caro, e algumas formas de inserção do comércio pobre são exemplares, no sentido de que caracterizam as estratégias e a criatividade de agentes muito pouco capitalizados. É o caso da ocupação de corredores muito estreitos, com menos de um metro de largura (às vezes com menos de 4m^2 de área), mas de frente para as ruas e avenidas mais movimentadas, ocupando em geral o espaço entre prédios de maior porte (e mais antigos). Estes pequenos pontos são ocupados por atividades bastante distintas, em muitos casos com suas paredes internas ocupadas por mercadorias. Trata-se, literalmente, da ocupação de interstícios no espaço entre uma loja e outra²³³ (Fotos 23).

²³³ Em Porto Velho, espaços como estes no centro (av. 7 de setembro) chegam a ser alugados por até trezentos reais, como observamos em trabalho de campo (janeiro de 2009).



Fotos 23. *A flexibilidade das atividades pobres no centro de Porto Velho*

Na Av. Sete de Setembro, estreitos corredores entre prédios são adaptados para os atividades de comércio e serviços (à esquerda). Nas calçadas, pequenos balcões móveis oferecem serviços de relojoaria, afiador, chaveiro, entre outros (Fotos do autor, janeiro de 2009).

Estas estratégias flexíveis e inventivas de uso do espaço garantem a permanência das atividades pouco capitalizadas na área central da cidade, onde o movimento de consumidores é vantajoso e garante a sobrevivência de tais tipos de trabalho. Nessas condições, inovam-se as formas e os usos do espaço na área central, como é o caso de automóveis que, estacionados logo pela manhã em pontos estratégicos do centro por comerciantes ou prestadores de serviços simples, acabam constituindo/abrigando o seu próprio “ponto” de trabalho. Também é bastante comum a existência de pequenos balcões com vitrinas que, instalados nas calçadas, servem como “ponto” para a venda de mercadorias (no mais das vezes importadas), ou ainda para a prestação de serviços, como os de reparos em relógios, afiação de pequenas ferramentas, entre outros (Fotos 23).

Quando estes tipos de comércio não ocupam espaços de frente a prédios desocupados, parece haver alguma espécie de acordo entre os ambulantes e os comerciantes cujas fachadas são parcialmente ocupadas, já que o volume de mercadorias exposto nas calçadas é grande. Muros e grades aparecem como substitutos de prédios comerciais, definindo um comércio de rua com “pontos” já “fixados”, visto que permanecem em muitos casos a mais de ano (como observamos nos trabalhos de campo realizados). Estes comerciantes realizam vendas principalmente de roupas, cópias de CDs e DVDs, ou ainda utensílios domésticos e pequenos

acessórios eletrônicos de baixo custo (produtos estes em grande parte oriundos de Guayaramérin, na Bolívia) (Foto 24).

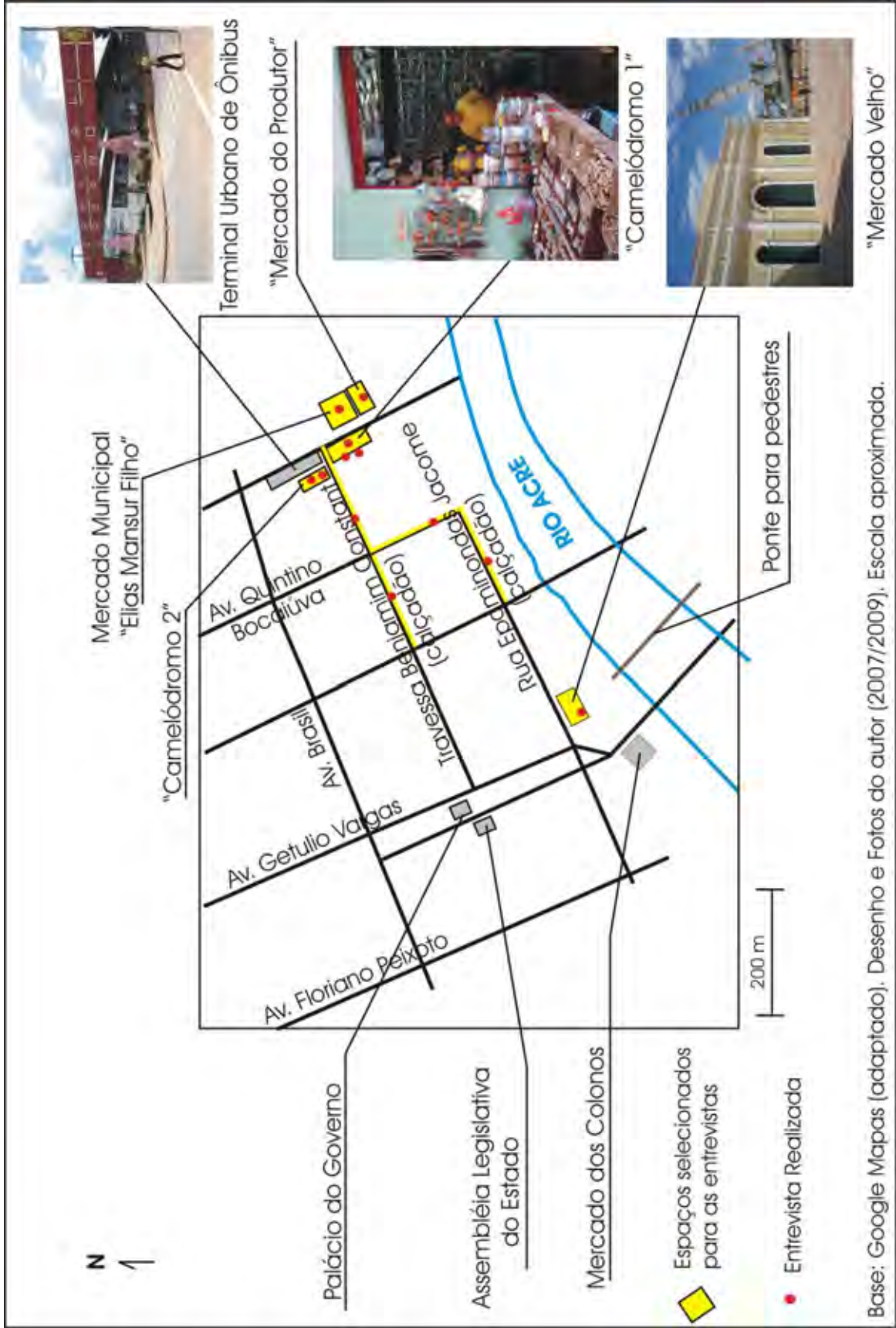


Foto 24. *Comércios de camelôs e ambulantes, Porto Velho*

No centro de Porto Velho (Av. Sete de Setembro), vendedores de rua expõem suas mercadorias em tendas e grades (Foto do autor, janeiro de 2009).

A comercialização de alimentos prontos, em que pese parecer a menor parte destes comércios de rua, está presente sobretudo com pequenas barracas instaladas nas calçadas ou mesmo nas esquinas das ruas, mas também com o uso de pequenas máquinas (como é o caso dos sorvetes) que alguns lojistas acabam por agregar aos seus empreendimentos, como forma de complemento da renda. Daí a coexistência, as vezes, de atividades muito diferenciadas, sendo desempenhadas por um mesmo comerciante, por algum conhecido ou familiar num mesmo espaço.

Em Rio Branco as atividades do circuito inferior também se encontram na área central. Há espaços onde estas atividades ocorrem de forma mais adensada, como é o caso das avenidas Epaminondas Jacome e Benjamin Constant, entre outras que compõem o centro comercial. Alguns calçadões (Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva), bem como vias mais próximas ao terminal central de transporte urbano, aparecem como áreas mais significativas do terciário pouco intenso em capital, onde se encontram três grandes mercados populares (também denominados camelódromos), espaços estes que são administrados pela prefeitura municipal. Foram estes os espaços que tomamos como referência para a realização das entrevistas na capital acreana (Croqui 2).



Base: Google Maps (adaptado). Desenho e Fotos do autor (2007/2009). Escala aproximada.

Croqui 2. Área central de Rio Branco - locais de realização das entrevistas

Segundo informações divulgadas pela imprensa local, mais de quinhentos camelôs cadastrados pela prefeitura trabalham no calçadão da av. Benjamim Constant (Foto 25), em áreas próximas ao terminal urbano e aos mercados públicos (AZEVEDO, 2008 / Folha do Acre, 03/04/2008).



Foto 25. *Calçadão da Travessa Benjamim Constant, centro de Rio Branco*

Na área central e sobretudo no entorno do terminal de transporte coletivo, as atividades do circuito inferior se adensam nos mercados, nos pequenos prédios, em pequenas barracas cedidas pela prefeitura, bem como no trabalho de camelôs e ambulantes (Foto do autor, janeiro de 2009).

Muito arraigados ao meio construído, estes trabalhadores tiram seu sustento de atividades simples que envolvem na maioria das vezes o consumo daqueles que freqüentam o centro com assiduidade. O caso dos camelôs é exemplar desta relação direta que se estabelece com o entorno próximo. Em Rio Branco, projetos de conversão de parte dos calçadões da área central em vias de circulação (visando melhorar o tráfego de veículos) foram vistos como ameaças diretas a este tipo trabalho, o que levou a mobilização destes comerciantes junto à prefeitura e câmara de vereadores, fazendo reivindicação política para que seu trabalho fosse levado em consideração (AZEVEDO, 2008 / Folha do Acre, 03/04/2008).

Existe uma série de trabalhos que são exclusivamente relacionados ao consumo local, que, muito ligados ao espaço do centro da cidade, configuram atividades banais e diretamente enquadradas como “informais”. A venda de frutas típicas da região, diretamente nas ruas (Foto 26), o comércio ambulante de bebidas e de diversos alimentos prontos (como é o caso das tradicionais tacacazeiras), de animais abatidos e pré-preparados (frangos), de produtos

medicinais locais (ervas, raízes e preparados), e também aqueles que recolhem materiais recicláveis, entre tantas outras atividades, tão facilmente encontrados no centro de Rio Branco, figuram como atividades que acabam por garantir renda a trabalhadores que, por suas próprias condições (sobretudo a “baixa qualificação” e por vezes também a idade já avançada), dificilmente encontrariam outro tipo de colocação no mercado²³⁴.



Foto 26. Comércio de frutas na rua, nas proximidades dos Mercados e Terminal de Transporte Urbano, centro de Rio Branco

Em todo o sudoeste amazônico as ruas da área central das cidades estão tomadas por trabalhadores que fazem uso direto do espaço público como meio de comercialização (Foto do autor, 07/2006).

No espaço da área central de Rio Branco, chamam a atenção atividades que se localizam em alguns mercados e camelódromos. O chamado “Mercado do Produtor” (ou ainda “Feira do Produtor”) e o mercado “Elias Mansur” acolhem principalmente atividades ligadas ao comércio de gêneros alimentícios, e são muitas vezes abastecidos diretamente por pequenos produtores da região. Pode-se observar constantemente o movimento de agricultores oferecendo pequenas quantidades produzidas no campo próximo, aumentando, aos sábados, o movimento de feirantes que inclui assentados em projetos de reforma agrária de Rio Branco e adjacências. O comércio de cereais, de frutas e verduras, carnes e peixes, e também de

²³⁴ Em 2008, quando houve mudança no sistema de transporte urbano, com o emprego da bilhetagem eletrônica (cartões), cerca de uma centena de trabalhadores que atuavam como “ficheiros” (vendendo passes de ônibus) nos arredores do terminal central de transporte urbano, perderam tal função. O problema teve repercussão em jornal local de Rio Branco, onde tais trabalhadores diziam não ter idéia de onde tirar o sustento no próximo mês (ARAÚJO, 2008 / Página 20, 21/02/2008).

gêneros típicos desta parte da Amazônia, aparecem como os principais produtos comercializados nestes espaços que são geridos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Uma estrutura bastante antiga (o chamado “Camelódromo 1”) acolhe um mercado em que pequenos boxes de madeira abrigam atividades variadas de comércio e serviços. A venda de utensílios domésticos, de remédios naturais, roupas, etc., divide espaço com serviços de cabeleireiros, sapateiros, etc. além de grande número das tradicionais pensões²³⁵ que servem refeições desde as primeiras horas da manhã até o início da tarde. A prefeitura cede os boxes mediante o pagamento de taxa mensal (cerca de R\$ 15,00, em janeiro de 2009).

Junto ao terminal de transporte urbano, um camelódromo mais recente acolhe uma diversidade de comércios e serviços. Indicando a atualização recente das atividades do circuito inferior no sudoeste amazônico, neste espaço cujos boxes possuem dimensões bastante reduzidas, são desenvolvidas atividades que incluem serviços de reparo em roupas, serviços de cabeleireiro e barbearia, conserto de equipamentos eletrônicos (inclusive computadores), chaveiro, reparo e venda de telefones celulares usados, serviços de cópias e de digitação, entre outros, indicando que os equipamentos e serviços técnicos modernos acabam, a seu modo, por figurar hoje entre as atividades do terciário pobre na cidade (Foto 27). As vendas também são as mais variadas, acolhendo principalmente mercadorias importadas e oferecendo a preços mais acessíveis eletroeletrônicos em boa parte oriundos das cidades comerciais da fronteira boliviana (informática, telefonia, presentes e brinquedos). Pode-se observar inclusive o uso de equipamentos que possibilitam a compra com cartões de crédito, em vários dos boxes, ainda que este serviço não seja muito generalizado.

²³⁵ No Acre, as chamadas “pensões” (estabelecimentos simples que servem refeições, alguns bastante precários), aparecem como nítido exemplo de “flexibilidade tropical”, já que muitos destes “restaurantes” ocupam espaços não pré-definidos (sem nenhuma infra-estrutura), presentes em grande parte dos mercados e dos espaços públicos que agregam as atividades de comércio e serviços populares. Ainda que as condições de higiene sejam no mais das vezes precárias, come-se barato (R\$ 4,00 a 5,00, em janeiro de 2009), junto aos locais de trabalho e nos horários mais diversos – como o trabalho nos rios e nos mercados começa muito cedo (a pesca, os carregamentos, etc.), podem-se observar pessoas fazendo refeições desde as 8 h. da manhã. Esta atividade é no mais das vezes muito imbricada às outras atividades do comércio pobre, já que os trabalhadores são seus clientes potenciais e as lojas próximas, ou mesmo os comerciantes que entregam a produção realizada no campo, normalmente abastecem tais pensões. Nos fins de tarde, pode-se observar em Cruzeiro do Sul a entrega por colonos de frangos vivos a estes estabelecimentos.

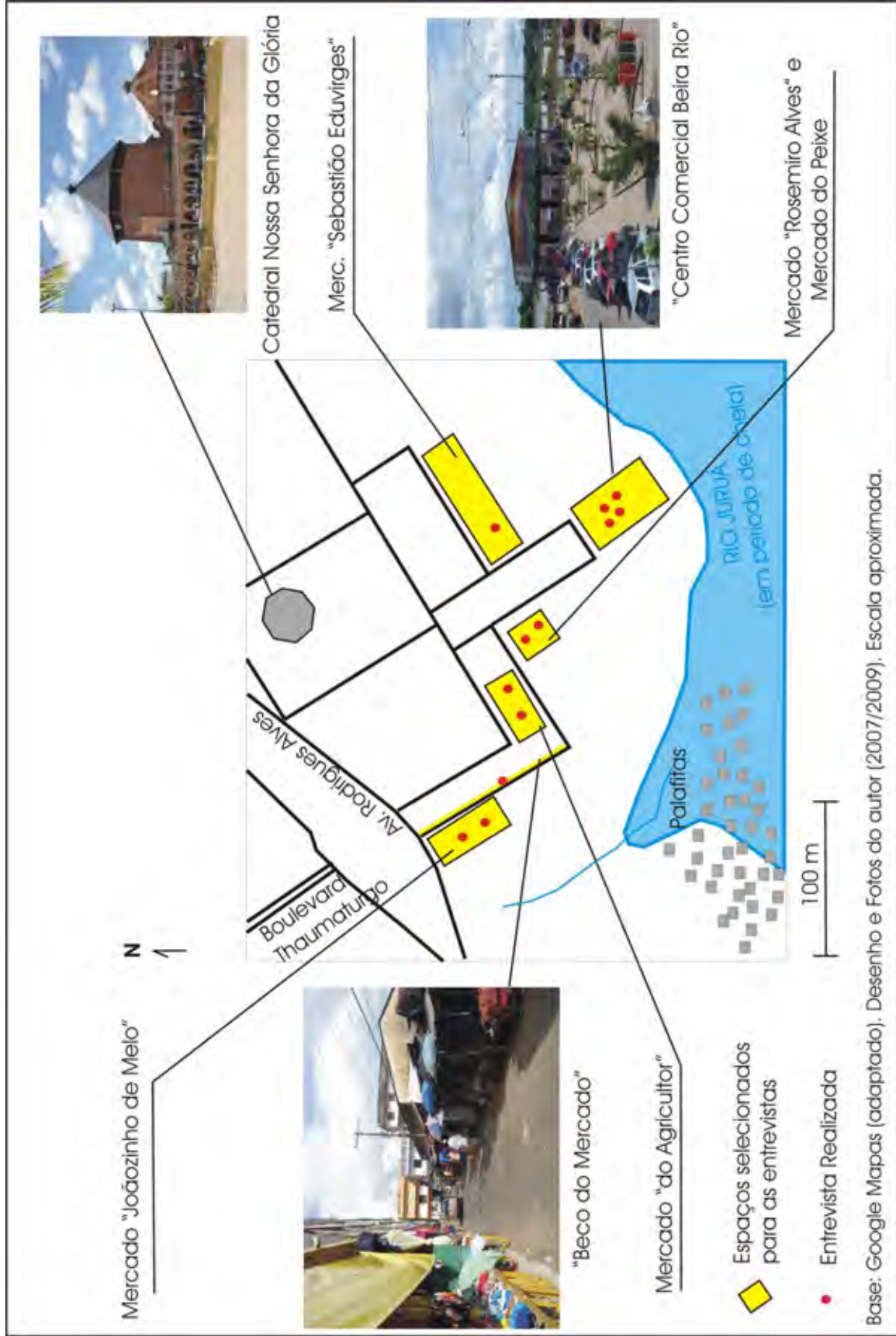


Foto 27. *Aspecto dos boxes de prestação de serviços no interior de camelódromo (no terminal de transporte urbano), centro de Rio Branco*

A oferta de serviços se diversifica nos espaços de ocupação mais recente deste terciário pobre. Serviços que envolvem as tecnologias de comunicação e o uso de equipamentos eletrônicos modernos passam a compor o rol das atividades do circuito pouco capitalizado da economia urbana na Amazônia (Foto do autor, janeiro de 2009).

Em Cruzeiro do Sul as atividades do circuito inferior da economia tomam feições particulares à sua própria formação territorial. É por isso que pensamos ser importante a inclusão deste município para a pesquisa empírica sobre o circuito inferior. Como o abastecimento é em grande parte realizado por via fluvial (rio Juruá), a chegada de mercadorias de fora exige toda uma articulação entre os lojistas alocando um alto investimento que, encarecendo seus preços, impossibilitam à parte importante da população o acesso ao seu consumo.

Daí explica-se a inexistência de grandes redes de supermercados, a permanência das lojas de pequeno porte e um vasto conjunto de atividades realizadas em mercados públicos que exatamente torna a análise do circuito inferior um tanto quanto diferenciada. Em que pese a existência de uma tipologia que contempla pequenos estabelecimentos de comércio e serviços e a atividade bastante diversificada de ambulantes, são mais uma vez os mercados públicos da área central de Cruzeiro do Sul que atendem grande parte do consumo da cidade e mesmo de todo o vale do Juruá (Croqui 3).



Croqui 3. Área central de Cruzeiro do Sul - locais de realização das entrevistas

São pelo menos sete os principais mercados administrados pela prefeitura – em uma hierarquia de idade das construções, temos alguns espaços mais antigos como o Mercado “Joãozinho de Melo” (barracão com mais de quarenta anos e que atualmente passa por processo de reforma), onde se encontram lojas de roupas, calçados, armarinhos, acessórios importados, bem como as tradicionais “pensões”; um prédio que data de 1978 e que abriga o chamado “Mercado do Produtor” (Foto 28), composto por cerca de vinte pequenos boxes construídos em madeira, onde se comercializam produtos regionais como a farinha de mandioca (principal produto) e cereais como arroz, milho, feijão, além de condimentos locais e também alguns produtos alimentícios industrializados; uma construção com cerca de trinta anos abriga o “Mercado do Cais”, com lojas um pouco maiores que a dos outros mercados e onde se encontram açougues, mercearias, pensões e lojas de artigos variados. Soma-se a estes também um antigo mercado voltado exclusivamente ao comércio de peixes, às margens do rio Juruá (quando na cheia), espaço este que fora recentemente alocado em um novo prédio.



Foto 28: *Mercado de farinha e produtos regionais, centro de Cruzeiro do Sul*

Vários dos mercados públicos de Cruzeiro do Sul constituem importante meio de distribuição da produção agrícola do vale do Juruá (Foto do autor, julho de 2007).

Na década de noventa, quando se avoluma o número de produtores e demais trabalhadores que comercializam nas ruas (ambulantes), alguns novos espaços começam a ser preparados para abrigar tais atividades. Em 2000 é inaugurado o Mercado Público “Sebastião Eduvirges”, um barracão que abriga em bancas (estruturas semi-abertas) comerciantes de frutas, legumes e verduras, bem como pequenas mercearias. Comerciantes que se utilizavam de bancas nas ruas (camelôs), junto ao Mercado “Joãozinho de Melo”, são transferidos para um mercado novo, instalado às margens do rio Juruá em 2008, que recebe a denominação de “Centro Comercial Beira Rio”. No mesmo ano inauguram-se as novas instalações do Mercado de Peixes e ainda uma nova estrutura voltada para pequenas lojas de produtos variados, que contempla um espaço exclusivo para receber as “pensões”, completando a lista dos principais mercados da cidade.

As relações de proximidade são estabelecidas entre fornecedores e comerciantes, sobretudo, na atividade ligada ao consumo dos gêneros alimentícios ou das manufaturas simples produzidas no entorno da cidade. Este é o caso de boa parte da produção vendida nos mercados públicos de Cruzeiro do Sul.

Na cidade, o comércio de gêneros agrícolas produzidos no vale do Juruá aparece com muita importância junto às atividades do terciário local. Pode-se facilmente encontrar colonos e ainda hoje também os chamados “marreteiros” (atravessadores entre produtor rural e comerciante), em negociação nos espaços dos mercados, combinando preços e prazos, fazendo entregas ou ainda recebendo pela mercadoria comercializada nos estabelecimentos da cidade. São estas relações entre os “mais próximos” que aparecem justamente como as relações mais “espessas”, porque acolhem uma lógica bastante diferenciada no que diz respeito aos acordos de negociação. Estas relações, ainda que inseridas no contexto capitalista das trocas, muitas vezes oportunizam um tipo de trabalho que valoriza a cooperação e a confiança mútuas.

10.3 O circuito inferior da economia e as dialéticas do território usado

10.3.1 Organização dos empreendimentos e natureza do capital e do trabalho

Em que pese termos de caracterizar as atividades do circuito inferior da economia urbana por aquilo que define mesmo a sua essência, ou seja – as formas de fabricação, comércio e serviços não modernas e não-“capital intensivo”, fornecidos à varejo e de pequena

dimensão e alcance (SANTOS, 2004a, p.40), independente de existirem enquanto empreendimentos “formais” perante aos órgãos públicos que normatizam a economia urbana, é preciso deixar claro que, ao menos para os dados que obtivemos a partir da realização das entrevistas e do preenchimento dos questionários, no sudoeste amazônico (tal como parece ser o caso de grande parte do território nacional), as atividades do circuito inferior são, em sua maioria, não participantes dos sistemas normativos ditos “formais” que regem a economia nacional. Configuram assim os chamados empreendimentos “informais”, ainda que expressamente “escancarados” na paisagem urbana, e responsáveis por quantidade muito expressiva da geração de trabalho e renda para a população. É o conjunto de atividades que escapa às estatísticas oficiais, próprias daquela parcela da sociedade que Milton Santos (2000, p.157) denominou “nação passiva”²³⁶. Nas palavras do autor,

A ‘nação passiva’ é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente, e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação *mora*, ali onde vive e evolui, enquanto que a outra (nação ativa) apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso (SANTOS, 2000, p.157).

Nas cidades em que realizamos o levantamento, são especialmente (mas não em todos os casos) os estabelecimentos que ocupam prédios comerciais em ruas e avenidas da área central, aqueles que funcionam com base nos aparatos legais (micro-empresa instituída, funcionários com registro em carteira de trabalho, com recolhimento obrigatório de impostos e encargos, etc.). Os “informais” aparecem como grande maioria (vide os Quadros Síntese em ANEXO), e ocupam desde espaços cedidos pelas prefeituras a pequenos prédios comerciais alugados. Há clara dificuldade em tornar tais atividades “formalizadas” do ponto de vista da economia legal (com o pagamento dos impostos, dos benefícios trabalhistas, com uso de contador, etc.), já que muitas vezes os recursos provenientes do trabalho são poucos e mal garantem os gastos familiares (no mais das vezes exclusivamente dependentes de tal atividade) e o próprio funcionamento do empreendimento. Em muitos casos também encontramos o emprego do trabalho familiar, assíduo ou não, demonstrando como estas atividades são potencialmente geradoras de trabalho.

²³⁶ “As atividades dessa nação passiva são freqüentemente marcadas pela contradição entre a exigência prática da conformidade, isto é, a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e inconformismo dos atores diante de resultados sempre limitados. Daí o encontro cotidiano de uma situação de inferiorização, tornada permanente, o que reforça em seus participantes a noção de escassez e convoca a uma reinterpretação da própria situação individual diante do lugar, do país e do mundo” (SANTOS, 2000, p.157).

O salário dos trabalhadores empregados nestas atividades, independentemente de terem ou não o registro em carteira, na grande maioria dos casos, alcança apenas o salário mínimo²³⁷ ou um pouco mais, sendo que aqueles empregados nos empreendimentos ditos “formais” acabam, no mais das vezes, também por receber benefícios como vale-transporte, e, às vezes, também o vale-refeição.

Ainda que à primeira vista possam figurar como pouco lucrativas, as atividades empreendidas no circuito inferior da economia parecem conferir melhores condições de trabalho e renda quando comparadas às situações de venda da força de trabalho. As ocupações anteriores de comerciantes e prestadores de serviços entrevistados são as mais variadas – desde antigos agricultores (revelando o processo de migração para as cidades), até os serviços de domésticas, vendedores e ambulantes, trabalhadores da construção civil, garimpeiros, entre outros. As atividades do circuito inferior também apareceram como a primeira e única experiência de trabalho de muitos entrevistados (desde os jovens até os mais velhos). No mais das vezes a ocupação atual aparece como muito mais vantajosa do que a condição de assalariado. As principais facilidades com este tipo de trabalho (especialmente no caso do trabalho autônomo) residem, como nos foi informado, na ausência da figura do patrão (empregador), da não obrigação em cumprir horários pré-definidos (muitos dos estabelecimentos entrevistados não possuem horários fixos de funcionamento), mas sobretudo na possibilidade de se trabalhar com o que se gosta, ou com o que melhor se sabe fazer (especialmente entre os prestadores de serviços).

Estrategicamente posicionados em espaços muito freqüentados pela população, especialmente a mais pobre (a população aparentemente de “baixa renda” apareceu, na maioria dos estabelecimentos entrevistados, como a principal classe consumidora), estas atividades estão relacionadas à própria configuração do meio ambiente construído, especialmente no que se refere à oferta de serviços públicos, como é o caso dos pontos das principais linhas de ônibus (Porto Velho), dos terminais urbanos (Rio Branco) ou mesmo conjugando estes equipamentos à proximidade com os pontos de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros nos rios (como é o caso das três cidades, mas sobretudo de Cruzeiro do Sul). O comércio ambulante também está muito relacionado à oferta destes serviços públicos de uso popular, ou ainda à presença de equipamentos coletivos como os templos religiosos, repartições públicas ou os dos serviços de saúde. Assim, o uso do ônibus

²³⁷ O salário mínimo no Brasil era de R\$ 415,00, quando da realização das entrevistas (janeiro de 2009). Boa parte dos empregadores informou que chega a pagar pouco mais do que um salário mínimo para os seus funcionários (cerca de R\$450,00).

como meio de transporte é bastante difundido entre os trabalhadores do circuito inferior, ainda que muitos tenham indicado o uso de veículos automotores próprios (sobretudo as motocicletas), utilizando-se também de transporte por bicicletas ou mesmo a pé²³⁸.

O trabalho “pouco intenso em capital” (SANTOS, 2004a) configura uma das características mais importantes do circuito inferior da economia urbana. Em que pese alguns comerciantes (especialmente os alocados em prédios comerciais e que mantêm uma organização dita “formal” do estabelecimento) terem indicado quantias relativamente grandes de capital empenhado quando da abertura de seus empreendimentos²³⁹, a grande maioria dos estabelecimentos analisados parecem ter iniciado suas atividades com empenho de muito pouco capital²⁴⁰ (vide os Quadros Síntese 1, 2 e 3, em ANEXO). Muitas vezes a aquisição do “ponto” comercial (ou a “compra das chaves”, como se costuma dizer no Acre), apresenta valores muito superiores àqueles inicialmente investidos em mercadorias ou insumos para a prestação de serviços. Em vários casos, o investimento inicial na atividade se aproxima do rendimento mensal que este proporciona ao seu proprietário, indicando a importância e mesmo em alguns casos a prevalência de um trabalho intenso frente ao pequeno capital mobilizado. Em quase todos os casos foi possível também observar algum crescimento (às vezes muito significativo) em termos comparativos entre o capital inicialmente empenhado e o capital atualmente investido, o que é relatado com muito orgulho por vários dos comerciantes entrevistados, fato este que indica a existência da possibilidade de alguma acumulação (ainda que pequena) entre estes pequenos empreendimentos na cidade.

Para além das mercadorias propriamente ditas (capital mobilizado para o funcionamento do negócio), são relativamente poucos os equipamentos utilizados pelas atividades do circuito inferior, variando muito de acordo com a natureza da atividade. A exceção ocorre principalmente com os estabelecimentos prestadores de serviços, onde o uso de pequenas máquinas (para reparos em relógios, celulares, etc.) é sempre necessário. O principal equipamento que parece estar de certo modo bastante difundido é o telefone, em especial os aparelhos de telefonia celular (no mais das vezes os pré-pagos). Flexíveis e de uso

²³⁸ Pudemos ouvir de um comerciante em Porto Velho que, mesmo morando distante, o uso do ônibus comprometeria em muito os ganhos diários obtidos no serviço, restando-lhe assim a bicicleta como única possibilidade de deslocamento.

²³⁹ Os maiores valores indicados foram os do empenho inicial de R\$ 30 a 40 mil para a abertura do empreendimento (loja de confecções), ou mesmo de um capital atual que se aproxima de R\$ 50 mil (uma mercearia) até R\$ 80 mil (uma loja de confecções), investidos em mercadorias nos estabelecimentos.

²⁴⁰ Em Porto Velho encontramos os exemplos mais extremos do quão pouco é necessário para o início das atividades no circuito inferior da economia – uma senhora nos disse ter iniciado a atividade de fabricação e venda de doces artesanais com cerca de R\$50,00, enquanto que um relojoeiro informou ter iniciado a atividade (nas ruas) apenas com algumas pulseiras de relógio (quantia próxima de R\$ 8,00, em moeda atual) e algumas ferramentas improvisadas.

mais controlado, o telefone celular, que teve na última década difusão generalizada no território e nos mais diferentes estratos da sociedade brasileira, apareceu como equipamento de trabalho em alguns dos estabelecimentos mais simples e pobres entre os que realizamos o levantamento, no mais das vezes usado tanto para as atividades de trabalho quanto para a comunicação com a família (e em muitos casos apenas para o recebimento de chamadas).

Um dado indicativo e bastante representativo das limitações financeiras das atividades do circuito inferior foi o baixo acesso aos financiamentos ou empréstimos públicos ou mesmo privados. Dentre os estabelecimentos entrevistados, são poucos aqueles que tomaram empréstimo em bancos ou financeiras, ao passo que a criação de linhas especiais para a oferta de crédito barato por instituições públicas aparece como o principal auxílio almejado pelos agentes deste circuito inferior. Apesar muitas vezes de um receio declarado de se tornarem inadimplentes, o principal fator de não acesso ao crédito reside especialmente na falta de garantias que tais pequenos negócios (“inexistentes” aos olhos da economia formal) podem oferecer às instituições bancárias, ou seja, há excesso de burocracia para aqueles que, por sua própria condição de existência, não podem participar ou usufruir dos benefícios públicos. É deste modo que recursos, normas e crédito acabam sendo excessivamente distribuídos e usufruídos apenas entre as atividades do circuito superior da economia.

10.3.2. *Espessura e abrangência da vida de relações a partir das redes comerciais*

Em que pese a existência de relações muito próximas entre agentes do próprio lugar para a realização de um conjunto bastante significativo de atividades no circuito inferior da economia no sudoeste amazônico, hoje, algumas das relações comerciais ganham um alcance maior, definindo abrangências territoriais mais vastas.

As relações de proximidade entre fornecedores e comerciantes podem ser encontradas, sobretudo, naquela atividade ligada ao consumo dos gêneros alimentícios ou das manufaturas simples produzidas no entorno das cidades. Este é o caso de boa parte da produção vendida em feiras ou nos mercados, como pudemos ver em Porto Velho (no Mercado Central e na feira realizada aos domingos), em Rio Branco (no Mercado do Produtor) e também em Cruzeiro do Sul (em diversos dos mercados municipais). Aliás, é em Cruzeiro do Sul, pelas dificuldades de transporte terrestre, que o comércio de uma produção próxima (a realizada no vale do Juruá, sobretudo de produtos não-industrializados) aparece com mais força, e muito ligado aos recursos locais. Assim, pode-se facilmente encontrar colonos e “marreteiros”

(atravessadores entre produtor rural e comerciante) em diversos mercados e feiras das capitais e do interior, fazendo entregas, combinando preços ou ainda recebendo pela mercadoria comercializada nos estabelecimentos da cidade. São estas relações entre os “mais próximos” que aparecem justamente como as mais “espessas”, porque acolhem uma lógica bastante diferenciada no que diz respeito aos acordos de negociação, como veremos em item próximo.

Indutores de movimento, a distribuição dos gêneros agrícolas oriundos do campo próximo acaba assim também por induzir práticas de um circuito superior marginal (SANTOS, 2004a), responsável pela tarefa de transporte. O movimento realizado pelos carros de aluguel é importante, já que colonos e agricultores familiares muitas vezes não possuem meios de transportar a produção. Colonos de projetos de assentamento de Rio Branco acabam por fretar, em conjunto, veículos para a entrega semanal da produção nos mercados do centro da cidade²⁴¹. Também em Cruzeiro do Sul pudemos observar o uso de caminhões e caminhonetes que, fretados pelos agricultores, realizam a entrega da produção, ao mesmo tempo em que servem de meio de transporte para aquilo que é adquirido na cidade.

Um movimento próximo realizado a partir dos rios aparece também com importância. É comum observar o movimento de gêneros agrícolas sendo realizado a partir dos rios Acre (Rio Branco) e sobretudo o Juruá (Cruzeiro do Sul), em direção aos mercados. Um conjunto de agricultores ribeirinhos utiliza-se deste meio de transporte como o principal modo de distribuição do que é produzido no entorno próximo. O comércio de peixes (frescos ou secos) também é indutor deste tipo de movimento (que inclusive têm início no estado do Amazonas), nas três cidades pesquisadas.

É no que tange à comercialização daquilo que não se produz na região que podemos, então, encontrar uma vida de relações reveladora de fluxos e redes tecidas entre agentes de diferentes portes e diferentes localizações no território nacional. Se a onipresença da metrópole paulista (que, deste modo, constitui-se como metrópole nacional) (SANTOS, 1993, 2008a) é muito notada nas atividades do circuito superior da economia (finanças e grandes empresas), o circuito inferior do sudoeste da Amazônia também é, em boa parte, tributário de uma produção que se realiza em São Paulo, ou de uma distribuição que se dá a partir de São Paulo.

A produção industrializada (de gêneros os mais diversos), e também alguns gêneros importados, são, em boa parte, oriundos de São Paulo. O alcance destas mercadorias é indutor

²⁴¹ Em julho 2006, pudemos observar esta prática no Pólo Agroflorestal Geraldo Mesquita, em Rio Branco. Ouvimos de um produtor que a comercialização da produção depende do empenho de vários colonos para a contratação conjunta de veículo que faça o transporte até a cidade, indicando a necessária solidariedade para que a produção se torne viável.

de um movimento que se realiza de formas muito diversas – foram informados nas entrevistas, por exemplo, o uso de transportadoras, o movimento realizado por revendedores, a realização de viagens pelos próprios comerciantes, o uso dos Correios ou ainda o de encomendas por transporte aéreo.

Em Porto Velho encontramos estabelecimentos e feiras de pequenos comerciantes que oferecem confecções exclusivamente adquiridas em Goiânia, cidade que aparece com bastante centralidade no que se refere à produção das confecções comercializadas na região, seguida por São Paulo e também, em alguns casos, de fornecedores deste tipo de produto localizados no Nordeste do país (Recife e Fortaleza). Este último caso parece resultar das relações estreitas entre os estados do sudoeste amazônico com estados do Nordeste, de onde vieram muitos migrantes.

Quanto ao comércio de gêneros industrializados importados (incluindo-se aqui as imitações), atividade muito típica do circuito inferior, o abastecimento se dá principalmente pelas cidades localizadas junto à fronteira com a Bolívia, que gozam de regimes especiais de importação (Áreas de Livre Comércio), como é o caso de Guayaramerín (Bolívia), junto à Guajará-mirim-RO, que abastece o mercado rondoniense; e Cobija (Bolívia), junto à Brasília-AC, cuja comercialização se estende pelo território acreano. Esta circulação de mercadorias importadas (especialmente acessórios eletrônicos, de vestuário, brinquedos, etc) adquiridas por menores preços, é importante para o abastecimento de pequenos estabelecimentos e de ambulantes nas cidades. Em Porto Velho encontramos anúncios de excursões para compras na Bolívia (Guayaramerín ou mesmo em Cobija), e tanto em Porto Velho como em Rio Branco, especialmente nos finais de semana, estas viagens até as cidades de fronteira podem ser feitas de taxi (no esquema de lotação). Disso, aparece também um conjunto de trabalhadores que se dedica à tarefa das compras para a revenda (“sacoleiros”), já que nem sempre os comerciantes podem realizar as viagens.

10.3.3. *A natureza das interações com os fornecedores e os consumidores*

As formas de relacionamento dos empreendimentos do circuito inferior da economia analisados no sudoeste amazônico, tanto no que diz respeito às relações com os fornecedores, quanto ao que se refere às relações com os consumidores dos produtos ou serviços ofertados, indicam um conjunto de estratégias muito particulares e caras à natureza destes tipos de atividades do terciário pobre. É marcante, por exemplo, a ausência quase total das práticas da

publicidade e propaganda, o que indica, de certo modo, que o conjunto dos consumidores é na sua maioria constituído pelas relações de conhecimento ou da coexistência das atividades no entorno próximo²⁴².

Começando pelas relações estabelecidas com os fornecedores, podemos observar que são justamente as interações tecidas entre aqueles atores mais “próximos” que aparecem como fundamentais ao funcionamento de tais atividades.

Foi-nos bastante comum encontrar, entre comerciantes de gêneros os mais diversos, situações em que os produtos industrializados são no mais das vezes adquiridos de fornecedores não conhecidos, por meio de boletos bancários, depósitos ou duplicatas (entregues por transportadoras); enquanto que para aquela produção realizada num meio próximo, e comercializada muitas vezes pelo próprio produtor (ou mesmo por um “marreteiro”), o relacionamento direto permite estabelecer laços de confiança, que resultam na combinação de prazos, ou seja, no pagamento adiado da produção adquirida (sem o uso de qualquer espécie de moeda). As vendas em consignação também aparecem em Rondônia e Acre, ganhando, em ambos os casos, uma denominação regional – paga-se ao fornecedor o “apurado”, ou seja, apenas a quantia referente àquilo que foi efetivamente vendido²⁴³.

Mas as relações de proximidade (e de aproximação) se dão de modo ainda mais significativo no que se refere à interação entre os consumidores. Por se tratarem de negócios de pequeno alcance e dimensão, há como estabelecer relações de confiança entre comerciantes e clientes. Se o uso do cheque como forma de moeda, aparece, atualmente, apenas de modo residual, boa parte dos estabelecimentos entrevistados nos informou que aceita cheque (à vista/pré-datado) quando este é fornecido por clientes já conhecidos.

No Brasil atual, onde a parcela mais pobre da população acaba de forma ou de outra participando de um maior consumo do crédito, a difusão dos terminais de cartões (crédito e débito), mesmo entre aqueles estabelecimentos menores e pouco capitalizados, aparece como um novo meio de pagamento (bem mais garantido do que o cheque), tal como pudemos observar principalmente nas capitais do sudoeste amazônico. Foi possível encontrar em camelódromos e nos mercados mais pobres de Rio Branco e Porto Velho a existência de máquinas que realizam o pagamento através de operadoras de cartões de crédito (sobretudo o cartão Visa), indicando que as modernidades operadas por grandes grupos do sistema

²⁴² Nas três cidades pesquisadas, dentre os muito poucos que informaram fazer ou já ter feito propaganda dos seus estabelecimentos, o meio de comunicação preferido é sobretudo o rádio. Publicações de circulação local e também as difundidas nas comunidades religiosas também aparecem como meio de divulgação destas atividades.

²⁴³ Em Cruzeiro do Sul, encontramos esta situação de pagamento do “apurado” no comércio de peixes, enquanto que em Porto Velho, o mesmo esquema é utilizado entre os que comercializam cópias de CDs e DVDs.

internacional de crédito financeiro se inserem atualmente no circuito inferior da economia, viabilizando o consumo (e o endividamento) da população mais pobre (Foto 29), facilitação da circulação esta que amplia as possibilidades de acumulação capitalista de tais agentes externos.



Foto 29. *Barraca de importados com faixa de propaganda de cartão de crédito*

As formas modernas do dinheiro e do crédito penetram as atividades do terciário pobre. Nas proximidades do camelódromo, área central de Porto Velho, barracas e boxes aceitam cartões de crédito e débito (Foto do autor, janeiro de 2009).

No entanto, como nem toda a classe de consumidores é capaz de participar (de modo vantajoso ou não) das formas modernas do dinheiro e do crédito, há lugar para a manutenção de relações outras, que, prescindindo das técnicas modernas de informação, ainda se encontram muito ancoradas nas práticas da solidariedade e da ajuda mútua. Nestes contextos de valorização de uma rede social pautada no conhecimento e na proximidade do Outro, o popular “fiado” continua a existir nas relações de troca realizadas no circuito inferior da economia no sudoeste da Amazônia.

Esta prática da fiação parece ocorrer de modo especial em Cruzeiro do Sul. Cidade menor, onde as relações com os fornecedores ocorrem muitas vezes de modo pessoal, especialmente com os agricultores ou pequenos atravessadores que repassam a produção aos comerciantes dos mercados, as relações de compra-venda tanto dos comerciantes junto aos produtores, quanto dos comerciantes junto ao consumidor final, são, nos parece, em boa parte,

realizadas com o uso de cadernetas (“fiado”)²⁴⁴. Um aspecto ainda importante quanto às atividades do circuito inferior em Cruzeiro do Sul é a quase inexistência da opção de pagamento com cartões de crédito.

Sobrevivendo a sucessivas modernizações e ao avanço da racionalização capitalista das relações sociais, estas formas de relações do circuito inferior, como reconhece Ana Clara Torres Ribeiro, são portadoras de

(...) uma capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas produções e comércios em que a negociação predomina sobre a conquista e a destruição do Outro. Existe, portanto, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado (RIBEIRO, 2005b, p.12.468).

10.3.4. *As relações de solidariedade e o cotidiano compartilhado no espaço do trabalho*

Em que pese serem constituídos no mais das vezes por ambientes degradados, cujo meio construído é em geral antigo, em condições precárias de uso e higiene, os espaços ocupados pelas atividades do circuito inferior da economia prestam-se, para além do trabalho, também para a distração e o lazer dos trabalhadores e frequentadores. Especialmente nos mercados, onde poucos estabelecimentos fecham para o almoço, é comum observarmos pessoas se alimentando e também dormindo (ainda que seja em espaços de poucos metros quadrados). É freqüente a presença de crianças ou parentes nos estabelecimentos, em boa parte dos mesmos se assiste televisão (algumas com aparelhos de vídeo-game), jogam-se partidas de baralho e outras diversões, são feitos trabalhos artesanais, lê-se a bíblia e ouvem-se músicas religiosas, etc.

Este espaço do trabalho também parece ser o espaço privilegiado para a troca de informação e para a comunicação e interação entre amigos e conhecidos. O tempo-espaço do trabalho é muitas vezes apropriado de modo lúdico, tal como se observa com as atividades desempenhadas por ambulantes ou mesmo naquele dos pequenos transportes realizados nos rios, reforçando as ligações das atividades com o meio no qual elas se realizam.

²⁴⁴ Coincidência ou não, dos doze estabelecimentos do circuito inferior entrevistados em Cruzeiro do Sul, nove responderam que aceitam com muita freqüência a compra através do “fiado”. Nenhum dos estabelecimentos entrevistados oferecia opção de pagamento com cartões de crédito. Em Porto Velho e em Rio Branco, onde a difusão dos cartões de crédito como opção de pagamento é maior nas atividades do terciário pobre, a compra através do “fiado” (com ou sem o uso de caderneta) é menor. Dos doze estabelecimentos entrevistados em ambas as capitais, informaram aceitar o “fiado” apenas dois em Rio Branco, e três em Porto Velho (Vide os Quadros Síntese 1, 2 e 3 em ANEXO).

Há solidariedade entre os trabalhadores no que se refere ao uso, por vezes, de alguns equipamentos, da facilitação do troco, da vigília às mercadorias quando é preciso ausentar-se (confiando-se aos amigos até mesmo as vendas), bem como a indicação aos clientes de mercadorias em estabelecimentos dos amigos, quando esta falta no próprio estabelecimento. Um novo indicativo desta solidariedade é a prática do empréstimo ou uso, muitas vezes, dos aparelhos de cartão de crédito, como encontramos em Rio Branco, ou ainda da venda mais barata realizada entre os comerciantes de um mesmo mercado, como pudemos encontrar em Cruzeiro do Sul²⁴⁵. Trata-se da existência de (múltiplas) ajudas mútuas, cuja prática é no mais das vezes fundamental para a existência e permanência destas atividades pobres.

10.3.5. *Planejamento urbano e as ações coercitivas do poder público*

No sudoeste da Amazônia, o poder público, sobretudo o municipal, realiza políticas de planejamento contendoras das atividades do terciário pobre, principalmente nos espaços centrais das cidades, repetindo práticas análogas de “reforma” ou mesmo da chamada “revitalização” urbana realizadas nas grandes cidades do país.

A atualização contemporânea do território é muito acompanhada destas políticas em várias das cidades da região. É o caso das práticas recentes de revitalização de áreas históricas do centro de Porto Velho e Rio Branco (em alguns casos com a intenção de tornar estes espaços de uso turístico), onde mercados, praças e espaços comumente utilizados por atividades do terciário pobre sofrem intervenções urbanísticas e reformas para adequação da mobilidade de pedestres, do trânsito, além das adequações paisagísticas.

Um exemplo significativo é a “revitalização” do “Mercado Velho” em Rio Branco e de algumas praças centrais da cidade, mas também da reforma e adequação de espaços considerados degradados em Porto Velho, como é o caso do “Mercado Central”, do “Mercado do Pescado”, ou ainda a remoção da chamada “Feira do Empreendedor Popular” para um espaço recém reformado, etc.

No caso do Mercado Velho de Rio Branco, com as reformas feitas em 2007, o espaço fora transformado em um dos principais atrativos turísticos da capital acreana, e incluiu a

²⁴⁵ Nas três cidades em que realizamos as entrevistas – Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, em que pese a quase totalidade dos trabalhadores do circuito inferior ter indicado a presença bastante próxima de estabelecimentos concorrentes, quase todos também acreditam existir “mercado para todos” (ainda que o lucro e o rendimento sejam muito poucos), ao mesmo tempo que afirmam conviver com os outros de forma harmoniosa e sem disputas acirradas junto aos consumidores.

redistribuição dos boxes e certa higienização do espaço. Em Porto Velho, onde desde 2008 a prefeitura reforma as instalações de um novo espaço (antigo Mercado do “Cai N’água”) para a remoção definitiva de barracas e camelôs que atualmente trabalham na “Feira do Empreendedor Popular”, a insatisfação de comerciantes é declarada²⁴⁶. Estas remoções ocorrem em grande parte para espaços mais equipados/organizados, mas, no entanto, muito menos freqüentados pela população.

Em Cruzeiro do Sul, o espaço do mais novo mercado – o “Centro Comercial Beira Rio”, inaugurado no início de 2008, fora concebido para receber os comerciantes que há cerca de trinta anos²⁴⁷ ocupavam o chamado “Beco do Mercado”, nas imediações do Mercado “Joãozinho de Melo” e do “Mercado do Produtor”. Este “Beco do Mercado” constituía uma das principais áreas de concentração destes ambulantes e de pequenas bancas construídas em madeira que serviam de “lojas” para produtos os mais variados (Foto 30).



Foto 30. “*Beco do Mercado*”, centro de Cruzeiro do Sul

Aspecto da rua, usada por camelôs e ambulantes, antes da remoção dos mesmos para o “Centro Comercial Beira Rio”, inaugurado em 2008 (Foto do autor, julho de 2007).

O novo “centro comercial” comporta oitenta boxes construídos em estruturas de ferro e mais sessenta mercearias construídas em bancas de alvenaria, muitos dos quais ainda não

²⁴⁶ Muito ligados ao meio próximo onde estão inseridos, a remoção de tais atividades é em muitos casos responsável pela sua total inviabilidade. É o que ocorre com vários trabalhadores que desistem dos novos espaços que recebem e voltam para as ruas em busca uma maior lucratividade de suas vendas ou serviços.

²⁴⁷ A remoção pela prefeitura de Cruzeiro do Sul, de camelôs e ambulantes para o novo Centro Comercial da cidade fora objeto de reportagem publicada no Jornal Página 20, Rio Branco, 4 de janeiro de 2008.

utilizadas ou já desprezadas por comerciantes insatisfeitos que, de imediato, voltaram às ruas²⁴⁸ (Foto 31).



Foto 31. Comércio em espaços precários do centro de Cruzeiro do Sul

Comerciantes não contemplados pela prefeitura ou descontentes com os novos espaços destinados às suas atividades continuam a usar ruas e vielas do centro da cidade (Foto do autor, janeiro de 2009).

O Mercado de Peixes recebe em 2008 novas instalações (alegando-se falta de organização e higiene) e também novos mecanismos de controle e de arrecadação de impostos sobre a mercadoria vendida. Deste modo, podemos concluir que a intenção de “organização” do espaço central da cidade teve como estratégia principal a remoção das atividades ditas “irracionais” para os espaços dos novos mercados, ainda que o território usado, de maneira alguma passivo, continue a impor suas próprias dinâmicas, refazendo-se a todo tempo. Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro,

O território não é inerte. Só os atores hegemônicos podem criar e difundir essa fantasia, já que não necessitam, ou não querem reconhecer explicitamente a ação do Outro. Aqueles que precisam construir condições de vida em contextos adversos não podem aderir a essa fantasia, que destrói a compreensão do jogo da política (RIBEIRO, 2003, p.37).

²⁴⁸ Em janeiro de 2009, durante trabalho de campo realizado na cidade, observamos vários boxes deste novo centro comercial que estavam lacrados pela prefeitura por falta de uso efetivo dos comerciantes (informações obtidas por trabalhadores do próprio lugar).

Ainda que resultantes de práticas as mais tradicionais da região, estas atividades do circuito pobre, sobretudo as enquadradas pelo poder público como “informais”, figuram comumente como ameaça ao faturamento dos comerciantes “formalizados” ou mesmo como um agente potencialmente perturbador da “ordem urbana” que hoje toma força no sudoeste amazônico. Em 2007, o presidente da Federação do Comércio do Estado do Acre (Fecomércio), em depoimento publicado em jornal de Rio Branco, ainda que reconhecendo tal problema como resultado da má distribuição de renda no país, reclamava das práticas do trabalho “irracional” que é realizado nas ruas e cobrava providências do governo, afirmando que “O comércio informal tem tomado uma dimensão incontrollável. O número de camelôs aumenta a cada dia e o poder público se mantém inerte, com pouca ação para combatê-lo” (CAMPOS, 2007 / Página 20, 06/12/2007). Em Porto Velho, os trabalhadores que comercializam nas ruas e praças, quando não têm suas mercadorias apreendidas, são constantemente ameaçados de despejo ou remoção pela prefeitura²⁴⁹. Trata-se novamente de um declarado conflito de classes, que ocorre no embate entre os que trabalham de forma “irregular” e aqueles que, resguardados pelo direito positivo e pela ordem formalmente estabelecida, ditam e desfrutam das normas que regem a “cidade organizada”.

10.4 As atividades não-modernas de transporte no meio urbano

Este circuito inferior da economia urbana no sudoeste da Amazônia promove uma intensa circulação (de trabalhadores, consumidores, mercadorias, etc.), movimento este em sua maioria restrito às dimensões das cidades ou entre localidades próximas. A densidade do movimento e da circulação, a vida de relações estabelecida e a dinâmica que as atividades do circuito inferior da economia promove, acabam por exigir a formação de um “circuito superior marginal” (SANTOS, 2004a) voltado para os serviços de transporte, que mobiliza quantidade expressiva de trabalhadores que desempenham tais atividades, especialmente nas capitais de estado. Pouco intensas em capital, e exigentes de um trabalho intenso, formas não-modernas e pouco intensas em tecnologia se organizam para a realização deste tipo de atividade.

²⁴⁹ Em Porto Velho, a imprensa noticia em abril de 2008 a desocupação, pelos camelôs, dos espaços de praças e das proximidades do Hospital de Base (Folha de Rondônia, 24/04/2008). Mercadorias comumente consideradas “piratas” ora ou outra também são apreendidos pela polícia em Porto Velho (Folha de Rondônia, 28/10/2007).

Nas capitais do sudoeste amazônico, a produção comercializada nas áreas centrais é muitas vezes transportada por pequenos automóveis utilitários, cujos serviços podem ser contratados nas proximidades dos mercados. Para o transporte de passageiros, frente à rigidez das linhas urbanas de ônibus, há, nas capitais e na maior parte das cidades de porte médio, uma proliferação dos serviços de moto-taxi, em parte regulamentados pelas prefeituras, em outros casos prestando serviços de forma “irregular” (estes existindo em praticamente todas as cidades).

María L. Silveira (2004, p.69) reconhece as agências de *motoboy* como uma das numerosas situações do circuito superior marginal na atualidade. Em Rondônia e Acre, em que pese ser este serviço na maioria das vezes desempenhado por trabalhadores autônomos (sem a mediação de uma agência), os serviços de transporte por motos e também os de moto-entrega se difundem nas cidades, haja vista a precariedade dos sistemas de transporte público e as exigências de fluidez também entre as atividades banais da economia urbana.

Em Rio Branco, por exemplo, são quinhentos os moto-taxistas cadastrados e regulamentados pela RBTrans, autarquia que cuida do transporte no município. Estes trabalhadores, que realizam atividade com veículo próprio, pagam à prefeitura uma taxa (cerca de R\$80,00) por mês e uma licença anual para o cadastro (mais de R\$ 300,00). Cada motoqueiro paga também pelo uso do “ponto” (R\$70,00 mensais), que atualmente existem em número de setenta, distribuídos na cidade (em sua maioria localizados em esquinas movimentadas do centro) (Foto 32)²⁵⁰.

Em Cruzeiro do Sul, onde a população urbana conta pouco mais de cinquenta mil habitantes, são 225 os moto-taxistas cadastrados pela prefeitura, regulamentados para a prestação de serviço de transporte. Em Porto Velho, onde já houve serviço regulamentado de moto-taxistas, atualmente tal atividade fora proibida, ainda que trabalhadores continuem a desempenhar tal função.

²⁵⁰ Em janeiro de 2009, um moto-taxista de Rio Branco nos informou que, dentre os que possuem licença na prefeitura e atuam em bons “pontos”, com trabalho durante todo o dia e parte da noite, pode-se ganhar até R\$1.500,00 no mês. O mesmo acredita que pelo menos mais quinhentos motoqueiros trabalhem sem o cadastro municipal.



Foto 32. *Ponto de moto-táxi em esquina do centro de Rio Branco*

Os serviços de moto-táxi e de moto-entrega tornam-se essenciais ao trabalho no meio urbano do sudoeste amazônico (Foto do autor, janeiro de 2009).

Mas é o trabalho de pequenos transportes e de movimentos próximos nos rios que chamam a atenção. É possível encontrarmos até os dias de hoje atividades muito ligadas ao uso dos rios como principal meio de deslocamento no interior da região. Se o transporte moderno com vistas à exportação que é realizado no rio Madeira (agora tornado hidrovia) se intensifica na última década, e de certo modo também no rio Juruá (com a instalação do novo porto em Cruzeiro do Sul), encontraremos também a coexistência de diferentes tipos de transporte hidroviário. Ao transporte hidroviário realizado de modo técnico (e o uso do território que ele implica), com o emprego de objetos tecnológicos e carregados de informação, orientado pelos raciocínios do lucro e da acumulação (no mais das vezes plenamente assistido pelo Estado), somam-se outros tipos de transporte realizados por homens comuns e em função de atividades banais, que fazem uso dos rios da Amazônia para aquelas atividades que ocorrem em função das necessidades propriamente locais, com estratégias claramente ligadas à existência da parcela mais pobre da população.

Estas formas de trabalho que num primeiro momento resistem à modernização e mesmo sugerem um tipo de movimento tecnicamente ultrapassado, continuam a figurar como atividades de extrema importância no cotidiano de várias comunidades que habitam o sudoeste da Amazônia. Temos aqui novamente manifesto o espaço banal, onde coexistem um uso do território feito em função da economia hegemônica mas que, ao mesmo tempo, é ocupado por atividades outras que encontram no território usado alento para as suas

necessidades cotidianas. Importantes cidades da sudoeste amazônico possuem forte ligação com os rios e os seus usos. Inclusive nas grandes cidades, como é o caso de Porto Velho e Rio Branco, a localização junto a cursos de grande ou médio porte garante trabalho e renda para uma população mais pobre que, de fato, tira proveito e sustento do rio e da água, através das mais diferentes atividades.

É o caso daqueles que se empenham, por exemplo, nas atividades de pesca, no trabalho de travessia de rios com pequenas embarcações, barqueiros que trafegam entre localidades que, no mais das vezes, não possuem ligações rodoviárias (como é o caso de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, no vale do Juruá, Acre), mas também aqueles trabalhadores do embarque/desembarque de cargas, os que reformam e constroem embarcações e mesmo as atividades complementares que surgem no entorno dos portos, tal como aparecem em Porto Velho, Rio Branco e também em Cruzeiro do Sul.

Ainda que, na maioria dos casos, as atividades ligadas ao trabalho do transporte e do movimento nos rios não sejam geradoras de riqueza material (garantindo às vezes somente o essencial para a sobrevivência), elas aparecem como formas de solidariedade e constituem importante ocupação para as parcelas pobres da população, que historicamente desempenham este tipo de trabalho.

Opondo-se à racionalidade instrumental dos movimentos realizados em função dos mercados distantes e que se fazem à custa de instrumentos e equipamentos técnicos modernos, os trabalhos simples realizados em função das necessidades locais nos rios do sudoeste da Amazônia até hoje continuam sendo, ao mesmo tempo, trabalho e vida misturados²⁵¹ (PEREIRA, 2008). A lista de exemplos é rica e variada. Em Porto Velho, para além do movimento realizado pelos grandes grupos do agronegócio que se utilizam das infra-estruturas do Porto Organizado e da hidrovía, o rio Madeira ainda é muito utilizado para o transporte de produtos voltados para o consumo que se realiza na própria região, movimentos estes feitos principalmente a partir de outro porto, de instalações bastante precárias, denominado “Cai N’água” (Foto 33).

²⁵¹ Em meados do século XX, Leandro Tocantins apresentou belos relatos das práticas sociais e o uso dos rios, muito das quais ainda hoje presentes nas atividades populares na região amazônica – “O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia Humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”, “O rio, sempre o rio unido ao homem, em associação quase mística (...), onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos” (TOCANTINS, 1961, p.251).



Foto 33. *Porto Cai N'água, rio Madeira, área central de Porto Velho*

De intenso movimento diário, o porto presta-se para o trabalho voltado ao transporte local/regional e também para a pesca. Ao fundo (à direita), instalações do mercado do pescado. (Foto do autor, janeiro de 2009).

As estatísticas deste pequeno porto não são contabilizadas; mas pelo menos duas vezes por semana, durante todo o ano, existem embarcações que partem deste porto com destino à Manaus, realizando transporte de passageiros e cargas (em viagem que leva dois dias e meio), acessível à maior parte da população porque mais barata do que as realizadas por avião²⁵².

A pequena produção agrícola praticada por ribeirinhos no Acre também utiliza dos rios como forma de escoamento da produção para a comercialização nas cidades. Mesmo em Rio Branco se pode observar o transporte, em embarcações pequenas e simples, de gêneros agrícolas (mandioca, abacaxi e principalmente a banana), que são comercializados nos mercados do centro da capital (Foto 34). No período das cheias, pequenas embarcações sobem o Amazonas e o Purus para o fornecimento de pescado aos comerciantes do mercado de Rio Branco.

²⁵² Dois grandes barcos realizam as viagens mais longas, com destino à Manaus, com paradas nas localidades de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Borba e Nova Olinda do Norte (no estado de Amazonas), transportando passageiros e cargas que incluem desde gêneros agrícolas até automóveis. Cerca de meia dúzia de pequenas empresas agenciam os passageiros e o transporte de cargas, cobrando no trecho Porto Velho-Manaus R\$150,00 por passageiro, com acomodação em rede e incluindo a alimentação (janeiro de 2009).



Foto 34. *Pequenas embarcações no rio Acre, área central de Rio Branco*

O movimento de gentes e pequenas cargas nos rios continua hoje a ter importância, sobretudo para as populações que desempenham atividades simples e ligadas à economia local (Foto do autor, julho de 2006)

Em Cruzeiro do Sul-AC, dada a dificuldade com o transporte terrestre e o isolamento total por terra nos períodos de chuva, as situações de uso do rio como condição e alento para a realização da economia local toma aspectos ainda mais ricos e variados. Na porção central de Cruzeiro do Sul, às margens do rio Juruá, a montante dos portos que realizam o transporte organizado de cargas, existe uma espécie de “porto popular” (marcado pela ausência de infraestrutura e de qualquer tipo de administração), portador de intenso movimento de pequenos caminhões e carros embarcando e desembarcando todo o tipo de cargas (especialmente a farinha de mandioca, pescados e frutas), em pequenos barcos ou mesmo em catraias (um tipo de canoa) (Foto 35). Um grupo de canoieiros organizados realiza a travessia do rio Juruá (cobra-se R\$1,00), que divide um bairro do restante da cidade. O movimento de pescadores em embarcações muito simples também é grande, de onde o pescado é levado para o mercado na cidade. Deste porto popular também partem os barcos que transportam passageiros e cargas até pequenas cidades no interior da floresta, como é o caso de Porto Walter (dois dias de viagem) e Marechal Thaumaturgo (três dias)²⁵³.

²⁵³ No período de cheia, que corresponde aos meses de novembro a abril, o nível das águas no rio Juruá permite a navegação de balsas e barcos com capacidade para até 800 toneladas com destino à cidade de Porto Walter, e 250 toneladas até a cidade Marechal Thaumaturgo, mas a capacidade de transporte cai para 10 e 4 toneladas, respectivamente, no período de águas baixas (ACRE, 2006). Este fato é importante, pois tais municípios não possuem nenhum tipo de ligação rodoviária, sendo o transporte fluvial o mais usado, já que o transporte aéreo, operado por pequenos aviões, é caro e seletivo.



Foto 35. O “porto popular” e o trabalho simples da economia local em Cruzeiro do Sul

Caminhão e canoas realizam o transporte de farinha e banana no rio Juruá, em época de vazante, na área central de Cruzeiro do Sul (Foto do autor, julho de 2007).

Estes pequenos e precários portos de uso popular no sudoeste amazônico, ao mesmo tempo que são animados pelas atividades simples da economia, também animam um circuito inferior que ocorre em espaços que lhes são adjacentes. Pequenos estabelecimentos improvisados, um comércio ambulante, o agenciamento para a prestação de serviços, etc. criam uma paisagem peculiar no seu entorno, tal como já houvera reconhecido Santos (1959, p.73), cuja organização pressupõe uma solidariedade de funções e agentes nos espaços do centro da cidade.

Estas formas de solidariedade que se estabelecem para um trabalho que ao mesmo tempo alimenta e carece dos movimentos necessários à vida do próprio lugar estão, intrinsecamente, presos a um tempo que também é o tempo do próprio lugar, aquele tempo que lhe interessa de modo mais direto. É um tempo que não exige a pressa instigada pelo acontecer hierárquico e distante (SANTOS, 1994, 1996), um tempo e trabalho de “homens lentos”, construído e praticado sobre objetos coletivos que não são passíveis do estranhamento e da reificação comuns aos objetos e espaços alienados que se estabelecem em função de finalidades das lógicas distantes e endereçados apenas para uma seleta classe de agentes econômicos.

10.5 Cidade, horizontalidades, espaço banal

Hoje, também no sudoeste da Amazônia, a cidade é, mais do que o campo, capaz de melhor acolher as atividades e os agentes mais pobres. Na cidade, mesmo quem não é moderno e não se integra aos circuitos hegemônicos da economia também possui o seu lugar²⁵⁴ (SILVEIRA, 2004). Destarte, “(...) pode-se afirmar que o crescimento econômico e o desenvolvimento do circuito inferior ocorrem de maneira paralela. Portanto, o crescimento – ou, de toda forma, o crescimento tal como ainda é comumente definido – não aparece como processo capaz de eliminar a pobreza” (SANTOS, 2003b, p.174). Portanto, a modernização das estruturas produtivas e a inserção das atividades de serviços e do consumo modernos, caros à atualização recente do território, acabam por promover a ampliação das atividades pobres da economia nas cidades do sudoeste amazônico.

O chamado circuito inferior da economia revela deste modo a presença e a força das atividades banais, as lógicas horizontais que conformam a vida de uma importante parte da sociedade. Daí a necessidade de reconhecermos, no espaço banal, a ação daqueles que, nos seus passos lentos, são capazes de construir mecanismos elaborados de relações sociais, portadoras de dimensões que superam a racionalidade da economia hegemônica. Outras dinâmicas, outros ritmos de tempo estabelecidos por laços fortes de confiança e solidariedade constituem e organizam espaços da cidade que, muito ligados aos espaços e bens públicos, aparecem como portadores da possibilidade de uma manifestação política; um fermento político que alimenta o desejo de procura por “bens infinitos” (cooperação, solidariedade e liberdade), muito mais do que o acesso a bens materiais/finitos (SANTOS, 2009, p.2). É assim que, “Se pobres, homens comuns, os homens ‘lentos’ acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo” (SANTOS, 1994c, p.85).

Estas atividades se encontram hoje, de certo modo, constantemente ameaçadas. A negação de um planejamento urbano pensado para todos na cidade, que reconheça a condição de um meio construído que acolha estas atividades pobres, e mesmo também uma nova

²⁵⁴ “Conjunto de todos os instrumentos de trabalho e de todas as formas de fazer, a cidade somente poderá ser entendida ao considerar a coexistência de divisões do trabalho. A cidade não é apenas o reino das grandes corporações e dos grandes bancos, o reino do circuito superior, mas também o lugar do trabalho não-especializado, das produções e serviços banais, das ações ligadas aos consumos populares – aquelas necessidades criadas pelo nosso tempo mas cuja resposta não é dada a todos pela economia hegemônica” (SILVEIRA, 2004, p.60).

captura destes espaços populares pelos projetos de renovação urbana, como pudemos observar em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Porto Velho, acabam por vezes por tirar a força de tais atividades, ainda que as mesmas resistam e se refaçam de modo a permitir a sobrevivência daqueles mais lentos, que aparecem tantas vezes aos olhos da economia hegemônica e do poder público como “irracionais”.

Estas atividades pobres da economia urbana (circuito inferior) configuram possibilidades de contraposição às práticas hegemônicas (circuito superior) despreocupadas com as condições daqueles que aparecem como mais fracos, daí a sua importância. Elas constituem mesmo o que Ana Clara Torres Ribeiro (2005b, p.12468) denominou “mercado socialmente necessário”, indispensável para que reconheçamos outras possibilidades de trocas econômicas para além da concepção hegemônica de mercado, tantas vezes apresentada como única saída para o crescimento e desenvolvimento.

Se abrigo para tais atividades, o espaço banal figura ao mesmo tempo como um “abrigo desassistido”, já que o poder público no mais das vezes fecha os olhos e também se cala frente às demandas da população pobre e das atividades pobres que esta desempenha. Nas palavras de Milton Santos,

Nesse espaço banal, a ação atual do Estado, além das suas funções igualmente banais, é limitada. Na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção. O fato de que o Estado se preocupe sobretudo com o desempenho das macroempresas, às quais oferece regras de natureza geral que desconhecem particularidades criadas a partir do meio geográfico, leva à ampliação das verticalidades, e, paralelamente, permite o aprofundamento da personalidade das horizontalidades (SANTOS, 2000).

Temos assim de pensar estratégias políticas para que estas atividades econômicas banais que asseguram a existência dos mais pobres não sejam extirpadas pelas estratégias de acumulação dos agentes externos ao lugar.

REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto ao longo da análise do conjunto de transformações que se vem processando como “atualização do território” no sudoeste amazônico, cabe, agora, um esforço de elaboração de uma síntese que, oportunamente, apareça ao mesmo tempo como uma explicação e uma interpretação das situações pesquisadas.

Com a pretensão de construirmos um enfoque totalizador, capaz de captar o movimento mesmo da totalidade como processo permanente de transformação, buscamos elencar e avaliar as estratégias de atualização dos sistemas de objetos, normas e ações na região estudada.

Se fora necessário um esforço de seleção e hierarquização dos elementos e variáveis da situação estudada, nos parece imprescindível um esforço para compreensão do processo de transformação geográfica como totalidade dinâmica, totalidade em processo de totalização²⁵⁵. Visto assim, o processo de atualização do território no sudoeste amazônico é um processo dinâmico regido ora por lógicas exógenas que inserem na região os nexos verticais da economia capitalista, ora por dialéticas endógenas que, resistindo e se opondo à racionalidade das ações hegemônicas, oferecem oportunidades outras de uso do território, recriando, contraditória e complementarmente, outros tipos de solidariedades (locais e horizontais) no território.

Podemos de logo concluir que, se os esforços de atualização do meio geográfico no sudoeste amazônico, organizados e usados prioritariamente para a ação de projetos privados, configuraram um território regido por uma lógica corporativa, é preciso também reconhecer que o Estado (poder público em suas diferentes instâncias), participa de forma direta na viabilização dessa atualização territorial seletiva.

Os esforços políticos de dominação e de efetiva ocupação do sudoeste amazônico no início do século passado, bem como os constantes esforços para um primeiro conjunto de adaptações técnicas para a exploração da borracha (como no caso da Estrada de Ferro Madeira Mamoré), são exemplos das políticas que historicamente têm privilegiado tal uso corporativo do território brasileiro. Em meados do século XX, quando uma ideologia desenvolvimentista forja um projeto político nacional de ocupação da “fronteira” interna,

²⁵⁵ “O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo” (SANTOS, 1985, p.5).

novas investidas do Estado acabam por dotar o sudoeste amazônico dos recursos indispensáveis à sua integração técnica e econômica ao território nacional, tal como foram os casos da construção da BR-364, da apologia ao movimento migratório via os projetos de colonização, do imperativo da racionalização econômica que fora traduzida na exploração de recursos florestais e minerais, ao mesmo tempo em que se inicia uma ocupação novamente pautada na injusta estrutura fundiária das grandes propriedades.

A reprodução das velhas estruturas e injustas relações sociais capitalistas persiste também quando o Estado (quer os governos militares, quer os civis) adota políticas de atualização do território tais como a instalação de sistemas de telecomunicação, de geração de energia, de instrumentalização das atividades agropecuárias e mesmo da criação de núcleos urbanos, e ainda que tais políticas se exerçam de modo lento e programado, seus fundamentos persistem em atender apenas aos interesses de uma minoria privilegiada em termos de acesso aos recursos públicos e privados, às informações estratégicas e à disponibilidade do aparelho estatal.

Recentemente, e sobretudo a partir da década de noventa, quando reconhecemos a fase contemporânea do processo de atualização territorial, permanecem estratégias ainda mais hierárquicas de instrumentalização e uso do território, tudo seguindo a mesma lógica, a mesma racionalidade econômica presidida novamente por agentes externos e também com amplo apoio do poder público. Uma incisiva renovação e expansão dos macro-sistemas técnicos (cujo exemplo mais significativo é a viabilização da hidrovía do Madeira), somada a um novo conjunto de normas, tanto aquelas que garantem a suposta e indispensável “reserva” de natureza (mas também a sua apropriação e exploração corporativas), quanto aquelas que diretamente garantem uma acumulação facilitada (incentivos fiscais), acabam por permitir mais uma vez a atualização seletiva e um uso privilegiado do território no campo moderno e num meio urbano que se instrumentaliza e oferece serviços de nova qualidade. São as novas verticalidades (SANTOS, 1994, 1996) que, presididas por um comando e uma lógica exógenos, perturbam e refazem a constituição prévia do território usado.

É isto o que acontece com uma agricultura que ganha caráter de moderna e internacionalizada, principalmente com o cultivo da soja e com o estabelecimento de todo um aparato técnico que dá suporte à sua produção e circulação no estado de Rondônia, com a inserção na região de grandes grupos nacionais (André Maggi) e estrangeiros (Cargill) que comandam o circuito produtivo das *commodities* no país. Neste campo tão moderno e carregado de ciência e de informação, podemos reconhecer aquilo que Santos e Silveira (2001) denominam manchas ou ilhas do meio técnico-científico-informacional, nesta parte

periférica e pouco densa do território brasileiro. Ao mesmo tempo, esta agricultura moderna de exportação caracteriza a constituição de um espaço alienado, alheio às necessidades propriamente locais, já que aceita submeter-se a projetos e a finalidades estranhas e as toma como uma “finalidade verdadeira”, como “único projeto”. É assim que “(...) as noções de alienação e de mistificação não têm precisamente sentido senão na medida em que roubam os fins e os desqualificam” (SARTRE, 1979, p.130).

Há que se destacar a capacidade e perspicácia com que os atores hegemônicos criam, atualmente, discursos capazes de fazer proliferar uma psicosfera que legitima a modernização perversa e a atualização hierárquica do território, ao mesmo tempo em que são capazes de criar territorialidades próprias e orientar projetos de uma elite (local e também externa), que disseminam uma alienação territorial (SANTOS, 1994b; RIBEIRO, 2005a) capaz de fazer aceitar tais processos, por mais que a riqueza seja desigualmente distribuída e que a sociedade seja desigualmente atendida em suas demandas mais prementes. É a disseminação, nos espaços mais remotos do território, de uma lógica da eficiência e da competitividade, muito orientada por razões externas que viabilizam a acumulação concentrada e corporativa dos recursos, que invertem as suas finalidades.

Como ser moderno e atual hoje sem nos preocuparmos com a “questão ambiental”? Numa outra face do processo de atualização, a tônica do discurso de modernização acaba por fazer multiplicar as normas ambientais, distorce o planejamento e qualquer possibilidade de um projeto político para o território usado e os transforma em um zoneamento calcado no meio físico, que tantas vezes aceita e operacionaliza um uso dos recursos da floresta que é apropriado de modo vantajoso apenas por empresas externas à região ou mesmo estrangeiras (as que mais lucram), tal como ocorre tanto no Acre quanto em Rondônia. A pecuária também aparece como atividade revigorada, visto que agora se presta a um comércio que é feito para além da escala do território nacional. Em outras palavras, tudo o que prospera e é compreendido como moderno e atual tem origem e se orienta num projeto político neoliberal arquitetado por uma oligarquia internacional que usa e abusa dos territórios nacionais que restam vulneráveis às instabilidades e persistentes crises do processo de exploração capitalista. A instabilidade característica do uso do território realizado em função da acumulação corporativa pode ser claramente denunciada a partir de projetos que, muito recentemente, incentivam e promovem a inserção do plantio da cana-de-açúcar e de usinas (para a fabricação do álcool), que amplamente desfrutam de incentivos fiscais e territoriais estrategicamente elaborados para a atração do investimento privado, como se tal medida fosse, por si só, capaz de garantir o desenvolvimento do país.

No espaço das cidades, o processo recente de atualização permite com que a racionalidade das empresas hegemônicas se insira numa região que há tão pouco tempo era considerada extremamente pobre e pouco funcional à economia do país, indicando que as estratégias de exploração capitalista do território se alargam e atingem os cantos mais remotos do Brasil, como é o caso dos serviços modernos de telecomunicação, da inserção nestes estados de redes de varejo e de sistemas de franquias, disseminando, de modo seletivo, o consumo moderno na região.

Ainda que o Estado ofereça as bases normativas e também o apoio técnico e financeiro para tal instrumentalização, a atualização recente do território acaba por promover um aprofundamento das desigualdades territoriais e sociais no interior do sudoeste amazônico.

O sistema urbano local, com uma rede de cidades desigualmente equipada e socialmente fragmentada, é manifestação acabada da perversidade do modo de desenvolvimento capitalista atual. Como a atuação do Estado, em consonância com a lógica de ação das grandes corporações é territorialmente seletiva, são as capitais (Porto Velho e Rio Branco) e alguns espaços mais tecnicamente preparados para as atividades modernas do campo, que recebem os investimentos e acolhem os empreendimentos capazes de oferecer de modo mais vantajoso os lucros que interessam aos agentes hegemônicos externos. A emergência da cidade do campo moderno, como é o caso de Vilhena, em Rondônia, e mesmo de cidades locais renovadas pela atividade agrícola de exportação, exemplificam tal lógica corporativa de uso do território, reforçando os nexos com uma economia e uma política que são desenhadas em escalas distantes, ao mesmo tempo em que se renovam de forma despótica as práticas pretéritas do trabalho no lugar, perturbando-as. Há que se pensar e privilegiar novas possibilidades de uma agricultura e de um uso do território que promova sociabilidades e solidariedades outras, um território que se preste, aos habitantes do lugar e da nação como um todo, de forma mais generosa.

Estas situações que presentemente ocorrem no sudoeste da Amazônia confirmam nossas suposições, indicando um casamento perfeito entre o Estado, que assume um projeto de gestão com vistas à lógica financeira e aos mandos corporativos, e as empresas privadas, que a todo tempo ensaiam mecanismos de apropriação cada vez mais vantajosa do território como recurso.

Assim, e depois da análise que fora empreendida, nossa tese de que a atualização recente do território no sudoeste amazônico resulta de um processo limitado de modernização, pode ser corroborada. Modernização limitada porque nega a experiência social prévia acumulada no lugar, impõe-se como única saída para todos os problemas, mas refere-se

apenas às práticas e interesses corporativos que, por sua vez, inserem no território a perversidade típica do período de globalização atual, cujo equipamento privilegiado de objetos, ações e normas é capaz de operacionalizar, nos lugares, a ação mais eficiente daqueles agentes que, investidos de força política e cobertos da razão econômica, portam o discurso e a prática dessa modernidade seletiva e corporativa que presenciamos hoje²⁵⁶. É assim que, como adverte Ana Clara Torres Ribeiro,

Na atual modernização, não se promete mais a integração social, a equalização da capacidade (individual e familiar) do consumo e nem a redução das desigualdades regionais. Ao contrário, estimula-se a competição entre localidades por investimentos externos e, a oferta do território e da cultura como moedas de troca na atração do olhar estrangeiro (RIBEIRO, 2005a, p.266).

No sudoeste amazônico, o processo de atualização territorial, face material mais direta desta modernização perversa, é, deste modo, muito indicativo de que os nexos da dependência e da subordinação do lugar às lógicas externas, interesseiras e particularistas, tornam-se ainda mais potentes. Tal atualização não se explica pelo próprio lugar e não se encerra nele mesmo, opera um projeto que se pretende único e que, se por vezes pode aparecer como um processo portador do “desenvolvimento”, ao mesmo tempo tantas vezes nega, ao próprio lugar, a construção de um pensamento autônomo e de possibilidades outras para o futuro. Esta atualização territorial recente presta-se assim para funcionalizar a economia e a acumulação corporativa e concentrada, é um conjunto de objetos, normas e ações perfeitos que funcionalizam a racionalidade corporativa e egoísta, fazendo emergir um uso pragmático do território. “Desse modo, a economia tende a se apresentar como uma técnica a mais, voltada exclusivamente para as mais diversas modalidades de maximização do chamado econômico, escondendo a sua condição de ser um meio e erigindo-o em verdadeira finalidade” (SANTOS, 1987, 2007, p.17), ao mesmo tempo em que ocorre uma “(...) exaltação do mercado como sucedâneo da busca da felicidade” (MATOS, 2006a, p.68).

Tais constatações nos permitem concluir que, para além da racionalização do meio geográfico nos espaços muito densos em objetos técnicos e mais funcionais à ação estratégica do capitalismo contemporâneo, podemos reconhecer que, hoje, os espaços opacos e de menor concretude territorial também são alvo de um “desencantamento do espaço geográfico”

²⁵⁶ As palavras de Habermas são aqui, também muito elucidativas do processo perverso que hoje assistimos - “A modernidade não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, *ela tem de extrair de si mesma a sua normatividade*. A modernidade vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios. Isso explica a suscetibilidade da sua autocompreensão, a dinâmica das tentativas de afirmar-se por si mesma, que prosseguem sem descanso até os nossos dias” (HABERMAS, 2000, p.12) (grifos no original).

(SANTOS, 1996, p.241), cujo teor de racionalização é muito sujeito a regras preestabelecidas que ditam os projetos de ação e os usos do território.

Entretanto, como também adverte Milton Santos, “A sociedade é mais que a economia” (SANTOS, 2007, p.121), e não podemos deixar de considerar outras possibilidades insurgentes no território usado. Modernidades e razão instrumental não alcançam todas as atividades produtivas e nem todos os lugares. Como a dimensão do espaço econômico é muito mais estreita e rasa que aquela do espaço banal, só uma análise que contemple o espaço geográfico como um todo é capaz de reconhecer a complexidade do território usado e a riqueza de situações onde encontramos, para além de um uso do território estrategicamente pensado em função da economia hegemônica e da acumulação corporativa, outras possibilidades de vida se realizando lá onde o território funciona e é tomado como um abrigo (SANTOS, 2000), possibilidades estas que, contraditoriamente, deveriam mesmo figurar como alvo de políticas de Estado.

Mesmo que a todo tempo expostos a uma captura mercantil dos recursos, das ideologias e do próprio território, é inegável a existência de um conflito de racionalidades entre os homens lentos frente às regras e imposições do projeto hierárquico de atualização territorial. É assim que podemos entender que o território tem de ser visto “(...) como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999b, p.19).

É o que encontramos no sudoeste amazônico quando nos damos conta da totalidade do espaço e reconhecemos que, a despeito da divisão do trabalho despoticamente imposta de fora, e tão exigente desta atualização territorial que ocorre no período atual, uma outra divisão do trabalho se realiza, movida pelas necessidades de sobrevivência da maioria da sociedade, a partir do próprio lugar. “Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas” (SANTOS, 2006, p.109).

No espaço dos homens lentos e a partir das demandas de sua própria existência, outras práticas sociais são capazes de estabelecer horizontalidades, ou seja, ações que valorizam a dimensão e a escala do próprio lugar onde ocorrem, onde também se estabelece, na contigüidade, uma solidariedade capaz de encontrar soluções para os problemas que afligem diretamente aqueles que não participam ativa e vantajosamente do processo seletivo da acumulação ampliada do capital. O território funciona aqui como um verdadeiro abrigo,

porque acolhe e nutre estas atividades sem a necessidade de inserção de novos objetos técnicos, normas racionalmente elaboradas ou adição de grandes capitais, elementos estes tão necessários à viabilização das ações hegemônicas.

A compreensão deste espaço banal, espaço de todos, exige que reconheçamos ações outras que, diferentes daquelas praticadas pelos macroatores da economia, denotam formas diferentes de uso do território para o trabalho. Em outros termos, o mesmo espaço que é alvo de um uso estratégico e racionalmente elaborado, pode por vezes aparecer como condição de manutenção de uma série de outras atividades que, sem a importância política e econômica que normalmente caracterizam as ações hegemônicas, presta-se para a sobrevivência de agentes outros. A questão se torna clara quando tomamos as situações empíricas que podem ser encontradas também no sudoeste da Amazônia.

Frente aos objetos técnicos e à racionalidade da economia e da informação hegemônicas que presidem o projeto da agricultura moderna de exportação, continuam a existir as práticas de uma agricultura não-moderna e pouco capitalizada, realizada em função das necessidades locais, escassa em objetos técnicos elaborados, mas intensa em trabalho e portadora de saberes locais que aparecem como base indispensável à sua sobrevivência. Estas atividades da reprodução simples no campo, ainda que tão pouco assistidas pelo poder público, aparecem hoje mais densas – aumentam o número de assentamentos e estes congregam mais gentes, continuam as disputas por novos espaços para este tipo de trabalho, movimentos sociais constituem normas outras e refazem a lógica de uso do território a seu próprio modo, são fortalecidas cada vez mais as suas interações com as atividades urbanas simples (circuito inferior) e com o espaço das cidades.

O meio urbano é, ainda mais, portador de uma dinâmica que demonstra a força e as possibilidades desta divisão do trabalho que se dá em função do próprio lugar. Ainda que apareçam tantas vezes como “irracionalidades”, estas atividades de uma economia que se processa de “baixo para cima” aparecem como de extrema importância para a solução das demandas insatisfeitas (SILVEIRA, 2007a, p.8), para a criação de trabalho e renda entre aqueles que não se incluem no circuito moderno da economia hegemônica. Ao mesmo tempo, as atividades do circuito inferior da economia urbana indicam que, para além da racionalidade hegemônica do capital, há como se preservar um trabalho que comporta a solidariedade de gentes e funções num espaço que aparece como arena política privilegiada para uma vida em comunhão, onde as práticas individuais podem ser dialogadas e constantemente direcionadas à ação coletiva, em busca de soluções para a maioria. Aqui, “Existe anseio por dignidade,

justiça e esperança, que transcende a esfera institucionalizada da vida urbana e, em consequência, as arenas políticas já configuradas” (RIBEIRO, 2006, p.30).

É no diálogo, na co-presença e na solidariedade que atores desta economia popular convivem e constroem seus mecanismos de sobrevivência – um comércio pobre ligado às demandas mais diretas de uma população igualmente carente, os serviços simples que existem em função das suas necessidades mais cotidianas, as atividades não-modernas de transporte, entre outros, que tantas vezes tiram as suas forças de espaços precários, mas efetivamente públicos e também dos bens de uso coletivo no interior das cidades, exemplificam a espessura de tal acontecimento no sudoeste amazônico.

Estas atividades realizadas no campo e nas cidades mobilizam saberes e técnicas longamente elaborados, passados de geração a geração, capazes de se opor à violência despótica da economia hegemônica globalizada. Elas não se realizam com as mesmas finalidades da acumulação ampliada e corporativa, menos ainda resultam de ações e recursos estrategicamente posicionados para tal. Ao contrário, é muitas vezes o tipo de atividade que oportuniza a cooperação, valoriza a confiança, aceita por vezes as trocas sem mediação direta da moeda, firma compromissos com as necessidades do Outro e com os bens de uso coletivo. Criatividade e cooperação surgem das situações mesmas de co-presença e vizinhança de que nos fala Milton Santos (1996), porque resultam de espaços habitados por aquele conjunto da população que, cotidianamente, carece encontrar as possibilidades de sobrevivência nos contextos mais adversos.

Tomar algo em sua totalidade, tal como sugere Jean-Paul Sartre (1960, 1979, p.143), é tomá-lo a partir da materialidade de suas condições. Ainda que as evidências empíricas nos levem a crer que o projeto hegemônico de modernidade, excludente e concentrador, tenha mesmo coerência e compromisso apenas com os seus próprios propósitos, é preciso reconhecermos nele também a sua condição de crise, já que tal projeto hegemônico de modernização interfere em todo o território mas é usufruído com vantagem por apenas alguns. Deixar de reconhecer tamanho problema político é tornar aceitável que o território figure como recurso a ser usado e apropriado apenas por classes privilegiadas, por minorias. É uma ilusão não reconhecermos as estratégias de resistência geradas e alimentadas, dialeticamente, no interior do próprio processo.

Se o conteúdo atualizado do território configura as condições materiais para o avanço da modernização hierárquica e corporativa, para todo o resto do território e para as atividades da economia pobre e não-moderna, uma escassez sem limite acaba configurando a condição para as suas práticas e para a sua existência. Não há como não reconhecer as diferenças que,

aliás, definem mesmo aquilo que aparece como o atual, o moderno, o “racional”, mas também aquilo que figura como o pobre, o “atrasado”, o “irracional”. Trata-se de uma verdadeira “geografia de desencontros”, onde os processos que produzem a modernização convivem, dialética e contraditoriamente, com os processos que produzem a permanência da pobreza e da desigualdade.

A análise do território no sudoeste da Amazônia sugere toda uma problemática política que ele implica – a existência de agentes e práticas extremamente diferentes e muito desigualmente assistidos pelo poder público, problema este que se impõe aos projetos futuros da nação, ao futuro do território brasileiro, insistimos, quando o território é visto em sua totalidade, o espaço de todos, o espaço banal, o *território usado* que Milton Santos defende como um objeto privilegiado da Geografia. Neste território usado, a vida que lhe anima não tem *a priori* um sentido, são os homens que lhe imprimem um sentido, e este sentido, nas palavras de Sartre (1946, 1965, p.293), não será outra coisa do que aquilo que escolhermos. Um território nacional livre e soberano só pode ser construído quando se leva em consideração todos os seus agentes e a partir de um projeto que, superando os limites das imposições atuais, aposte nas possibilidades de um futuro verdadeiramente novo.

REFERÊNCIAS:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. *Estudos Avançados*. Vol.3, nº5. p.4-20, São Paulo, 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n5/v3n5a02.pdf>>, acesso em dezembro de 2006.

ACSELRAD, Henri. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos Naea*. Belém, v. 3, n.º 2, p.5-15. 2000. Disponível em <<http://www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs/viewissue.php?id=5>>, acesso em agosto de 2006.

ÁLCOOL VERDE/NEPUT-UFV (Núcleo de Estudo e Planejamento do Uso da Terra – Universidade Federal de Viçosa). *Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) Álcool Verde S.A., Capixaba, Acre*. Viçosa: NEPUT, 2008.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Espaço-temporalidade dos sistemas de transportes na Amazônia brasileira. In: SANTOS, Milton; et. al. (org.). *O novo mapa do mundo*. Problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1995. p.40-53.

ALTHEMAN, Leandro. BR 364: uma odisséia amazônica. *Retratos do Juruá* (Edição especial), n.2. Rio de Janeiro, p.30-36, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987. [1967].

ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SIVEIRA, María Laura (org.). *Continente em chamas: Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.209-242.

AZAMBUJA, Carlos. Liga dos Camponeses Pobres. *Mídia Sem Mascara*. Disponível em <<http://www.midiасemmascara.com.br>>, acesso em 27/03/2008.

BARCELLOS, Marietta Mandarino; COSTA, Wânia Inês Sendim. População. In: IBGE, *Geografia do Brasil*, vol.3 Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p.169-211.

BAZE, Abraham. *História da Rede Amazônica*. Manaus, 2002. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com/30anos/>>, acesso em março de 2008.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. *Geografia de população*. Tradução de Isabel Cury Santana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. [1978].

BECKER, Bertha. Expansão do Povoamento e Mudança Social: o caso de Rondônia. *Conferências do 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária* (Garanhuns, 1985). Recife: Ed. Massangana, 1985a. p. 91-129.

_____. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 47 (3/4), p.357-371, 1985b.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.223-224.

_____. *Amazônia*. Geopolítica na virada do III milênio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 (2004).

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1992).

BINSZTOK, Jacob. Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. *Geografias*. Belo Horizonte, v.2, n.1, p.22-33, 2006.

_____. Transformações sócioespaciais da agricultura familiar na Amazônia. *Scripta Nova*. Barcelona, v. 12, n.270 (78), 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-78.htm>, acesso em novembro de 2008.

BOUDEVILLE, Jacques-R. *Os espaços econômicos*. Tradução de Heloísa de Lima Dantas. São Paulo: Difel, 1973.

CALAÇA, Manoel. *Características da pequena produção no estado do Acre*. (Dissertação, Mestrado em Geografia). IGCE, Rio Claro, 1983.

CANTO, Otávio do. *Várzea e varzeiros da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARREIRA, Maria Elisabeth de Paiva *et. al.* Agropecuária. In: IBGE, *Geografia do Brasil*, vol.3, Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Indústria. In: IBGE, *Geografia do Brasil*, vol.3, Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CASTILLO, Ricardo. Redes de transporte e uso agrícola do território brasileiro: investimentos públicos e prioridades corporativas. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Rio Branco, julho de 2006. *Anais...* Rio Branco, AGB, 2006. 12 p.

CATAIA, Márcio. A alienação do território – o papel da Guerra Fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003. Cap.23. p.397-416.

CHOLLEY, André. *La géographie: guide de l'étudiant*. Paris: Press Universitaires de France, 1951.

CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de Lugares Centrais nos países subdesenvolvidos. In: *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Cap.2. p.41-91. (1988, 1996).

_____. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap.4. p.181-253. (1987).

COSTA, Sergio, ALONSO, Angela; TOMIOKA, Sergio. A re-significação das tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo. *Cadernos IPPUR*, vol. XII, n.2, p.115-131. Rio de Janeiro, 1999.

COUTINHO, Leonardo. Campo high-tech. *Revista Veja*. Edição especial n. 30. (Agronegócio). Ano 37, p.24-29. Editora Abril: São Paulo, 2004.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo, Cultrix, 1975 (1909).

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre*. O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE CHIARA, Márcia. Uma região em declínio, outra em ascensão: comércio de carros, móveis e tratores sentem a mudança na rota agrícola. *O Estado de São Paulo*, Caderno Economia & Negócios, São Paulo, 20 maio de 2007.

ELIAS, Denise. Trabalho de campo: notas teórico-metodológicas. *Geousp*. São Paulo, n.5, p.97-108, 1998.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. *Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. X, n.º 218 (3), 19 p. Barcelona, 2006.

ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. *Seringal* (romance). São Paulo: Globo, 2007 (1972).

FERREIRA, Manuel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005 (1959).

FIERO (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia). *Rondônia: Perfil Socioeconômico Industrial*. Porto Velho: FIERO/SEAPES, 2003.

FREDERICO, Samuel. *Sistemas de movimento no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). IG, UNICAMP. Campinas, 2004.

FRANCO, Fernanda; TEIXEIRA, Marcelo. *A fuga do Soldado da Borracha*. São Carlos: Suprema, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995 (1959).

_____. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (1976).

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Unesp, 1991 [1990].

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: o que é a sociologia?* 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993 (1951).

GUERRA, Antônio Teixeira. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal Emprêsa (Território do Acre). *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 13, n.4, p.33-61, 1951.

_____. Notas sobre as Zonas Econômicas do Território Federal do Acre. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.11, n°115, p.349-366, 1953.

_____. *Estudo geográfico do território do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

GUERRA, Flávio. *Rondon: o sertanista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1965.

HABERMAS, Jürgen. A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In: *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Cap.1, p.3-32. (1985).

HOLLANDA, Eduardo. Caminho das Águas. Corredor no rio Madeira liga Rondônia à Europa e à Ásia e cria pólo de desenvolvimento na região. *IstoÉ*. São Paulo, 23 de abril de 1997. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/politica/143818.htm>, acesso em maio de 2006.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. *Ditadura e agricultura*. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Regiões de influência das cidades – REGIC, 1993*. IBGE: Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares)*. Rio de Janeiro, 2007.

KAHIL, Samira Peduti. Usos do território: uma questão política. X ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo, março de 2005. In: *Anais...* São Paulo, 2005, p.7193-7204.

KAHIL, Samira Peduti. *Uso do território brasileiro: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no front da agricultura moderna – região central do Brasil*. Relatório Final de Pesquisa. Rio Claro, FAPESP-UNESP, 2008 (mimeo).

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná, *et alli*. *Índios no Acre: história e organização*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1999.

LASUEN, J. R. A respeito de Pólos de Crescimento. In: FAISSOL, Speridião (org.) *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Cap.3. Rio de Janeiro: IBGE, p.111-142, 1975 (1972).

LCP (Liga dos Camponeses Pobres). *Nosso Caminho*. Goiânia: Coordenação da Liga dos Camponeses Pobres, 2006. 39p.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993 (1955).

LIANO JR, Nelson. Uma veia aberta no coração da floresta. In: *Retratos do Juruá*. (Edição especial) n.2. Rio de Janeiro, p. 4-25, 2006.

LIMA, Manoel Ferreira. *O Acre II - Nossa terra, nossa gente, nossas coisas*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, 1984.

LIMA, Nísia Trindade de. Missões civilizatórias da república e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. 5 (suplemento). Rio de Janeiro, p.163-193, 1998.

LINS, Ivan. A obra de Rondon. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v. 24 (187), p.619-626, 1965.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (org.) *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49. Disponível em: <http://www.acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre.1998.pdf>, acesso em outubro de 2008.

_____. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura (org.). *Continente em chamas: Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.243-284.

MARTINS, José de Souza. Migrações e tensões sociais na Amazônia. In: *Expropriação e Violência* (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980. Cap. IV, p.67-94.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008 [1844].

MATOS, Olgária. A cena primitiva – capitalismo e fetiche em Walter Benjamin. In: *Discretas esperanças*. Reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006a. p.67-84.

_____. Introdução da edição brasileira de: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica*. Tomo I. São Paulo: Perspectiva, 2006b. p.XIII-XXII.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984 (1952).

MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior da economia na cidade de São Paulo no período da globalização*. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), 2006, FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

MORAES, Fernando. Primeira aventura na estrada. In: MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo, CAMPOS, Roberto de Oliveira (org.) *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Cap.1, p.1-47.

NASCIMENTO, Maria Leonilda do; *et alii*. (Re)Configuração territorial na Amazônia Meridional: os efeitos da soja e da pecuária no Sul de Rondônia. *Anais... XI ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*. Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá, 2007.

NEVES, Marcos Vinícius; SILVA, Maria Rodrigues (org.) *Cruzeiro do Sul: um século 1904-2004*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre/Banco da Amazônia, 2004.

NUNES, Juraci Maria Pacheco. *Modernização da Agricultura – Pecuarização e Mudanças: o caso do Alto Purus*. Rio Branco: Ed. Tico-Tico, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. *Formação do neoliberalismo no Brasil: a hegemonia e o totalitarismo*. (Projeto de Pesquisa) 1997. (mimeo). 28 p.

OJIMA, Andrea Leda de Oliveira; BEZERRA, Luiza Maria Capanema. Os frigoríficos e a logística de exportação da carne bovina. 2008. *Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA)*, Conjuntura/Textos. Publicado em 23/06/2005. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=2567>>, acesso em junho de 2008.

PARAGUASSU-CHAVES, Carlos Alberto. *Geografia Médica ou da Saúde – espaço e doença na Amazônia Ocidental*. Porto Velho: Edufro, 2001.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

- PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; *et. alli*. Avaliação da sustentabilidade de sistemas agroflorestais no estado do Acre. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). *Pesquisa Sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental*. Aventuras e desventuras. Rio Branco: Edufac, 2005. p.77-128.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. *Migrantes Amazônicos*. Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O território sob o efeito modernizador: a face perversa do desenvolvimento. *Interações*. Campo Grande, vol.8, nº13, p.63-69, 2006.
- _____. Vilhena: cidade do campo moderno no sul de Rondônia. VII SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, CAMPUS RIO CLARO, Rio Claro, novembro de 2007. In: *Anais...* Rio Claro, 2007. p.421-432.
- _____. Uso do território e território usado no sudoeste da Amazônia: considerações a partir do sistema de movimento hidroviário. 1º SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Rio Claro, novembro de 2008. In: *Anais...* Rio Claro, 2008, p.707-720.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. Território e neoliberalismo no Brasil – as Parcerias Público-Privado e o uso corporativo do território. IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Porto Alegre, maio/junho de 2007. In: *Anais...* Barcelona, 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/mirlei.htm>>, acesso em setembro de 2007.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (org.) *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Cap.3. Rio de Janeiro: IBGE, p.97-110, 1975 (1970).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre*. São Paulo, nº 11-12, p.9-76, 1996.
- _____. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.
- POTYGUARA, José. *Terra caída* (romance). São Paulo: Editora Globo, 2007 (1961).
- REIS, Maurício Rangel. *A ação do ministério do interior e o desenvolvimento nacional* (conferência na Escola Superior de Guerra). Brasília: Ministério do Interior, 1978.
- RESISTÊNCIA CAMPONESA (Jornal da Liga dos Camponeses Pobres). Santa Elina: quase um ano de luta e produção nas terras. *Resistência Camponesa*. (?) N.17, p.6, março de 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sistema, período e ação: desafios de uma herança. *Ciência Geográfica*. Bauru, ano VII, vol.2 (19), p.33-37, 2001.

_____. Pequena reflexão sobre as categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003. p.29-40.

_____. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.) *Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, Processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004. p.194-212.

_____. Outros territórios, outros mapas. *OSAL*. Buenos Aires, Ano VI, n.º16, p.263-272, 2005a.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, março de 2005. In: *Anais...* São Paulo, p.12.458-12.470, 2005b.

_____. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. *OSAL*. Buenos Aires, Ano VII, n.º21, p.23-32, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina*. Estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. A revolução industrial. In: *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Cap. 7, p.190-227 (1998).

_____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (1995).

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Identificação de espaços industriais numa fronteira de recursos: o caso da Amazônia legal. In: SANTOS, Milton; et. al. (org.). *O novo mapa do mundo*. Problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1995.p.54-67.

RODRIGUES, Alan. O Brasil tem guerrilha. *Istoé*. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2003/artigo75560-1.htm>>, acesso em abril de 2008.

RONDON, Candido Mariano da Silva. Mensagem do General Cândido Rondon à Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.15, p.82-86, 1953.

SALOMÃO, Alexa; SEIBEL, Felipe. Os dez novos pólos do agronegócio. *Revista Exame*. Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.portalexame.abril.uol.br/revista/exame/edicoes/0849/economia/m0080017.html>, acesso em agosto de 2007.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Estudo de geografia urbana. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959.

_____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Do espaço sem nação ao espaço internacionalizado. In: HATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979a. p.143-160.

_____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979b.

_____. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982 (1979).

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mónica (org) *O novo mapa do mundo*. Fim de século e globalização. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Anpur, 1994a. p.15-22.

_____. O retorno do território. in: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, María Laura (org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994b. p.15-20.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994c.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico científico e diferenciação espacial. *Território*. Rio de Janeiro, Ano IV, n.6. p.5-20, 1999a.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*. Ano III, n.2, Rio de Janeiro, 1999b. p.15-26.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Guerra dos lugares. In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. (org. de Wagner Costa Ribeiro). São Paulo: Publifolha, 2002. p.87-89 (1999).

_____. Região: Globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (org.) *Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003a. p. 53-64.

_____. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003b (1979).

_____. Pólos de crescimento e justiça social. In: *Economia espacial: críticas e alternativas*. Cap. 6. São Paulo: Edusp, 2003c. p.165-186. (1975, 1979).

_____. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2004a (1979).

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004b (1978).

_____. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005a. Cap.5, p.85-92. (1972).

_____. O Lugar: encontrando o futuro. In: *Da totalidade ao Lugar*. Cap. 10. São Paulo: Edusp, 2005b, p. 155-164.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007 (1987).

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008a (1993).

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Edusp, 2008b (1981).

_____. *A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. (Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor *Honoris Causa*, Universidade de Brasília) Brasília, 11 de novembro de 1999. Disponível em <http://www.geopesquisa.hpgvip.com.br/C/Geocasa/Revolucaoecnologica.htm>, acesso em abril de 2009.

SANTOS, Milton *et. alli*. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis: LABOPLAN-USP, 2000.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O conceito de região concentrada*. UFRJ, IPPUR, Departamento de Geografia, 1979 (mimeo).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Rosselvelt José. *Gaúchos e Mineiros do Cerrado*. Metamorfozes das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: Edufu, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Virgílio Ferreira. (precedido pelo estudo “Da fenomenologia a Sartre”, de Virgílio Ferreira) 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1965 (1946).

_____. *Questão de Método*. Tradução de Bento Prado Júnior. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Esboço para uma teoria das emoções*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007 (1ª ed. 1939).

SAWYER, Diana Oya; CARVALHO, José Alberto Magno. *Os migrantes em Rio Branco, Acre: uma análise a partir de dados primários*. In: ARAGÓN, Luís (Org.) Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas (Cadernos NAEA nº8), Belém, 1986. Cap.5, p.112-147.

SILVEIRA, María Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Experimental*. São Paulo, n.º 2, p.35-45. 1997.

_____. *Um país, uma região*. Fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/Laboplan-USP, 1999a.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*. Rio de Janeiro, ano IV, n.6. p.21-28, 1999b.

_____. Globalização, trabalho e cidades médias. *GeoUERJ*. Rio de Janeiro, n.11, p.11-17, 2002a.

_____. Uma globalização desnecessária, um território instável. *Ciência Geográfica*. Bauru, ano VII, vol. I (21). p. 43-46, 2002b.

_____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Cap. 24. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise*. São Paulo: Contexto, 2004, p.59-71.

_____. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *Geosp*. São Paulo, n.º 19, p.81-91, 2006.

_____. Os confines de la racionalidad: el espacio geográfico contemporáneo. XI ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Bogotá, março de 2007. In: *Anais...* Bogotá, 17p. 2007a.

_____. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista eure*. Vol.XXXIII, n.100, p.149-164. Santiago de Chile, 2007b.

SORRE, Max. Fundamentos da Geografia Humana. In: MEGALE, Januário Francisco (Org.). *Max. Sorre*. Geografia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº46. São Paulo: Ática, 1984 (1948).

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Cidade: Lugar e Geografia da Existência*. Conferência elaborada para o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, outubro de 1997. Disponível em: <http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm>, acesso em outubro de 2008.

TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre: Geografia, história e sociedade*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998 (1984).

_____. *O rio comanda a vida*. Uma interpretação da Amazônia. 2ª ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIEIRA, Abadio Hermes; LOCATELLI, Marília; MACEDO, Rafael de Souza. Sistemas agroflorestais e a conservação do solo. *Agronline*. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=322>>, Acesso em 24 de setembro de 2008.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002. (1919).

_____. *A ética protestante e o Espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007. (1904/1905).

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

Documentos oficiais

ACRE (Estado). *Lei Nº 1.358*, de 29 de Dezembro de 2000. “Institui o Programa de Incentivos Tributários para Empresas, Cooperativas e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agro-industrial, Florestal, Industrial, Extrativo Vegetal e Industrial Turística do Estado do Acre, e dá outras providências”.

_____. *Lei Nº 1.359*, de 29 de Dezembro de 2000. “Autoriza o Poder Executivo a dispor, através de sua administração direta e indireta, de bens móveis e imóveis, de sua propriedade, de forma vinculada à aplicabilidade da política de incentivos às atividades industriais, visando o desenvolvimento sustentável do Acre”.

_____. *Lei Nº 1.361*, de 29 de Dezembro de 2000. “Dispõe sobre a Política de Incentivos às Atividades Industriais no Estado do Acre e dá outras providências”.

_____. *Decreto Nº 4.196*, de 1º de outubro de 2001. “Dispõe sobre o Regulamento Operativo do Programa de Incentivo Tributário para Empresas, Cooperativas e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agro-industrial, Florestal, Industrial, Extrativo Vegetal e Industrial Turística do Estado do Acre, instituído através da Lei Nº 1.358, de 29 de Dezembro de 2000”.

_____. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre*. I Fase. Rio Branco, 1999. Disponível em <<http://www.ac.gov.br>>, vários acessos em 2006, 2007, 2008.

_____. *Acre em números 2005*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2005.

_____. *Acre em números 2006*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2006.

_____. *Zoneamento Ecológico Econômico do Acre*. Fase II. Documento Síntese. Rio Branco: SEMA, 2006.

_____. *Acre em números 2007-2008*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2008.

BRASIL (Presidência da República). *Lei Nº 8.210*, de 19 de julho de 1991. “Cria a Área de livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

_____. *Lei Nº 8.630*, de 25 de fevereiro de 1993. “Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e dá outras providências (Lei dos Portos)”.

_____. *Lei Nº 8857*, de 8 de março de 1994. “Autoriza a criação de áreas de livre comércio nos Municípios de Brasiléia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e dá outras providências”.

BRASIL/MMA (Ministério do Meio Ambiente). *Edital de Licitação para Concessão Florestal* – Floresta Nacional do Jamari/RO (Concorrência 01/2007). Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente, Brasília, Novembro de 2007.

PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia). *Reservas Extrativistas*. Porto Velho: Seplad, 2002.

RONDÔNIA (Governo do Estado). *PLANAFLORO*: Realizações e projetos para Rondônia. Porto Velho, 2002a.

_____. *Zoneamento Sócioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia*. Porto Velho, 2002b.

_____. *Geografia de Rondônia*. Disponível em <<http://www.secel.ro.gov.br/geografia.asp>>, acesso em novembro de 2005.

SEAPES (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia). *Rondônia, a nova fronteira do progresso* (Relatório de Gestão - Seapes 2006). Porto Velho: SEAPES/RO, 2006.

_____. *Rondônia, crescer é o nosso perfil* (Relatório de Gestão - Seapes 2007). Porto Velho: SEAPES/RO, 2007.

Reportagens publicadas em jornais locais (Rondônia e Acre):

ALERTA NOTÍCIAS (Revista). Começa a Expovil 2007. Vilhena se transforma na capital dos negócios em RO. *Alerta Notícias*. Vilhena, julho de 2007, Ano II, Nº30, p.15-18, 2007.

ANTUNES, Fred. Justiça suspende obras do “Linhão” para o AC. *A Tribuna*. Rio Branco, 10 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalatribuna.com.br/geral_01.htm>, acesso em 10/01/2008.

ARAÚJO, Chico. Acre importa mais de 70% dos alimentos que consome. *Folha do Acre*. Rio Branco, 12/04/2008. Disponível em http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=1811&editoria=9, acesso em 12/04/2008.

ARAÚJO, Whilley. Bilhetagem eletrônica deve deixar ‘ficheiros’ desempregados. *Página 20*. Caderno Cotidiano. Rio Branco, 21 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www2.uol.com.br/pagina20/21022008/c_1021022008.html>, acesso em 21/02/2008.

AZEVEDO, Dulcinéia. Camelôs acompanham proposta sobre calçadão. *Folha do Acre*. Rio Branco, 03/04/2008. Disponível em <http://www.folhadoacre.com/navegação/ver_noticia.php?id_noticia=1583&editoria=13>, acesso em 03/04/2008.

BRASILEIRO, Renata. Park Shopping de Rio Branco será inaugurado em 2009. *Página 20*. Caderno Cotidiano. Rio Branco, 28/11/2007. Disponível em <http://www2.uol.com.br/pagina20/28112007/c_0928112007.html>, acesso em 28/11/2007.

_____. Exportação suspensa pode derrubar preço da carne no Acre. *Página 20*. Caderno Cotidiano. Rio Branco, 01/02/2008. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/pagina20/01022008/c_041022008.html>, acesso em 01/02/2008.

CAMPOS, Tatiana. Comércio formal: uma batalha diária para manter as portas abertas. *Página 20*. Caderno Especial. Rio Branco, 06/12/2007. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/pagina20/06122007/especial.htm>>, acesso em 06/12/2007.

COELHO, Juliana. Expojipa vai reunir pecuaristas de todo o país. *Folha de Rondônia*. Caderno Agrofolha. Ji-paraná, 22/05/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 22/05/2007.

COELHO, Juliana. Agricultura familiar mostra sua força. *Folha de Rondônia*, Caderno Agropecuária. Ji-paraná, 23/10/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria1.htm>>, acesso em 23/10/2007.

_____. Café, mais quantidade e qualidade. *Folha de Rondônia*, Ji-paraná, 30/10/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 30/10/2007.

DINIZ, Aníbal. Lula garante mais dinheiro para asfaltamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul. *Agência de Notícias do Acre*. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em 22/02/2008

ESTADÃO DO NORTE. Garimpo ainda produz 120 milhões em ouro. *Estadão do Norte*, Porto Velho, 03/10/2007. Disponível em <<http://www.estadaodonorte.com.br/site/leitura.php?canal=17&id=44288>>, acesso em 03/10/2007.

FERREIRA, Edmilson. Acre descobre o sabor do Juruá. *Página 20*. Rio Branco, Caderno Cotidiano, 09/11/2007. Disponível em <http://www.pagina20.com.br>, acesso em 09/11/2007.

_____. Safra de grãos cresce também na agricultura de subsistência. *Página 20*. Caderno Cotidiano. Rio Branco, 03/04/2008. Disponível em <http://www.pagina20.com.br>, acesso em 03/04/2008.

FOLHA DE RONDÔNIA. Obras da 421 concluídas ainda este mês. *Folha de Rondônia*, Caderno Política. Ji-paraná, 21/11/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 21/01/2007.

_____. Ambulantes são ameaçados de despejo. *Folha de Rondônia*. Caderno Política. Ji-paraná, 24/04/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-politica4.htm>>, acesso em 28/10/2007.

_____. Sibá destina 100 milhões em emenda para ponte sobre o rio Madeira, consolidando ligação entre Rondônia e Acre. *Página 20*, Caderno Política. Rio Branco, 05/11/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 05/11/2007.

_____. Estradas recebem atenção especial. *Folha de Rondônia*, Caderno Política. Ji-paraná, 30/12/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 30/12/2007.

_____. Obras facilitam o escoamento da soja. Caderno Agropecuária, Ji-paraná, 23/01/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria1.htm>>, acesso em 23/01/2008.

_____. Rondônia é o 5º no ranking de abate. *Folha de Rondônia*, Caderno Agropecuária, Ji-paraná, 31/01/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria1.htm>>, acesso em 31/01/2008.

_____. Friboi deixa Pimenta Bueno. *Folha de Rondônia*. Caderno Agropecuária. Ji-paraná, 31/01/2008. Disponível em: <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria6.htm>>, acesso em 31/01/2008.

_____. Embargo europeu preocupa Estado. *Folha de Rondônia*, Caderno Agropecuária. Ji-paraná, 04/02/2008. Disponível em: <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria1.htm>> acesso em 04/02/2008.

_____. Ponte de 100 milhões vai sair do papel. *Folha de Rondônia*, Caderno Política. Ji-paraná, 13/03/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 13/03/2008.

_____. Mais 90 agroindústrias no estado. *Folha de Rondônia*. Caderno Política. Ji-paraná, 20/03/2008. Disponível em: <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 20/03/2008.

_____. Alta em plena safra é reflexo da oferta. *Agrofolha. Folha de Rondônia*, Ji-Paraná, 07/04/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 07/04/2008.

_____. Investimento no Aeroporto Coletó. *Folha de Rondônia*, Caderno Ji-Paraná. Ji-paraná, 13/04/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/agro-materia2.htm>>, acesso em 13/04/2008.

_____. Apreensão de quase 6 mil DVDs e CDs. Caderno Polícia. Ji-paraná, 28/10/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-policia3.htm>>, acesso em 24/04/2008.

GUTIERREZ, Roberto. Denunciadas mortes em Campo Novo. Caderno Geral. Ji-paraná. 10/04/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 10/04/2008.

LOCKS, Afonso. Alta no fertilizante prejudica soja. *Folha de Rondônia* (Caderno Agricultura), Ji-paraná, 27/08/2007. Disponível em: <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 27/08/2007.

_____. Usineiros iniciam plantio de cana. *Folha de Rondônia*. Caderno Agropecuária. Ji-paraná, 28/10/2007. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-agropecuaria1.htm>>, acesso em 28/10/2007.

_____. LCP organiza invasão da Santa Elina. *Folha de Rondônia*, Ji-Paraná, 18/05/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 18/05/2008.

MAIA, Tião. Quando o progresso bate à porta. *Página 20*. Caderno Política. Rio Branco, 02 de fevereiro de 2008. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/pagina20/02022008/politica.htm>>, acesso em 02 de fevereiro de 2008.

NASCIMENTO, Nilson. LCP tem 12 bases em Rondônia. *Folha de Rondônia*, Ji-Paraná, 28/03/2008. Disponível em <<http://www.folhaderondonia.com.br/mat-policia1.htm>>, acesso em 28/03/2008.

PÁGINA 20. Prefeitura de Cruzeiro transfere camelôs do centro da cidade. *Página 20*. Caderno Política. Rio Branco, 08 de janeiro de 2008. Disponível em <http://www2.uol.com.br/pagina20/040122008/p_0604012008.html>, acesso em 08/01/2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Três empresas venceram licitação para explorar Flona do Jamari *Portal Amazônia* (Globo). 19/10/2008. Disponível em <<http://www.portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=7196&idLingua=1>>, acesso em 01/03/2009.

ROSAS, Leonildo. Cana é palavra doce para os produtores. *Página 20*. Caderno Especial. Rio Branco, 07 de outubro de 2007. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/pagina20/07102007/especial.htm>>, acesso em 08 de outubro de 2007.

TAVARES, Luciano. Banco da Amazônia disponibiliza R\$ 32 milhões para agricultura familiar do Acre. *Página 20*. Caderno Cotidiano. Rio Branco, 21/02/2008. Disponível em <http://www.pagina20.com.br>, acesso em 21/02/2008.

Reportagens publicadas por agências oficiais dos Estados de Acre e Rondônia:

DECOM-RO. Cassol visita frigoríficos e laticínios em Ji-paraná. *Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia*. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br>>, acesso em 08/02/2008.

_____. Guerra fiscal: incentivo é alternativa para Rondônia atrair novos investimentos. *Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia*. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=2828&tipo=Mais>>, acesso em 10/04/2008.

_____. Nota oficial do governo do Estado de Rondônia. *Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia*. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=2866&tipo=Mais>>, acesso em 15/04/2008.

_____. PIT: 700 milhões de reais investidos e 14 mil empregos criados em um ano e meio. *Departamento de Comunicação Social do Estado de Rondônia*. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br>>, acesso em 16/04/2008.

FERREIRA, Edmilson. Material para asfaltar trecho Feijó-Jupari já está em canteiro da BR-364. *Agência de Notícias do Acre*, Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em 03/04/2008.

_____. A mandioca e suas 600 utilidades. *Agência de notícias do Acre*, Rio Branco, 04/03/2008. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em março de 2008.

_____. Movelaria de São Paulo só compra madeira comunitária. *Agência de Notícias do Acre*. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em 16/04/2008.

_____. Multinacional tem interesse em comprar madeira comunitária no Acre. *Agência de Notícias do Acre*. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br>>, acesso em 16/04/2008.

PULLIG, Golby. Governo do Estado e Incra assinam convênio para regularização ambiental de assentamentos. *Agência de Notícias do Acre*. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3903&Itemid=26>, acesso em 08/05/2008.

SEAPES-RO. Soja de Rondônia é campeã nacional de produtividade. *Seapes – Sistema de Notícias*. 03/06/2008. Disponível em <http://www.seapes.ro.gov.br/Imprensa/06_08/060801.htm>, acesso em 05/11/2008.

_____. Projeto Inseminar vai incorporar 30.000 cabeças de gado leiteiro de alta linhagem. *Seapes – Sistema de Notícias*. 26/06/2008. Disponível em <http://www.seapes.ro.gov.br/Imprensa/06_08/060804.htm>, acesso em 11/11/2008.

Páginas de Empresas e Instituições Públicas consultadas na Internet:

ACRE – Governo do Estado. Portal na internet. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br>>, vários acessos durante o período da pesquisa.

BANCO DO BRASIL – Página na internet. Disponível em <<http://www.bb.com.br>>, acesso em dezembro de 2008.

BRASIL (Governo), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). *Territórios da Cidadania*, Brasil 2008. Brasília, 2008. Disponível em

<<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15740#>>, acesso em 03/04/2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Página na Internet. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br>>, acesso em dezembro de 2008.

ELETROACRE – Companhia de Eletricidade do Acre. Página na Internet. Disponível em: <<http://www.elethroacre.com.br>>, acesso em setembro de 2008.

EMATER-RO – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – disponível em: <<http://www.emater-rondonia.com.br>>, acesso em março de 2008.

EMBRAPA Acre - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre. Disponível em: <<http://www.cpaufac.embrapa.br>>, acesso em junho de 2007.

EMBRAPA Rondônia - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia Agroflorestal Rondônia. Disponível em: <<http://www.cpaфро.embrapa.br>>, acesso em junho de 2007.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Página na internet. Disponível em <<http://www.funai.gov.br>>, acesso em março de 2009.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página na internet. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, vários acessos de 2006 a 2009.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No Acre, Incra atende uma das comunidades mais isoladas do país (reportagem). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>, acesso em 03/10/2007.

IBGE Cidades – Página na internet. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>, acesso em agosto de 2007

IBGE-PAM – Produção Agrícola Municipal. Dados obtidos pelo Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, vários acessos durante a realização da pesquisa.

IBGE - *Censo Agropecuário 1996*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 2008.

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Página na internet. Disponível em <<http://www.infraero.gov.br>>, vários acessos entre setembro e dezembro de 2008.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Página na internet. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>, acesso em dezembro de 2008.

RONDÔNIA – Governo do Estado. Portal na internet. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br>>, vários acessos durante o período da pesquisa.

Páginas de empresas privadas e de instituições não-governamentais consultadas na Internet

ABRAFRIGO – Associação Brasileira de Frigoríficos. Página na internet (Seção Estatísticas) Disponível em <<http://www.abrafrigo.com.br>>, acesso em dezembro de 2008.

AMAGGI - Grupo André Maggi. Página na Internet, disponível em <<http://www.grupomaggi.com.br>>, vários acessos em 2007 e 2008.

CARGILL - Grupo Cargill. Página na internet. Disponível em <<http://www.cargill.com.br>>, vários acessos em junho de 2008.

CLARO. Claro telefonia celular – Página na internet. Disponível em <www.claro.com.br>, acesso em janeiro de 2009.

CORECON – Conselho regional de Economia de Rondônia. Rondônia ganha sua primeira usina de álcool. *Seção Notícias*, 22/11/2008. Disponível em: <http://www.corecon-ro.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=113>, acesso em 25 de fevereiro de 2009.

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. Disponível em: <<http://www.embratel.com.br>>, acesso em março de 2008.

GOL – Gol Linhas Aéreas. Página na internet. Disponível em: <<http://www.voegol.com.br>>, acesso em julho de 2007.

GONÇALVES SUPERMERCADOS – Página na internet. Disponível em <<http://www.supergoncalves.com.br>>, acesso em janeiro de 2009.

GRUPO CITYLAR – Página na internet. Disponível em <<http://www.citylar.com.br>>, acesso em janeiro de 2009.

GRUPO GAZIN – Página na internet. Disponível em <<http://www.gazin.com.br>>, acesso em janeiro de 2009.

GRUPO GUASCOR – Grupo Guascor de Energia. Página na internet. Disponível em <<http://www.guascor.com.br>>, acesso em setembro de 2008.

LEITE BRASIL – Associação Brasileira dos Produtores de Leite. Página na internet. Disponível em <<http://www.leitebrasil.org.br>>, acesso em dezembro de 2008.

LOJAS AVENIDA – Página na internet. Disponível em: <<http://www.av.com.br>>, acesso em janeiro de 2009.

MARFRIG – Grupo Marfrig. Página na internet. Disponível em <<http://www.marfrig.com.br/marfrig/content/view/full/370>>, acesso em fevereiro de 2008.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Página na internet. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>, acesso em fevereiro de 2009.

JBS – Grupo JBS-Friboi. Página na Internet. Disponível em <<http://www.jbs.com.br>>, acesso em novembro de 2008.

OCEAN AIR – Ocean Air Linhas Aéreas. Página na internet. Disponível em <<http://www.oceanair.com.br>>, acesso em julho de 2007.

PARMALAT – Grupo Parmalat. Página na Internet. Disponível em <<http://www.parmalat.com.br>>, acesso em outubro de 2008.

PASSAREDO – Passaredo Linhas Aéreas. Página na internet. Disponível em <http://www.voepassaredo.com.br>, acesso em novembro de 2009.

TAM – TAM Linhas Aéreas. Página na Internet. Disponível em <<http://www.tam.com.br>>, acesso em julho de 2007.

TIM. Tim telefonia celular – Página na internet. Disponível em <www.tim.com.br>, acesso em janeiro de 2009.

TRIP – Trip Linhas Aéreas. Página na internet. Disponível em <<http://www.voetrip.com.br>>, acesso em julho de 2007.

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil. Página na internet. Disponível em <<http://www.ulbra.br>>, acesso em novembro de 2008.

UNIMED – Página na internet. Disponível em <<http://www.unimed.com.br>>, acesso em janeiro de 2009.

UNOPAR Virtual – Universidade do Norte do Paraná. Página na internet. Disponível em <<http://www.unoparvirtual.com.br>>, acesso em novembro de 2008.

VIVO. Vivo Telefonia celular – Página na internet. Disponível em <www.vivo.com.br>, acesso em janeiro de 2009.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Circuito inferior da Economia Urbana – Rondônia e Acre

Estabelecimento _____ Local _____ Data _____

Há quanto tempo trabalha nesta atividade? _____ Qual a ocupação anterior? _____

Tem horários fixos de funcionamento? _____

Quais? _____

Meio Construído

Local de trabalho: Residência Alugado Próprio
 Prédio Comercial Dimensão aproximada _____ m²
 Stand, Box, Tenda

Caso alugado, qual o valor do aluguel (em Reais)?

Menos de 100,00 De 101 a 200,00 De 200 a 300,00 De 300 a 500,00 De 500 a 1000,00
 Mais

Idade aproximada imóvel _____

Aspectos gerais _____

Há quanto tempo utiliza este prédio para a atividade?

Quanto foi o investimento inicial? _____ ou

Qual o capital empregado no negócio hoje? _____

Empresa: Formalizada Negócio Informal

Porte: Micro Pequena Média Grande

Recolhe imposto pelo “Simples”: SIM NÃO . Usa escritório contabilidade: SIM NÃO

Localização: O Sr.(a) considera adequada a localização para este tipo de atividade? _____

Por que: _____

Proximidade do mercado consumidor Facilidade meios de transporte / serviços

Outros _____

Instrumentos / Equipamentos de trabalho

Telefone fixo

Finalidade: _____

Telefone Celular

Finalidade: _____

Computador

Finalidade: _____

Internet

Finalidade: _____

Impressora, escâner, máquinas específicas

Algum destes equipamentos foi comprado usado?

Quais _____

Mercadoria / Matéria-prima/insumos

Tipo: _____ Só comércio Só fabricação Fabricação e vendas
 Procedência: (outro bairro / outra cidade / outro país):

Pagamento ao fornecedor: Dinheiro Cartão crédito Cartão débito Cheque vista / prazo Fiado
 Outros _____

Mão-de-obra Número de funcionários _____ Com carteira assinada (____) Sem carteira assinada (____)

Apenas um trabalhador autônomo (____).

Emprega mão-de-obra familiar SIM NÃO . Quantas pessoas (____).

Utiliza serviços de terceiros? SIM NÃO . Caso sim, que tipo? _____.

Paga algum benefício? (vale transporte, vale refeição, plano saúde, cesta básica, etc.)
 Qual _____.

Salário médio dos trabalhadores _____.

Jornada de trabalho: _____ horas.

Trabalham no fim de semana? _____. Realizam pausas (almoço, p. ex.)? _____.

Os empregados utilizam quais meios de transporte para chegar ao trabalho? _____.

Habitam em bairros: Próximos Distantes Muito distantes Outro município? _____.

Cônjuge ou filhos ajudam na renda familiar? SIM NÃO .

Qual atividade desempenha _____ Com carteira assinada? SIM NÃO

Finanças: Utiliza financiamentos públicos? SIM NÃO .

Usa outro tipo de financiamento (familiar, agências de crédito, ajuda de vizinhos ou amigos)? SIM NÃO
 Caso sim,
 Quais? _____.

Trabalha com bancos? SIM NÃO

Quantos? _____ Desde quando? _____.

Utiliza quais operações bancárias?

Cheques Depósitos Cartão débito Cartão crédito Limite do cheque especial .

Faz ou já fez empréstimos / financiamentos? SIM NÃO . Finalidade? _____.

Possui aplicações: Poupança Seguros Ações Outras _____.

Aceita tickets / passes como moeda? SIM NÃO .

Realiza troca com outras mercadorias / serviços? SIM NÃO .

Caso sim, com muita frequência? SIM NÃO .

Utilização / destino do lucro:Consumo familiar Investimento na própria atividade Outro investimento: _____**Publicidade:**Sua empresa faz propaganda? SIM NÃO

Que tipo de propaganda? _____

Quais veículos / formas de comunicação? _____

Quem prepara material de propaganda?

Elaboração própria Outra empresa Agência publicidade

Como se dá a produção do material de divulgação da empresa: _____

Mercado: Qual abrangência de seu mercado:Bairro Cidade Estado Região norte País Exterior O Sr.(a) considera que o seu mercado já foi : maior menor permanece estável Perfil do consumidor: Empresas Pessoas (Baixa renda , Classe média , Alto poder aquisitivo .

Margem aproximada de lucro com a venda / produção das mercadorias (em%) _____.

Que formas de pagamento oferece aos clientes:

Dinheiro Cartão débito Cartão crédito Cheque à vista Cheque pré-datado Fiado Troca/permuta

Caso trabalhe com cartão, desde quando? _____?

Quais? _____.

Quais são os seus concorrentes?
_____.Qual relação com a Associação Comercial? (ela auxilia o comercio e os comerciantes?)
_____.**Poder público:**

O poder público cobra algum tipo de imposto / taxa? Qual? _____.

Faz fiscalização? _____.

Já obteve algum tipo de benefício público (ex. isenção tarifas)? SIM NÃO

Quais? _____.

Gostaria de receber algum apoio do poder público municipal ou estadual?
_____.**Questões gerais:**

Está satisfeito com o trabalho que realiza? _____.

Está satisfeito com o seu faturamento?
_____.Pensa em mudar de negócio ou profissão (Curto, Médio, Longo prazo)? Em que situações?
_____.

Quadro síntese 1. Circuito inferior da economia - Estabelecimentos entrevistados em Porto Velho

Natureza do Estabelecimento e Localização	Principais Mercadorias ou insumos	Imóvel / Ponto – características, tamanho e idade aproximados	Imóvel / ponto - Valor do aluguel ou da taxa mensal de uso	Organização da empresa / negócio e nº de empregados
1. Relojoaria e semi-jóias – Av. 7 de Setembro, centro	Venda e conserto de relógios, venda de semi-jóias e perfumes	Prédio comercial em alvenaria, antigo (cerca de 30 anos), 12 m ²	Alugado, de R\$300,00 a 500,00.	Formal (ME); negócio familiar (casal e filho)
2. Fábrica e venda de Doces - Av. 7 de Setembro, centro	Bombons e biscoitos artesanais de castanha e cupuaçu	Ponto comercial em alvenaria, adaptado para loja, antigo (30 anos), pequeno 3 m ²	Alugado, R\$ 300,00	“Informal”, na loja só a proprietária; duas funcionárias (s/ registro) fabricam os doces em casa
3. Loja de confecções – Av. 7 de Setembro, centro	Roupas prontas	Ponto comercial em garagem adaptada, instalações simples, 40 m ²	Alugado, R\$ 700,00	Formal (ME); proprietário, esposa e uma funcionária com registro
4. Mercadoria de produtos regionais – “Mercado do Km 1”, centro	Produtos alimentícios à granel – farinha mandioca, feijão, etc, enlatados	Box no Mercado municipal “Km 1” Em alvenaria, pequeno, 4 m ²	Box próprio (valor de R\$ 18 mil), mais taxas de manutenção do mercado	“Informal”; trabalha só a proprietária, sem registro
5. Loja de bolsas, malas e acessórios – Av. 7 de Setembro, centro	Bolsas, malas, mochilas, bonés.	Loja em alvenaria, instalações antigas (mais de 30 anos), 150 m ²	Prédio próprio	Formal (ME), com 8 funcionários registrados
6. Acessórios importados – Feira do Empreendedor Popular, centro	Acessórios para celulares, malas, bolsas, ventiladores, etc.	Box em madeira e ferro, instalações provisórias (há 2 anos), 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, taxa mensal de R\$30,00 para manutenção	“Informal”; trabalha só o proprietário (sem registro)
7. Banca de confecções – Feira do Empreendedor Popular, centro	Roupas prontas	Box em madeira e ferro, instalações provisórias (há 2 anos), 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, taxa mensal de R\$30,00 para manutenção	“Informal”; trabalham proprietário e uma funcionária (s/registro)
8. Reparo em relógios, amolador de facas, venda de relógios, cópias de CDs e DVDs, etc. Feira do Emp.Popular, centro	Serviço de reparos em relógios e facas, venda de relógios, cópias de CDs e DVDs, etc.	Box em madeira, ferro, lona e papelão, instalação provisória (há 2 anos), 4 m ²	Permissionário da prefeitura, taxa mensal de R\$30,00, para manutenção	“Informal”; trabalha o proprietário com ajuda da esposa (s/registro)
9. Mercadoria – Mercado Central, centro	Cereais à granel, rações, bebidas, entalados, material de limpeza, etc.	Box em madeira (instalações provisórias) 9 m ²	Permissionário da Prefeitura, taxa mensal de R\$ 70,00	Formal (ME) trabalha apenas a proprietária
10. Acessórios p/ celulares, inform., etc. “Camelódromo” R. Barão do Rio Branco, centro	Capas e peças para celulares, CDs, DVDs, fones, etc.	Box em madeira, precário, o camelódromo existe a 15 anos, 20 m ²	3 boxes alugados por R\$ 500,00	Formal (ME); trabalham proprietária e quatro funcionários (com registro)
11. Loja de calçados, bolsas, etc. Rua Euclides da Cunha, centro	Calçados, bolsas e malas, mochilas, etc.	Prédio em alvenaria, precário (20 anos), produtos expostos na calçada, 6 m ²	Alugado, R\$120,00	“Informal”; trabalha o proprietário, com ajuda dos filhos (s/ registro)
12. Cabeleireira. Rua Euclides da Cunha, centro	Serviços de cabeleireira	Antigo (20 a 30 anos), pequeno, 8 m ²	Alugado, R\$ 150,00	“Informal”; trabalha apenas a proprietária (sem registro)

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Capital investido na abertura do negócio (quantia aproximada)	Local de origem das mercadorias / Margem de lucro líquido (aprox.)	Formas de pagamento aceitas pelos fornecedores	Formas de pagamento oferecidas aos clientes
1. Relojoaria e semi-jóias – Av. 7 de Setembro, centro	Não soube responder	Manaus (relógios) / Não soube informar a taxa de lucro	Duplicatas	Dinheiro, cartão de crédito/débito (Visa), cheque à vista/prazo
2. Doces artesanais – Av. 7 de Setembro, centro	Começou vendendo na rua, com cerca de R\$50,00, há mais de 10 anos	Apenas da cidade / 100%	Dinheiro e cheques à vista/prazo	Dinheiro e cheque à vista/prazo só para conhecidos
3. Loja de Confecções (varejo e atacado) – Av. 7 de Setembro, centro	R\$ 40 mil, investidos em mercadorias e na adaptação do prédio, há menos de um ano	Apenas de Goiânia-GO / De 90 a 100%, no mínimo	Cheque a prazo	Dinheiro, cartão de crédito/débito (Visa), cheques só para conhecidos
4. Mercadoria de produtos regionais – “Mercado do Km 1”, centro	Tem investido hoje cerca de R\$ 2 mil em mercadorias	Rondônia, e a farinha é de Cruzeiro do Sul-AC / De 30 a 50%	Dinheiro ou cheque à vista	Dinheiro e cheques apenas para conhecidos
5. Loja de bolsas, malas e acessórios – Av. 7 de Setembro, centro	Não soube informar, trabalha há 28 anos, no mesmo ponto	A grande maioria é de São Paulo, e pouco de Goiânia. / Só 10% de lucro	Cheque a prazo	Dinheiro, cartão de débito/crédito (Visa) e cheque à vista
6. Acessórios importados – Feira do Empreendedor Popular, centro	Cerca de R\$ 2 mil, investidos há oito meses	Parte é adquirida de revendedores (SP), o restante é comprado em Guayaramerín (Bolívia) / até 200%	Apenas em dinheiro	Dinheiro e cartão de crédito e débito (Visa)
7. Banca de confecções – Feira do Empreendedor Popular, centro	Cerca de R\$ 500,00, há dois anos	Goiânia, Recife e Fortaleza (entregues por transportadoras) / 30 a 50%	Cheque a prazo	Dinheiro, cartão de crédito e débito (Visa), cheque só para conhecidos
8. Reparo em relógios, amolador de facas, venda de importados. Feira do Emp.Popular, centro	Começou na rua, com apenas seis pulseiras (cerca de R\$8,00), há 16 anos	Peças e pilhas comprados na cidade, o resto é de Guayaramerín, mas adquirido em Porto Velho	Dinheiro as peças e outros produtos. Os CDs e DVDs são pagos no “apurado” (conforme ocorrem as vendas)	Dinheiro e fiado apenas para os conhecidos
9. Mercadoria – Mercado central, centro	Possui hoje cerca de R\$ 50 mil em mercadorias	Compra toda a mercadoria em Porto Velho, de distribuidores / menor que 100%	Boleto bancário (a prazo)	Dinheiro e fiado (“anotado”) para os conhecidos
10. Acessórios p/ celulares, inform., etc. “Camelódromo” R. Barão do Rio Branco, centro	Em valores atuais, cerca de R\$ 500,00 (atua há 21 anos)	Compra toda a mercadoria na cidade de São Paulo (faz viagens) / até 100%	Cheque pré-datado	Dinheiro e cartão de crédito e débito (Visa)
11. Loja de calçados, bolsas, etc. Rua Euclides da Cunha, centro	Cerca de R\$ 800,00 (há 15 anos)	Revendedores de Minas Gerais, São Paulo e Ceará / de 40 a 100%	Duplicatas	Dinheiro e fiado para os conhecidos
12. Cabeleireira. Rua Euclides da Cunha, centro	Não soube informar (trabalha na atividade há 13 anos)	Compra insumos apenas em Porto Velho / prestação de serviço	Dinheiro	Dinheiro

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Perfil dos clientes: Origem predominante / Condição aparente	Recebeu benefícios públicos? / Gostaria de receber? Quais?	Salário médio dos empregados ou renda mensal do proprietário	Se sente satisfeito(a) com a atividade e com o faturamento?
1. Relojoaria e semi-jóias – Av. 7 de Setembro, centro	Apenas da cidade / Classe média	Nunca recebeu benefícios / gostaria de receber crédito barato	Não informou	Satisfeita, mas a concorrência com ambulantes e com o novo shopping fez as vendas caírem
2. Doces artesanais – Av. 7 de Setembro, centro	Cidade, Estado e País (produto típico) / classe média	Nunca recebeu benefícios / Precisa de “capital de giro” e pequeno financiamento	Consegue pagar cerca de um salário mínimo (R\$415,00) para cada funcionária	Está muito feliz com a atividade e com o faturamento
3. Loja de confecções – Av. 7 de Setembro, centro	Cidade, Estado e país / Baixa renda e classe média	Nunca recebeu benefícios / gostaria de receber crédito barato	Paga um salário mínimo para a funcionária, mais vale transporte	Está satisfeito com o negócio, mas o faturamento precisa melhorar
4. Merceria de produtos regionais – “Mercado do Km 1”, centro	Cidade, Estado e País (produtos típicos) / todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / gostaria de receber crédito para compra de mais mercadorias	Não informou	Está satisfeita com o trabalho, pensa em aumentar o negócio e o faturamento
5. Loja de bolsas, malas e acessórios – Av. 7 de Setembro, centro	Cidade / Baixa renda e classe média	Nunca recebeu benefícios / gostaria de receber isenção de taxas	Paga R\$500,00 a cada um dos 8 funcionários, mais vale transp./refeição	Está satisfeito com a atividade e com a renda
6. Acessórios importados – Feira do Empreendedor Popular, centro	Cidade e Estado / todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / crédito barato	Até seis salários mínimos por mês	Satisfeito com a atividade e com o faturamento
7. Banca de confecções – Feira do Empreendedor Popular, centro	Apenas da cidade / baixa renda e classe média	Nunca recebeu benefícios / que o ponto novo tivesse melhor localização	Paga R\$ 450,00 para a funcionária	Satisfeito, mas o faturamento poderia ser maior
8. Reparo em relógios, amolador de facas, venda de importados. Feira do Emp.Popular, centro	Apenas da cidade / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de crédito barato	Rende cerca de R\$ 800,00 por mês ao proprietário	Insatisfeito, pensa em mudar de localização
9. Merceria – Mercado central, centro	Apenas da cidade / classe média	Nunca recebeu benefícios / melhor organização do mercado, crédito	Rende cerca de R\$ 1 mil por mês à proprietária	Satisfeita com a atividade e com a renda
10. Acessórios p/ celulares, inform., etc. “Camelódromo” R. Barão do Rio Branco, centro	Cidade e Estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios e não gostaria de receber	Paga um salário mínimo por mês aos funcionários	Satisfeita com a atividade e com o faturamento
11. Loja de calçados, bolsas, etc. Rua Euclides da Cunha, centro	Cidade e Estado / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / crédito barato	Rende até três salários mínimos por mês ao proprietário	Satisfeito com a atividade e com o faturamento
12. Cabeleireira. Rua Euclides da Cunha, centro	Cidade e Estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / ajuda na criação de sindicato	Rende à proprietária mais de um salário mínimo por mês	Satisfeita com atividade, mas pensa em prestar concurso público

Quadro síntese 2. Circuito inferior da economia - Estabelecimentos entrevistados em Rio Branco.

Natureza do Estabelecimento e Localização	Principais Mercadorias ou insumos	Imóvel / Ponto – características, tamanho e idade aproximados	Imóvel / ponto - Valor do aluguel ou da taxa mensal de uso	Organização da empresa / negócio e nº empregados
1. Mercearia – “Mercado do Produtor”	Farinha, feijão, etc. à granel, côco verde, açai, rações animais	Box em mercado público, Em alvenaria, 20 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de, R\$ 50,00	“Informal” – Só trabalha a proprietária, sem registro
2. Produtos medicinais regionais – “Camelódromo 1”	Preparados medicinais, mel, cremes, raízes, etc.	Box em mercado público (2 boxes), Em madeira, 16 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 60,00	“Informal” – Só trabalha a proprietária, sem registro
3. Perfumaria – Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	Perfumes e cosméticos em geral	Box em mercado público, Em madeira, 2 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 8,00	“Informal” – Só trabalha a proprietária, sem registro
4. Assist. técnica e venda de celulares Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	Consertos e desbloqueio de celulares, venda de aparelhos novos e usados	Box em mercado público, Em madeira, 2 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 14,50	“Informal” – só trabalha o proprietário, sem registro
5. Loja de produtos variados “Camelódromo 1”	Gel medicinal, eletrônicos e peças importadas, borrachas para painéis	Box em mercado público, Em madeira, 8 m ²	Permissionário da Prefeitura Municipal, paga taxa mensal de R\$ 60,00	“Informal” – proprietário e outras duas funcionárias, sem registro
6. Armarinho, Rua Benjamim Constant, Centro	Produtos para reparo em roupas, bijuterias, etc.	Prédio comercial no calçadão, 24m ²	Alugado, De 500,00 a 1000,00 R\$	Formal (micro-empresa) - Uma funcionária
7. Banca de bolsas e relógios. Rua Benjamim Constant, Centro	Bolsas, relógios, guarda-chuvas, bonés	Banca no calçadão, 3 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 45,00	“Informal” - Trabalham três sócios (irmãos), sem registro
8. Banca de confecções Av. Quintino Bocaiúva	Roupas prontas	Banca no calçadão, 3 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 27,00	“Informal” - Só trabalha o proprietário, sem registro
9. Loja de confecções, Rua Epaminondas Jacome	Roupas prontas	Prédio comercial no calçadão. 50 m ²	Alugado, R\$3.000,00	Formal (micro-empresa) - Trabalham dono e 5 funcionários.
10. Loja de artesanatos, “Mercado Velho”	Artesanatos indígenas e regionais	Box em mercado público, em alvenaria, 6 m ²	Permissionário da Prefeitura, taxa mensal R\$ 54,00	“Informal” – Trabalham dono e uma funcionária
11. Cabeleireira, Mercado Municipal, “Camelódromo 1”	Serviços de cabeleireira	Box em mercado público, Em madeira, 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 8,00	“Informal” - Só trabalha a proprietária, sem registro
12. Banca de produtos alimentícios, Merc. Municipal “Elias Mansur Filho”	Peixes secos, camarão seco, e alimentos à granel (farinha de mandioca, feijão, condimentos, etc).	Box em mercado público, em alvenaria. 8 m ²	Permissionário da prefeitura municipal. Paga taxa mensal de R\$ 20,00	“Informal” – só trabalha a proprietária, sem registro

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Capital investido na abertura do negócio (quantia aproximada)	Local de origem das mercadorias / Taxa aproximada de lucro líquido	Formas de pagamento aceitas pelos fornecedores	Formas de pagamento oferecidas aos clientes
1. Merceria – “Mercado do Produtor”	Não soube responder	Colonos entregam mercadorias em Rio Branco / 30 a 50%	Dinheiro e boleto bancário	Dinheiro e cheque à vista/prazo só para conhecidos
2. Produtos medicinais regionais – “Camelódromo 1”	Não soube responder	Acre e outros estados / 50 a 100%	Dinheiro e boleto bancário	Apenas dinheiro
3. Perfumaria – Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	R\$ 300,00 (há quatro anos).	Distribuidores em Rio Branco / 30%	Boleto bancário	Dinheiro e cartão (Visa) crédito e débito
4. Assist. técnica e venda de celulares Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	R\$ 1.600,00 (há quatro anos e meio)	Distribuidoras em São Paulo, peças e aparelhos usados em Rio Branco / Muito variado	Boleto bancário e dinheiro	Dinheiro e cheque à vista/prazo
5. Loja de produtos variados (faz também distribuição para ambulantes)	Atualmente, estão investidos em mercadorias de R\$ 30 a 40 mil	Cobija (Bolívia) e Porto Velho, São Paulo, Goiânia (transportadoras) / Muito variado	Dinheiro e cheque a prazo.	Apenas dinheiro
6. Armazinho, Rua Benjamim Constant, Centro	Não soube responder	Rio Branco, São Paulo, Goiás (por viajantes) / 20 a 30%	Cheque a prazo	Dinheiro e cartão débito/crédito (usa a máquina de cartão do vizinho)
7. Banca de bolsas e relógios. Rua Benjamim Constant, Centro	R\$ 400,00 apenas em relógios, há oito anos. R\$5 mil investidos hoje	Rio Branco, São Paulo e Cobija (Bolívia) / Cerca de 80%	Dinheiro e cheques a prazo (30 a 60 dias)	Dinheiro e cartão débito/crédito (usa a máquina de loja vizinha)
8. Banca de confecções Av. Quintino Bocaiúva	R\$ 1.000,00, investidos há quatro anos	Acre, Goiânia, São Paulo e Cobija (Bolívia) / 90 a 100%	Apenas dinheiro	Apenas dinheiro
9. Loja de confecções, Rua Epaminondas Jacome	R\$ 30 mil, há dez anos.	São Paulo, Goiânia e Recife / Cerca de 30%	Cheque a prazo e duplicatas	Dinheiro e cartões de crédito e débito (Visa, Master, American express)
10. Loja de artesanatos, “Mercado Velho”	R\$ 5 mil reais, investidos há oito meses	Rio Branco, Acre, Manaus, São Paulo / 30 a 100%	Apenas em dinheiro	Dinheiro, cartão de crédito/débito e cheque à vista
11. Cabeleireira, Mercado Municipal, “Camelódromo 1”	R\$ 4 mil, investidos no salão há oito anos	Compra os insumos na cidade	Dinheiro	Dinheiro e fiado apenas para clientes antigos
12. Banca de produtos alimentícios, Merc. Municipal “Elias Mansur Filho”	R\$ 2.300,00, em mercadorias, investidos há dois anos. Trocou o ponto no mercado por pequena chácara e mais R\$3 mil.	O peixe é de Boca do Acre-AM, vendido em barcos que vêm até Rio Branco. Colonos entregam demais mercadorias no mercado / 30 a 50%	Dinheiro e fiado aos colonos já conhecidos	Dinheiro e fiado aos fregueses já conhecidos

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Perfil dos clientes: Origem predominante / Condição aparente	Recebeu benefícios públicos? / Gostaria de receber? Quais?	Salário médio dos empregados ou renda mensal do proprietário	Se sente satisfeito(a) com a atividade e com o faturamento?
1. Mercearia – “Mercado do Produtor”	Cidade, estado e país / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Sim, qualquer ajuda	Não respondeu	Satisfeita, mas o movimento precisa melhorar
2. Produtos medicinais regionais – “Camelódromo 1”	Cidade e país (turistas) / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de espaço maior no mercado	Não respondeu	Satisfeita, mas precisa arranjar algo a mais para complementar a renda
3. Perfumaria – Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	Cidade e estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Aceitaria crédito barato	Renda mensal da proprietária entre R\$ 600,00 a 1.300,00	Muito satisfeita, mas o faturamento precisa ser maior
4. Assist. técnica e venda de celulares Mercado do Terminal “Camelódromo 2”	Cidade e estado / Apenas Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / crédito barato e espaço maior para a loja	Renda mensal do proprietário entre R\$ 1.000,00 e 1.200,00	Satisfeito, mas o faturamento poderia ser maior
5. Loja de produtos variados (faz também distribuição para ambulantes)	Cidade, estado e estrangeiros (bolivianos) / Apenas baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de pequeno financiamento	Paga aos funcionários o salário mínimo, sem demais benefícios	Satisfeito com a atividade e com o faturamento
6. Armarinho, Rua Benjamim Constant, Centro	Apenas da cidade / Apenas baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Diminuição de taxas e impostos	Paga o salário mínimo para uma funcionária, com registro, vale refeição e transporte	Está conformado com a empresa, com faturamento razoável
7. Banca de bolsas e relógios. Rua Benjamim Constant, Centro	Apenas da cidade / Baixa renda e classe média	Recebeu apenas permissão de uso da banca / Crédito barato	Cerca de um salário mínimo mensal para cada um dos três sócios da banca	Está satisfeito com o trabalho e com o faturamento
8. Banca de confecções Av. Quintino Bocaiúva	Apenas da cidade / Somente Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de receber crédito barato	Rende ao dono menos de R\$500,00 por mês	Está satisfeito com o trabalho, mas o faturamento é muito pouco
9. Loja de confecções, Rua Epaminondas Jacome	Cidade, Estado e estrangeiros (bolivianos) / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Diminuição de impostos e crédito barato	Paga aos “5 ou 6 funcionários” (“registrados”) o salário mínimo, e vale transporte	Satisfeito enquanto comerciante, mas o faturamento caiu muito. Vai mudar p/ o ramo de bijuterias
10. Loja de artesanatos, “Mercado Velho”	Cidade e país (turistas) / classes média e alta	Nunca recebeu benefícios / crédito barato, ponto maior	Dois salários mín. p/ uma funcionária não registrada	Muito satisfeito, quer aumentar o negócio
11. Cabeleireira, Mercado Municipal, “Camelódromo 1”	Cidade e estado / Todas as classes	Nunca recebeu benefícios / disse não precisar de ajuda do poder público	O salão rende à proprietária cerca de R\$ 1 mil a 2,5 mil por mês.	Muito satisfeita com o negócio e com o faturamento. Mas o mercado precisa de melhor estrutura
12. Banca de produtos alimentícios, Merc. Municipal “Elias Mansur Filho”	Cidade e estado / Somente baixa renda	Nunca recebeu benefícios e disse não precisar de ajuda do poder público	O estabelecimento rende cerca de R\$ 600,00 por mês à proprietária	Satisfeita com o trabalho e com o faturamento.

Quadro síntese 3. Circuito inferior da economia - Estabelecimentos entrevistados em Cruzeiro do Sul.

Natureza do Estabelecimento e Localização	Principais Mercadorias ou insumos	Imóvel / Ponto – características, tamanho e idade aproximados	Imóvel / ponto - Valor do aluguel ou da taxa mensal de uso	Organização da empresa / negócio e nº empregados
1. Loja de artigos importados – “Centro Comercial Beira Rio”	Eletrônicos, brinquedos e acessórios importados	Box do mercado público, em madeira, novo, 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, ainda não paga taxa de uso	“Informal”, duas funcionárias (sem registro em carteira)
2. Merceria – “Centro Comercial Beira Rio”	Alimentos à granel (arroz, farinha, feijão) e enlatados	Box do mercado público, em madeira, novo, 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, ainda não paga taxa de uso	“Informal”, proprietário e esposa (sem registro em carteira)
3. Cosméticos – “Centro Comercial Beira Rio”	Cosméticos, perfumaria e artigos de higiene pessoal	Box do mercado público, em madeira, novo, 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, ainda não paga taxa de uso	“Informal”, apenas a proprietária (sem registro em carteira)
4. Armazém – “Mercado Municipal Joãozinho Melo”	Calçados, bolsas, miudezas	Box mal conservado, antigo (mais de 30 anos) em madeira, 12 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 110,00	Formal (?), apenas a proprietária trabalha (autônoma)
5. Merceria – “Mercado do Agricultor”	Cereais à granel, alguns gêneros alimentícios industrializados	Box do mercado, em madeira, estado razoável (30 anos), 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 26,00	“Informal”, apenas proprietário (sem registro)
6. Merceria – “Mercado do Agricultor”	Cereais à granel, enlatados, vassouras, artesanatos	Box do mercado, em madeira, estado razoável (30 anos), 4 m ²	Permissionário da Prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 25,00	“Informal”, proprietária, com ajuda de filho (sem registros)
7. Banca de Frutas “Mercado Sebastião Eduvirges”	Frutas, castanhas e pimentas	Banca aberta em mercado, bom estado (8 anos, recém reformado) 3 m ²	Permissionário da Prefeitura, não há taxa mensal, paga-se prestações de compra do Box	“Informal”, proprietária sem registro (é pensionista)
8. Loja de Confecções – Beco do Mercado, centro	Roupas prontas	Prédio antigo, (mais de 20 anos), 40 m ²	Prédio alugado, R\$ 1.300,00	Formal (ME), três funcionárias ainda sem carteira assinada (recém contratadas) (?)
9. Armazém – “Mercado Joãozinho de Melo”	Brinquedos, calçados, material escolar, etc.	Box em mercado antigo, em madeira, precário 9 m ²	Permissionário da prefeitura, paga taxa mensal de R\$ 120,00	Formal (?), trabalha apenas o proprietário (sem registro)
10. Relojoeiro – “Mercado Rosemiro Alves”	Consertos em relógios e venda de usados	Box em mercado recém inaugurado, alvenaria, 4 m ²	Permissionário da prefeitura, ainda não paga taxa	“Informal”, só o proprietário (sem registro)
11. Peças para ferramentas – “Centro Comercial Beira Rio”	Peças para motosserras e roçadeiras, ferramentas	Box em mercado, novo, em madeira, 4 m ²	Permissionário da prefeitura, ainda não paga taxa mensal	Formal (ME), só o proprietário (sem registro em carteira)
12. Peixaria – “Mercado do Peixe Calixto Alves”	Peixes secos (salgados)	Box em mercado, novo, alvenaria, 8 m ²	A administração do mercado cobra taxa de 3% sobre as vendas	“Informal”, só o proprietário, já é aposentado

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Capital investido na abertura do negócio (quantia aproximada)	Local de origem das mercadorias / Taxa aproximada de lucro líquido	Formas de pagamento aceitas pelos fornecedores	Formas de pagamento oferecidas aos clientes
1. Loja de artigos importados – “Centro Comercial Beira Rio”	Cerca de R\$1.500,00 em mercadorias, há um ano	Mercadoria de fora do Acre, comprada em revendedores de Cruzeiro do Sul / 50 a 100%	Apenas dinheiro	Dinheiro e fiado apenas para conhecidos
2. Merceria – “Centro Comercial Beira Rio”	R\$ 2.500,00 há um ano	A mercadoria é adquirida toda em Cruzeiro do Sul / 20 a 30%	Pagamento a prazo (sem uso de cheques), combinado com os agricultores	Dinheiro e fiado (com uso de caderneta) para conhecidos
3. Cosméticos – “Centro Comercial Beira Rio”	Não soube precisar - “bem pouco”, há um ano	Na cidade, com fornecedores de fora / 20 a 40%	Fiado, combinado com o fornecedor	Apenas dinheiro
4. Armarinho – “Mercado Municipal Joãozinho Melo”	R\$ 15 mil para “comprar” o ponto, e R\$ 10 mil em mercadorias, há 12 anos	Goiânia, São Paulo, Rio Branco (via transportadoras) / 100%	Cheque a prazo	Dinheiro e fiado (com uso de caderneta)
5. Merceria – “Mercado do Agricultor”	R\$ 3 mil, para compra das mercadorias, há 12 anos	Cidade, e gêneros industrializados de fora do estado / até 100%	Dinheiro e a prazo combinado com o produtor (sem uso de cheque)	Dinheiro e fiado (com uso de caderneta)
6. Merceria – “Mercado do Agricultor”	Não soube responder	Só do município, produtores e marreteiros entregam no mercado / 30%	Dinheiro e a prazo combinado com o produtor (sem uso de cheque)	Dinheiro e fiado (caderneta) só para os conhecidos
7. Banca de Frutas “Mercado Sebastião Eduvirges”	Não soube responder, havia menos de R\$ 200 em mercadoria	Só do município, produtores das colônias / 100%	Apenas em dinheiro	Dinheiro e fiado (caderneta) para os conhecidos
8. Loja de Confecções – Beco do Mercado, centro	Hoje, há investidos cerca de R\$ 80 mil em mercadorias	Apenas de Fortaleza (transportadora até Rio Branco, depois de avião até a cidade) / + de 100%	Dinheiro ou cheque a prazo	Dinheiro, e às vezes fiado para conhecidos
9. Armarinho – “Mercado Joãozinho de Melo”	Cerca de R\$ 6 mil, há seis anos.	De MG os calçados, de Cobija-Bolívia os brinquedos (compra aqui) / 50 a 70%	Dinheiro, Boleto bancário com prazo	Metade das vendas em dinheiro e o restante fiado (usa caderneta)
10. Relojoeiro – “Mercado Rosemiro Alves”	Foi investido há um ano R\$ 1.200,00	Importados, mas adquiridos em Porto Velho (por correio)	Depósito bancário	Dinheiro e fiado para conhecidos
11. Peças para ferramentas – “Centro Comercial Beira Rio”	Foi investido R\$ 10 mil, há seis anos	Fabricantes em SC e RS (enviam por correio) / 50%	Depósito bancário	Dinheiro e cheque à vista/prazo
12. Peixaria – “Mercado do Peixe Calixto Alves”	Não soube responder	Os peixes são do Baixo Amazonas, entregues por barcos em Cruzeiro do Sul	Paga ao fornecedor o “apurado” (apenas conforme realiza as vendas)	Dinheiro e cheque à vista

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Perfil dos clientes: Origem predominante / Condição aparente	Recebeu benefícios públicos? / Gostaria de receber? Quais?	Salário médio dos empregados ou renda mensal do proprietário	Se sente satisfeito(a) com a atividade e com o faturamento?
1. Loja de artigos importados – “Centro Comercial Beira Rio”	A grande maioria é da cidade / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Crédito barato	As duas funcionárias conseguem retirar pouco mais que um salário mínimo	Satisfeita com a atividade e com o faturamento, pretende ampliar o negócio
2. Merceria – “Centro Comercial Beira Rio”	Da cidade, sobretudo das colônias	Nunca recebeu benefícios / crédito barato	O proprietário consegue cerca de 2 salários mínimos por mês	Satisfeito com o negócio e com o faturamento
3. Cosméticos – “Centro Comercial Beira Rio”	Apenas da cidade / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / crédito barato	A proprietária consegue renda de R\$ 150,00 a 200,00 por mês	Satisfeita com a atividade, mas a renda precisa ser maior
4. Armazém – “Mercado Municipal Joãozinho Melo”	Cidade e Estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Diminuição de taxas e impostos	Hoje o negócio rende à proprietária menos de um salário mínimo por mês	Satisfeita com a atividade, mas não com o faturamento (disse ficar dias sem vender nada)
5. Merceria – “Mercado do Agricultor”	Cidade, Estado e País (produtos típicos) / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Não quer - “só se fosse a fundo perdido”	O estabelecimento rende ao proprietário cerca de R\$600 por mês	Está satisfeito com a atividade e com o faturamento
6. Merceria – “Mercado do Agricultor”	Cidade e Estado / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de ponto maior	O estabelecimento rende à proprietária cerca de R\$ 800,00 por mês	Está satisfeita com a atividade, mas o faturamento poderia ser maior
7. Banca de Frutas “Mercado Sebastião Eduvirges”	Cidade e Estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Gostaria de ajuda financeira a fundo perdido	O estabelecimento rende à proprietária menos de um salário mínimo por mês	Está satisfeita com a atividade e com o faturamento
8. Loja de Confecções – Beco do Mercado, centro	Cidade e Estado / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / A prefeitura poderia fazer compra na loja	Funcionárias ganham menos de um salário mínimo, depende das comissões	Está satisfeita com a atividade e com o faturamento
9. Armazém – “Mercado Joãozinho de Melo”	Cidade e Estado (Porto Walter / M. Thaumaturgo) / Baixa renda	Não recebeu /melhor conservação do mercado, subsídio p/ frete, crédito barato	Rende ao proprietário cerca de dois salários mínimos por mês	Está satisfeito com a atividade e com o faturamento
10. Relojoeiro – “Mercado Rosemiro Alves”	Cidade e Estado / Todas as classes sociais	Nunca recebeu benefícios / Crédito barato	Rende cerca de dois salários mínimos por mês	Satisfeito com a atividade e com o faturamento
11. Peças para ferramentas – “Centro Comercial Beira Rio”	Cidade e Estado / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Linha de crédito para pequenos negócios	Rende ao proprietário pouco mais de dois salários mínimos por mês	Satisfeito com a atividade e a renda, pensa em ampliar o negócio
12. Peixaria – “Mercado do Peixe Calixto Alves”	Cidade e Estado / Baixa renda	Nunca recebeu benefícios / Qualquer ajuda seria boa	Rende menos de um salário mínimo por mês ao proprietário	Satisfeito com a atividade e com o faturamento

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Acontecer hierárquico, p.49, 280, 288.

Acontecer homólogo, p.150.

“Acumulação prévia”, p.144

Agricultura

- camponesa (conceito), p.69.
- científica, p.154, 161.
- de precisão, p.152, 153, 201.
- globalizada, p.163, 230, 285, 289.
- não-moderna, p.214- 216, 219, 222, 224, 227, 230, 236-240, 289.

“Alienação territorial”, p.285.

Atualização do território,

p.7, 8, 106, 107, 108, 114, 129, 134, 146, 161, 184, 214, 241, 281, 283, 284.

Atualização do território

“de baixo para cima”, p.8, 215, 241, 247, 257, 289.

Bolivian Syndicate, p.21, 22, 30.

Brasil Caboclo (Darcy Ribeiro), p.23.

“Brasil Arquipélago”, p.24.

Cidade

- “ausência material” da, p.207.
- centro regional, 196, 197.
- cidade corporativa, p.204.
- cidade do agronegócio, p.201.
- cidade do campo, p.178, 201, 202, 204, 286.
- “cidades na fronteira”, p.204, 205.
- “cidades gêmeas”, p.205.
- cidades locais, p.75, 198, 199, 200, 208.
- cidade média, p.203.

Circuito espacial de produção,

p.163, 170.

Circuitos da economia urbana

- Circuito inferior, p.9, 10, 99, 206, 209, 239, 241-249, 257, 258, 261-270, 274, 280-282, 289, 290.
- Circuito superior, p.10, 186, 202, 204, 242, 243, 245, 248, 265, 266.
- Circuito superior marginal, p.274, 275, 276.

Co-presença/Coexistência,

p.245, 247, 248, 249, 268, 269, 281 (nota), 290.

Configuração territorial, p.30, 39, 145.

“Contra-reforma agrária”, p.68.

Consumo consumptivo, p.178, 179, 185, 195, 202.

Consumo produtivo, p.178, 195, 202.

Densidade técnica, p.32, 38, 65, 94, 107.

Densidade normativa, p.38, 134, 137, 143, 167, 204.

“Desencantamento do espaço geográfico”, p.288.

“Desencantamento do mundo” (Weber), p.5.

“Desenvolvimento local”, p.233, 234.

Dialéticas endógenas, p. 210, 261, 283.

Divisão do trabalho, p.242, 280 (nota), 288.

“Ecologia urbana”, p.244.

“Economia florestal”, p.31.

Economia de excedentes, p.78

“Efeito de modernização”, p.144.

Espaço

- “abrigo desassistido”, p.282.
- espaços alienados, p.280, 285.
- espaço banal, p.211, 212, 241, 276, 282, 288, 289, 291.
- “espaço econômico”, p.211, 288.
- espaço derivado, p.17.
- espaços do fazer, p.24, 163.
- espaços luminosos, p.91 (nota)
- espaço nacional da economia internacional, p.90.
- espaços opacos, p.91, 281.
- espaço obediente, p.41, 203.
- espaço prévio, p.15, 213.
- espaços da racionalidade, 108, 144.

Evento (duração do), p.47, 48 (nota).

Fenômeno técnico, p.15.

“Flexibilidade Tropical”, p.247, 251, 252, 257 (nota).

Forma-conteúdo, p.15, 216.

Frente de expansão, p.54.

Frente pioneira, p.54.

Fronteira (conceito), p.53, 54, 102.

Fronteira (região de), p.52, 53.

“Geografia de desencontros”, p.291.

Globalização “de baixo para cima”, p.206

“Guerra dos lugares”, p.142, 143, 144.

Homens lentos, p.213, 223, 247, 248, 280- 282, 288.

Horizontalidades, p.282, 288, 289.

“Inércia-dinâmica”, p.216.

“Inércia” produtiva, p.47, 51, 224.

Integração nacional, p.61, 62.

“Irracionalidades”, p.241, 247, 248, 273, 274, 281, 282, 289, 291.

Lógicas exógenas, p.33, 106, 280, 283, 287.

Meio construído, p.241, 245, 247, 255, 263, 270, 281.

Meio técnico-científico-informacional, p. 91, 107, 113, 153, 194, 285.

Modernização

- Modernidades, p.7.
- Modernização (conceito em Habermas), p. 5, 6.
- Modernização (conceito), p.7, 8.
- Modernização corporativa, p.82.
- Modernização em crise, p.8
- Modernização limitada, p.287.
- modernização perversa, p.287.
- modernização seletiva/corporativa, p.107, 149, 184.

“Mercado socialmente necessário”, p.282.

“Nação ativa/Nação passiva”, p.262.

Neoliberalismo, p.110, 285.

Normas, p.28, 29, 104, 134, 135, 137, 138, 143, 144, 167, 183, 204, 205.

Objetos técnicos, p.58, 107.

Onipresença da metrópole (São Paulo), p.266.

PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, Brasil), p.120, 132, 191.

Parceria Público-Privado, p.111, 180.

Período

- como crise, p.6.
- técnico, p.33.
- técnico-científico-informacional, p.6.

Período popular da história, p.241.

Periodização, p.15.

“Porosidade territorial”, p.205.

Prático-inerte, p.281.

Psicoesfera, p.62, 68, 80, 106, 132, 154, 179.

“Questão ambiental”, p.101, 102, 135-137, 220, 285.

Racionalidade/Razão instrumental, p.277, 287, 288.

Rede de cidades, p.100, 193, 194, 286.

Rede urbana, p.100.

Região Concentrada, p.53, 67, 76, 77, 91, 96, 170, 173, 186.

“Regiões geográficas”, p.26.

“Regiões naturais” (nova emergência), p.141.

Relação campo/cidade, p.201-203, 236-239, 256.

Relações de proximidade no território, p.261, 265, 266, 268, 269, 271.

Reprodução simples, p.219, 225, 289.

Revolução Acreana, p.21

Rugosidades, p.85, 95, 146, 147, 215, 215 (nota), 216, 224.

Saberes locais, p.289, 290.

Secularização, p.6.

Sistema agroflorestal, p.103, 148 (nota), 220, 221.

Sistema de aviamento (Amazônia), p.26.

Sistema de engenharia, p.33, 34, 35, 40, 46, 58, 64, 77, 111, 113.

Sistemas de ações, p.33, 168, 283.

Sistemas de normas, p.16, 134-144, 283, 284.

Sistemas de objetos, p.16, 22, 107, 168, 284.

Sistemas técnicos, p. 66, 92.

Solidariedade (orgânica), p.240, 247 (nota), 261, 266, 269, 270, 271, 277, 280, 283.

SPVEA (Amazônia), p.56, 57.

Tecnoesfera, p. 132.

Tempo lento, p.32, 223, 280.

Tempo do lugar, p.95, 223, 280.

Terciarização da economia, p.184, 202.

Território

- território alienado, p.161, 163.
- atualização do, p.7, 8, 106, 107, 108, 114, 129, 134, 146, 161, 184.
- atualização seletiva do, p.108, 144, 146, 149, 154, 185.
- território como abrigo, p.247, 248, 276, 282, 288, 289.
- território como norma, p.213, 215, 216.
- competitividade do, p.90.
- corporatização do, p.140, 283, 284.
- creditização do, p.187, 268, 269.
- território corporativo, p.160.
- especialização produtiva do, p.24, 41, 104, 153, 154.
- fluidez do, p.123, 124, 127, 128, 186.
- fragmentação do, p.104, 105, 286.
- integração do, p.31, 49, 52, 58, 61, 64, 65, 97, 106, 109, 117, 121.
- território instável, p.161, 163, 179, 180, 182, 285.
- lógica horizontal de uso do, p.213, 240, 241, 283.
- mecanização do, p.46, 77.
- normatização do, p.38, 83, 90, 135, 137, 138, 141, 142.
- presentificação do, p.213.
- racionalização do, p.106,107, 112, 135, 141, 184, 287, 288.
- rarefação técnica do, p.93, 94, 288.
- regulação do, p.29, 30, 102, 137.
- “território usado”, p.211, 212, 213, 241, 248, 276, 285, 288, 291.
- “território viável”, p.90.
- uso corporativo do, p.179.
- uso do território como recurso, p.106, 212, 276.
- uso pragmático do, p.287.
- uso técnico do, p.33, 126.
- viabilização/viabilidade do, p.82, 83, 90, 106, 109, 117, 142.
- viscosidade do, p.95.

Totalidade, p.283, 290.

Totalização (processo de), p.12, 146, 283.

Verticalidades, p.282-284, 288.

Vida de relações, p.24, 32, 239, 265, 270, 274.